

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MARCOS JUVENCIO DE MORAES

**AS DISPUTAS PELO PALÁCIO GOVERNAMENTAL CATARINENSE: AS  
OLIGARQUIAS, OS AUTORITÁRIOS E A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO  
NACIONALISMO**

Porto Alegre

2012

Marcos Juvencio de Moraes

**AS DISPUTAS PELO PALÁCIO GOVERNAMENTAL CATARINENSE: AS  
OLIGARQUIAS, OS AUTORITÁRIOS E A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO  
NACIONALISMO**

Dissertação apresentada como requisito parcial e final para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: René Ernaini Gertz

Porto Alegre

2012

## Catálogo na Fonte

M827d Moraes, Marcos Juvencio de  
As disputas pelo palácio governamental catarinense:  
as oligarquias, os autoritários e a instrumentalização do  
nacionalismo / Marcos Juvencio de Moraes. – Porto  
Alegre, 2012.  
195 f.

Diss. (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências  
Humanas, Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: René Ernaini Gertz.

1. Santa Catarina - Política e Governo. 2.  
Autoritarismo.  
3. Oligarquia – Santa Catarina. 4. Projeto de  
nacionalização.  
I. Gertz, René Ernaini. II. Título.

**Bibliotecário Responsável**  
Ginamara Lima Jacques Pinto  
CRB 10/1204

Marcos Juvencio de Moraes

**AS DISPUTAS PELO PALÁCIO GOVERNAMENTAL CATARINENSE: AS  
OLIGARQUIAS, OS AUTORITÁRIOS E A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO  
NACIONALISMO**

Dissertação apresentada como requisito parcial e final para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. René Ernaini Gertz – PUCRS (orientador)

---

Prof. Dr. Luiz Felipe Falcão – UDESC

---

Prof. Dr. Luis Carlos dos Passos Martins – PUCRS

Porto Alegre

2012

Dedico este trabalho aos meus pais  
e a todos que incentivaram o meu  
crescimento pessoal e intelectual.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer aos meus familiares, que sempre me deram todo o apoio necessário para que eu pudesse concluir este trabalho. Especialmente meus pais, Nereu e Lenir, que compartilharam os meus momentos bons e ruins, e sempre me deram muito carinho e incentivo em minha caminhada. Aos meus avós e meus irmãos, especialmente ao “vô Kiko”, que me emprestou dinheiro para ir morar em Porto Alegre, e meu irmão Fábio, que compartilhou comigo as angústias de escrever uma dissertação. Foram muito proveitosos nossos diálogos, tuas indagações e opiniões sobre meu tema de pesquisa. Quero deixar uma boa sorte nesta fase final de sua dissertação.

Agradeço imensamente ao meu orientador, o senhor Dr. René Ernaini Gertz. Dedicando parte de seu tempo a corrigir meus erros, respondendo às minhas angústias, propondo um olhar crítico sobre meus textos, questionando-os e me fazendo repensar e melhorar a qualidade da dissertação. Uma orientação à distância, que envolveu dedicação das duas partes.

Aproveito este momento para lembrar-me dos colegas de mestrado, dos amigos de sempre e dos camaradas de apartamento. Mariana, Newton, Willian, Moacir, Lucas e em especial Caliandra. Vocês todos participaram da minha vida durante este tempo de envolvimento no mestrado.

Gostaria de agradecer ao pessoal do Arquivo Público de Santa Catarina, ao pessoal da Biblioteca Pública de Santa Catarina, ao pessoal do Arquivo da Assembleia Legislativa do mesmo estado e ao pessoal do setor de obras raras da Biblioteca da UFSC. Com gentileza e cordialidade, me atenderam super bem e forneceram todos os materiais que precisei.

Por fim, e não menos importante, meu obrigado é direcionado ao pessoal do PPGH da PUCRS, incluindo professores e funcionários, por estarem sempre dispostos a ajudar, e, também, a CAPES, por me fornecer bolsa de pesquisa integral, importantíssima para o desenvolvimento desta pesquisa.

Obrigado a todos vocês.

“Na primeira noite  
Eles se aproximam  
Colhem uma flor de nosso jardim  
E não dizemos nada.  
Na segunda noite, já não se escondem:  
Pisam as flores  
Matam nosso cão  
E não dizemos nada.  
Até que um dia  
O mais frágil deles  
Entra sozinho em nossa casa,  
Rouba-nos a lua e,  
Conhecendo nosso medo,  
Arranca-nos a voz da garganta.  
E porque não dissemos nada,  
Já não podemos dizer nada.”

(Vladimir Maiakóvski)

## RESUMO

Este trabalho estuda as relações político-econômico-culturais das elites de Santa Catarina. Nossa investigação perpassa a Primeira República, período em que houve a formação de um emaranhado complexo de relações políticas, composto por interesses oligárquicos em busca da conquista do poder estadual. Ao adentrarmos na década de 1930, percebemos uma nova forma de administração, composta principalmente pelo autoritarismo de Estado. E por fim, abordamos o Estado Novo, onde se recorre à nacionalização para construir novos padrões culturais, intimamente ligados aos interesses políticos. O fio-condutor que interliga os três períodos é o projeto de nacionalização da oligarquia Ramos. Foi iniciado em 1911, pelo patriarca Vidal Ramos, reconfigurado em 1930 (período em que dois Interventores do Rio Grande do Sul governaram Santa Catarina), e reinterpretado e intensificado no Estado Novo, com Nereu Ramos. Veremos que a oligarquia Ramos era representante do latifúndio, da etnia luso-brasileira e do nacionalismo, projeto utilizado para enfraquecer os inimigos políticos germânico-industriais. Além de tudo, constataremos que as administrações dos primeiros Interventores e a instalação do autoritarismo foram indispensáveis para a consolidação do projeto nacionalista.

**Palavras-chave:** Projeto de nacionalização, autoritarismo, oligarquias.

## ABSTRACT

This paper studies the political-economic-cultural relationships of the Santa Catarina's elites. Our investigation pervades the First Republic, the period in which there was the formation of a complex tangle of political relationships, composed by oligarchic interests in pursuit of the conquest of state power. When we enter the 1930s, we see a new form of administration, composed primarily of state authoritarianism. Finally, we address the Estado Novo, which uses nationalization to build new cultural patterns, closely linked to political interests. The wire conductor that connects the three periods is the project of nationalization of the Ramos oligarchy. It was started in 1911 by patriarch, Vidal Ramos, it was reconfigured in 1930 (period in which two intervenors of Rio Grande do Sul ruled Santa Catarina) and it was reinterpreted and it was intensified during the Estado Novo, with Nereus Ramos. We will see that Ramos oligarchy was representative of the landowners, of the Luso-Brazilian ethnicity and of the nationalism, project used to weaken the German industrial political enemies. Furthermore, we find that the administrations of the first intervenors and the installation of authoritarianism were indispensable for the consolidation of the nationalist project.

**Keywords:** Project of nationalization, authoritarianism, oligarchy.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 AS IDEIAS QUE EMBASAM A ESCRITA: discussão teórica.....</b>	<b>22</b>
<b>3 DO GOVERNO PROVISÓRIO AO FIM DA PRIMEIRA REPÚBLICA: as complexas disputas oligárquicas pelo Governo catarinense.....</b>	<b>41</b>
3.1 Identificando interesses, políticos, grupos econômicos e suas ligações.....	41
3.2 As relações políticas da década de 1920: a estratégia que levou a oposição ao poder.....	58
<b>4 NOMEADOS PELO GOVERNO PROVISÓRIO: Interventores autoritários governam Santa Catarina.....</b>	<b>70</b>
4.1 O contexto do pós-revolução de 1930: formação e consolidação do primeiro governo revolucionário.....	70
4.2 A administração dos Interventores sul-rio-grandenses em terras catarinenses .....	74
4.2.1 Segurança Pública.....	78
4.2.1.1 A Revolução Constitucionalista paulista e seus reflexos em Santa Catarina.....	86
4.2.2 A organização do judiciário e o controle político.....	96
4.2.2.1 Administração padronizada.....	106
<b>5 UMA OLIGARQUIA, UM PARTIDO E UM PROJETO: a nacionalização como instrumento político em Santa Catarina.....</b>	<b>112</b>
5.1 Identificando as diferenças e semelhanças entre os governos nacionalistas: educação em perspectiva.....	112
5.1.1 A padronização e reorganização do espaço escolar catarinense.....	121
5.2 O Partido Liberal Catarinense e sua oligarquia no contexto da década de 1930.....	130
5.2.1 A conquista do governo pelos catarinenses e as eleições para as Assembleias Constituintes.....	141
5.3 As interpretações nacionalistas no Estado Novo: formas de neutralizar o inimigo.....	148
5.3.1 O nacionalismo como um instrumento político de controle social: Nereu Ramos reprime os adversários.....	156
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>166</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>176</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>182</b>

## INTRODUÇÃO

Escolher um objeto de pesquisa depende do contato do pesquisador com a História, depende da percepção do indivíduo e do que lhe chama a atenção, depende da disponibilidade de tempo e de estudo. Estas características fizeram parte de nossas escolhas. Ao tomar conhecimento de algumas obras da historiografia catarinense, sobre as relações políticas de Santa Catarina nas décadas da Primeira República até o fim do Estado Novo, percebemos que havia a necessidade de uma produção que abordasse, de forma problematizadora, um assunto que, em parte, já foi discutido. Comentamos obras e autores que dialogam um pouco sobre nossa temática, contudo não compartilhamos das mesmas abordagens. Temos como uma das propostas deste trabalho, compreender o fio condutor que interliga Primeira República, década de 1930 e Estado Novo. Abordaremos períodos históricos já estudados, entretanto propomos um viés ainda não aprofundado.

Temos consciência dos caminhos que a historiografia catarinense percorreu até a atualidade. Tivemos contato com obras tradicionais e com obras que se enquadram no campo da Nova História Cultural. Entre as mais conhecidas, figuram autores como Walter Piazza e Oswaldo Rodrigues Cabral homens que dedicaram suas vidas a escrever a história do estado. Obras que, de certa forma, abordaram a história catarinense de forma linear, com muitos fatos e pouco aprofundamento. Entre as mais comprometidas com uma tentativa de aprofundamento, temos as obras de Luiz Felipe Falcão, Cyntia Campos, Marli Auras, e muitas outras teses e dissertações, mas que, também, acabam por não abordar nossa temática.

Com toda certeza, nos apropriamos de muitas discussões feitas por estes autores, usufruímos de muitos fatos históricos descritos em seus trabalhos, para assim contextualizar a história de Santa Catarina. Entretanto, nos propomos a ir além da narrativa da história, buscamos compreendê-la e interpretá-la de ângulos diferentes.

Estas produções nos ajudaram a entender toda a configuração política catarinense, mas não responderam às nossas preocupações, acabando por instigar ainda mais as nossas inquietudes. O caminho percorrido até a chegada ao tema deste trabalho foi árduo. Anos atrás, pesquisando outra temática, identidade cultural de Santa Catarina, tomamos conhecimento das múltiplas culturas que se instalaram no estado. A formação de grupos étnicos esteve intimamente ligada as relações sociais e culturais e as construções identitárias. A forte “personalidade” de alguns grupos, principalmente alemães, italianos e portugueses, levou ao desencadeamento de alguns conflitos culturais. Segundo Moraes (2010), as colônias

alemães taxaram os luso-brasileiros como indolentes e preguiçosos, contribuindo para o surgimento de atritos entre esses grupos. Muito além disso, estas disputas ultrapassaram as barreiras culturais e atingiram a política estadual. Veremos ao longo do deste trabalho como o termo cultural esteve presente nas disputas políticas, nos interesses de grupo e nos interesses econômicos. Vamos entender como se processaram as disputas étnicas no cenário político catarinense. Investigando, primeiramente, as relações partidárias da Primeira República, identificamos dois grupos distintos, um representando as áreas de colonização alemã e o outro de caráter luso-brasileiro.

Construir uma identidade cultural para Santa Catarina, por longo tempo, foi um objetivo governamental. Primeiramente, optou-se por tentar homogeneizar as culturas e estabelecer um padrão étnico único, e só nas últimas décadas de história do estado é que se assumiu o caráter multicultural. Por longo tempo, foram exaltados determinados grupos étnicos, enquanto se marginalizavam outros. Durante grande parte do período proposto, houveram intensas disputas político-culturais entre luso-brasileiros e teuto-brasileiros. Em sua obra *Poder Oligárquico Catarinense* (1991), Marli Auras destacou a existência de muitos atritos entre estes grupos culturais, relacionando-os, também, a fatores econômicos. Além de tudo, perceberemos que, enquanto as disputas estavam ocorrendo, os grupos culturais buscavam alternativas de legitimação. Auras destacou o uso do nacionalismo pelo grupo luso-brasileiro, entretanto não o identificou em linhas teóricas ideológicas. Entender o modelo de nacionalismo utilizado no cenário catarinense é primordial para estas discussões, portanto, saberemos ao longo deste trabalho que foi um nacionalismo diferente do nacionalismo nacional, de cunho político e étnico.

Acabamos por relacionar fatores culturais, econômicos e políticos, intimamente ligados a grupos de interesses que disputavam os principais cargos do estado catarinense. Muito mais do que isso, veremos que estes grupos de interesses estavam atrelados a oligarquias, grandes famílias. De um lado, representando os interesses econômicos agrários e a cultura luso-brasileira, estava à oligarquia Ramos, de outro, representando os interesses das áreas de imigração alemã e o capitalismo moderno, a oligarquia Konder.

Partindo da afirmação da mesma autora, os luso-brasileiros, que utilizaram o nacionalismo como forma de legitimação, estiveram representados pela oligarquia Ramos. Em qualquer estudo que se faça sobre o Estado Novo em Santa Catarina, encontraremos a figura de Nereu Ramos. Um renomado político que instituiu medidas nacionalizadoras repressivas em relação às áreas de colonização alemã. Entretanto, muitos interesses, muitas

desavenças e muitas disputas, estavam por traz destas ações, e sobre isso pouco se fala na historiografia.

Tomando conhecimento da existência de repressões feitas pela oligarquia Ramos às áreas geográficas de colonização alemã, durante o Estado Novo, entenderemos que o nacionalismo estava intimamente ligado a um projeto político que visou a enfraquecer culturalmente o adversário (oligarquia Konder). Para entender o desenrolar destes fatos, primeiramente, foi necessário estudar as relações políticas da Primeira República, identificar os partidos, os grupos econômicos e culturais, e os atritos entre situação e oposição. Foi, também, necessário entender a construção do projeto nacionalista, para assim saber como ele foi utilizado. Criado na Primeira República, o nacionalismo foi uma obra do patriarca da oligarquia Ramos, em 1911. Veremos que, incorporado como uma ideologia de ação, o nacionalismo perdurou por anos na política catarinense, até atingir sua fase mais repressiva, no Estado Novo. Ele foi relatado por alguns autores da historiografia, mas ninguém o identificou como projeto e muito menos a que linhas teóricas ele corresponde. Então, indagamos, que nacionalismo era esse?

Direcionamos nosso caminho para as teorias nacionalistas. Estudamos autores internacionais que escreveram sobre o assunto. Com a leitura destas obras, compreendemos que a teoria nacionalista possui algumas correntes e interpretações diferentes. Sucintamente, separamos alguns autores, discutidos no primeiro capítulo, que responderam a nossas indagações. Tivemos as respostas para identificar o nacionalismo de Nereu Ramos e também o nacionalismo varguista.

Enquanto o nacionalismo se tornou o fio condutor de ligação entre Primeira República, década de 1930 e Estado Novo, o autoritarismo foi o seu pilar de sustentação, ou, pelo menos, o fator determinante para sua existência.

Como grande parte da década de 1930 e durante todo o Estado Novo a administração autoritária predominou, também buscamos discutir, no primeiro capítulo, autores consagrados que abordaram o assunto.

A revolução de 1930 foi um movimento organizado por um grupo de políticos que se reuniu na chama Aliança Liberal. Com o intuito de angariar diversos militantes em diversos estados brasileiros, a Aliança Liberal fez acordos com políticos locais de muitas regiões, em busca de apoio à revolução. O estado catarinense, localizado geograficamente ao lado do Rio Grande do Sul, de onde partiram as movimentações, esteve intimamente ligado à revolução. O Governo do estado (Fulvio Adduci, aliado à oligarquia Konder) optou por se manter ao lado

do Governo nacional, mas os políticos adversários (principalmente a oligarquia Ramos) resolveram se atrelar aos aliancistas. Neste momento, havia dois principais partidos políticos em Santa Catarina, os republicanos, situação, e os liberais, oposição. A vitória revolucionária modificou a história catarinense, os liberais passaram a fazer parte do Governo, e os republicanos foram marginalizados.

A vitória da revolução de 1930 elevou dois militares do Rio Grande do Sul às duas primeiras interventorias de Santa Catarina. Eles instituíram muitas ações autoritárias, e transformaram a realidade do estado. Levantamos como uma das hipóteses, a utilização do nacionalismo neste período e a participação ativa da oligarquia Ramos nos governos. Dedicamos um capítulo ao entendimento deste assunto, e veremos que as duas primeiras interventorias de Santa Catarina foram fundamentais para manter a oligarquia Ramos nos governos seguintes, e, principalmente, reutilizando o projeto nacionalista criado na segunda década da Primeira República. Veremos que a existência do Estado Novo só foi possível graças às ações autoritárias dos militares sul-rio-grandenses. A partir do estudo deste período, é que tivemos a dimensão das ligações entre Primeira República, primeiros Interventores de Santa Catarina e Estado Novo de Nereu Ramos. Veremos ao longo do texto todas as ligações entre estes tempos históricos.

A maior dificuldade de conhecer o período das primeiras interventorias de Santa Catarina foi a escassez de fontes. Apesar de entendermos que fontes de pesquisa podem ser praticamente todas as coisas deixadas pelas sociedades passadas, inclusive jornais de circulação local e nacional, atas de reuniões de instituições, discursos públicos de Governadores e seus relatórios governamentais, bem como entrevistas orais e escritas, cartas, telegramas, fotografias, memória coletiva, livros financeiros, livros didáticos, documentos administrativos, atas de sindicatos, figuras, monumentos e etc., pudemos contar com apenas decretos-leis dos Interventores sul-rio-grandenses para pesquisar os primeiros anos da década de 1930.

Utilizamos um *corpus*<sup>1</sup> bem específico, composto por documentos históricos oficiais, como relatórios, discursos e decretos-leis governamentais. Segundo Roque Moraes e Maria do Carmo Galiazzi, estes documentos são produções linguísticas referentes a determinados fenômenos, e originados em um determinado tempo e contexto. São vistos como produções que expressam discursos sobre diferentes fenômenos, e que podem ser lidos, descritos e interpretados, correspondendo a uma multiplicidade de sentidos, que a partir deles

---

<sup>1</sup> “*Corpus*” é um conjunto de documentos que representam as informações da pesquisa, do qual passam por uma seleção adequada e rigorosa, feita pelo pesquisador (MORAES, GALIAZZI, 2007, p. 16).

podem ser construídos (MORAES, GALIAZZI, 2007, p. 17).

Utilizamos cada uma das fontes levantadas e escolhidas, em seu devido lugar. Ou seja, as secundárias tiveram importância durante todo o trabalho, mas como discutimos muitas relações partidárias no período da Primeira República, e utilizamos muitas argumentações diferentes nas linhas teóricas, precisávamos dialogar com muitos autores e seus pontos de vistas, assim, priorizamos utilizar as secundárias no primeiro e segundo capítulos. Achamos muito importante valorizar as obras locais, pois elas nos dão o entendimento, o contexto, as peculiaridades e, de modo geral, as visões de história de um passado em comum, investigado por diferentes autores. Dialogamos com pesquisadores consagrados no cenário mundial, mostrando que, em certa medida, existem muitas possibilidades para determinadas teorias. Apontamos também na direção de que apesar de haver uma ampla historiografia estadual, existem temas, abordados neste trabalho, que pouco foram analisados por outros, até este momento.

Buscamos utilizar documentos oficiais emitidos por órgãos regulamentadores, na terceira e quarta parte do trabalho. Acreditamos que são de extrema importância para a pesquisa histórica, principalmente nos momentos de ditadura, quando os meios de comunicação são subordinados ao sistema de Governo. Estes documentos, chamados de oficiais, nos possibilitam entender as principais preocupações dos governos, as metas atingidas, as não atingidas, a maior intensidade em algumas ações, a menor importância de outras, os aliados, os inimigos, etc.

Analisaremos estas fontes e dialogaremos com elas, buscando, da melhor maneira possível, entender as informações que elas nos fornecem. Em um momento em que o estado de Santa Catarina estava passando por um período autoritário, procuramos através dos documentos oficiais, entender o pensamento das elites dominantes. Em síntese, dois motivos nos levaram a esta documentação: o primeiro, por serem emitidos pelos governos da época, assim carregados de princípios e ideologias do grupo dominante; e o segundo, se trata do período das interventorias dos sul-rio-grandenses, em relação ao qual a escassez de material, tanto de fontes primárias, quanto de secundárias, configuram a nossa realidade.

Queremos avançar em uma análise crítica destes documentos, e contribuir para o conhecimento acumulado das fontes de pesquisa. Trabalhamos com o devido cuidado a cada fonte investigada, tentando extrair das entrelinhas as suas peculiaridades históricas. Acreditamos que as fontes escolhidas – decretos-leis dos Intervenientes sul-rio-grandenses, discursos e relatórios do Interventor Nereu Ramos e bibliografias de autores estaduais – nos

fornece substância suficiente para podermos contextualizar o tempo, o espaço e os fatos das relações política estaduais de Santa Catarina, desde o entendimento da composição partidária na Primeira República, a instalação do regime autoritário na década de 1930, e a intensificação da nacionalização no Estado Novo.

Segundo Moraes e Galiazzi, os pesquisadores, ao realizarem um processo criativo de análise e escrita de textos, estão carregados de teorias que os identificam explicitamente ou implicitamente (2007, p. 15). Suas visões, preocupações e hipóteses fazem parte da bagagem teórica do indivíduo, do momento e do espaço em que ele está inserido. As teorias absorvidas pelo pesquisador, ao longo de seu processo de estudo-aprendizagem, podem facilitar o processo de análise textual, e, conseqüentemente de escrita. Muito mais do que isso, podem fornecer possibilidades de o pesquisador criar novas teorias a partir de suas análises. “Não significa que nesse caso não haja teorias que o orientem, mas o pesquisador exercita um esforço de construir novas teorias a partir de elementos teóricos de seus interlocutores empíricos” (MORAES, GALIAZZI, 2007, p. 15). Sem teorias pré-definidas ao processo de análise das fontes e escrita, o processo se torna mais desafiador, “posto que nesse caso é mais incerto e inseguro” (MORAES, GALIAZZI, 2007, p. 15). Desta forma, buscamos, primeiramente, construir uma compacta discussão no primeiro capítulo deste trabalho, para que possamos esclarecer ao leitor o ponto de partida teórico que embasa as discussões posteriores. Isso significa que, no início, dialogamos com autores internacionais e nacionais, na busca de um embasamento teórico para entendermos a realidade regional do estado de Santa Catarina. Tornou-se mais lógico, em nosso ponto de vista, apresentar antes da realidade as teorias que embasam a análise.

A partir da construção de um diálogo teórico, pode-se entender as preocupações do escritor. É a abordagem teórica que direciona o foco de análise para fragmentos textuais que representam o sentido da construção de novas teorias. São as teorias pré-concebidas que possibilitam a construção de um diálogo com o passado, buscando uma aproximação e um entendimento dos acontecimentos. E apesar de toda dedicação em construir uma visão sobre os acontecimentos do passado, sempre existirão outras diferentes.

Pretendemos contribuir para as visões já elaboradas sobre a década de 1920, 1930 e parte da de 1940. Buscaremos confrontar a historiografia, discordar de alguns autores e concordar com outros. Traremos as múltiplas vozes do passado para o presente, através de citações de relatórios, discursos e decretos-leis, documentos oficiais que tiveram a função de expressar as ideologias, os pensamentos, as vontades e ações governamentais. “Escrever e

pesquisar são processos que convocam muitas vozes de uma comunidade argumentativa para se envolverem no estabelecimento de novas verdades, novos conhecimentos, novos discursos sociais” (MORAES, GALIAZZI, 2007, p. 16). Acima de tudo, procuramos trazer para a superfície novas compreensões dos fenômenos investigados, tornando compreensível muitos fatores que ainda figuravam na escuridão da história.

A Primeira República, no estado catarinense, foi marcada por lutas oligárquicas, garantidoras da manutenção do poder. O palco da encenação política estadual, durante este período, foi a instituição do Partido Republicano Catarinense. Da Proclamação da República até a década de 1920, grupos políticos e econômicos diferentes integraram essa agremiação. Obstinação a manterem-se no poder, estas forças contrárias apertavam-se no mesmo partido, unindo-se e afastando-se, conforme seus interesses eleitoreiros. Integrando o partido político de maior expressão eleitoral, estes grupos estiveram por longo tempo ditando os rumos da administração estadual. Especificamente, o Partido Republicano Catarinense, teve dois momentos importantes: o primeiro se estende de 1889 até 1920, e o segundo de 1920 a 1930.

Durante grande parte do primeiro período, não houve uma clara separação entre grupos opostos. Houve interesses individuais que, certamente, ao longo do tempo, foram integrando-se a interesses de grupos, resultando, anos mais tarde, na explícita separação de dois polos político-econômicos diferentes. Nestes primeiros anos, destacaram-se alguns políticos de maior expressão, principalmente, Lauro Müller, Hercílio Luz e Vidal Ramos. Estes homens, políticos experientes – como poderemos acompanhar as suas carreiras nas notas de rodapé do segundo capítulo –, lideraram e inspiraram seguidores. Governaram Santa Catarina por longos anos, e seus interesses permaneceram na política estadual além de suas vidas.

Em meados da década de 1920, começaram a aparecer contradições no Partido Republicano Catarinense. Estabelecidos os grupos contrários, liderados, de um lado por Hercílio Luz e de outro por Vidal Ramos, a instituição partidária começou a ruir, pois já não suportava mais os interesses antagônicos. Estavam se formando dois blocos político-econômicos que disputariam, por longo tempo, a cadeira de Governador do estado. Hercílio Luz representava a região germânica de Santa Catarina, historicamente caracterizada para industrialização urbana, e Vidal Ramos representava o latifúndio, carregado por interesses nacionalistas, frisando a necessidade de formar uma identidade nacional.

Enquanto o lado agrário já adquiria características oligárquicas, de sobrenome Ramos, desde o início da República, o lado industrial recebeu o mesmo *status* somente

quando Hercílio Luz deixou como seu sucessor Adolpho Konder, na década de 1920.

Veremos que, de 1920 a 1930, existiu um intenso período de oposições. Caracterizando disputas, intrigas, desavenças, poder e legitimidade cultural, as duas oligarquias mais poderosas de Santa Catarina travaram uma longa disputa. Os Konder, ainda representados pelo Partido Republicano, tiveram como oposição os Ramos, fundadores do Partido Liberal Catarinense. Apesar de os republicanos continuarem com a hegemonia do poder estadual durante toda a década de 1920, os liberais organizaram-se, espertamente, e uniram-se a outros grupos políticos, conquistando o poder na década de 1930.

Representando um marco para a história do Brasil e de Santa Catarina, a revolução armada de 1930 deu fim à Primeira República e instituiu uma governança diferente, o chamado Governo Provisório, um período de transição.

A revolução de 1930 ousou acabar com a política da Primeira República, que não respondia aos interesses de todos os estados brasileiros. Como já frisamos, os rebelados contra a política republicana organizaram-se em torno da Aliança Liberal, organizada principalmente pelo Rio Grande do Sul. Foi este o movimento a que se incorporou o Partido Liberal Catarinense, que o levou ao poder na década de 1930 (PANDOLF in FERREIRA, 2007, p. 16).

Esse movimento bem organizado culminou na vitória, na tomada do Governo e nas negociações que levaram Getúlio Vargas ao cargo de presidente do Brasil.

Certamente houve ligações e articulações entre a revolução de 1930 e o Estado Novo de 1937. Getúlio esteve a frente dos dois movimentos, foi ele quem ocupou a cadeira de presidente. Para que houvesse duas vitórias consecutivas, sem a existência de eleições, o Brasil viveu claramente uma série de acontecimentos autoritários, que acabaram por serem refletidos nos seus estados. Este trabalho investiga, detalhadamente, as primeiras interventorias de Santa Catarina, exercidas por dois militares do Rio Grande do Sul, caracterizadas pelo autoritarismo governamental. Além disso, adentraremos no período do Estado Novo, liderado por Nereu Ramos, um integrante do grupo agrário/nacionalista, que, inspirado nos governos anteriores, instituiu uma forma também autoritária e nacionalista de governar. Deixaremos claro ao longo do trabalho que estes dois momentos autoritários estiveram intimamente ligados.

Com o golpe armado de 1930 e as negociações que levaram Getúlio Vargas ao poder do Governo nacional, criou-se um campo suficientemente grande para o fortalecimento de um Governo autoritário centralizador, e o enfraquecimento dos governos estaduais. Os

Governadores estaduais foram substituídos por Interventores, que tiveram como objetivo manter os estados brasileiros sob as ordens do Governo Provisório. O Rio Grande do Sul “exportou” alguns políticos para outros estados brasileiros, ou seja, os homens de confiança de Getúlio passaram a assumir as interventorias estaduais, criadas no novo contexto de governar. Desta forma, Santa Catarina acabou por também receber dois Interventores militares sul-rio-grandenses, o General Ptolomeu de Assis Brasil, que participou do movimento armado de 1930, e seu irmão, Major Rui Zobaran.

Para entendermos grande parte das especificidades deste assunto, estamos propondo, para este trabalho, estudar o período anterior às conspirações da revolução de 1930, às interventorias dos sul-rio-grandenses e o nacionalismo nereuzista no Estado Novo. Precisamos, acima de tudo, investigar a Primeira República, para esclarecer quem são os grupos políticos catarinenses de maior influência no poder, posteriormente, entender o porquê dos sul-rio-grandenses governarem esse estado, e como orientaram suas administrações, e, por fim, saber como a oligarquia Ramos conseguiu superar seus adversários. Acreditamos que somente entendendo os três períodos conseguiremos esclarecer o fato de que eles estão intimamente ligados pelo nacionalismo e pelo autoritarismo.

Estamos cientes de que parte do período proposto, especificamente o Estado Novo, começou a ser estudado a partir da reabertura do Brasil à democracia burguesa, ou seja, a partir da década de 1980. Para Capelato, professora da USP e uma das pesquisadoras deste período,

o estudo do Estado Novo tem sido alvo de grande interesse dos historiadores a partir de meados da década de 1980, época que coincide com a redemocratização do país. Supõe-se que a motivação para o estudo deste período esteja relacionada às tentativas de compreensão mais aprofundadas do fenômeno do autoritarismo no Brasil, ignorados pelos autores que, no passado, haviam enaltecido o país “cordial” e “pacífico” (CAPELATO in FERREIRA, 2007, p. 111).

Estamos indo ao encontro às compreensões mais aprofundadas de autoritarismo no estado de Santa Catarina. Entretanto, não nos limitamos ao autoritarismo do Estado Novo, pois sabemos da grande quantidade de material que tem se produzido neste sentido. Acima de tudo, estamos envolvidos na compreensão das relações políticas catarinenses da Primeira República, e, principalmente, nas relações políticas autoritárias e nacionalistas, da década de 1930 e 1940. Identificaremos, ao longo do texto, quais teorias interligam as realidades estudadas. Investigamos o Estado Novo de Nereu Ramos em um aspecto ainda não aprofundado, e entendemos que a pesquisa deste período é bastante procurada.

Muitas pesquisas foram, e continuam sendo, realizadas com o objetivo de colocar novas questões a esse passado que levaram ao estudo de aspectos não abordados até então. Muitos temas se constituíram em objetivo de investigação. Cabe mencioná-los: Cultura Política; mundo do trabalho; novas formas de controle social; papel da polícia política e formas de repressão; organização do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), suas práticas de propaganda e de censura; política cultural do Estado atuando sobre produções artísticas como música, artes plásticas, cinema; significado dos imaginários sociais criados e recriados na época através da manipulação de símbolos, emblemas, sinais, criação de mitos, cerimônias cívicas e esportivas e demais espetáculos do poder; importância dos meios de comunicação e seu uso político, e, neste aspecto, foram realizados trabalhos sobre imprensa, rádio, documentários, revistas, livros e demais publicações do DIP; políticas de imigração; preconceito racial e social; educação e ensino; atuação da igreja e relação do catolicismo com a tentativa de sacralização da política (CAPELATO, in: FEERIRA, 2007, p. 111-112).

Temos pela frente um amplo campo de trabalho. Em alguns casos, abordaremos temas já trabalhados, em outros, assuntos que pouco foram discutidos. Traçamos uma linha teórica bem definida, discutimos sobre a Nova História Política, autoritarismo, nacionalismo e Cultura Política, temas bastante conhecidos, e que fornecem muitas interpretações. Neste contexto, pensamos que a História é algo mutável, que de acordo com o olhar e o foco do pesquisador, somado a sua realidade e a representação que o período investigado assume, pode representar algo diferente. Assim, nos propomos a chegar o mais perto possível do passado, dos acontecimentos, naquilo que tange às possibilidades que as fontes nos fornecem. Pretendemos contribuir para o conhecimento, acrescentar frente à historiografia um novo rosto sobre esse velho e conhecido período.

Entendemos que fizemos parte de uma ampla historiografia, mas que para Borges:

é grande ainda o número de historiadores (...) presos a uma concepção de história narrativa de grandes feitos, grandes datas e grandes figuras. Essa é ainda a concepção de história que predomina no senso comum e que marca o grande público. (...) é no campo da renovação da historiografia que devemos procurar desenrolar os velhos e novos laços que sempre enredaram – e provavelmente sempre enredarão – história e poder (BORGES, 1992, p. 18).

Entendemos que existem alguns autores que narram à história do estado catarinense e exaltam os grandes nomes da política estadual, sem ao menos questionar os fatos apresentados. Acabam por caracterizar como tradicional um amplo campo de estudo e, ao mesmo tempo, possibilitam a construção de novos trabalhos que se comprometem a olhar a mesma história de outros ângulos. Ao longo do texto, identificaremos as grandes personalidades, os indivíduos que foram considerados heróis por longo tempo, os “grandes” Governadores que com suas administrações “desenvolveram” o estado de Santa Catarina.

Fizemos a tentativa de desconstruir um pouco deste pensamento, olhando de outro ângulo para eles, mostrando os seus interesses atrelados a grupos econômicos e que foram parte de uma encenação política que beneficiava algumas regiões do estado, principalmente as que ascenderam politicamente.

Como já ressaltamos anteriormente, trabalharemos no primeiro capítulo as teorias que fundamentam esta pesquisa. Para compreendermos a realidade catarinense, buscamos dialogar com diversos autores em três focos principais, conceitos da Nova História Política e Cultura Política, nacionalismo e suas diversas correntes, e autoritarismo de Estado. Para isso, delimitamos algumas obras e alguns autores que corresponderam aos objetivos do trabalho. Entre eles estão: no campo da Nova História Política, René Rémond, Vavy Pacheco Borges e Loiva Otero Félix; em se tratando de Cultura Política, elencamos Motta e Rosanvallon; referente ao nacionalismo, estudamos Smith, Anderson, Hobsbawm, Breuilly e Beired; por fim, em se tratando de autoritarismo, discutimos Andrade, Viana, e Campos. Buscamos dialogar sobre a Nova História Política para esclarecer os ângulos de visão utilizados durante o trabalho. Chamamos o nacionalismo para a discussão, a partir do momento em que ele é utilizado por uma das oligarquias estudadas. Tornou-se fundamental entender as linhas do nacionalismo, para assim identificarmos o modelo de nacionalismo utilizado por parte da elite catarinense. Discutiremos também as teorias do autoritarismo, pois foi um modelo de Governo muito utilizado no período investigado. A partir da revolução de 1930, instalou-se no Brasil e em Santa Catarina uma forma ditatorial de Governo, este modelo foi reafirmado com o golpe do Estado Novo, e caracterizou um momento de repressão aos adversários. Inaugurado e utilizado na década de 1930, pelos Interventores sul-rio-grandenses, o modelo autoritário propiciou a construção de estruturas de Governo sólidas, que serviram de inspiração para Nereu Ramos no Estado Novo.

No segundo capítulo, buscamos identificar as oligarquias que disputaram o poder de Santa Catarina. Partindo de uma investigação que começou pelos nomes dos Governadores, identificamos os seus grupos de interesse, a quem eles representavam e qual a formação econômica de cada grupo. Assim, pudemos entender que as disputas pelo poder estadual não estavam ligadas apenas aos interesses políticos ou disputas partidárias, mas sim a interesses econômicos, a representatividade de culturas, de produção, de relações pessoais e políticas que envolvem cada um dos grupos entre si. Veremos que a separação de dois polos político-econômicos, surgiram com o tempo, com o acúmulo de desavenças, disputas, rixas e interesses. Foi preciso, primeiro, entender esse processo da política na Primeira República,

para depois adentrar no período autoritário dos anos de 1930, pois assim entenderemos as ações governamentais deste período.

No terceiro capítulo, abordamos um tema pouco estudado pelos historiadores de Santa Catarina, as interventorias dos sul-rio-grandenses, na década de 1930. Adentraremos a fundo nas pretensões autoritárias governamentais, para saber realmente quais os objetivos destes gaúchos à frente do poder catarinense. Veremos que estas primeiras interventorias foram fruto de ordens federais, vindas de cima, do Governo Provisório. Instituíram-se Intervenores no lugar de Governadores, mudou-se a hierarquia estrutural dos governos e criaram-se dezenas de regras bem elaboradas para padronizar as ações governamentais. Ordenados pelo Governo brasileiros, os dois primeiros Intervenores em Santa Catarina organizaram o estado e traçaram três metas de Governo, a segurança, a justiça política e a educação. Estes fatores contribuiram para a instalação do Estado Novo, em 1937.

O último capítulo aborda a significativa importância do nacionalismo para a oligarquia Ramos. Veremos que por longos anos amadureceu-se um projeto de nacionalização, que se transformou na principal meta governamental de Nereu Ramos. Começamos por identificar a nacionalização no sistema de ensino, e mostrar que ao longo do tempo ela foi transformada e utilizada pelo Interventor Nereu Ramos, também no meio social, nas fabricas, nos órgãos governamentais e em todas as esferas da vida pública e particular. O grande objetivo nacionalizador foi diluir o poder dos adversários políticos. Reprimiram-se áreas de colonização alemã e italiana, principalmente as do norte do estado e vale do Itajaí. Tentou-se instituir um padrão cultural a partir da etnia luso-brasileira. Foram anos de autoritarismo e injustiças cometidas pelo aparelho estadual.

Trabalharemos ao longo do texto, a partir de documentos oficiais e bibliografias locais, buscamos refletir sobre as ações governamentais de grandes políticos catarinenses, não os exaltando como personalidades intocáveis, mas sim questionando o contexto de seu poder, suas ações, e em que medida transformaram a realidade de Santa Catarina.

## 2 AS IDEIAS QUE EMBASAM A ESCRITA: DISCUSSÃO TEÓRICA

Considerando que esta dissertação se enquadra na categoria de história política, serão feitas algumas considerações a despeito deste ramo da historiografia. Para iniciar, remetemos a um rápido diálogo com autores consagrados, como René Rémond, e autores brasileiros como Vavy Pacheco Borges e Loiva Otero Félix e suas ideias sobre a história política. Pretendemos, em meio a tais discussões, também entender o conceito de Cultura Política, na medida em que acompanharemos a história e trajetória da construção de um projeto político nacionalista, pela oligarquia Ramos, que foi incorporado aos princípios do Partido Liberal Catarinense, as ações governamentais das primeiras interventorias de Santa Catarina e também no período do Estado Novo. Acreditamos que a partir dos conceitos elaborados por, Rodrigo Patto Sá Motta, poderemos, de forma geral, compor um corpo teórico para discutir a política de maneira adequada, não nos deixando levar por erros conceituais. Num segundo momento, a partir destas linhas teóricas, traremos os conceitos de nacionalismo, elaborados por autores internacionais como Anthony Smith, Benedict Anderson, Eric Hobsbawm, John Breuilly, entre outros. Pensamos que discutindo a teoria do nacionalismo traremos subsídios importantes para a compreensão de um projeto político elaborado e utilizado na década de 1910, reinterpretado e novamente utilizado nos primeiros anos da década de 1930, e intensificado pela mesma oligarquia do Partido Liberal Catarinense no Estado Novo.

Assim, a partir das primeiras pretensões de discussões, entendemos que o movimento da história política durante muito tempo foi se modificando e se tornando o que é hoje. Tomamos as indagações de Borges, em seu texto intitulado *História e Política: laços permanentes*, para que possamos refletir sobre a nova história política hoje. Vejamos:

Hoje em dia, uma tendência iniciada nos anos setenta parece atingir seu auge: fala-se muito em um “retorno da história política”. (...) ou será apenas resultado de um permanente dinamismo da produção historiográfica, de seus constantes movimentos, o que nos permite questionar a “novidade” dos objetos, temas, enfoques, etc.? (BORGES, 1992, p. 7).

Vavy Borges nos faz pensar sobre um processo historiográfico que não ocorreu em um contexto de ideias de autores internacionais ou nacionais, mas sim de uma constante dialética entre a escrita, o estudo e a análise das produções sobre história política. Nos dias atuais, enxergamos o avanço dos historiadores, e o caminho que trilharam nas últimas

décadas, até a atualidade, caminhos que Hobsbawm, na década de 1980, não conhecia e, conseqüentemente, se expressava angustiosamente: “todos estamos ansiosos para ver para onde estão indo os historiadores” (HOBSBAWM in BORGES, 1992, p. 7-8). Desta forma, pensamos o processo de transformação da história de forma construtiva e evolutiva, e, conseqüentemente, da história política, por meio do conhecimento de homens que se propuseram a escrevê-la ligados a seus princípios construídos por meio das suas relações materiais, partidários ou apartidários, vinculados ou sem estar vinculados a qualquer tipo de órgão ou instituição classista que necessita de legitimação. Homens e mulheres que pensaram a partir de suas preocupações com o mundo e que, de certa forma, chegaram à conclusão de que as histórias social, econômica e cultural integram, de alguma forma, relações políticas, e que voltaram à tona nas discussões sobre história política, do final do século XX.

É muito importante considerar que para a mudança do paradigma da história política houve intensos debates e diálogos entre historiadores e outros estudiosos, como sociólogos e filósofos. Reconhecer estas disciplinas significa dizer que a história não se faz sozinha, se torna completa a partir do momento em que se torna interdisciplinar, absorvendo das outras disciplinas conceitos e termos que a ajudam na compreensão dos debates mais complexos em torno de movimentos históricos, também complexos. Motta, discutindo a construção do conceito de “Cultura Política”, a partir da renovação da história política, diz que: “O conceito passou a ser efetivamente apropriado pelos historiadores, sobretudo os franceses, a partir do chamado (talvez mal chamado) retorno da(o) política(o), nos anos 1980 e 1990”. Afirmou que, antes deste período, como por exemplo nos anos de 1950 a 1970, a historiografia de ponta estava muito mais preocupada em estudar os processos econômicos e sociais do que os fenômenos políticos. Completou dizendo que “as possibilidades de renovar a história política a partir do uso do conceito foram pouco aproveitadas” (2009, p. 17).

Rosanvallon, em um artigo intitulado *Por uma História Conceitual do Político* (1995), também considera importante o estudo da política por outras disciplinas como Filosofia e Sociologia. Diz que além do fato de o estudo do político perder espaço e lugar para o econômico, o social ou o cultural, este “declínio da história política tradicional também foi acompanhado pelo desenvolvimento da história das mentalidades políticas e sobretudo da sociologia política” (p. 10). Para Rosanvallon, o desenvolvimento desta última disciplina contribuiu para a multiplicação de trabalhos sobre as forças políticas e o sistema político, permitindo uma renovação na abordagem do campo do político (1995, p. 10). Sobretudo, essa contribuição não significou o preenchimento de todos os campos de estudo, abriu, sim, em

potencial, um amplo espaço de trabalho que foi posteriormente sendo preenchido pela história. Em outras palavras, o estudo e a volta à superfície, nas últimas décadas do século XX, da história política deve-se muito aos conceitos elaborados em outras disciplinas, enquanto os historiadores se preocupavam com outros campos de estudo que não o político. A velha história política deixava a desejar e não respondia mais à realidade de seu tempo, assim foi posta no esquecimento por historiadores de outras linhas do conhecimento. Enquanto isso, a nova história política se tornou interdisciplinar sob a reconfiguração de historiadores como Rémond, sociólogos, antropólogos e filósofos, fator importante para tirá-la das margens da historiografia.

Complementando estas palavras, sabemos que a história política vinculada aos partidos, às instituições, à narrativa dos acontecimentos e à marginalização do social, foi altamente criticada pela tendência de estudo surgida na Escola dos *Annales*. Juntando-se a esta linha de pensamento, os marxistas e os estruturalistas contribuíram para o descrédito dessa linha da historiografia chamada história-acontecimento, a qual consideravam positivista (BORGES, 1992, p. 9; FÉLIX, 1998, p. 55). A história política nada mais era do que uma “invenção” da realidade. Ela narrava os grandes feitos dos grandes Governadores, dos grandes heróis e da pátria mãe almejada. A história política, criticada principalmente pelos teóricos dos *Annales*, era “pequena”, era a respeito de poucos e, conseqüentemente, invisibilizava a maioria. Para tais características dessa história política, Rémond acrescenta que não se tratava nada mais de nada menos do que de uma história elitista, aristocrática, condenada pelo ímpeto das massas e pelo advento da democracia, era anedótica, individualista e idealista, era factual, subjetiva, psicologizante, reunindo todos os defeitos do gênero de história (1996, p. 18).

Não foi por menos que a crítica levantada pelos teóricos dos *Annales*, do marxismo e outros movimentos, destruíram e desfocaram a história política das produções intelectuais e contribuíram, em outra perspectiva, para o surgimento de um novo campo de ação. O descrédito naquela velha história política levou à ênfase de novos estudos, que desconsideravam o político. A história cultural surgira e ganhara inúmeros adeptos, era um novo campo de estudo, que englobava um quase tudo e que anos mais tarde propiciara novos olhares para a história política.

O movimento que leva à história, o mesmo que acarretou o declínio da história do político, hoje traz de volta essa história ao primeiro plano. Ao lado da história das relações internacionais, profundamente renovada, da história religiosa, também reformada e em pleno desenvolvimento, da história cultural, a última a chegar e que desfruta de um entusiasmo comparável àquele de que se beneficiaram tempos atrás a

história econômica e a história social, eis que a história política experimenta uma espantosa volta da fortuna (RÉMOND, 1996, p. 14).

As discussões em torno da história política foram além das críticas recebidas nos séculos passados. Uma linha de produção científica que foi reinventada, rediscutida, e reapresentada de forma a empolgar historiadores de todo o mundo. A história política foi transformada em nova, e passou a questionar aquilo que antes se exaltava, assim como: “O papel do Estado; o sentido de conceitos como Pátria, Nação e Identidade; o significado do político enquanto dimensão que afeta seu cotidiano” (FÉLIX, 1998, p. 52). Neste sentido nos cabe explicitar o papel do historiador diante da história, o ser humano que constrói, vive e escreve aquilo que será lido e interpretado em algum determinado tempo histórico. É a “lei” que transforma o historiador fruto de seu tempo, impregnado de paradigmas e conceitos que os conduzem a definir seus interesses históricos e que escolhem um determinado período da história a ser estudado. Assim, diante de tal amplitude da nova história política, o historiador teve “de repensar o seu ofício de fazer história e a inserção da história política nesta crise de paradigmas que desmistificou a racionalidade como eixo explicativo das ações humanas, trouxe para primeiro plano uma nova compreensão do sujeito” (FÉLIX, 1998. p-52).

O historiador e a história, que antes faziam parte de um grande esquema de legitimação das elites nacionais e estaduais, apresentadas sob o prisma da tradição, escrava do relato linear e uniformemente narrativa, passam a contestar o sujeito (RÉMOND, 1996, p. 17).

O objeto de estudo, nesta perspectiva de história política, mudou. A forma de estudá-lo também, e o homem que estuda, se aperfeiçoou. A nova história política passou a englobar as especificidades, estudar o todo, e ao mesmo tempo tudo.

Em mais algumas palavras, Borges nos mostra que a história política existe desde que existe história, confundindo-se muitas vezes com ela, pois os laços entre história e política vêm da distante Antiguidade Clássica, onde poder e religião estavam muito próximos, e a política tomava a forma de uma história militar ou religiosa. Complementa dizendo que essa história respondeu, durante os períodos pós-Grécia, ao patrimônio imperial romano, ao espírito guerreiro da nobreza feudal, aos interesses da igreja católica, ao culto da monarquia nos tempos modernos e, finalmente, no século XIX, ao nacionalismo (1991/92, p. 9). O fato de a história política ter respondido, por tantos períodos históricos, à legitimação das elites, nos fez perceber a importância desta linha de estudo na mudança social que ela causou. Borges tentou mostrar que a história de todas as sociedades é política, a forma como ela foi

escrita é diferente, mas a história política nunca deixou de existir.

Podemos observar todas as mudanças ocorridas com a história política, como ela era pensada e utilizada antes da escola dos *Annales* (onde se dá a ruptura, se é possível uma ruptura, com os velhos meios de se fazer história) e os meios de se fazer história depois desta escola. Porém, devemos ficar atentos para o fato de que “a ideia de retorno da política pode ser mistificadora, pois diz respeito mais à historiografia francesa que à de outros países” (MOTTA, 2009, p. 17).

Lembrando um pouco o olhar de Vavy Borges na interpretação do movimento da história política, descrita em nossa primeira citação, pensamos que o processo de mudança no campo da história política não é tão novo assim, pois este campo nunca foi esquecido, foi apenas deixado à margem do campo historiográfico. Motta nos explica que em paralelo ao movimento dos *Annales*, o qual não era muito receptivo ao estudo do político, existia um grupo que ainda se relacionava com a história política. Este grupo tinha como liderança, informal, René Rémond e outros integrantes renomados, como Serge Bernstein e Jean François Sirinelli. Organizado por Rémond contendo artigos desses outros dois estudiosos, o livro *Por uma história política* foi um verdadeiro manifesto do retorno da política e uma obra que marcou posição destes intelectuais, no momento em que a história política voltava à posição de destaque na historiografia francesa. Publicado em 1988, esta coletânea é referência importante para a compreensão dos caminhos trilhados pela 'nova' história política e situar os estudos de Cultura Política nesse processo (2009, p. 18).

Buscando entender os conceitos de Cultura Política e do político, importante neste momento, para que possamos discutir a política catarinense nos capítulos posteriores, dialogamos com Motta e com Rosavallon. Sabemos também que o historiador que mais se aproximou do termo de Cultura Política, em sua fase inicial, foi Rémond. Ele escreveu pouco sobre o assunto, porém ocupa lugar importante nos estudos que o sucederam. Acreditamos que tanto Rosavallon quanto Motta compartilham da ideia de que os conceitos utilizados por eles são produtos de debates históricos entre história, sociologia, filosofia, antropologia, e que o conceito de político e de Cultura Política também se misturam, na medida em que abrangem um campo maior de estudo do que a política por si só.

Para discutirmos o campo político de Santa Catarina, precisamos dialogar com Motta e assim entender o que ele considera como Cultura Política. Neste sentido, aproveitando já as observações do autor citado, percebemos a comparação e diferenciação de dois grupos de intelectuais que teorizam sobre o assunto: os norte-americanos e os franceses. Propondo uma

análise destes grupos, Motta diz que Gabriel Almond e Sidney Verba, dos EUA, delimitaram três tipos de culturas políticas a uma realidade social, enquanto Berstein e Sirinelli mostraram que em uma sociedade existem muitos tipos de culturas políticas, mesmo que haja uma Cultura Política predominante. Considerando as duas formas válidas, define, baseado nestes autores, o que poderia ser Cultura Política. Acompanhemos:

conjunto de valores, tradições práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro (2009, p. 21).

Esse conceito serve, em muito, para identificar, em Santa Catarina, a existência de uma oligarquia partidária que construiu um projeto constituído de valores, princípios e práticas, que buscava afirmação de um grupo de pessoas à frente da política estadual, pelo maior tempo possível. No que tudo indica, este projeto denominado “nacionalização do ensino”, ao contrário daquilo que pensa parte da historiografia catarinense, não foi um fato isolado, foi intencional, de continuísmo, e que, de fato, perdurou por anos, primeiramente às margens da política republicana e posteriormente abertamente na superfície das discussões pós-revolução de 1930. A formação de uma oligarquia política latifundiária, que estudaremos mais adiante, representou oposição a outra oligarquia política catarinense, essa baseada na economia industrial.

Motta ainda nos diz que, se postas em comparação, as culturas políticas poderão ser melhor observadas, e que elas são fenômenos de longa duração. Complementando, as culturas políticas podem sofrer influências de outras, e também podem modificar-se com o passar do tempo, ou seja, podem adaptar-se às mudanças ocorridas na sociedade à qual pertencem, sendo que as que estagnam no tempo sofrem o risco de perderem densidade social (BERSTEIN in MOTTA, 2009, p. 22).

Acreditamos que, de certa forma, as culturas políticas são construções históricas, que, ao mesmo tempo em que determinam os atos dos indivíduos que se reúnem dentro dela, também são determinadas pelas ações e pelos interesses desses indivíduos. Partindo deste entendimento, podemos dizer que o inculcamento de tradições é um ato de formulação de um sentimento de pertencimento a uma Cultura Política. Nesta perspectiva, segundo Motta (2009, p. 22-23).

a reprodução no tempo das culturas políticas demanda a realização de práticas

reiterativas, como a repetição de rituais e cerimônias, e a participação em eventos e manifestações que servem para selar o compromisso dos aderentes, confirmando o sentido de pertencimento a um grupo.

O “estado de festas” da autora Bernadete Ramos Flores, questiona a representação, a repetição e a identificação de uma população com uma Cultura Política tipicamente inventada. O público se identifica com os símbolos festivos, na medida em que entram em contato frequente com eles. Os festejos públicos, os cerimoniais e os desfiles promovidos pelo Estado, nada mais são do que o inculcamento de tradições ao público que assiste (FLORES, 1991 e 1997). Deste modo, podemos pensar que a Cultura Política de um determinado grupo pode ser inventada e socializada, com os devidos cuidados e as devidas estratégias, com a população que vai integrá-la.

Para tanto, as culturas políticas não se expandem de maneira natural, elas contam com instituições que as representam e as apresentam à sociedade. A família, as instituições educacionais, as corporações militares, os partidos políticos, os sindicatos, as igrejas, os jornais, periódicos e livros são meios difusores das culturas políticas. A identificação dos indivíduos com as culturas políticas está intimamente ligada aos lugares que estes frequentam, ou seja, as pessoas são fruto das suas realidades materiais. Porém, devemos pensar que estas instituições, acima descritas, são meios de difusão das culturas políticas, e não culturas políticas por si só. “As culturas políticas são construções que transcendem as instituições partidárias”, elas dão origem aos partidos: “É comum ver culturas políticas dando origem a diversas formações partidárias”, mesmo que estas nasçam de uma Cultura Política em comum (MOTTA, 2009, p. 23-24).

Algumas possibilidades de estudo em torno da temática Cultura Política são elencadas por Motta, em seu texto intitulado *Desafios e possibilidades na apropriação de Cultura Política pela historiografia*. Porém, destacamos a que mais se aproxima de nossas pretensões neste trabalho. Trataremos de fazer uma tentativa de identificação de um grupo com um projeto político que vai dar origem a um partido político, o Partido Liberal Catarinense. Descobriremos ao fim deste trabalho, se há, de fato, uma Cultura Política regional catarinense em torno dos liberais.

Partindo para as definições finais do termo Cultura Política, sabemos que foi elaborado em seu princípio por europeus, a partir do século XVIII, e que “a categoria supõe que as pessoas tomam parte movidas por fatores culturais, mas está presente também o elemento da adesão, da escolha” (MOTTA, 2009, p. 32). Fica clara a possibilidade de adesão a uma Cultura Política pelo interesse individual dos indivíduos, pela sua opção de escolha,

mesmo que fazendo parte de um conjunto de fatores culturais que os influenciam.

Neste emaranhado de ideias, podemos esclarecer que o cenário político de Santa Catarina é propício para o estudo de muitas culturas políticas. Mas, para que isso se torne possível, e assim possamos estudar uma em específico, devemos entender um pouco das teorias internacionais da formação das nações que deram embasamento ao fanatismo nacionalista, e assim à construção de um projeto político em Santa Catarina. Neste sentido, voltaremos a um dos pontos tocados nas linhas anteriores, e chegaremos ao nacionalismo, um dos elementos que, segundo Borges, influenciou, em grande escala, a produção de história oficial das nações, e, posteriormente o estudo no campo da história política.

Contextualizando algumas ideias de nação e nacionalismo, teremos como objetivo analisar um conceito e/ou uma ideologia de origem europeia. Para tanto, escolhemos os mais importantes intelectuais que discutem e argumentam, em linhas teóricas diferentes, sobre este tema. Desta maneira, utilizaremos obras de autores como Hobsbawm e Anderson no âmbito socioeconômico e sociocultural, Smith com relação ao etnosimbolismo e, em se tratando do nacionalismo político, trabalharemos com Breuilly e Ernest Renan. Pensamos em abordar todas essas correntes teóricas, para que, posteriormente, possamos entender a realidade do nacionalismo aplicado ao estado de Santa Catarina, e, quando possível, aproximando a realidade catarinense a algumas das argumentações teóricas destes pensadores<sup>2</sup>.

Começando a pensar sobre o surgimento das nações e do nacionalismo recorreremos a Hobsbawm: a ideia de nação e de nacionalismo que já pautava discussões de intelectuais europeus antes do século XX ganhou um novo ímpeto por volta de 1918, final da Primeira Guerra Mundial, quando a Europa buscava reconstruir suas estruturas abaladas pela destruição da guerra. O colapso dos grandes Impérios multinacionais da Europa Central e a eclosão da Revolução Russa influenciaram decisivamente no movimento do ideal de nação, no qual os países da Europa se fecharam em suas fronteiras abandonando o sistema econômico liberal e adotando o modelo econômico intervencionista. A política da construção nacional levou os países burgueses a abandonar a “economia de empreendimentos privados livremente competitivos e comércio livre” (HOBSBAWM, 1990, p. 160). Intensificava-se o movimento centralizador, de intervenção, de planejamento econômico e político. A guerra gerou um protecionismo do Estado sobre sua economia, desenvolveu-se um capitalismo

---

<sup>2</sup> Estamos cientes da existência de um debate sobre nacionalismo em âmbito nacional, entretanto, neste trabalho priorizamos as teorias internacionais de nação e nacionalismo. Pretendemos com isso identificar as diferentes linhas de argumentação sobre esta temática e assim compreender a que medida elas se aplicam a realidade catarinense e a realidade nacional.

planejado pelo aparelho governamental, com que se distanciava do liberalismo existente no período pré-guerra. Característico das novas formas econômicas, os países europeus devastados pelas batalhas, com exceção da Rússia, se protegiam uns dos outros para sua reconstrução (HOBSBAWM, 1990, p. 159-160). Entendemos que com o nacionalismo fortalecido, o poder do Estado cresce substancialmente, devido às condições materiais do período pós-guerra, dá-se o abandono do modelo liberal, que frisava o livre comércio, sem a participação e regulação do Estado na economia, e passa a se exaltar um modelo centralizador nacionalista.

Para Rémond, quando discutindo os novos conceitos de história política, o pós-guerra se caracterizou como um período rico. A ascensão dos Estados Interventores na economia e a indignação dos grupos sociais prejudicados, acusando o Estado de ser o responsável por suas falências, levaram o poder público a legislar, regulamentar, subvencionar, controlar: a produção, a moradia, a assistência social, a saúde pública e a difusão da cultura (1996, p. 24). Tratou-se de uma política centralizada e disposta a regular a sociedade e, através da difusão da cultura, criar um imaginário comum.

Para Anderson, o nacionalismo não surge da necessidade da formação do Estado moderno, ele surge da necessidade de superação das sociedades religiosas e dinásticas (2008, p. 39). Com isso, uma hipótese a ser pensada é a de que o nacionalismo foi incorporado e, de alguma maneira, ganhou significado pelos moldes da sociedade moderna, que buscava resolver os problemas que estava enfrentando.

Franklin Le Van Baumer nos remete ao século XVIII, para explicar o nacionalismo. Para ele o movimento Romântico de três séculos atrás já havia propiciado, de alguma forma, bases teóricas para os movimentos nacionalistas que vieram ascender no século XX (1990, p. 23).

Na visão de Smith, o nacionalismo e a identidade étnica não são invenções recentes. “Ao contrário, existiam *ethnies*<sup>3</sup> que remontam há séculos atrás — pelo menos no tocante à Europa e ao Oriente Médio —, se não há milênios”. Smith “insiste em que a realidade objetiva de uma *ethnie* passada realmente importa para as nações modernas”. Conforme Breuilly: “De certo modo, Smith parece haver descoberto um meio termo sensato entre os nacionalistas que simplesmente afirmam a história contínua da nação e os que consideram um *constructo* peculiar e moderno” (SMITH in BREUILLY, 2000, p. 159). Nesta

---

<sup>3</sup> Smith define *ethnies* da seguinte forma: “populações humanas dotadas de um nome, com mitos ancestrais, histórias e culturas comuns, associadas a um território específico e a um sentimento de solidariedade” (apud Breuilly, p. 159).

argumentação, nos parece que a nação é fruto de características próprias de cada lugar, das peculiaridades dos povos passados, que deixaram seus vestígios no meio social, do qual se formulou o sentido de nação moderna. Em outras palavras, para Smith, levar em consideração os veículos étnicos preexistentes quando se fala de construção da nação é algo primordial, extremamente importante, é o cerne do sentido da origem da nação.

Na perspectiva de Breuilly, “sabemos que as doutrinas nacionalistas e a política nacionalista surgem, com frequência, em sociedades e regiões onde falta a grande parte da população um sentimento intenso ou claro de identidade nacional” (2000, p. 156). Desta forma, podemos supor que o nacionalismo é imposto de cima para baixo, na medida em que a população, em princípio, não compartilha desse sentimento e dessa doutrina. Ou seja, tenta-se por parte de uma elite, utilizando do aparelho do Estado, estabelecer ao resto da sociedade civil um padrão de comportamento a partir de uma política nacionalista. Este tipo de imposição nacionalista aconteceu no estado catarinense, principalmente na década de 30, onde parte da elite dominante impôs, de cima pra baixo, um novo modelo de sociedade composta por valores e regras a serem seguidas.

Considerando ainda as teorias de Breuilly, podemos nos deparar com três vertentes principais trabalhadas por historiadores, nos estudos do nacionalismo: doutrina, sentimento e política (2000, p. 155). Acreditamos que o nacionalismo não pode ser instaurado ou mesmo pensado sem a combinação das três vertentes. Ou seja, a utilização de apenas uma das ideias do nacionalismo não é viável pela limitação desses modelos isolados. Exemplo: na utilização de um nacionalismo político em uma sociedade multiétnica, é preciso a utilização de doutrinas no despertar de sentimentos de união, de laços comuns entre povos de origens culturais diferentes. Isso pode ser feito através da religião, da língua, entre outros fatores, tanto objetivos quanto subjetivos.

Na visão de Renan, a formação do conceito de nação diz que “la antigüedad clásica tuvo repúblicas y reinos municipales, confederaciones de repúblicas locales e imperios; pero no tuvo apenas naciones en el sentido que nosotros las entendemos” (1987, p. 61). A nação que conhecemos é uma construção moderna, e o nacionalismo é uma consequência dela. “A essência de uma nação é que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum e que todos tenham esquecido muitas coisas” (1987, p. 66), afirma Renan.

Hobsbawm, envolvido nestas discussões, nos mostra dois modelos sociais europeus modernos elaborados a partir do nacionalismo: o modelo de estrutura social Wilsoniano, bem visto pelo capitalismo europeu, e em contrapartida o modelo Marxista dos

países socialistas. O sistema Wilsoniano propunha nações homogêneas, separadas pela língua e por etnias, traçando as fronteiras do mundo de modo natural e cultural. Modelo que massacrava as minorias étnicas e extinguiu a diferença e a heterogeneidade das nações (HOBSBAWM, 1990, p. 161-162). Talvez tenha sido neste sentido que surgiu, anos mais tarde, uma nação radical baseada na “raça pura”, pregando um Estado homogêneo. E se pensarmos, não muito diferente se encontrava a situação catarinense no período dos governos da década de 1930 e do Estado Novo, onde ocorreu a imposição de um Estado homogêneo, baseado em uma só língua, uma só cultura e uma só ideologia, a nacionalista.

Do surgimento à difusão, o nacionalismo impregnou seus ideais em diversas sociedades, sendo elas capitalistas ou socialistas e mesmo aquelas que lutavam pela sua libertação. Segundo Anderson, os ideais da modernidade se espalharam pelas colônias do mundo, que foram influenciadas pelos nacionalismos, socialista ou capitalista, levando-as a lutar pela sua libertação. Para ele a difusão do nacionalismo pelo mundo envolveu muitos fatores, mas o principal deles foi a propagação do capitalismo, principalmente o de imprensa (2008, p. 71).

Smith, referindo-se à difusão do nacionalismo, em seu texto intitulado *O Nacionalismo e os Historiadores*, nos mostra como se dá a incorporação de modelos nacionalistas europeus na África, Ásia e América Latina:

O mecanismo favorito para explicitar a difusão do nacionalismo para a Ásia, a África e América Latina é uma mescla de imitação e reação: as elites, sobretudo intelectuais, adotam e adaptam as ideias ocidentais de nação e de regeneração nacional. O nacionalismo floresce nas circunstâncias específicas do imperialismo e do colonialismo europeus, mas sua disseminação é basicamente auto-impulsionada e auto-reprodutora, desde que tenha surgido uma minúscula camada de intelectuais no país receptor (2000, p. 186).

Ao que parece, Smith dá ênfase à sociedade receptora, no sentido de que a elite desta sociedade precisa se legitimar de alguma forma, e assim passa a incorporar modelos estrangeiros, na tentativa de conseguir essa legitimação.

Outra característica dessa expansão do nacionalismo para o mundo vem com o surgimento dos modernos meios de comunicação através dos quais o “espetáculo” do nacionalismo se difundiu, em larga escala, para as massas. O surgimento de um jornalismo político e o surgimento de um gênero novo, o livro político, foram modalidades e indícios que acarretaram na maior consciência política dos cidadãos, mesmo que uma consciência alienada, e sua maior participação na vida política, influenciando nas decisões que afetam a

coletividade (RÉMOND, 1996, p. 25). A sociedade industrializada e de altas tecnologias pôde contar com novos meios de expressar suas nacionalidades, graças à invenção do rádio, da televisão, da imprensa e do cinema. A difusão da ideia nacional esteve intimamente ligada à produção de conhecimento pelos meios de comunicação, juntamente com a linguagem vernácula, tornando o conhecimento popular (ANDERSON, 2008, p. 73-75). Na mesma linha de pensamento, Hobsbawm diz que “por esses meios (imprensa) as ideologias populistas podiam ser tanto padronizadas, homogeneizadas e transformadas quanto, obviamente, podiam ser exploradas com propósitos deliberados de propaganda por Estados ou interesses privados” (1990, p. 170). Assim, nos parece que os meios de comunicação, de acordo com o interesse de grupos, criaram imagens positivas e facilitaram a absorção do nacionalismo pela massa populacional por todos os lados do mundo. Tal discussão nos leva, novamente, a Anderson, quando analisa o surgimento de novas comunidades nacionais.

O que tornou possível imaginar as novas comunidades, num sentido positivo, foi uma interação mais ou menos casual, porém explosiva, entre um modo de produção e de relações de produção (capitalismo), uma tecnologia de comunicação (a imprensa) e a fatalidade da diversidade linguística humana (2008, p. 78).

Em outras palavras, a propagação do capitalismo e da imprensa, em união com o desenvolvimento das línguas vernáculas de cada região, difundiu o movimento do nacionalismo e, a partir daí, a formação das consciências nacionais. As tecnologias modificaram a consciência de seus utilizadores. Segundo Derrick Kerckhove, não é necessário nenhum grau de conhecimento para entender o que se propaga pelos meios de comunicação, desta maneira todos os indivíduos que estavam inseridos na sociedade moderna foram influenciados por esses meios (1997).

Trilhando um caminho parecido, José Luis Bendicho Beired diz que “o nacionalismo não é algo espontâneo que emerge das classes populares ou da coletividade de um país, mas fundamentalmente uma ideologia produzida por intelectuais e difundida por diversos meios: publicações, canções, associações, movimentos e partidos” (1999, p. 231). Aproximando-se um pouco de Smith, no sentido da intelectualidade dos Estados ser a grande responsável na opção pelo nacionalismo, Beired comenta: “mesmo quando os intelectuais de direita procuravam mostrar o nacionalismo como expressão da 'cultura popular', 'das origens do povo', 'da alma nacional', o fato é que ele foi sobretudo uma ideologia produzida por uma elite intelectual com vistas a tornar-se hegemônica” (1999, p. 231).

Na concepção de Beired, o nacionalismo brasileiro foi desenvolvido a partir de

um conceito cultural de nação, privilegiando elementos como história, geografia, raça, língua e tradições. Esse nacionalismo cultural pregava a existência de uma comunidade dotada de identidade, em virtude de sua suposta unidade étnica, cultural, linguística, histórica e religiosa. A nação, segundo o autor, é um fenômeno atemporal. Os homens eram vistos como integrantes de comunidades que desenvolveram linguagem e uma cultura particular, como resposta ao meio natural, expressando assim seu próprio caráter nacional. Esse nacionalismo surgido em fins do século XIX descartava a nação política. Acreditava nesta perspectiva cultural que não podia suportar a soberania popular, a participação política, a secularização, o individualismo, a admissão de diferenças culturais e ideológicas em uma coletividade nacional implícitas no nacionalismo de base política (1999, p. 198-199).

O ideal nacionalista se espalhou por todos os lados do mundo, e coube a cada país implantá-lo e implementá-lo de acordo com suas condições materiais. Hobsbawm complementa: “a extensão do ‘nacionalismo’ além de sua região de origem o movimentou além do alcance da análise original” (1990, p. 188), mostrando que o modelo original do nacionalismo se modifica na medida em que sai da sua área de criação, ou seja, pode ser reinterpretado em territórios diferentes.

A partir dessa argumentação, pensamos: será que no Estado brasileiro e em seus estados-membros, esses dois modelos nacionalistas não se “mesclaram” de alguma maneira?

Para Capelato, a consciência nacional, estruturada pela ideologia nacionalista, é forjada no Brasil em meio a agitações sociais e políticas. Devido às falências dos regimes liberais, criaram-se expectativas de construção de uma nova identidade centrada na estrutura do Estado Nacional. Entre tais debates “a preocupação se voltou para o controle das massas por meio de um líder forte e carismático; essa solução era indicada para evitar revoluções populares” (CAPELATO, 2009, p. 222). Neste contexto, as ideias do nacionalismo, da consciência nacional, da unidade do povo, propondo uma nova identidade coletiva vão ser facilmente incorporadas e difundidas pelo Governo brasileiro.

Ainda em Beired, “a alternativa para o Brasil estava posta no futuro, pois se entendia que o passado, as raças e o meio geográfico tinham sido pouco pródigos para suprir os pré-requisitos para a consolidação da nacionalidade, sempre entendida como uma *evolução*” (1999, p. 200). Neste sentido, segundo a própria argumentação do autor na discussão anterior, somavam-se a língua e as tradições, as quais permearam uma grande discussão no Estado catarinense.

Pensava-se, entre a elite intelectual, projetos de cunho nacionalista para a

sociedade brasileira. Azevedo Amaral, citado por Beired, dizia que o Estado Novo era o primeiro Governo verdadeiramente nacionalista, aquele que abriu um novo ciclo na história do Brasil. Sustentava também a “necessidade de o Estado desenvolver uma política eugênica e imigratória. Os indivíduos indesejáveis (possivelmente negros e índios) deveriam ser neutralizados e as etnias superiores estimuladas a vir para o Brasil, desde que assimiláveis à cultura brasileira” (1999, p. 208-209).

Em outra perspectiva, a lógica do nacionalismo brasileiro era

a superação do atraso [que] exigia mudanças institucionais, ou seja, a presença de um Governo forte, autoritário, capaz de integrar o trabalhador nacional na sociedade, solucionar o problema das raças e organizar as massas inorgânicas, formando, por intermédio da educação e da disciplinarização do trabalho, a consciência nacional (CAPELATO, 2009, p. 226).

Um Governo forte, autoritário e capaz de controlar as massas, solucionando os problemas por intermédio da educação e disciplinarização, foi instituído em Santa Catarina, nos anos de 1930, com a presença de militares no poder. A superação do atraso econômico, que gerou contradições nas terras catarinenses, é, contudo, um princípio do nacionalismo moderno, que exalta a modernização da sociedade, ou mesmo o progresso.

Amaral nos faz pensar em duas coisas: primeiro, sobre a questão da denominada raça superior, que se aproxima exatamente do modelo exacerbado de nacionalismo cultural, e, segundo, a assimilação dessas etnias à cultura brasileira. Mas nos perguntamos: que cultura é essa? O que nos parece é que ele está muito mais preocupado com a elaboração de projetos gerais de nivelamento social do que considerar a diversidade do território brasileiro, sufocando os “indesejáveis”. A questão do enquadramento à cultura nacional, aparecerá também nas discussões dentro do estado de Santa Catarina. Contudo, a maior e mais explícita questão a pautar as discussões das páginas seguintes é a capacidade do Estado autoritário incorporar o nacionalismo e expandi-lo, com o uso da máquina estatal. Já observara Beired, em suas conclusões no seu texto *Ideologia Nacionalista e Representações da Nação*, este fator:

Qual seria o agente capaz de impor diretrizes para realizar a afirmação da nação? Tudo indica que a resposta convergia no Estado Autoritário, instituição capaz de unificar “por cima” os elementos nacionalitários contidos na sociedade, de combater os “inimigos” da pátria e de neutralizar a ação dos fatores negativos para a realização da nação como comunidade material e imaginada (1999, p. 232)

No estado de Santa Catarina, se implantará um Governo autoritário, a partir da vitoriosa revolução de 1930, e este utilizará dos “elementos nacionalitários” para combater os “inimigos” da nação.

Porém, é necessário entender as teorias autoritárias, para compreender, de forma integral o ambiente político-autoritário do estado de Santa Catarina. Devemos saber que o nacionalismo foi um projeto de Governo, e que, no estado investigado, hora o nacionalismo estava atrelado ao autoritarismo, hora eles se afastavam, porém os laços permaneciam.

Sabemos que o nacionalismo foi, para o Estado Novo, uma ideologia de ação, ou seja, foi pensado e incorporado pelas elites intelectuais que discutiam a formação de uma identidade nacional para o Brasil. O nacionalismo foi o rótulo do período autoritário catarinense nos anos do Governo Vargas, foi ele a principal arma utilizada a favor da legitimação de uma oligarquia que lutava pelo poder governamental no estado. Quando se falava de nacionalismo, falava-se de sentimento nacional, de unidade, de Estado autoritário, e assim se tinha o pretexto de impor qualquer ordem baseada nestes princípios. Mas também sabemos que ele não é obra apenas do Estado Novo, ele se constituiu durante anos anteriores, e é neste período que o identificamos. Vamos ver, dentro do período do Governo Provisório de Vargas, como se constituiu a ideia de nacionalismo e de Estado Autoritário.

O Brasil, com a instalação do regime autoritário na década de 1930, inaugurava um novo sistema político, crescentemente autoritário. Inspirado nos regimes fascistas europeus, procurava interpretar a realidade brasileira e construir um sentimento nacional, uma unidade nacional, dando ao Brasil um caráter nacional. Para tanto, precisava-se de um corpo intelectualizado pelo Estado, que elaboraria suas teorias políticas, econômicas e sociais (MICELI, 2001, p. 210). Contudo, precisava-se também socializar esses conhecimentos produzidos, utilizando-se dos meios de comunicação, assim como as revistas do Estado, por exemplo a *Cultura Política*, tornando público o novo caráter do novo sistema de Estado.

O “corpo intelectual do Estado”<sup>4</sup> era composto por historiadores, sociólogos, antropólogos, cientistas sociais, entre outros. Pensava-se que para entender a sociedade contemporânea, a sociedade em que estavam inseridos, era necessário entender primeiro a sociedade preexistente. Passaram a observar que havia uma explícita “distância entre a sociedade brasileira efetivamente e as ideias e instituições que a regiam politicamente” (BRESCIANI, 2005, p. 152). Ou seja, as leis de regulação da sociedade que então estavam em vigor, segundo eles, eram desconexas com a realidade brasileira, daí a justificativa da sanção

---

<sup>4</sup> Intelectuais recrutados pelo regime Vargas que atuavam em diversas áreas produzindo a ideologia do estado. Para melhor entendimento ver MICELI, 2001, p. 195-237.

de muitos decretos-leis, a partir da instalação do Governo Provisório.

Viana, sobre a importação de modelos estrangeiros não adequados a realidade nacional do momento, dizia:

A simples importação de regimes estrangeiros não poderia ter dado certo, pois tanto o Parlamentarismo como o Presidencialismo necessitavam de homens – os que tinham que executar aqui – providos de sentimentos políticos e de cultura cívica que os dois regimes pressupõem e que nos falta na classe dirigente (VIANA, 1930, p. 43).

O centro da questão revisionista no Brasil não é o de organizar aqui um regime parlamentar (maneira europeia) ou presidencial (maneira americana), isso é um erro. Nós nada temos de “tipos de regime” exóticos (...). O que devemos buscar é um regime para nós mesmos, adequado a nós, modelado sobre nossas realidades e idiossincrasias (maneira própria de ver, sentir, reagir, de cada indivíduo). Equivale dizer que precisamos ter uma autonomia e uma originalidade de pensamento, que nos capacitem criar um tipo de regime nosso – o tipo brasileiro (VIANA, 1930, p. 36-37).

Estes intelectuais acusavam o regime republicano de não olhar para a realidade nacional e sim para modelos sociais das sociedades mais “avançadas”. Isso forneceu ao movimento autoritário um forte sentido de legitimação de sua visão de mundo, pois desestruturando a sociedade anterior, estavam qualificando o novo regime, que representavam. Porém, na medida em que se utilizavam do nacionalismo para defender a unidade nacional brasileira, também estavam se apropriando de modelos estrangeiros, assim como republicanos.

A única forma de superar o “atraso” que a República propiciou à nação era, para os intelectuais do novo regime, a instalação do Estado autoritário, que propunha a racionalização do aparelho estatal, a revisão das instituições políticas e a formação de uma nacionalidade sólida. Afirmava Viana: “O Brasil precisa realizar desde já, por uma série de razões poderosas e urgentes, uma alta política de caráter profundamente orgânico e nacional. Esta política, porém, só pode ser feita por iniciativa do Estado” (VIANA, 1930, p. 13). Desta forma, se instalou, a partir dos anos 1930, um Governo que frisava exatamente a necessidade de modificações orgânicas no aparelho do Estado, e também na sociedade. O reflexo desta política para Santa Catarina foi a instalação de governos militares participantes da revolução aliancista, e que vinham do Rio Grande do Sul. Esse movimento autoritário será abordado no terceiro capítulo deste trabalho.

Na perspectiva de Viana, o Brasil deveria seguir seu próprio caminho em busca de sua nacionalidade, não deveria importar modelos estrangeiros para sua sociedade, mas sim compartilhar de ideias científicas, para interpretar as suas necessidades, e assim elaborar um

modelo adequado à sua realidade. Em outras palavras:

Importar ideias políticas e modelos institucionais de outros países constituiria um erro político primário; contudo, fazer uso de modelos de análise da sociedade e de teorias sociológicas, de ampla utilização nos países europeus e Estados Unidos, significaria partilhar com a comunidade nacional de cientistas o domínio comum de conhecimentos obtidos do que denominaram “os sólidos e isentos princípios da ciência” (BRESCIANI, 2005, p. 171).

A justificação da política utilizada, espelhada em modelos já formulados, se dava na perspectiva do conhecimento científico. Quanto ao futuro das massas, durante todo o regime autoritário, através dos seus teóricos intelectuais, se discursava sobre a capacidade da população em escolher os rumos da nação. Dizia-se que isso era impossível, que o povo não estava preparado para esta tarefa. A consciência política era algo exterior ao indivíduo comum, e só através da centralização política de um Governo forte isso poderia se organizar.

O povo brasileiro, por motivos peculiares à sua formação e evolução, não tem, como aliás não têm muitos outros povos, capacidade de direção política. Logo, tudo depende de uma reforma constitucional que organize o estado num sentido que capacite para este fim superior e necessário (VIANA, 1930, p. 13-14).

“O brasileiro seria um homem incapaz de forjar uma nação” (VIANA in BRESCIANI, 2005, p. 178). Para Francisco Campos, em sua obra *O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico*, as massas são irracionais e o Estado é quem as organiza, ou quem as deve organizar, mostrando que o irracionalismo das massas gera sua incapacidade de escolher através do voto o seu líder (CAMPOS, 2001). Azevedo Amaral também confirma essa ideia em seu primeiro capítulo da obra *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*, de 1938. Escreve que o sufrágio universal deveria ser substituído pelo voto indireto, pois o Brasil não tem consciência para o modelo do sufrágio universal. “A prática do sufrágio universal e da eleição direta no Brasil fornece realmente assunto mais adequado a servir de matéria prima ao humorista, que ao estudo sério do historiador” (2002, p. 64). Sob outra óptica, Geoffrey Barraclough, em sua obra *Introdução à história contemporânea*, nos diz que o sufrágio universal dá às massas a representatividade no sistema eleitoral e social, representatividade que também pode ser obtida com a participação dos indivíduos em partidos políticos (1966, p. 121-122).

Entretanto, com a instalação do Governo autoritário e com os discursos dos intelectuais que o legitimavam, criou-se a justificativa de “tirar” da população o direito de

voto, e se consolidar um Governo central, que, por “necessidade”, passaria a tomar as decisões por si só. Nesses termos, qual seria, então, o papel do Estado na organização da sociedade e na definição de suas leis e suas instituições?

O Estado autoritário brasileiro deveria ter suas próprias leis e ordens. A principal característica do Estado autoritário na legitimação de suas ações foi seu caráter supostamente técnico. Através dessa linha de raciocínio, os intelectuais analisavam a realidade social, e criavam soluções técnicas para a resolução dos problemas encontrados. Foram criados cargos técnicos no aparelho de Estado, como: economistas, agrônomos, cientistas e homens de carreiras especializadas. Com essa caracterização técnica das decisões que deveriam ser tomadas, legitimava-se a decisão política, e eliminavam-se as discussões. Nesta perspectiva, o texto de Sérgio Miceli (2001) nos faz pensar até que ponto estes técnicos eram ou não políticos. Sabemos através deste autor que o DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público, era um órgão de caráter técnico, porém dirigido por políticos. Então, certamente, podemos pensar que as decisões técnicas legitimavam as ações políticas. Este é um assunto muito mais amplo que requer um cuidado e uma análise apurada, então não nos aprofundaremos nele, e sim, abordaremos outras peculiaridades que determinaram o Estado autoritário.

Ao final destas discussões, chamamos a atenção para o papel que o Estado passou a exercer na sociedade da década de 1930. O Estado deixou de ter papel secundário, característica do modelo republicano liberal, e passou a ter papel fundamental e principal no novo regime. “O Estado, como todas as realizações verdadeiramente humanas, tem por fim criar a felicidade – material, moral e espiritual – de *todos* os indivíduos que dentro dele vivem” (ANDRADE, 1940, p. 204-205). Ele passou a ser uma espécie de órgão que supre as necessidades e os anseios do povo, mostrando estar intimamente ligado com a massa. Passou a ser uma instituição que não era mais determinada *pela* massa, mas sim *para* a massa. O Estado passou a ditar os rumos da sociedade, passou a ser paternalista. Pensava Viana (1930) que Estado era patriarcal, que sua tutela sobre a nação tinha a marca do poder familiar, que buscava harmonizar a grande família brasileira sob sua autoridade. Já para Campos, o Estado racionalizou as decisões e se identificou com o povo pelo sentimento nacional. Nesta perspectiva, o indivíduo só se constituía como indivíduo quando inserido em um grupo, em um partido, em uma nação. Sozinho ele não existia. “O indivíduo não é uma personalidade espiritual, mas uma realidade grupal, partidária ou nacional” (CAMPOS, 2001, p. 20). Essa identificação se dá pelos símbolos emitidos pelo Estado e socializados para a massa. Para

Maria Bernadete Ramos Flores (1997), a elaboração dos símbolos se deve a um conjunto de mitos pelos quais se procura disciplinar as identificações. Esses mitos são representações simbólicas como festas e discursos governamentais, datas comemorativas e imagens que transmitem para o povo os ideais do Estado.

Acima de tudo, o Estado autoritário deveria ser composto por um líder forte e carismático, neste caso Getúlio Vargas, um homem que se sacrificasse pelo seu povo, por sua nação, que se caracterizasse como um estupendo condutor dos homens, e que se mostrasse com a “cara” do Estado. As decisões seriam verticalizadas, os estados regionais deviam obedecer à ordem central, o poder bélico devia pertencer à nação e não aos estados, dever-se-ia desenvolver o espírito de pátria, a economia planejada e o nacionalismo, visto como um bem comum (CAMPOS, 2001).<sup>5</sup>

Estudando o estado de Santa Catarina, veremos que durante o Governo Provisório brasileiro foram instalados dentro das fronteiras estaduais dois governos sul-rio-grandenses que tomaram diversas medidas autoritárias e que administraram este estado com a consciência de que estavam seguindo todas as normas que a união lhes determinava. Por conta disso, veremos que muitas das discussões feitas sobre Estado autoritário, nestas páginas, irão se concretizar em Santa Catarina. Em muitos casos, neste período, Santa Catarina se submeteu à ordem da união, e em alguns outros agiu com autonomia. Já com a instalação do Estado Novo, com as bases já solidificadas, a política estadual assumiu os princípios regionais e exerceu sua própria política, valorizando as peculiaridades locais.

---

<sup>5</sup> Há uma ampla bibliografia nacional que discute o fenômeno do autoritarismo brasileiro, sobretudo na era Vargas. Entretanto fizemos apenas um rápido apanhado dessas teorias, principalmente as que se referem aos intelectuais que estiveram ligados ao corpo institucional do Estado nacional.

### **3 DO GOVERNO PROVISÓRIO AO FIM DA PRIMEIRA REPÚBLICA: AS COMPLEXAS DISPUTAS OLIGÁRQUICAS PELO GOVERNO CATARINENSE**

#### **3.1 Identificando interesses, políticos, grupos econômicos e suas ligações**

Para que possamos entender a política do estado de Santa Catarina pós-revolução de 30, devemos pensá-la como um processo histórico construído desde os tempos da formação dos partidos na Primeira República e quais os envolvidos neste processo. Desta forma, teremos a compreensão de quais ideais cada partido defendeu, no período estudado.

Nos últimos anos do Império brasileiro, havia no estado de Santa Catarina três partidos políticos de maior influência: os liberais, que se encontravam no poder, os conservadores, no momento excluídos dos principais cargos políticos, e os republicanos, que eram minoria, mas que vieram a tomar posse do Governo do estado por decorrência daquilo que aconteceu no cenário nacional.

A articulação republicana era visível em Santa Catarina, apesar de eles comporem uma minoria. Ainda nos últimos anos do império, fundou-se o Clube Republicano, em Desterro, na data de 13 de agosto de 1885. Ele tinha como função disseminar as ideias republicanas no estado, e, através de seus jornais, propagandear candidaturas políticas. Alguns dos jornais republicanos presentes no estado de Santa Catarina eram: *A Voz do Povo*, de 1885, que circulava em Desterro; *Evolução*, de 1886 distribuído em Tijucas; *Folha Livre*, de 1887, presente em Joinville, e *O Sul*, de 1889 (NECKEL, 2003, p. 9).

Apesar das articulações e propagandas políticas republicanas dentro da província de Santa Catarina, eles possuíam apenas 200 eleitores, em 1887. Possuíam também 15 clubes, mas o número de associados ainda era reduzido. Temos como exemplo o Clube Republicano de Desterro, com somente 17 membros associados. Desta maneira, é certo afirmar que “o Partido Liberal e o Partido Conservador aglutinavam as principais forças políticas no período imperial” (NECKEL, 2003, p. 10).

Com a proclamação da República, a tomada do Governo do Brasil por Deodoro da Fonseca e a vitória dos republicanos em âmbito nacional, as forças políticas republicanas dos estados trataram de tomar os governos de acordo com suas necessidades. Em Santa Catarina, os republicanos representavam uma minoria política, mas nada os impediu em tomar o Governo estadual, no dia 17 de novembro de 1889.

Com a nova ordem estabelecida, a política estadual catarinense se afastava do

poder dos partidos derrotados do Império, diminuindo a influência de liberais e conservadores, que, de alguma forma, buscavam retomar seus cargos políticos, e tornarem-se visíveis novamente nas disputas pelo poder. Por sua vez, os republicanos possuíam número reduzido de filiados em seu partido, no contexto catarinense, por isso acabaram precisando do apoio das antigas oligarquias. Desta forma, num primeiro momento, organizou-se uma junta eleitoral composta por republicanos, militares e conservadores, que declararam apoio aos novos detentores do poder, interessados em cargos políticos. Cabe ressaltar, neste instante, a importância do poder militar na instauração do novo regime, tanto em âmbito estadual como nacional.

A junta eleitoral organizou-se da seguinte forma: João Batista do Rego Barros<sup>6</sup>, comandante do 15º Batalhão de Infantaria – BI; Raulino Júlio Adolfo Horn<sup>7</sup>, presidente do Clube Republicano, e Alexandre Marcelino Bayma<sup>8</sup>, chefe do Partido Conservador. Estes formaram o primeiro Governo republicano de Santa Catarina. No dia 17 de novembro de 1889, realizaram-se, no Palácio do Governo, as comemorações festivas de posse. Encontravam-se no local muitos republicanos e tantos outros conservadores que declararam seu apoio ao novo Governo, tendo seus interesses representados na junta que tomou posse. Os liberais, assim como os conservadores, passaram a apoiar a governança republicana, no intuito de também manterem-se ativos nos cargos públicos. Assim, no dia 21 do mesmo mês, pronunciaram seu apoio aos republicanos (NECKEL, 2003, p. 11).

---

<sup>6</sup> **João Batista do Rego Barros Cavalcanti de Albuquerque.** Foi tenente-coronel em 1884, coronel em 1889, reformado como brigadeiro em 1890 e promovido a marechal-de-campo em 1892. Foi condecorado com a medalha de guerra contra o Paraguai pela Argentina. Com a proclamação da República foi um dos três membros da junta governativa (PIAZZA, 1985, p.23).

<sup>7</sup> **Raulino Júlio Adolfo Horn** nasceu em Laguna, em 1º de julho de 1849. Foi farmacêutico, jornalista e político brasileiro. Formado em farmácia pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi fundador do Partido Republicano Catarinense, em 27 de junho de 1887, e do clube abolicionista do Desterro. Com a proclamação da República, foi um dos três membros da junta governativa catarinense. Na ocasião em que Lauro Müller assumiu o primeiro Governo republicano, foi o primeiro vice-Governador do estado, tendo assumido o Governo de 24 de agosto a 29 de setembro de 1890 e de 5 de outubro a 8 de outubro de 1890, passando o Governo ao segundo vice-Governador Gustavo Richard, seguindo para o Rio de Janeiro, onde assumiu o cargo de senador da República, de 1890 a 1899. Foi deputado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina, na 10ª legislatura (1919-1921), na 11ª legislatura (1922-1924) e na 12ª legislatura (1925-1927). Presidente da Assembleia, nas 10ª e 11ª legislaturas, substituiu o Governador Hercílio Luz por quatro vezes, de 24 de abril a 28 de maio de 1920, de 30 de agosto a 27 de setembro de 1920, de 31 de outubro de 1921 a 12 de agosto de 1922, e de 16 de agosto a 28 de setembro de 1922. Faleceu em Florianópolis, em 26 de setembro de 1927 (PIAZZA, 1985, p.263).

<sup>8</sup> **Alexandre Marcelino Bayma.** Nascido na Província do Maranhão, a 15 de fevereiro de 1839. Formado em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1865, ingressando no exército como segundo-tenente-cirurgião. Foi general-de-brigada, em 1897. Foi condecorado como cavaleiro da Imperial Ordem de Cristo. Foi deputado à Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina na 24ª legislatura (1882-1883) e na 25ª legislatura (1884-1885). Com a proclamação da República foi um dos três membros da junta governativa. Foi deputado à Assembleia Constituinte do estado de Santa Catarina e à 1ª legislatura, de 1892 a 1894. Faleceu em fevereiro de 1904 (PIAZZA, 1985, p.77).

No entanto podemos perceber o jogo de interesses dos políticos liberais, conservadores e republicanos na composição da elite política que tomaria as rédeas do Governo do estado. Independentemente da ordem estabelecida, ao que nos parece, os objetivos de tais envolvidos eram manter-se vivos na governança e nas decisões que ditariam os rumos da sociedade. Ainda podemos notar que o golpe da proclamação da República elevou, em nível estadual, uma minoria partidária republicana que passou a ditar as regras a conservadores e liberais. O jogo de interesses por cargos públicos, influência na governança do estado e fortalecimento partidário, levou a minoria republicana, em primeira estância, a aceitar o apoio dos seus oponentes, até o momento em que estivessem sólidas suas bases, enquanto isso os opositores se “vendiam”, apoiando a República.

Pouco tempo depois das negociações que levaram a formação da Junta Eleitoral composta por republicanos e conservadores, houve, inegavelmente, a implantação do plano republicano de fortalecimento de suas bases, e, conseqüentemente, exclusão dos outros partidos do Governo. A Junta que tomou posse no dia 17 de novembro de 1889 cedeu o Governo para Lauro Müller<sup>9</sup>, no dia 2 de dezembro do mesmo ano. Segundo Goularti Filho, Lauro Müller foi indicado por Benjamim Constant, e nomeado pelo Presidente da República, Deodoro da Fonseca, ao cargo de chefe do Governo de Santa Catarina (2002, p. 128), tornando visível que liberais e conservadores não teriam mais espaço nas políticas republicanas. Lauro Müller era descendente direto da primeira leva de imigrantes alemães que vieram para o Brasil em 1829. Foi egresso da Escola Militar e aos 26 anos foi o primeiro Governador do estado de Santa Catarina. Lauro Müller, durante sua carreira política foi Governador quatro vezes, mas sempre manteve seus interesses no plano federal, atuando no Senado e em três ministérios, sendo um deles o ministério da Viação e Obras Públicas, no Governo de Rodrigues Alves (AURAS, 1991, p. 102; GOULARTI FILHO, 2002, p. 128). É possível que defendesse as ideias vindas das áreas de imigração<sup>10</sup>, suas origens culturais e as

---

<sup>9</sup> **Lauro Severiano Müller** nasceu em Itajaí no dia 8 de novembro de 1836. Fez estudos primários em sua terra e, posteriormente, seguiu para o Rio de Janeiro. Teve duas carreiras paralelas, a de militar e a de político. Na vida militar, foi Alferes em 1885, 2º Tenente em 1889, 1º Tenente em 1890, Major em 1900, Tenente-Coronel em 1906, Coronel em 1912, General de Brigada em 1914 e General de Divisão em 1921. Na carreira política, foi indicado para Governador em 1889, em 1891 foi Deputado à Assembleia Nacional Constituinte e 1ª Legislatura de 1891-1893. Deputado Federal a 2ª Legislatura 1894-1896, à 3ª Legislatura 1897-1899, Senador à 4ª Legislatura por nove anos 1900-1908. Foi ministro da Viação e Obras Públicas do Governo de Rodrigues Alves, e no ano de 1907 voltou a ser senador para completar o mandato de Gustavo Richard. Novamente Senador no ano de 1912, eleito por nove anos e renunciando no mesmo ano para assumir o cargo de Ministro das Relações Exteriores. Em 1917 volta a ser Senador, ocupando a cadeira de Abdon Batista renunciante. Senador por nove anos eleito em 1921. Foi também membro da Academia Brasileira de Letras e faleceu em 30.7.1926 (PIAZZA, 1994, p. 359).

<sup>10</sup> Santa Catarina é um estado multicultural, foi colonizado por alemães, italianos, açorianos, poloneses, japoneses entre tantas outras etnias. A historiografia estadual costuma dividir o estado em regiões étnico-

terras de onde ascendeu politicamente, mas como não atuava no cenário estadual, dando prioridade ao federal, não se envolveu diretamente nas relações políticas de grupos opositores no estado.

No período de transição do Império para a República, houve grandes atritos entre as elites ascendentes e as oligarquias que perdiam seu prestígio. Os atritos se davam claramente, entre as diferenças divergentes dos três partidos políticos no que envolvia a substituição do velho pelo novo. Mas isso segundo Neckel, não foi retratado como deveria ser:

Houve uma grande insistência na ampla e pronta adesão, sem grandes alterações da ordem na cidade. Através dos registros dos jornais, dos documentos oficiais da época, acompanha-se a preocupação em destacar a harmonia, ordem e tranquilidade que caracterizaram a chegada da República (2003, p. 14).

Tudo não passava de táticas para não preocupar o povo com a existência de eventuais mudanças ocorridas na transação do Império para República. Os discursos de progresso para o estado substituíam o pessimismo da mudança. Os jornais tinham o papel de reproduzir tais discursos, pois “em qualquer regime, a propaganda política é estratégia para o exercício do poder” (CAPELATO, 2009, p. 76). Afinal, é através da propaganda, existente nos meios de comunicação, que se socializa uma notícia, seja ela verdadeira ou não, com a massa populacional. Deste modo, a nova política vigente, republicana, apostou na comunicação através dos jornais para convencer o povo de que tudo “reinava” na mais perfeita ordem. O que não foi possível, pois as tensões eram maiores que os momentos de calma e os conflitos tomaram conta da “harmonia política”. “A implantação da República em Santa Catarina foi feita em meio a acirradas disputas pelos cargos políticos e por novas formas de distinção social” (NECKEL, 2003, p. 15).

Os conflitos começaram a se acirrar quando Lauro Müller, atendendo o dispositivo federal – Lei Cesário Alvim – dissolveu, em 7 de janeiro de 1890, as Câmaras Municipais e instituiu os Conselhos Municipais, com poder para nomear os intendentes, cuja maior parte pertencia aos clubes republicanos (NECKEL, 2003, p. 16). Nesta perspectiva, o poder dos republicanos aumentava cada vez mais, enquanto o poder dos liberais e conservadores ia diminuindo gradativamente. O sistema administrativo instalado pós-Proclamação da República, beneficiava apenas os republicanos, os únicos que teriam voz

---

geográficas, caracterizando o litoral de açoriano, o vale do Itajaí e norte do estado de alemão, o sul, italiano e o planalto e o oeste de colonização gaúcha e paulista. Ver: GOULARTI FILHO, 2002, p. 72-80; PIAZZA, 1994. Para uma leitura mais crítica ver: MORAES, 2008.

ativa nas decisões políticas, prejudicando os partidos Conservador e Liberal, chamados pelos republicanos de ex-monarquistas. A fragmentação das Câmaras Municipais acabou por eliminar o restante dos políticos liberais possuidores de cargos de comando, “o desmonte das câmaras municipais representou a perda do poder político para os antigos membros do Partido Liberal” (NECKEL, 2003, p. 16), enquanto a criação dos Conselhos Municipais tratou de consolidar os republicanos nos cargos de controle político.

Para aumentar os atritos, os republicanos, no mesmo ano de 1890, organizaram uma chapa para as eleições de 15 de novembro. Nesta chapa já não havia mais nenhum conservador e nenhum liberal. Estes partidos, vendo-se fora dos planos republicanos, trataram de unir forças para disputar as mesmas eleições, para manterem-se nos cargos políticos. Nas eleições daquele ano, os republicanos se elegeram em todos os cargos disputados, três Senadores e quatro Deputados Federais (NECKEL, 2003, p. 16-18).

Cabe analisar que, por trás de grandes mudanças, há grandes interesses. Os políticos conservadores e liberais trocaram com os republicanos apoio político por cargos administrativos. No entanto, no momento em que os republicanos contornaram as suas necessidades internas, excluíram os outros partidos de sua administração, deixando liberais e conservadores fora do páreo político. Aconteceu então de estes dois partidos se unirem e formarem a Aliança Nacional, tentando manter viva a esperança política dentro da República. Mas entendemos que o sistema eleitoral elaborado pelos republicanos beneficiava única e exclusivamente a chapa da situação e por este motivo, por contar com o aparelho estatal, não deixaram possibilidades para que a recém-formada Aliança Nacional elegeisse algum representante.

Como reflexo do aparelhamento do estado nas mãos dos republicanos, no ano de 1894 Hercílio Luz<sup>11</sup> foi eleito Governador do estado de Santa Catarina, o segundo a exercer esse cargo depois do advento da República e o primeiro a ser eleito pelo voto direto. Hercílio Luz foi adepto do liberalismo e teve suas origens políticas nas zonas urbanas, estando ligado a

---

<sup>11</sup> **Hercílio Pedro da Luz** é natural de Desterro, SC, nascido em 26 de maio de 1860. Estudou na sua cidade natal, posteriormente ingressou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e cursou a faculdade de agronomia na Bélgica. Foi Juiz Comissário de Terras, em Lages em 1886, Engenheiro da Província, em 1888 e 1891, Engenheiro de Obras Públicas do estado em 1889 e chefe da Comissão de Terras de Blumenau, em 1891, entre outros cargos. Na carreira política, começou liderando a reação republicana em Blumenau contra a junta eleitoral instalada em Desterro, no ano de 1892, culminando no seu Governo provisório, em 1893. Foi novamente Governador do estado em 1894-1898, Conselheiro Municipal de Florianópolis, em 1898-1902, Deputado à 4ª Legislatura em 1900-1902 renunciando por ter sido eleito Senador da República, na mesma Legislatura com mandato de seis anos. Novamente Senador, no ano de 1906-1914, pela 6ª Legislatura que lhe dava nove anos no poder, pela 9ª Legislatura foi também Senador com novo mandato de nove anos 1915-1924, renunciando, pois em 1918-1921, foi eleito Governador do estado. Governador do estado também em 1922-1924. Faleceu em 20 outubro de 1924, em Florianópolis (PIAZZA, 1994, p. 313).

empresas capitalistas da região do vale do Itajaí (GOULARTI FILHO, 2002, p. 130-131). Foi durante sua carreira política defensor da economia industrial, visando, nesse setor, ao progresso de Santa Catarina, deixando em segundo plano as áreas rurais. As aparentes preocupações do Governador se voltavam para a economia do estado, extremamente precária, baseada na produção açoriana de farinha de mandioca, uma das principais exportações de Santa Catarina, até o momento. Este produto, por ser de baixa qualidade, perdia espaço nas vendas do estado, que buscava outras alternativas para o crescimento econômico. Era o momento propício para Hercílio Luz retribuir os votos depositados nele nas eleições em que se elegeu. As áreas de imigração se mostravam propícias para a acumulação capitalista, “eram os primeiros embriões de expressivos estabelecimentos industriais” (AURAS, 1991, p. 105). Os imigrantes da região de Blumenau, Joinville, entre outras cidades, mesma região em que Hercílio Luz ascendeu politicamente e passou a defender seus interesses, se mostravam qualificados para a produção capitalista. Já vieram para o Brasil com uma bagagem cultural da qual já tinham assimilado o processo de produção moderna, lembrando que a Alemanha neste período já era industrializada. As áreas de imigração começaram a acumulação pelo excedente dos produtos agrícolas, passando por pequenos estabelecimentos de compra e venda, posteriormente pela instalação de casas de crédito e, conseqüentemente, a instalação das primeiras indústrias, que eram abastecidas pela mão de obra qualificada vinda diretamente da Alemanha por levas de imigrantes. Contudo, para que houvesse um maior desenvolvimento da região, Hercílio Luz propôs um projeto de lei<sup>12</sup> que visava à reestruturação da política tributária do estado, da qual era “reflexo da hegemonia dos interesses agrários, coronelísticos, que se mantiveram, até então, incontestáveis, graças à ausência de adversários políticos a altura de seu domínio” (AURAS, 1991, p. 108). Neste Governo, Hercílio promoveu a colonização do oeste, deu concessão de terras para a Companhia Colonizadora Hanseática, do vale do Itajaí, e também para a Companhia Metropolitana, no sul do estado, além de muitos outros investimentos urbanísticos. Hercílio e sua política progressista, tornava-se adversário político do latifúndio, e esbarrava na grande influência dos ruralistas sobre a política estadual.

A proposta de Hercílio Luz foi reformulada pelos latifundiários serranos, que continuaram a pagar menos impostos que os imigrantes germânicos do norte do estado e do vale do Itajaí, ocasionando o começo do conflito entre os grupos agrário e industrial. Hercílio

---

<sup>12</sup> Lei n° 175, de 04/10/1895, que propunha o imposto igualitário sobre a terra e sobre o capital. Foi aprovada pelo Conselho Representativo, com as seguintes exigências: “Ficam sujeitos apenas à metade do imposto as terras dos municípios da região serrana, enquanto esta não for ligada ao litoral do estado por estrada que dê fácil saída aos productos de sua lavoura e industria” (apud AURAS, 1991, p. 110).

Luz só voltaria a governar o estado vinte anos mais tarde, por coincidência ou não, depois de tentar alterar a lei que legitimava o poder agrário. Esta situação nos leva a pensar até que ponto o poder dos latifundiários influenciou nos rumos de Santa Catarina.

Criaram-se intrigas e atritos, que alimentaram discórdias entre os interesses econômico-políticos desses dois grupos adversários, agrário/nacionalista e industrial/germanista. A denominação de “agrário/nacionalista” vem de uma discussão que faremos mais adiante, mas que está intimamente ligada à origem étnica do grupo adversário. Já os “industriais/germanistas” são assim caracterizados, pois se localizam geograficamente na região industrializada de Santa Catarina de colonização alemã e são defensores da sua origem étnica. Estes dois grupos são responsáveis pela formação de grandes oligarquias muito influentes na política estadual, a oligarquia Ramos e a oligarquia Konder. Com a proclamação da República, ambos os grupos estavam inseridos no Partido Republicano Catarinense e nele permaneceram por longos 30 anos, até o rompimento das relações que não se sustentavam mais, pois defendiam interesses diferentes (AURAS, 1991, p. 105-110).

Antes de adentrarmos na cisão principal do Partido Republicano, no sentido de que se formaram dois blocos que “guerream” entre si por longos anos por legitimação política, econômica e cultural, veremos as primeiras cisões acontecidas que de certa forma irão esclarecer as linhas de pensamento dos urbano/industriais e agrário/nacionalistas.

A primeira cisão republicana “barriga-verde”<sup>13</sup>, relatada pela historiografia estadual, foi em 1893 durante a Revolução Federalista, quando o Interventor Federal em Santa Catarina Manoel Joaquim Machado<sup>14</sup> rompeu relações com o Governo de Floriano Peixoto e se aliou aos federalistas do Rio Grande do Sul, ligados a Ferreira Martins e aos revoltosos do Rio de Janeiro (Revolta da Armada). Para combater os federalistas em terras catarinenses, se formaram as tropas legalistas comandadas por Hercílio Luz e Lauro Müller. Luz lutou pelos legalistas, mas não concordava com as atitudes autoritárias de Floriano. O seu engajamento deu-se mais pelos ideais republicanos, ao contrário de Müller que era aliado ao militarismo autoritário do Presidente. Ambos estavam lutando pelos legalistas, entretanto calcados por princípios diferentes. Vencido o conflito pelos governistas, Hercílio Luz assumiu o Governo

---

<sup>13</sup> Termo popular utilizado para denominar a população catarinense.

<sup>14</sup> **Manoel Joaquim Machado** nasceu em 2 de dezembro de 1863, em Minas Gerais. Foi nomeado Interventor em Santa Catarina por Floriano Peixoto, em 1892, em 15 de setembro do mesmo ano foi eleito pelo Congresso Representativo do estado para o cargo de presidente, tendo administrado o estado até setembro de 1893. Em junho, teve de se afastar do Governo em razão de uma denúncia e processo por causa da prisão de um funcionário federal, sendo substituído pelo vice, Eliseu Guilherme da Silva. Com o estabelecimento do Governo Provisório e Revolucionário da República voltou a governar, em 1894, quando foi deposto pelas tropas legalistas chefiadas pelo coronel Antônio Moreira César. Faleceu em 14 de agosto de 1913, em Vila Verde (PIAZZA, 1985, p. 318).

do estado de Santa Catarina, com o apoio de Lauro Müller (GOULARTI FILHO, 2002, p. 128-129). Acredita-se que os dois políticos apesar de não compartilharem dos mesmos princípios, integravam o Partido Republicano, e por isso o apoio eleitoral existiu. De certa forma, não houve uma ruptura entre esses políticos e, sim, um desentendimento ou mesmo o esclarecimentos de princípios políticos diferentes entre eles.

A segunda cisão aconteceu em 1900, por ocasião das eleições legislativas. Neste período, o Governador do estado era Felipe Schmidt<sup>15</sup> (1886-1902), indicado por seu primo Lauro Müller. Este último, Presidente do Partido Republicano de seu estado, tinha como função escolher ou indicar os nomes para Governador do estado, Vice-Governador, Deputados Federais e Senadores, exercendo um grande prestígio no partido. Outra figura importante da política republicana e envolvido nas discussões dentro do partido era Hercílio Luz, cujos seus interesses já conhecemos. Este tinha como função indicar os Deputados Estaduais. Sabemos que os princípios destes homens eram diferentes e suas funções dentro do partido eram específicas, entretanto, nesta situação elas não foram respeitadas. Os atritos aconteceram pelo fato de Felipe Schmidt ter indicado os nomes para Deputados Estaduais sem consultar Hercílio Luz, que era o responsável pelas indicações. A partir desse momento, Hercílio Luz, que se vê cada vez mais afastado da política de Lauro Müller, fez fortes críticas, em seu jornal *República*, ao Governo de Felipe Schmidt, e ao afastamento de Lauro Müller da política estadual. Para defesa de sua pessoa, Felipe Schmidt funda o jornal *O Dia*, ao mesmo tempo em que Hercílio Luz começa a se aproximar dos remanescentes federalistas (CORRÊA, 1984, p. 19-20; NECKEL, 2003, p. 35).

As divisões dentro do Partido Republicano não eram nada mais do que o jogo de interesses de representações e do atrito entre Hercílio Luz e Lauro Müller, disputando em todos os momentos o prestígio do mais alto grau dentro da mesma instituição partidária, ou seja, cada um deles tinha seus “preferidos”, de acordo com os seus interesses, e cada um deles tinha sua função dentro do partido. No momento em que as fronteiras entre eles eram ultrapassadas os embates entre ambos começavam. Fica claro que as ideias destes indivíduos

---

<sup>15</sup> **Felipe Schmidt** nasceu em Lages, SC, na data de 4 de maio de 1859. Ainda pequeno, mudou-se para Tijucas, onde fez seus primeiros estudos, concluídos em Desterro. Na carreira Militar, foi Alferes-aluno em 1881, 2º Tenente de Artilharia em 1882. Trabalhou na construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré e na estrada de União da Vitória - Palmas, entre outros trabalhos militares no estado e, no país. Foi 1º Tenente em 1883, Capitão em 1890, Major em 1892 e Tenente-Coronel em 1900. General de Brigada em 1918, e reformado como General de Divisão em 1919. Na carreira política, foi Deputado à Assembleia Nacional Constituinte, em 1891, e a 1ª Legislatura de 1891-1893. Governador de Santa Catarina em 1898-1902, Senador na vaga de Lauro Müller, em 1909, e, posteriormente, novamente Senador, por nove anos de mandato, mas renunciou por ser eleito Governador do estado (1914-1918). Senador por cinco anos, completando o mandato de Hercílio Luz, eleito Governador em 1919 e Senador por nove anos, em 1924. Faleceu no Rio de Janeiro em 10 de maio de 1930 (PIAZZA, 1994, p. 515-516).

eram diferentes e que os seus seguidores também eram diferentes. Entre os que se colocavam ao lado de Lauro Müller temos Vidal Ramos<sup>16</sup> o patriarca da oligarquia Ramos (agrário/nacionalista) e entre os seguidores de Hercílio Luz temos Adolpho Konder<sup>17</sup>, o patriarca da oligarquia Konder (urbano/industrial/germanista), estas oligarquias irão configurar intensas oposições nas décadas seguintes. É certo que os Konder seguiram muito dos ensinamentos de Luz, mas não necessariamente os Ramos seguiram a linha de pensamento de Müller, exceto o autoritarismo.<sup>18</sup>

As divergências dos políticos daquela instituição se estendiam ao grande público, através dos meios de comunicação, jornais, dos mesmos. O que se pretendia com isso era diminuir o prestígio do adversário e aumentar o número de seguidores a seu favor, nem que para isso precisasse aliar-se a outros políticos partidários.

Os federalistas, que posteriormente a sua revolução foram praticamente extintos da política estadual, conseguiram manter dois nomes ativos nas disputas, Elizeu Guilherme da Silva<sup>19</sup> e Dorval Melchiades de Souza.<sup>20</sup> Estes foram os federalistas remanescentes no cenário

<sup>16</sup> **Vidal José de Oliveira Ramos Júnior** nasceu em Lages, 24 de outubro de 1866. Foi Governador de Santa Catarina, de 28 de setembro de 1910 a 20 de junho de 1914, senador pelo mesmo estado, de 1915 a 1929. Foi deputado à Assembleia Legislativa Provincial, na 26ª legislatura, de 1886 a 1887, deputado estadual, na 1ª legislatura, de 1894 a 1895, na 2ª legislatura, de 1896 a 1897, na 4ª legislatura, de 1901 a 1903. Foi deputado federal na 6ª legislatura, de 1906 a 1908, na 7ª legislatura, de 1909 a 1911, renunciando em 1910, na 13ª legislatura, de 1927 a 1929. Além da política foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (PIAZZA, 1985, p. 476-477).

<sup>17</sup> **Adolpho Konder** é natural de Itajaí, SC, do dia 16 de fevereiro de 1884. Estudou em Itajaí e Blumenau (1894), cursou humanidade no Colégio Nossa Senhora da Conceição em São Leopoldo, RS, Bacharelou-se em Direito na Faculdade de Direito de São Paulo. Redatoriu o jornal *Novidades*, em Itajaí, foi indicado por Hercílio Luz, Secretário de estado da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura, em 1920. Deputado à Câmara dos Deputados à 11ª legislatura no ano de 1921-1923, Deputado Federal à 12ª legislatura 1924-1926, Governador em 1926-1930, Senador pelo Partido Republicano em 1930. “Cassado” retornou a política em 1933, Deputado à Assembleia Constituinte Nacional de 1935 e à 1ª legislatura de 1935-1937, pela coligação “Por Santa Catarina”. Junto a Aristiliano Ramos e Henrique Rupp Júnior fundou a UDN, em 1945, a qual dirigiu. Faleceu em 24 de setembro de 1956 no Rio de Janeiro (PIAZZA, 1994, p. 271).

<sup>18</sup> Segundo Goularti Filho, Lauro Müller aprendera na escola de guerra o positivismo ensinado por Constant e seguia uma linha mais austera, enquanto Hercílio Luz seguia uma postura liberal (2002, p. 128).

<sup>19</sup> **Elizeu Guilherme da Silva** é natural de São José, SC, nasceu em 20 de setembro de 1843. Cursou farmácia em Montevidéu, Uruguai, e faculdade de Medicina no Rio de Janeiro. Na vida militar foi alferes da 1ª Cia. do 3º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional da Laguna em 1868, Tenente-Coronel Comandante do 1º Batalhão de Artilharia da Guarda Nacional do Desterro 1880. Na vida política foi Vereador da Câmara Municipal do Desterro e seu Presidente. Deputado à Assembleia Legislativa Provincial à 22ª Legislatura (1878-1879), à 23ª legislatura (1880-1881), à 24ª legislatura (1882-1883), à 25ª legislatura (1884-1885) e à 27ª legislatura (1888-1889). Funda em 1890, com Severo Pereira, a “união Nacional”, que, posteriormente, vira “União Federalista”. Foi Deputado à Assembleia Constituinte Estadual e à 1ª legislatura de 1892-1894, presidente da Assembleia em 1892 e 1893 e Vice-Presidente do estado, se tornando Presidente com a renúncia do Presidente Manoel Joaquim Machado em 1893, entregando logo o Governo para Nunes Pires, por pressão dos adversários, como Hercílio Luz. Deputado à 4ª Legislatura 1901-1903, 1º Secretário do Congresso em 1902, Deputado Federal à 6ª legislatura (1906-1908), à 11ª legislatura (1921-1923) e também à 12ª legislatura (1924-1926). Faleceu no Rio de Janeiro em 16.4.1928 (PIAZZA, 1994, p. 523).

<sup>20</sup> **Dorval Melchiades de Souza** nasceu em Desterro, SC, em 29 de novembro de 1869. Na carreira Militar, matriculou-se no Colégio Naval, sendo Aspirante da Marinha na Proclamação da República em 1889, 1º

político, dos quais Hercílio Luz se aproximou. Tal divisão partidária se resolveu com as articulações entre republicanos e federalistas, inaugurando-se a política dos Governadores.<sup>21</sup> Desta situação, em Santa Catarina formou-se uma aliança e uma chapa mista para as eleições do Senado, composta por três republicanos, entre eles Hercílio Luz, e dois federalistas. Enquanto a chapa para o Senado tinha sido eleita, Lauro Müller concorreu e se elegeu Governador do estado de Santa Catarina, e Vidal Ramos, Vice-Governador (1902-1906). Neste período, decidiu-se entre os republicanos que o Presidente do Partido seria sempre o Governador do estado. Cabe ressaltar que Hercílio Luz e Lauro Müller eram inimigos políticos, mas faziam parte, até então, do mesmo Partido Republicano, e juntos formavam uma força política muito grande. Como Lauro Müller nunca visou ao plano estadual para atuação, Vidal Ramos Vice-Governador se tornaria o chefe supremo de Santa Catarina, assim que Lauro Müller deixasse o cargo para atuar no plano federal (CORRÊA, 1984, p. 20-21). Vidal Ramos elegeu-se uma vez ao cargo de Vice-Governador de Müller e uma vez ao cargo de Governador, assumindo as duas vezes a administração do estado. Foi oportunista e representou seu grupo no poder, inaugurando o nome da oligarquia Ramos na governança de Santa Catarina. Foi autor de um grande projeto que perdurou por anos até ser reavivado nos governos sul-rio-grandenses aliancistas e posteriormente por seu filho Nereu Ramos.<sup>22</sup>

---

Tenente em 1890, Capitão-Tenente em 1893, Capitão de Corveta em 1897, Capitão de Fragata em 1913 e Capitão de mar e guerra em 1918. Reformado Contra-Almirante, Capitão dos portos de Santa Catarina e Comandante da Escola de Aprendizes de Marinheiros no estado. Na política, foi Deputado à Assembleia Legislativa do estado à 1<sup>o</sup> legislatura no ano de 1892-1894, suplente de secretário em 1893, Deputado ao Congresso Representativo do estado à 4<sup>a</sup> legislatura 1901-1903, também Deputado na 5<sup>a</sup> legislatura 1904-1906, segundo Secretário do Congresso em 1904, 1905 e 1906. Deputado Estadual em 1907-1909 pela 6<sup>a</sup> legislatura, 1<sup>o</sup> secretário do Congresso em 1907 e Vice-Presidente do Congresso em 1908-1909. Deputado à Assembleia Constituinte Estadual em 1910 e à 7<sup>a</sup> legislatura 1910-1912, Vice-Presidente da Assembleia e do Congresso em 1910-1911. Deputado Estadual da 8<sup>a</sup> legislatura de 1913-1915 e da 9<sup>a</sup> legislatura em 1916-1918. Presidente do Congresso em 1918, Deputado Estadual em 1925-1927 à 12<sup>a</sup> legislatura, Superintendente Municipal de Florianópolis em 1918. Vice-Governador em 1914-1918, renunciando a seu cargo. Deputado à Assembleia Constituinte Estadual em 1928 e à 13<sup>a</sup> legislatura 1928-1930. Faleceu em 30 de julho de 1940, no Rio de Janeiro (PIAZZA, 1994, p. 543).

<sup>21</sup> “A política dos Governadores foi um pacto feito entre o Governo e as oligarquias locais. O Governo apoiava as oligarquias que controlavam os estados, impedindo que grupos da oposição conseguissem se eleger. Em troca, essas oligarquias apoiavam os candidatos indicados pelo Governo e as decisões presidenciais no Congresso. Assim, a política daquela época “foi um jogo de cartas marcadas”, pois a escolha dos presidentes, bem como dos demais representantes eleitos, já estava decidida antes mesmo das eleições, por meio de uma complexa rede de favorecimentos e auxílio mútuo. Temos um compromisso entre o “coronel”, dono dos votos, e o estado, com seus juizes e delegados de polícia, obedientes a seus desmandos e caprichos”. Para ver melhor essa situação ler: TREVISAN, 1982.

<sup>22</sup> **Nereu de Oliveira Ramos** nasceu em Lages, no dia 3 de setembro de 1888. Estudou no colégio Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo e bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo 1909. Em sua carreira política, foi Deputado ao Congresso Representativo do estado à 7<sup>a</sup> legislatura em 1911, Deputado Estadual à 10<sup>a</sup> legislatura em 1919-1921, participou da Reação Republicana em 1922 e integrou a Aliança Liberal em 1927. Deputado à Câmara dos Deputados em 1930-1932 pela 14<sup>a</sup> legislatura, dissolvida em 1930. Deputado Federal à Constituinte Nacional de 1934 e à 1<sup>a</sup> legislatura de 1934-1937. Foi Governador do estado de Santa Catarina de 1935-1937 e Interventor Federal de 1937-1945. Fundou o Partido Social

Quando Hercílio Luz se aproximou dos federalistas, ressurgiram das cinzas da revolução derrotada dois homens de grandes carreiras políticas. Assim, por desentendimentos entre os republicanos, os federalistas aproveitaram-se da situação e se elegeram para dois cargos no Senado. Ainda neste contexto, Lauro Müller, o nome mais poderoso dos republicanos, se tornou, mesmo que por pouco tempo, o Governador do estado, o indicador de todos os cargos políticos e o presidente do Partido Republicano. A partir da posse de Vidal Ramos no Governo, devido à renúncia de Lauro Müller, surgiu no cenário estadual um latifundiário das terras lageanas, representante do grupo agrário/nacional, que posteriormente viria a se contrapor à política de Hercílio Luz, representante do grupo urbano/industrial. Certamente, ao que tudo indica, a partir daí começariam os conflitos de interesse político entre ambos. Conflitos que passaram a ser maiores no segundo Governo de Vidal Ramos (1910-1914), quando se propõe a nacionalização do sistema de ensino.

O processo de nacionalização do ensino em Santa Catarina foi acima de tudo político. Através da implementação de normas para se nacionalizar o povo do estado, se atingiu, em grande escala, as regiões de imigração alemã, centradas nas regiões do vale do Itajaí e norte do estado. Se o Governo de Vidal Ramos representava o grupo agrário, certamente tinha como oposição a indústria ascendente da região germânica, e, enfraquecendo o adversário, ele estaria fortalecendo seu grupo. O método utilizado nesse momento foi o processo de nacionalização do ensino, que na década de 30 foi reorganizado pelos sul-riograndenses e ampliado e aplicado com maior ênfase por Nereu Ramos.

Em seu primeiro Governo, Vidal Ramos já havia providenciado padres para a formação de um colégio na capital do estado para cuidar da educação dos meninos, o Colégio Catarinense. Anos mais tarde, em seu segundo mandato, 1910, ele dá continuidade ao incentivo à escolaridade pública no estado. Neste Governo, vai se instituir a primeira reforma do ensino catarinense, a Primeira Nacionalização do Ensino. Orestes Guimarães foi trazido de São Paulo para estruturar tais objetivos no estado de Santa Catarina. Ele já havia trabalhado no norte do estado, reorganizando, em 1907, o Colégio Municipal de Joinville. Para o estado, a reforma de Vidal e Orestes, representou avanço na educação pública primária, na medida em

---

Democrático, em 1945, e foi Deputado à Assembleia Nacional Constituinte de 1946, de onde foi membro da Grande Comissão Constitucional, no mesmo ano. Senador em 1946-1951 pelo Partido Social Democrático, Vice-Presidente da República em 1946-1950, Presidente da Câmara dos deputados em 1951-1954, Senador em 1955-1958, Presidente do Senado e como tal Presidente da República de 11.11.1955 a 31.1.1956, por fim foi Ministro da Justiça em 1956-1957. Faleceu em desastre aéreo, no dia 16 de junho de 1958 em Curitiba (PIAZZA, 1994, p. 474).

que se criou e se modificou os modelos de escola, como: Escola Normal<sup>23</sup>, Grupo Escolar<sup>24</sup>, Escola Isolada<sup>25</sup>, Escola Reunida<sup>26</sup> e Escola Complementar<sup>27</sup> (AURAS, 1991, p. 150). Foram construídos e reformados estabelecimentos de ensino, além da modificação do currículo, programas e, sobretudo, o controle sobre a ação educativa (MONTEIRO, 1983, p. 55). Para Jairo Cezar, de todas as reformas que foram implementadas na Primeira República, a mais importante foi a de 1910, quando através da lei n. 846, se estabeleceram mudanças significativas na configuração escolar catarinense. Os grupos escolares, a partir de então, transformaram-se em símbolo de poder para a classe política da época, e trouxeram vantagens significativas para o estado, com o fechamento de inúmeras escolas isoladas e a exoneração de professores (2006, p. 6023-6031). Já para Valdecir Soligo, ainda que os grupos escolares tivessem adquirido importância substancial, as escolas isoladas continuavam predominantes, principalmente pelas características do processo de desenvolvimento do estado, onde a população se distribuía pelos diferentes espaços de colonização. À medida que a demanda crescia, as escolas isoladas passavam à categoria de “escolas reunidas” e, assim, eram elevadas à condição de “grupos escolares” (2010, p. 164-176).

Já em âmbito político, a reforma deu sustentabilidade ao discurso de nacionalização do Governo. Monteiro diz que a intervenção do Estado na educação

---

<sup>23</sup> A Escola Normal tinha como objetivo formar professores para atuarem no magistério de nível primário. Segundo Schaffrath, está associada à necessidade da profissionalização dos docentes num tempo de institucionalização da instrução pública no mundo moderno que se construía sob o signo da ordem social burguesa. Neste contexto, as Escolas Normais como locus especializado em formar professores para o ensino primário, têm sua história perpassada por toda uma conjuntura sociopolítica, que vai além de questões de cunho meramente pedagógico (2008).

<sup>24</sup> Os Grupo Escolar fundamentavam-se essencialmente na classificação dos alunos pelo nível de conhecimento em agrupamentos supostamente homogêneos, implicando a constituição das classes. Pressupunha, também, a adoção do ensino simultâneo, a racionalização curricular, controle e distribuição ordenada dos conteúdos e do tempo (graduação dos programas e estabelecimento de horários), a introdução de um sistema de avaliação, a divisão do trabalho docente e um edifício escolar compreendendo várias salas de aula e vários professores. O modelo colocava em correspondência a distribuição do espaço com os elementos da racionalização pedagógica – em cada sala de aula uma classe referente a uma série; para cada classe, um professor (Souza, 2004, p. 114).

<sup>25</sup> As Escola Isolada eram pequenos estabelecimentos de alfabetização. Para cada uma delas era necessária a existência de um professor que ensinava alunos de idades diferentes, 6 a 10 ano. Estas escolas normalmente eram afastadas das cidades e não possuíam móveis e prédio adequado para a prática do ensino, assim sendo, poderiam se alojadas em casas de particulares. Para melhor entendimento ver: Reis, 2011 e Farias, 2010.

<sup>26</sup> “Durante muito tempo foi adotado o modelo de Escolas Reunidas. Estas eram, inicialmente, mera junção de escolas, antes isoladas, em um mesmo espaço físico, implicando apenas no aparecimento da figura do diretor e do porteiro”. Foi na Escola Reunida que surgiu a exigência da assinatura dos docentes no livro ponto escolar, assim se instituindo um instrumento de controle do trabalho dos professores. As Escolas Reunidas se caracterizaram como a etapa primeira, e muitas vezes duradoura, da constituição de um grupo escolar, embora não fosse necessário que ela existisse. Estas eram a simples junção de três ou mais escolas em um mesmo espaço e sob uma mesma direção, mantendo, inicialmente, a mesma organização pedagógica da casa-escola. Para uma boa leitura sobre esses assunto ver: LOPES, 2002.

<sup>27</sup> Escola Complementar foi a primeira escola construída com objetivo da formação de professores para o ensino primário. Posteriormente a reforma escolar de 1911, ela passou a ser denominada Escola Normal.

regularizava a língua portuguesa como obrigatória e oficial nas salas de aula e que as escolas particulares deveriam franquear a visita de qualquer autoridade escolar e anualmente enviar relatórios sobre o movimento estatístico para o estado (1983, p. 56).

A implantação da língua portuguesa nas escolas atingiu diretamente as áreas de imigração alemã, que tinham números consideráveis de escolas particulares mantidas pelos imigrantes que falavam a língua alemã (NASCIMENTO, 2009, p. 10). Entendemos que as áreas que o projeto visava a nacionalizar, ao que tudo indica, eram as de imigração, as áreas de base política dos adversários. Com as medidas governamentais da primeira nacionalização, se enfraquecia a cultura alemã no ambiente escolar, mas ainda não restringia o uso da língua estrangeira fora da escola, o que vai acontecer com a segunda nacionalização do ensino, no Governo de Nereu Ramos, filho de Vidal Ramos. Não seria mera coincidência pensarmos que os dois projetos de nacionalização, apesar de diferentes, mas com objetivos em comum, vieram de uma mesma oligarquia (agrário/nacionalista), de um mesmo grupo político.

A nacionalização não atingiu somente a população imigrante e seus descendentes, mas também os políticos com raízes estrangeiras. Principalmente a partir da Primeira Guerra Mundial, o projeto de nacionalização ganhou corpo e passou a ser bem visto pelo Governo Federal (AURAS, 1991, p. 150-151). As relações diplomáticas rompidas entre Brasil e Alemanha em 1917 despertaram em Santa Catarina manifestações de brasilidade, dando forma ao nacionalismo. O Governo Federal passou a desconfiar da lealdade do imigrante e do Governo de Santa Catarina, neste momento Felipe Schmidt, adepto da política de Lauro Müller. Com os “olhos abertos” para o estado catarinense, o Governo nacional passou a se preocupar com a integração das “terras germânicas” ao resto da nação. A escola pública recebeu papel estratégico de ação na implantação das medidas nacionalizadoras. Assim, diante de ordens federais, as escolas que não ensinavam em português e as que ensinavam mas não de “maneira eficiente”, eram fechadas pelos governos de Felipe Schmidt e Hercílio Luz (NASCIMENTO, 2009, p. 7-9). Nesta perspectiva, notamos que os governos de interesses comuns às áreas de colonização foram enquadrados pelo Estado brasileiro, no momento de guerra. Entretanto, o processo de adequação às normas nacionais não enfraqueceu o poder destes políticos e também não acabou com as escolas étnicas, ditas “estrangeiras”. Certamente no período posterior a Primeira Guerra Mundial, a fiscalização nas escolas diminuiu e os governantes puderam voltar as suas práticas regionais, o que acabou por adormecer o nacionalismo no ensino, pois nenhum outro Governo da oligarquia Ramos (agrário/nacionalistas) ou aliados a eles assumiu o poder depois de 1914, o que acabou

acontecendo somente depois da vitória aliancista na década de 1930. Assim, o pós-revolução de 30 reaproveitou o projeto elaborado por Vidal Ramos, na década de 1910. Os governos sul-rio-grandenses, principalmente o primeiro Interventor, trataram de reacender e reorganizar o projeto da oligarquia Ramos e de dar bases suficientes para a segunda nacionalização acontecida no Estado Novo, assim veremos nos próximos capítulos. Mas antes disso, veremos como, no pós Primeira Guerra Mundial, ainda na Primeira República, os interesses entre os dois grupos adversários dentro do Partido Republicano irão se confrontar, ocasionando a ruptura definitiva do latifúndio com a indústria.

A terceira cisão entre republicanos deixou claramente visível a existência de dois grupos consolidados e um terceiro começando a ganhar espaço. Os grupos de Hercílio Luz e de Lauro Müller eram oponentes, enquanto o de Vidal Ramos ganhava crédito e confiança às custas da influência de Müller. O grupo de Luz (Adolpho Konder, Victor Konder<sup>28</sup>, oligarquia Konder, urbano/germanistas), em 1909, apoiou a campanha do civilismo liderada por Rui Barbosa, que combatia o militarismo de Hermes da Fonseca, em lado oposto a Lauro Müller e a seus “pupilos” (Felipe Schmidt e Gustavo Richard<sup>29</sup>) que ficaram ao lado de Hermes. Esse confronto serviu, acima de tudo, para afastar um pouco mais os políticos republicanos (GOULARTI FILHO, 2002, p. 129). No ano seguinte, 1910, Vidal Ramos assume o cargo de Governador pela segunda vez, quando implantou o projeto de nacionalização que veremos e discutiremos nos capítulos seguintes.

A quarta divisão dos republicanos, e mais importante para o objetivo deste trabalho, aconteceu nos anos de 1920, quando surgiu efetivamente uma forte oposição ao Governo de Hercílio Luz. Nesta mesma década, novos políticos ganharam visibilidade no cenário estadual delineando as novas lideranças e o futuro do estado (GOULARTI FILHO, 2002, p. 132). A revolução de 1930 possibilitou que esta oposição da década de 1920 assumisse o poder do estado e deslanchasse medidas discriminatórias no sentido de ferir

---

<sup>28</sup> **Vítor Konder** nasceu em Itajaí, 21 de fevereiro de 1886. Estudou no Colegio Santo Antonio de Blumenau e no Colégio Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo, além de bachelar-se pela faculdade de Direito de São Paulo. Entre outras atividades, foi deputado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina na 10ª legislatura (1919-1921) e na 11ª legislatura (1922-1924). Comandou o Ministério da Viação e Obras Públicas, de 15 de novembro de 1926 a 24 de outubro de 1930, no Governo de Washington Luís. Faleceu no Rio de Janeiro, em 6 de agosto de 1941 (PIAZZA, 1994, p. 273).

<sup>29</sup> **Gustavo Richard** nasceu no Rio de Janeiro, no dia 29 de agosto de 1847. Em sua carreira política, foi vereador em Desterro (atual Florianópolis) de 1887 a 1890, foi Vice-Presidente de Santa Catarina, tendo assumido o Governo de 1890 a 1891, nesta situação tornou-se presidente substituindo Lauro Müller, que se encontrava na Câmara Federal. Assumiu novamente o Governo do estado em 1906, ficando até 1910, dando lugar a Vidal Ramos. Foi senador por dois mandatos (1894 a 1902 e 1903 a 1906) e deputado federal em 1912 a 1914. Em sua carreira militar foi Tenente-Coronel da Guarda Nacional em 1890 e Coronel em 1891. Faleceu em Florianópolis no dia 18 de outubro de 1929 (PIAZZA, 1985, p. 495-496).

interesses oriundos do vale do Itajaí (AURAS, 1991, p. 101). Entre os políticos ascendentes nessa década, estavam Nereu Ramos, Henrique Rupp Júnior<sup>30</sup> e Adolpho Konder, sucessor de Hercílio Luz. A ruptura do Partido Republicano se deu por interesses diferentes entre Hercílio Luz, então presidente do Partido, e Vidal Ramos, que nesta ocasião era Vice-Presidente e já consolidava seu grupo como uma força de embate. Hercílio Luz tinha ficado fora do cargo de Governador do estado por longos anos de sua carreira política, acompanhando do “lado de fora” o desenvolvimento da economia catarinense sob os governos de influência de Muller.<sup>31</sup> Deste ângulo assistiu

à [provisória] resolução da questão dos limites com o Paraná (...); à aplicação e à consolidação do povoamento do Oeste; ao fim da Primeira Guerra Mundial e ao desenvolvimento industrial do litoral norte [que] proporcionaram condições para o processo de modernização do estado (AURAS, 1991, p. 112).

Voltando ao Governo e encontrando tais condições de crescimento urbano, Hercílio teve pulso firme em reaplicar o seu projeto tributário, que nos parece tê-lo, anos antes, afastado por longo tempo da governança catarinense. O projeto elaborado em seu primeiro mandato, e reaplicado, visava ao imposto sobre a “fortuna territorial” (AURAS, 1991, p. 112). Segundo Goularti Filho, Luz, com sua reforma tributária, mexeu na espinha dorsal do orçamento do estado, quando criou o tributo sobre a terra, já que sua postura liberalista impedia-o de aumentar o imposto sobre a renda. “Além do imposto territorial ele diminuiu em 50% o imposto sobre as exportações e isentou do imposto de capital todas as benfeitorias rurais” (2002, p. 131). Queria atacar seus adversários e enfraquecer o poder da “terra” na política. O projeto reformado contribuiu, de certa forma, para a ruptura dos grupos em combate, dos quais Corrêa destaca: “era a força pecuarista contra um Governo urbano-comercial” (1984, p. 27).

O imposto territorial (...) passou a integrar o centro do sistema financeiro vigente no estado. Passou, por outro lado, a ser a alavanca propulsora da constituição de um

---

<sup>30</sup> **Henrique Rupp Júnior** nasceu em Joinville, SC, no dia 27 de março de 1880. Estudou em São Leopoldo no colégio Nossa Senhora da Conceição, bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Porto Alegre. Dedicou-se à advocacia e à política. Foi deputado ao Congresso representativo do estado à 6ª legislatura (1907-1909), 2º secretário do Congresso em 1908 e 1909, Deputado Estadual à 10ª legislatura em 1919-1921, também Deputado na 11ª legislatura (1923-1924). Fundou os jornais *O estado* e *A Pátria*. Foi um dos estruturadores da Aliança Liberal, e posteriormente a 1930 fundou a Legião Republicana. Entre outras coisas, foi diretor da Companhia Colonizadora Hanseática, e fundador da UDN em Santa Catarina. Faleceu na cidade de Florianópolis (PIAZZA, 1994, p. 504).

<sup>31</sup> Pode-se acompanhar todos os Governadores catarinenses no site oficial do Governo do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.sc.gov.br/conteudo/santacatarina/historia/paginas/Governadores.html>. Acesso em 27/07/2012.

grupo de oposição às forças governistas modernizantes, consubstanciado na família Ramos, tradicionalmente ligada aos interesses latifundiários (AURAS, 1991, p. 115).

A corrente liderada por Vidal Ramos era composta por grandes latifundiários da região serrana e oeste catarinense, enquanto a corrente liderada por Hercílio Luz era composta por comerciantes e industriais do vale do Itajaí e norte do estado. Durante o Governo de Luz, os latifundiários pagaram mais impostos, durante os anos em que os Ramos estavam no poder o movimento era inverso (NECKEL, 2003, p. 37).

Como de praxe na política dos Governadores, numa das tantas indicações de nomes para eleições, Vidal Ramos indicou para compor a chapa republicana seu filho Nereu, mas por intervenção de Hercílio Luz, Nereu Ramos não fez parte dos planos republicanos. Essa situação, somada a outras apresentadas nas páginas anteriores, acarretou a saída de Vidal Ramos e Nereu Ramos do Partido Republicano da capital, e a fundação, por estes últimos, da Reação Republicana, em 1921, fazendo o papel de oposição ao Governo de Hercílio Luz. Posteriormente, os Ramos se aproximaram do Partido Democrático Nacional e do Libertador do Rio Grande do Sul, fundando no estado o Partido Liberal Catarinense,<sup>32</sup> e em 1929 articulando seus interesses com a Aliança Liberal. As forças políticas de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e outros estados, como Minas Gerais, iam se aglutinando e formando uma grande frente contra o Governo Republicano Nacional (CORRÊA, 1984, p. 31-34).

É de significativa importância compararmos um pouco das rupturas acontecidas no Partido Republicano: todas envolveram o nome de Hercílio Luz, as três primeiras quando ele tinha um papel secundário na política do partido e a última quando tinha assumido a posição de maior influência na instituição, devido ao afastamento de Lauro Müller. Duas rupturas aconteceram pelo jogo de indicações e sucessões dos políticos e de seus respectivos cargos, pois, ao que nos parece, eles, ao terminar suas carreiras, apresentavam novos políticos para os seus lugares. As outras duas aconteceram devido aos posicionamentos frente a movimentos pró ou contra o Governo nacional. Por traz de tais rupturas, estavam sempre as ideologias de tais políticos representantes de políticas de interesses regionais. A família Ramos, alicerçada sobre a fortuna territorial, vinha se distanciando da política hercilista,

---

<sup>32</sup> O Partido Liberal fundado por Nereu e Vidal Ramos não foi o mesmo Partido Liberal existente no Império e início da República. Deixamos claro que o nome liberal pode ser o mesmo, mas não representava, de forma alguma, os mesmos princípios políticos. O Partido Liberal criado na década de 1920 é representado pela oligarquia Ramos e seus aliados. Na mesma perspectiva, olhamos para o Partido Republicano. No fim do Império e início da República ele aglutinava uma heterogeneidade de interesses, e era composto por grandes políticos de extensas carreiras, já da metade da década de 1920 em diante, o PRC passou a responder, principalmente, pela oligarquia Konder. Certamente os interesses dessa agremiação também já não eram os mesmos.

representante do trabalho na indústria da região germânica do estado. Os interesses eram conflitantes. Enquanto de um lado se buscava a acumulação de capital nas cidades, o outro acumulava a riqueza do campo, mas os dois tinham dois pontos em comuns, integrar a elite estadual e deixar os cargos públicos como herança política para as futuras gerações de seus grupos. “O processo político catarinense foi de um continuísmo oligárquico em que as preocupações maiores estavam em deixar no poder os membros de um partido único unidos entre si por laços consangüíneos” (CORRÊA, 1984, p. 26). Vidal deixou como legado Cândido,<sup>33</sup> Aristiliano<sup>34</sup> e Nereu, todos da família Ramos. Já Hercílio Luz deixou como seu sucessor Adolpho Konder, o patriarca da família Konder, que, foi eleito Governador em 1926 e apoiou a candidatura de Fulvio Adduci<sup>35</sup> (seu aliado) em 1930, quando, no mesmo ano, este foi deposto pela revolução aliancista. “A revolução de trinta alijou do poder os Konder” (AURAS, 1991, p. 100).

Enquanto o Partido Republicano era o mais poderoso do estado, o jogo de indicações e de sucessões se dava através de laços consanguíneos, como destacou Corrêa. As oligarquias familiares compuseram grande parte da história política de Santa Catarina. “Os nomes se revezavam no poder, mas quando estavam fora dele não perdiam as rédeas do controle partidário através da participação na Comissão Executiva do Partido” (CORRÊA, 1984, p. 26). Conseqüentemente eram sempre os mesmos homens a governar o estado, dentro

---

<sup>33</sup> **Cândido de Oliveira Ramos** nasceu em Lages, em 11 de março de 1889, filho de Henrique de Oliveira Ramos, sobrinho de Nereu de Oliveira Ramos e Neto de Vidal José de Oliveira Ramos. Fez os primeiros estudos na fazenda de seu pai, posteriormente foi para o Colégio Nossa Senhora da Conceição em São Leopoldo, e formou-se em medicina pela Faculdade Nacional de Medicina no Rio de Janeiro, em 1913. Trabalhou na Primeira Guerra Mundial, dando cuidados ao Exército Francês, posteriormente lecionou na universidade de Paris, voltou ao Brasil e participou da Revolução de 1930. Foi também Secretário de Estado da Fazenda, Viação e Obras Públicas e Agricultura em 1930-1932, depois Deputado à Câmara em 1934-1937 eleito pelo Partido Liberal Catarinense, Senador em 1935, posteriormente voltou a Lages para cuidar de sua fazenda. Faleceu em 23 de outubro de 1949, em Cannes, na França (PIAZZA, 1994, p. 469).

<sup>34</sup> **Aristiliano Laureano Ramos** é natural de Lages, SC, nascido no dia 10 de maio de 1888. Fez seus estudos na fazenda Morrinhos, Colégio São José, Lages e o curso de Humanidade no Colégio Nossa Senhora da Conceição em São Leopoldo RS. Dedicou-se ao jornalismo político. Foi Deputado ao Congresso Representativo do estado à 9ª legislatura de 1916-1918, suplente de Secretário do Congresso em 1916-1917-1918-1919-1920, Deputado do estado à 10ª legislatura em 1919-1921 e Superintendente Municipal de Lages 1927-1930. Chefiou uma das colunas da Revolução de 1930. Interventor Federal nomeando em 1933, deixando o cargo em 1935. Um dos fundadores da UDN em 1945, posteriormente passou a integrar o PSD de Nereu Ramos e por ultimo foi Deputado à Câmara em 1959-1962. Faleceu em Lages em 17 de abril de 1976 (PIAZZA, 1994, p. 466).

<sup>35</sup> **Fúlvio Coriolano Aducci** nasceu em Desterro, no dia 8 de fevereiro de 1884. Entre outros cargos, foi Promotor Público e Secretário do Interior e Justiça. Foi deputado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina na 7ª legislatura (1910-1912), na 8ª legislatura (1913-1915), na 10ª legislatura (1919-1921), na 11ª legislatura (1922-1924), e na 12ª legislatura (1925-1927). Foi deputado federal na 13ª legislatura (1927-1929) e na 14ª legislatura (1930-1932), dissolvida pela revolução de 1930. Foi o último presidente do estado de Santa Catarina na República Velha, eleito para o período 1930 a 1934, presidindo o estado de 29 de setembro a 24 de outubro de 1930, deposto pela revolução de 1930. Faleceu em Florianópolis no dia 8 de agosto de 1955 (PIAZZA, 1994, p. 21).

ou fora dos cargos políticos. Homens que buscavam construir a história do estado através do seu ponto de vista político, para assim, se legitimarem como os verdadeiros representantes do povo brasileiro e catarinense. Usufruíam de intelectuais e das produções destes em favor de suas pretensões. A fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina no primeiro Governo de Hercílio Luz (1894-1898) encarregava-se da construção da história do estado. Porém, este órgão público só ganhou caráter político a partir do Governo de Vidal Ramos (1902-1906) e do interesse agrário/nacionalista, quando surge a primeira fase do instituto, afirmando nas suas produções científicas a brasilidade dos luso-brasileiros, isto é, buscou-se nas origens e nas tradições a “verdadeira” etnia representante da nação brasileira. A primeira fase do Instituto Histórico do estado teve por caráter afirmar os lusos e, anos mais tarde, os açorianos como os legítimos fundadores da nação e do estado de Santa Catarina. Primeira fase que perdurou até 1920, em que, por coincidência ou não, Hercílio Luz se elegeu Governador. Presume-se que os embates étnico-políticos fizeram parte das produções teóricas e transpareceram nas formas de socialização do conhecimento para as massas, através de jornais, revistas científicas e discursos políticos (MORAES, 2008, p. 5-6; SERPA, 1996).

A hegemonia do partido republicano começou a perder forças no momento em que se acentuaram as disputas econômicas dos grupos distintos que se agrupavam, somadas às articulações dos liberais na década de 30. Sob o manto protetor do nacionalismo, que já aparecia nas primeiras décadas do século XX, as políticas autoritárias instituídas pelos sul-riograndenses e posteriormente por Nereu Ramos fragmentaram as áreas de imigração alemã de influência do poder republicano.

### **3.2 As relações políticas da década de 1920: a estratégia que levou a oposição ao poder**

O ano de 1930 foi um marco muito importante na história do estado de Santa Catarina, assim como também na política nacional. Neste ano, aconteceram eleições para Governo do estado, Deputados Federais, Senadores e Presidente da República. Os republicanos do estado vinham desde cedo se articulando para tais eleições, sendo que os candidatos indicados pelo partido certamente seriam eleitos devido à estrutura política criada pelos republicanos em Santa Catarina, necessariamente tornando seu poder mais forte diante do recém-criado Partido Liberal. Havia nesse momento histórico, no cenário nacional, a candidatura de uma chapa com duas figuras amplamente conhecidas em seus estados: Getúlio Vargas, do Rio Grande do Sul, para Presidente e João Pessoa, da Paraíba, para Vice-

Presidente. Fruto dessas articulações e da fundação da Aliança Liberal, no ano de 1929, por Rio Grande do Sul e Minas Gerais, fundou-se em Santa Catarina, em reflexo das organizações nacionais, o Comitê da Aliança Liberal, no dia 2 e outubro do mesmo ano.

O ano de 1930, em Santa Catarina, foi palco de discussões sobre educação, envolvendo a nacionalização do ensino já projetada em 1910. Na década de 1920, corriam pelo país reformas da instrução pública que não viam com bons olhos o projeto da nacionalização de Vidal, por isso, muito do que se pensava nestes anos foi vetado pelos acontecimentos dos anos 1930. Daí em diante, institui-se uma nova forma de ensino e de escola. As instituições escolares passaram a ser pensadas por equipes técnicas dos governos municipais e estaduais que mudaram seus aspectos materiais e simbólicos. No Brasil, assim como em Santa Catarina, “a política de intervenção operada na escola visava alterar profundamente o *habitus* pedagógico, combinando a renovação da formação docente com uma séria tentativa de reformar os costumes das famílias” (NUNES, 2001, p. 105). A educação era vista como meio primordial para a construção de valores e moldes das condutas (CAPELATO, 2009, p. 121-122). Tentava-se moldar, através da escola, a vida social de alunos, pais e mestres, tentava-se destruir a organização da década passada e construir uma nova sociedade. “Por trás das modificações produzidas na organização escolar, o que estava em jogo era uma reforma do espírito público” (NUNES, 2001, p. 105). O estado catarinense obedecia a essa ordem de educação, principalmente com a reconfiguração da estrutura física escolar instituída pelos Interventores sul-rio-grandenses e posteriormente com o Governo de Nereu Ramos, donde os interesses políticos passaram a usufruir do ensino para se nacionalizar a população, especialmente de origem alemã e italiana. A escola passou a ter papel difusor da ideologia do sistema dominante, legitimando “a autoridade do estado enquanto princípio tutelar da sociedade” (NUNES, 2001, p. 107). A era Vargas começada nos anos 30 abriu portas para uma reformulação do imaginário social que, segundo Bronislaw Baczko (1984), citado por Maria Helena Capelato, organiza e controla o tempo coletivo, interfere na produção da memória e na visão do futuro.

Para que estas e outras mudanças pudessem ocorrer no estado de Santa Catarina, mudanças que iremos acompanhar mais detalhadamente nos próximos capítulos, primeiramente, houve a organização da Aliança Liberal neste estado. O primeiro objetivo desta agremiação partidária vinda do Rio Grande do Sul foi instituir bases na cidade de Florianópolis para propagandear as propostas e princípios eleitorais da chapa de Getúlio à presidência da República.

Do Comitê Central faziam parte ainda todos os presidentes honorários e efetivos de todos os Comitês Aliancistas do estado. Foi também organizada uma comissão de trinta membros para a propaganda do alistamento eleitoral (FOLHA NOVA, Florianópolis, 3.10.1929, p. 1, apud CORRÊA, 1984, p. 37).

É imprescindível notar que a oligarquia Ramos (agrária/nacionalista) formadora do Partido Liberal Catarinense deu total apoio à Aliança Liberal em Santa Catarina, enquanto os republicanos mantiveram apoio ao seu Governo nacional. É a partir da união com a Aliança Liberal que os liberais de Santa Catarina, em número reduzido, vão começar a despontar na política do estado. Lembramos que estes liberais, entre os quais os Ramos, pertenciam ao grupo de republicanos descontentes com a sua situação naquele partido.

Um dos primeiros políticos catarinenses a aderir aos ideais da Aliança foi Vidal Ramos, um dos fundadores do Partido Liberal. Houve ainda tentativa de entendimento entre a Aliança Liberal e o Partido Republicano de Santa Catarina, o que não se tornou possível pelo fato de Adolpho Konder, presidente do Partido Republicano, declarar apoio ao então Presidente da República Washington Luiz. Para disputar as eleições pelos Republicanos, o nome de Júlio Prestes foi cogitado, e posteriormente escolhido (CORRÊA, 1984, p. 37-38).

Os liberais de Santa Catarina não possuíam estrutura financeira para alimentar as campanhas da Aliança no estado. Eram financiados então pelo estado do Rio Grande do Sul, que, por vezes, deixava de repassar as verbas dificultando os trabalhos dos comitês catarinenses. Já os republicanos não enfrentaram tais dificuldades, possuíam o aparato do estado nas mãos, facilitando as campanhas. Um bom exemplo dessa situação é o fato de seus integrantes dominarem todos os governos municipais gerando maior facilidade de disseminar suas propostas por todos os cantos do estado. Enquanto isso, os liberais, que nesse momento da história eram oposição ao Governo e eram em menor quantidade, se viam obrigados a fazer excursões por todos os municípios para divulgarem a propaganda de sua chapa (CORRÊA, 1984, p. 42). Torna-se evidente a facilidade dos republicanos em suas campanhas eleitorais, pois usufruíam dos seus políticos municipais para uma melhor divulgação, enquanto os liberais se organizaram em grupos e submeteram-se a viagens por todas as regiões do Brasil, para assim ter chances de competir no páreo eleitoral, as possíveis fraudes nas eleições também complicavam a vida dos adversários e prejudicavam a democracia.

Cabe lembrar que os políticos catarinenses, sejam do partido Republicano ou Liberal, possuíam suas áreas de influência eleitoral, “os Ramos (marcados pelo contexto rural) e os Konder-Bornhausen (contexto baseado no deslanchar do processo urbano-

industrial)” (AURAS, 1991, p. 100-101). Os Bornhausen apareceram no contexto político catarinense a partir da década de 1940 incorporando também a linha dos interesses dos Konder, que já vinham desde a Primeira Republica representando as forças industriais do vale do Itajaí e norte do estado. Os centros de influência da família Konder, “imigrantes alemães e italianos (...) irão sofrer as cruentas investidas nacionalizadoras oriundas dos ‘coronéis’ lageanos, seus adversários políticos na briga pelo comando do aparelho governamental” (AURAS, 1991, p. 101). As medidas discriminatórias oriundas dos projetos de nacionalização se voltaram, de certo modo, para o enfraquecimento dos políticos adversários, tentando assim, manter fortes influências aos seus redutos eleitorais e nos de seus adversários. Os Konder, como já percebemos, tinham origens étnicas e econômicas em Itajaí, e eram apoiados pelos comerciantes e industriais do vale do Itajaí e de Joinville. Eram sócios da Cia. Fábrica de Papel Itajaí (em sociedade com os Hering e Deeke, sobrenomes de origens alemã), da Companhia Carbonífera Próspera, da Fábrica de Máquinas Raimann e proprietários do Banco Inco (em sociedade com os Renaux, também de origens alemã). Do outro lado, os Ramos mantinham suas origens essencialmente pecuária latifundiária (GOULARTI FILHO, 2002, p. 187-188).

O jogo de influência e demonstração de força política entre os dois grupos deu resultados positivos aos Ramos, que, no ano de 1930, venceram as eleições na cidade de Blumenau. Os Ramos enquanto se mantiveram no poder, trataram de manter isolada a sua base eleitoral de Lages, “conservando-a sob características ruralistas — como condição para garantia do ‘curral eleitoral’ que os sustentava no poder” (MUNARIM apud AURAS, 1991, p. 110). Ambos os grupos usufruíram da máquina administrativa do estado, para manter relações de controle sobre o povo de suas bases eleitorais. “O clientelismo, o nepotismo, as pressões sobre os funcionários públicos, são exemplos de práticas comuns às forças oligárquicas” (AURAS, 1991, p. 100). Quem nesse momento estava com o aparato do estado nas mãos eram os republicanos, e foram eles que ganharam as eleições para o Governo em 1930.

As eleições se definiram da seguinte forma: os republicanos, que tinham maior poder em relação aos liberais, elegeram para o Senado, Pereira e Oliveira<sup>36</sup>, e para a Câmara

---

<sup>36</sup> **Antônio Pereira da Silva e Oliveira** nasceu na Lapa (até então Província de São Paulo) em 17 de julho de 1848. Foi deputado à Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina na 24ª legislatura (1882-1883), na 25ª legislatura (1884-1885), na 26ª legislatura (1886-1887) e na 27ª legislatura (1888-1889). Foi deputado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina na 1ª legislatura (1894-1895), na 2ª legislatura (1896-1897), na 4ª legislatura (1901-1903), na 5ª legislatura (1904-1906), na 6ª legislatura (1907-1909), e na 7ª legislatura (1910-1912). Foi deputado à Câmara dos Deputados na 8ª legislatura (1912-1914) e na 10ª legislatura (1918-1920). Foi senador do Brasil durante a República Velha, devido ao falecimento do titular, Lauro Müller. Presidente do Congresso Representativo, assumiu o Governo do estado por três vezes, de 10 de novembro a

Federal Edmundo da Luz,<sup>37</sup> Abelardo Luz<sup>38</sup> e Fúlvio Coriolano Aducci. Os liberais conseguiram eleger apenas Nereu Ramos para uma das vagas de Deputado Federal. A outra vaga de Senador era de Felipe Schmidt, que morreu no mesmo ano de 1930, sendo que, para sucedê-lo, Adolpho Konder, Governador do estado, ficou com a vaga. Neste momento, Santa Catarina passou a ser governado pelo presidente da Assembleia Legislativa, Bulcão Viana,<sup>39</sup> em vista do inusitado acontecido de o vice-governador Valmor Ribeiro<sup>40</sup> também estar envolvido nas eleições da Câmara Federal (CORRÊA, 1984, p. 43-45).

A campanha dos liberais resultou na eleição de Nereu Ramos, um avanço para a oposição que mostrava sua competitividade no sistema eleitoral do estado. De fato, Nereu Ramos não teve espaço dentro do Partido Republicano, e no Partido Liberal se tornou um nome de grande influência, propiciando no mesmo ano e nos anos seguintes o contato com os líderes da Aliança Liberal. Nereu Ramos teve papel fundamental na política dos anos de 1930. Primeiro nas articulações do golpe e a derrubada dos republicanos, e, segundo, na instauração do Estado Novo. Manteve-se por todo o período do Estado Novo à frente da política catarinense, sendo nomeado pelo Governo nacional de Getúlio Vargas. Foi o nome de maior

---

11 de novembro de 1902, de 22 de novembro de 1902 a 6 de março de 1905, e de 30 de outubro de 1905 a 28 de setembro de 1906. Eleito vice-Governador, assumiu o Governo de 3 de fevereiro a 12 de junho de 1923 e de 9 de maio de 1924 a 20 de novembro de 1925. Faleceu em Florianópolis, em 18 de novembro de 1938 (PIAZZA, 1994, p. 370-371).

<sup>37</sup> **Edmundo da Luz Pinto** nasceu no Rio de Janeiro, em 5 de janeiro de 1898. Foi advogado e político brasileiro. Foi deputado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina na 10ª legislatura (1919-1921), na 11ª legislatura (1922-1924), e na 12ª legislatura (1925-1927). Renunciou ao último mandato por ter sido eleito deputado federal à 13ª legislatura (1927-1929), sendo reeleito à 14ª legislatura (1930-1932), dissolvida em 1930. Foi diplomata, além de ter sido consagrado membro da Academia Catarinense de Letras. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em 15 de julho de 1963 (PIAZZA, 1985, p. 454-455).

<sup>38</sup> **Abelardo da Luz** é natural de Desterro, SC, nasceu no dia 28 de setembro de 1890. Foi deputado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina na 10ª legislatura (1919-1921). Foi deputado federal por Santa Catarina na 13ª legislatura, de 1927 a 1929, e na 14ª legislatura, de 1930 a 1932, legislatura esta dissolvida pela revolução de 1930. Além de ter sido Secretário de estado do Interior e Justiça em 1921-1922 (PIAZZA, 1994, p. 310).

<sup>39</sup> **Antônio Vicente Bulcão Viana**, natural de São Francisco do Conde, nasceu em 11 de janeiro de 1875. Formado em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1897. Foi médico adjunto do Exército Brasileiro em Santa Catarina. Pertenceu ao corpo clínico do Hospital Militar de Florianópolis, de 1905 até falecer. Serviu como médico também na Bahia, e no Rio Grande do Sul. Como médico do Exército, foi Tenente (1900), Capitão (1908), Major (1916), Coronel (1924) e General de Brigada (1929). Foi deputado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina na 11ª legislatura (1922-1924), na 12ª legislatura (1925-1927), e na 13ª legislatura (1928-1930). Assumiu o Governo do estado na administração de Hercílio Luz, de 20 de novembro de 1925 a 28 de setembro de 1926. No Governo de Adolfo Konder, assumiu novamente o Governo do estado, de 26 de março a 28 de setembro de 1930. Faleceu em 25 de março de 1940, na cidade de Florianópolis (PIAZZA, 1994, p. 586).

<sup>40</sup> **Valmor Argemiro Ribeiro Branco** nasceu em Lages, no dia 11 de novembro de 1885. Formado em medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1912. Foi deputado ao Congresso Representativo do estado de Santa Catarina na 11ª legislatura, de 1922 a 1924. Foi Vice-Presidente do estado de Santa Catarina de 1926 a 1930, tendo assumido o Governo por duas vezes, de 5 de dezembro de 1927 a 1 de fevereiro de 1928 e de 1 de dezembro de 1928 a 19 de fevereiro de 1929. Faleceu em Nova Iorque, 2 de agosto de 1952 (PIAZZA, 1985, p. 107).

influência no processo de nacionalização, utilizando-se da educação primária para nacionalizar o povo, teve como objetivo atingir seus adversários do vale e norte do estado. “A perseguição aos alemães, por ocasião da Primeira Guerra Mundial, será intensificada após a revolução de 1930, com a entrega do poder estadual aos Ramos” (AURAS, 1991, p. 120). Proveniente dos campos lageanos, terras que não sofreram processo de imigração, donde a mão de obra se dava por laços clientelísticos alçadas pelo sistema de compadrio, tendo como fonte de renda a criação de gado (AURAS, 1991, p. 135), Nereu Ramos tratava de representar à mesma linha política de seu pai, as oligarquias do campo, aqueles que passaram a defender o nacionalismo para se legitimar no embate contra os imigrantes, fortalecendo-se na política estadual com discurso de formação da identidade nacional.

Partindo das afirmativas de Marli Auras, os Ramos receberam o poder estadual a partir da revolução de 1930, e daí em diante foram feitas investidas na tentativa de ataque aos imigrantes de origem alemã, que “denegriram” a nacionalidade brasileira. De certa forma, Auras está correta, pois no Governo de Nereu Ramos foram instituídas medidas que combatiam a diferença étnica do estado catarinense, como veremos no último capítulo. Porém, de imediato, o Governo, pós-30, não passou às mãos da oligarquia fundadora do Partido Liberal Catarinense, defensora do latifúndio. O poder foi, sim, tomado pelos Interventores sul-rio-grandenses, que tiveram papel específico frente à administração de Santa Catarina, como veremos no próximo capítulo. Devido à pequena importância dada pela historiografia catarinense aos primeiros anos de Governo pós-revolução aliancista, este assunto nos levou a discutir os problemas encontrados nessas interventorias, e também, a afirmar que, sem a reestruturação feita nesse período, o Governo nacionalizador de Nereu não poderia ter existido. Os Interventores sul-rio-grandenses foram nomeados por Getúlio, que derrotado nas eleições de 1930 por Júlio Prestes, só conquistaria o poder com a revolução aliancista.

“Logo depois da derrota de Getúlio Vargas a presidência da República, entretanto, começava-se a articular o movimento revolucionário no sul do País” (CORRÊA, 1984, p. 48). O movimento “revolucionário”, em prol do golpe de estado que derrubou o Governo nacional de Washington Luiz e abriu as portas para a presidência de Getúlio Vargas, deflagrou-se em Porto Alegre, em 3 de outubro de 1930. Para tanto, o movimento teve de atravessar os estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, e chegar até a capital do país, Rio de Janeiro. Essas articulações políticas foram desempenhadas pela figura engenhosa de Oswaldo Aranha, que, junto aos seus assessores, construiu uma teia de grupos liberais espalhados pelos estados do

sul e pregava os princípios do voto secreto e da diluição da política regionalista de São Paulo e Minas Gerais, além da educação pública extensa e intensa, e a publicidade ampla dos gastos oficiais.

A partir do início da revolução, os tais grupos deveriam tomar o poder de suas cidades. “O Paraná estava quase que totalmente dentro dos princípios revolucionários e pronto a aderir o comando do major Plínio Tourinho” (CORRÊA, 1984, p. 52), enquanto isso em Santa Catarina a situação se encontrava diferente. Sob o Governo de Fúlvio Aducci e dos líderes do Partido Republicano Adolpho, Vitor e Marcos<sup>41</sup> Konder, além de Antônio Vicente Bulcão Viana, se estabeleceu uma resistência política contra o movimento da Aliança Liberal. Resistência que, na visão dos aliancistas, deveria ser transposta pelos legalistas sul-riograndenses junto a Nereu Ramos e seus aliados (CORRÊA, 1984, p. 50-52; PIAZZA, 1983, p. 629-30).

O pré-contato com os liberais tornou mais fácil a passagem dos aliancistas pelo estado de Santa Catarina. Encontraram resistência em apenas alguns municípios e na Capital do estado. Enquanto isso, no Paraná a situação se tornava mais favorável. Interessante é a composição de grupos aliancistas nos municípios, que deveriam tomar o poder quando a revolução eclodisse, assim facilitando ainda mais a passagem e a tomada do poder dos republicanos pelas forças da Aliança Liberal. Com certeza, era composta não apenas por políticos envolvidos nas articulações, mas também por militares simpatizantes ao golpe. Fica clara a separação dos grupos que antes compunham um mesmo partido, e agora estão divididos em partidos diferentes. Os diferentes interesses ideológicos que na década de 1920 compunham o Partido Republicano, apenas pelo objetivo de se manterem no poder, se tornaram insustentáveis a partir da guerra travada entre latifundiários e industriais, tornando-se inevitável a separação do partido. A correlação de forças consolidou a criação de partidos políticos diferentes, que projetaram imagens positivas em direção à grande massa. Mas, apesar da construção das imagens dos indivíduos políticos, seus partidos e suas ideologias, tanto do lado político agrário quanto do lado urbano/industrial se postaram como diferentes, representavam as faces de uma mesma moeda. “Facções articuladas historicamente

---

<sup>41</sup> **Marcos Konder** nasceu em Itajaí, 5 de janeiro de 1882. Fez seus estudos primários em escolas particulares de Itajaí, e posteriormente na Colégio Santo Antonio (até então Colégio São Paulo) e Escola Nova Alemã em Blumenau (1881-1887). Fundou o jornal *Novidades*, e foi superintendente municipal (prefeito) interino de Itajaí, em 1904, e superintendente efetivo de 1915 a 1930. Foi deputado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina na 8ª legislatura (1913-1915), na 9ª legislatura (1916-1918), na 10ª legislatura (1919-1921), na 12ª legislatura (1925-1927), na 13ª legislatura (1928-1930). Foi deputado na 1ª legislatura (1935-1937). Pertenceu à Academia Catarinense de Letras. Faleceu em Itajaí a 15 de julho de 1962 (PIAZZA, 1994, p. 272).

constituidoras da burguesia nacional, o bloco agrário e o bloco urbano-industrial, sempre juntos quando se tratava de defender seus interesses patrimoniais frente aos subversivos interesses sociais dos subalternos” (AURAS, 1991, p. 159-160). Estas duas facções de maior influência política no estado, segundo Goularti Filho, em um primeiro momento, não devem ser analisadas do ponto de vista ideológico, mas apenas com uma busca de permanência no poder. A história tratou de comprovar que ambos os blocos políticos, faziam parte do mesmo interesse. Pois, ao fim do Estado Novo, em Santa Catarina, foram fundados os partidos PSD e PTB, pelos Ramos, e a UDN, pelos Konder, que mais tarde, se unificaram na sigla ARENA, na ditadura militar iniciada em 1964 (AURAS, 1991, p. 100 e 160). O que se pode entender dos fatos apresentados por Marli Auras são as diferentes conjunturas políticas em que tais partidos se inserem e escolhem, ou com que se identificam, com uma determinada ideologia, ou com simplesmente interesses individuais. Com tal entendimento podemos acompanhar como se deram as articulações entre liberais e a tomada do poder no estado de Santa Catarina.

As articulações para o golpe de estado eclodiram em 3 de outubro de 1930 por todo o território nacional. O Governo de Santa Catarina se manteve fiel ao Presidente Washington Luz, e por isso o estado foi invadido pelas forças armadas aliancistas. As forças liberais eram compostas por militares, políticos e civis. Alguns dos mais conhecidos foram Henrique Rupp Júnior, Ciro Aranha, Oswaldo Aranha, Assis Brasil<sup>42</sup>, Vidal Ramos, Nereu Ramos, entre outros. O território catarinense foi invadido pelo Exército, pela Brigada Militar do Rio Grande do Sul e por Batalhões Patrióticos, devidamente organizados pelos liberais (CORRÊA, 1984, p. 56-57; PIAZZA, 1983, p. 630).

Certamente este grupo de políticos aderiu a ideias desenvolvidas nos debates promovidos no Brasil, desde o início da República, que formularam e concentraram críticas profundas sobre o sistema liberalista. Pensamentos que passaram a nortear os discursos dos nacionalistas brasileiros a partir dos anos 1920, quando se empenharam na superação do “atraso” do país. Para eles,

a superação do atraso exigia mudanças institucionais, ou seja, a presença de um Governo forte, autoritário, capaz de integrar o trabalhador nacional na sociedade,

---

<sup>42</sup> **Ptolomeu de Assis Brasil**, natural de São Gabriel, RS, nasceu a 26 de março de 1878. Assentando praça, combateu a Revolução Federalista. Fez curso de engenharia militar. Promovido a tenente em 1905, a capitão em 1916, a major em 1919 e a tenente-coronel em 1922. Como um dos chefes militares da Revolução de 1930, comandou a coluna que invadiu Santa Catarina. Interventor no estado (1930-1932), sendo substituído na Interventoria por Rui Zobarán. Faleceu, no Rio de Janeiro, no posto de General, a 10 de agosto de 1935 (PIAZZA, 1994, p. 110).

solucionar o problema das raças e organizar as massas inorgânicas, formando, por intermédio da educação e da disciplinarização do trabalho, a consciência nacional (CAPELATO, 2009, p. 226).

Para tais pretensões, à medida que as investidas se davam em território catarinense, iam-se instituindo novos governos para as cidades ocupadas e instaurando a nova ordem. Assim, Fontoura Borges do Amaral foi nomeado Prefeito de Araranguá, Sylvino Moreira Lima foi nomeado Prefeito de Tubarão, as primeiras cidades invadidas na fronteira Sul catarinense. Essas ocupações das cidades eram possíveis pela organização da Aliança Liberal, pois foram planejadas rotas de invasões do estado que iam em direção à Capital. Segundo Piazza, “a invasão – em direção à capital (Florianópolis) se fez por três caminhos: pelo litoral, pelo vale do rio do Peixe, e vinda do planalto norte, porquanto, também, o vizinho estado do Paraná havia aderido à Revolução” (1983, p. 630). Para Corrêa, as forças aliancistas que vinham do sul eram divididas em duas rotas, uma chamada Coluna “Trifino Corrêa” e a outra “Divisão do Litoral”, do General Assis Brasil, futuro Interventor do estado. Pelo planalto, caminhavam as tropas de Waldomiro Lima e Aristiliano Ramos, que se dirigiram juntas a Lages, e em Bom Retiro se dividiram, indo uma parte para Palhoça e a outra para Blumenau. Outra investida se deu pelo Oeste, por onde Vargas se dirigiu ao Paraná, posteriormente para Rio de Janeiro, e por último a investida do norte que ia de Porto União para Joinville (CORRÊA, 1984, p. 65).

Notadamente vemos divergências entre os autores que descrevem as rotas de invasão, Corrêa destaca a existência de rotas de que Piazza não tomou conhecimento, sobretudo devemos destacar a rota do planalto liderada por Waldomiro Lima, indicado a Interventor, e a rota chamada “Divisão do Litoral”, do General Assis Brasil, que se tornou o comandante de Santa Catarina após a tomada do Governo. Numa análise dessas rotas, podemos notar as investidas das tropas indo em direção às cidades-polos do estado, como Lages, Blumenau, Joinville e Florianópolis. Lages era reduto eleitoral da família Ramos, Joinville e Blumenau eram cidades habitadas, na sua maioria, por imigrantes alemães e base eleitoral, até 1930, da família Konder, e Florianópolis estava sob o Governo de Aducci, defensor dos interesses republicanos, diferentes dos princípios revolucionários que buscavam atingir os pontos estratégicos dos adversários. É certo afirmar que os “rebeldes” tinham a intenção de tomar o maior número de cidades do estado de Santa Catarina, assim como também a Capital. Respectivamente, as primeiras não impuseram resistência, mas a Capital se manteve de portas fechadas para o movimento de instalação de um novo Governo.

Com a resistência da capital do estado, os revolucionários sentiram necessidade de

formar um Governo paralelo em outra cidade catarinense. Desta forma, foi nomeado para o Governo de Santa Catarina Arnaldo Marques Mancebo<sup>43</sup>, chefe da polícia paranaense, fato que causou descontentamento por parte dos políticos do estado catarinense. Nereu Ramos foi o principal reivindicador por explicações da nomeação de Mancebo. Telegrafou para Oswaldo Aranha, Getúlio Vargas e Tourinho dizendo: “os liberais de Santa Catarina queriam para o seu estado os mesmo direitos e as mesmas franquias que tiveram Paraná e demais estados ocupados” (CORRÊA, 1984, p. 63). O descontentamento e a fala de Nereu Ramos vem na perspectiva de “justiça” com o povo catarinense. Queria ele um político catarinense à frente da política catarinense. Isto é, para o Governo de Santa Catarina deveria ser indicado um cidadão e político catarinense.

Mesmo assim, Mancebo assumiu o Governo paralelo de Santa Catarina e transferiu a capital para Blumenau. Pode-se pensar que transferindo a capital para Blumenau, o poder liberal se instituíria no meio do reduto eleitoral republicano, até aquele período, pois os liberais ganharam as eleições de 30 naquela cidade e passaram a manter sob controle a situação da localidade. Mancebo e Nereu Ramos fizeram acordo de transferência do Governo para Waldomiro Lima, chefe das tropas que vinham do planalto, acordo que passou do prazo e não foi cumprido. Neste momento, Henrique Rupp Júnior telegrafou para Aranha indicando o nome de Vidal Ramos para assumir o Governo de Santa Catarina. Com este telegrama, Rupp Júnior tiraria Nereu Ramos de uma indicação para o Governo e colocaria um nome a que Nereu não se oporia. Cabe ressaltar que Henrique Rupp Júnior e Nereu Ramos eram inimigos pessoais<sup>44</sup>. Portanto, a atitude de Rupp Júnior justificava o sentimento que ele tinha por

---

<sup>43</sup> Não possui registros no Dicionário Político Catarinense.

<sup>44</sup> Segundo Corrêa, um fato inusitado acontecido no planalto catarinense levou Henrique Rupp Júnior e Nereu Ramos a se contraporem. Em 1917 o Coronel Francisco de Albuquerque foi assassinado, em sua carreira foi deputado e presidente da Assembleia Legislativa Estadual, representante de Curitibanos. A família Rupp foi indiciada como mandante do crime por motivos políticos, e na época, Nereu Ramos advogava em favor dos Albuquerque. A partir daí, as duas famílias passaram a disputar mais acirradamente a liderança política da região, principalmente Lages, Curitibanos e Campos Novos (1984, p. 32).

Goularti Filho também apresenta uma causa para as discórdias entre Rupp e Nereu: quando houve a reforma tributária de Hercílio Luz, em 1918, houve, aumento de imposto sobre a terra, estagnação do imposto sobre a renda, diminuição de 50% do imposto de exportação e concessões de benefícios para empresas de colonização (num momento em que a terra teve crescente valorização, devido aos projetos de colonização). Luz, concedeu benefícios à Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense, pertencente a José Rupp e Francisco de Souza Mello Filho, do qual também participavam Henrique Rupp Júnior e Abelardo Luz (filho do Governador Hercílio Luz). Desta forma, a Oeste Catarinense possuía grande influência na política estadual, através do Governador e do deputado Henrique Rupp Júnior. Do outro lado da moeda, disputando as concessões de terras no oeste de Santa Catarina e as terras desapropriadas para a construção da ferrovia que liga o Rio Grande do Sul a São Paulo, estava a Empresa Brazil Development, que contava com o apoio de Lauro Muller e do então advogado Nereu Ramos. Depois dos trabalhos começados na construção da estrada de ferro, pela Oeste Catarinense, Nereu Ramos, com influencia do cenário federal, conseguiu um mandato de posse para a Brazil Development. Esta situação levou ao princípio das intrigas entre Nereu Ramos e Henrique Rupp Júnior (GOULARTI FILHO, 2002, p. 131-132).

Nereu, tentando evitar que seu oponente fosse indicado chefe da política estadual. Nesta perspectiva, Vidal Ramos não aceitou a indicação, e o Governo foi mesmo passado para Waldomiro Lima, que não teve muito tempo à frente da política catarinense, pois recebeu ordens de que deveria voltar ao Rio Grande do Sul com suas tropas. Assim feito, passou o Governo para Assis Brasil, chefe das forças armadas que vinham do sul. Provavelmente a história seria diferente se João Neves Fontoura, Vice-Governador de Vargas no Rio Grande do Sul, tivesse assumido o Governo. Com Fontoura no Governo, Nereu Ramos teria certamente sua indicação para Governador de Santa Catarina, pela amizade entre ambos, que não se realizou, pois Aranha, secretário do interior do Rio Grande do Sul, foi nomeado ao comando do estado gaúcho (CORRÊA, 1984, p. 61-67).

Evidente foi o jogo de indicações feito pelo partido do poder. Quando ainda em tempos de Lauro Müller, Hercílio Luz, Vidal Ramos e seus seguidores, as indicações seguiam o mesmo rumo das indicações do partido Liberal com a tomada do poder. Assim imagina-se que as estruturas de Governo nada mudaram, apenas a forma de governar.

Sem energia e abastecimento de água em Florianópolis, cortadas pelas tropas aliancistas, Fúlvio Aducci se viu na obrigação de renunciar ao Governo e fugir da ilha. Organizou-se uma junta, no dia 24 de outubro, que ficou no poder por apenas alguns dias, pois no cenário nacional Getúlio Vargas, em 3 de novembro, empossou a presidência do Brasil. As tropas que se encontravam em território catarinense aguardando o momento da tomada da capital puderam passar do continente para a ilha e instituir um novo Governo em Santa Catarina. Começava o período varguista em todo território nacional. Começava o Governo sul-rio-grandense em terras catarinenses.

Aqueles princípios pregados durante as eleições de 1930 foram seguidos como uma cartilha para os primeiros Interventores do estado de Santa Catarina. Ptolomeu de Assis Brasil e Rui Zobaran<sup>45</sup> instituíram um Governo que obedecia fielmente às ordens vindas de cima, da união, e a cartilha aliancista que pregava a diluição da política regionalista, educação pública extensa e intensa e a publicidade ampla dos gastos oficiais. Estes princípios foram

---

<sup>45</sup> **Rui Zobaran** nasceu em São Gabriel, RS, a 16 de fevereiro de 1889. Assentou praça 1906. Coursou a Escola de Engenharia e Artilharia de Porto Alegre, RS. Aspirante em 1911, 2º Tenente em 1914, 1º Tenente 1919, Capitão em 1924 e Major em 1931. Chefiou movimento revolucionário no Rio Grande do Sul (1924), que lhe valeu exilar-se no Paraguai, depois Argentina e, por fim, Uruguai. Fez cursos específicos do Exército. Comandou o 9º Regimentos de Cavalaria (1937-1938). Passou para a reserva do Exército (1937), dedicando-se à engenharia civil. Reconvocado face à 2ª Guerra Mundial, chefiou a 15ª Circunscrição Militar, Curitiba (1943). Assessor da Petrobrás, na Refinaria de Cubatão, São Paulo (1949-1951). Departamento de Construção Civil de Estrada de Ferro Central do Brasil (1951). Na política foi Interventor Federal em Santa Catarina, em substituição ao Interventor Ptolomeu de Assis Brasil, e entregou a administração ao Interventor Aristiliano Laureano Ramos (1932-1933). Faleceu no Rio de Janeiro, a 1 de outubro de 1954 (PIAZZA, 1994, p. 610).

incorporados fielmente nas administrações destes Interventores. Reformulando o sistema educacional, construindo um sistema jurídico para expulsar os republicanos corruptos da política, controlando maximamente os gastos públicos com publicação em jornais, e assegurando uma contrarrevolução, investindo-se na segurança pública, foram as principais metas dos Interventores sul-rio-grandenses à frente do poder no estado catarinense.

## **4 NOMEADOS PELO GOVERNO PROVISÓRIO: INTERVENTORES AUTORITÁRIOS GOVERNAM SANTA CATARINA**

### **4.1 O contexto do pós-revolução de 1930: formação e consolidação do primeiro governo revolucionário**

Como podemos observar nas páginas anteriores, as relações políticas do estado de Santa Catarina foram um tanto quanto complexas. De acordo com o momento histórico, se configurou uma força política diferente no poder, estas forças, quase sempre, compostas de alguns princípios fundamentais no processo de luta pela governança. Entre estes princípios, existiram, basicamente, dois projetos políticos contraditórios, não em um sentido de modificação na estrutura do sistema capitalista, mas sim, no sentido conjuntural. Estes dois grupos partidários estavam intimamente ligados aos vieses econômico e social. Isto é, os projetos não tinham a intenção de mudar o sistema capitalista em si, não propunham uma nova sociedade, mas, sim, apenas alterações de governança e obtenção de poder, mantendo seus modos de produção, suas influências no meio social e suas oligarquias nos cargos públicos do estado.

Sabemos que a revolução de 1930 elevou um novo grupo ao poder, um grupo misto, composto por militares, políticos sul-rio-grandenses e catarinenses. Eles foram responsáveis pelas movimentações armadas, invasões de cidades e pela tomada de governos, além de acarretarem as negociações que acabaram na derrubada dos republicanos do poder. Em âmbito catarinense, o grupo de políticos que, na década de 1920, estava lutando às margens da política da Primeira República passou a desempenhar um papel importante no Governo revolucionário, porém secundário. A composição e instalação de um plano de Governo estabelecido pelo Governo Provisório do Brasil resultou, nos primeiros anos pós-revolução, na indicação de político-militares do Rio Grande do Sul para a formação do Governo do estado de Santa Catarina. Ou seja, político-militares do Rio Grande do Sul assumiram a interventoria do estado catarinense. Desta forma, pensamos que para não haver, em princípio, um descontentamento dos políticos catarinenses, foi nomeado Cândido de Oliveira Ramos para a Secretaria dos Negócios da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura (DECRETOS, 1931 e 1932). Assim, o plano do Governo Provisório em aglutinar várias forças em um mesmo Governo se tornava realidade, mantendo lado a lado todos os grupos participantes da revolução.

Uma boa estratégia elaborada pela cúpula do Governo Provisório do Brasil,

Getúlio Vargas e seus companheiros de revolução, foi a mudança na forma de governar. Foram substituídos os mais diversos Governadores dos estados por Interventores Federais, que tinham a função de seguir ordens e estabelecer padrões, construídos pelo autoritarismo de Estado. Assim, o início da década de 1930 foi, em grande parte, diferente das décadas anteriores, pois se caracterizou como um período empenhado na busca de uma nova ordem padronizada e centralizada, para o aparelho do Estado e para a sociedade, nos campos: administrativo, político, jurídico, social e educativo (DECRETOS, nº 187, 1931, p. 118-120; DECRETOS, nº 181 e 183, 1932, p. 110-115; DECRETOS, nº 58, 1931, p. 13-15; DECRETOS, nº 253, 1932, p. 45-46; DECRETOS, nº 82, 1931, p. 28-29).

A partir da instalação das novas formas autoritárias de governança, veremos que, nas duas primeiras interventorias de Santa Catarina, não foram nomeados políticos catarinenses para o principal cargo do Governo. Ou seja, o grupo formador do Partido Liberal Catarinense, mesmo condizendo com a causa da Aliança Liberal, é inicialmente marginalizado do cargo de chefia do estado de Santa Catarina.

“Vê-se que a Aliança Liberal Catarinense, mesmo apoiando a ação revolucionária, foi excluída do novo Governo” (ZANELATTO, 2007, p. 63). A luta travada entre liberais (Ramos) e republicanos (Konder), durante a última década da Primeira República, não resultou na vitória direta de nenhum dos partidos e políticos que os representavam, porém, propiciou aos liberais compor parte do movimento, que os levariam, anos mais tarde, ao poder. Os Ramos, principais formadores do Partido Liberal Catarinense e da Aliança Liberal em seu estado, deram um passo a frente em relação a republicanos, que perderam a governança em âmbito nacional, e, conseqüentemente, regional. Em outras palavras, os políticos do Partido Liberal que fundaram a Aliança Liberal em Santa Catarina (principalmente Vidal Ramos e Nereu Ramos) e se envolveram na política daquela organização, ficaram de fora das indicações para os principais cargos públicos, como a chefia da Interventoria. Entretanto, a história nos mostra que esta oligarquia não foi totalmente excluída do novo Governo, pois Cândido Ramos, sobrinho de Nereu Ramos e neto de Vidal Ramos, foi nomeado Secretario direto de um órgão governamental, a Secretaria da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura. Desta forma, manteve-se atuante o projeto oligárquico dos Ramos no Governo. Cândido passou a ser uma figura importante e destacada na representação dos interesses de seu grupo.

Deixando de lado e fora dos cargos públicos do estado os principais homens do Partido Liberal Catarinense, o Governo Provisório corria grandes riscos de descontentar uma

oligarquia regional tradicional muito forte, da qual se manteve aliado durante todo o período da revolução. Todavia, este fator não chegou a se tornar realidade absoluta, na medida, em que Cândido foi nomeado parte integrante do Governo.<sup>46</sup> Porém, perguntamos por que essa nomeação não foi feita a Nereu, o principal nome do Partido Liberal, e muito fortalecido com sua eleição a deputado, nos anos 1930? Veremos, que durante os primeiros anos da política dos revolucionários de 1930, o momento político aspirava a objetivos maiores do que apenas agradar os principais políticos aliados, priorizando organizar e padronizar a educação, a segurança, a justiça, a política e a administração. Neste caso, se Nereu não fora nomeado nos anos de 1930, teria ele chance de o sê-lo em outro período? Estas peculiaridades, veremos mais adiante.

Ao que tudo indica, na década de 30, a intenção do Governo Provisório, Getúlio Vargas, era o estabelecimento de um homem de confiança e autoridade na manutenção do território conquistado. Um militar conterrâneo do Rio Grande do Sul, e que já atuara na frente de batalha da Revolução, tornou-se um excelente nome para a cadeira de Interventor de Santa Catarina. Em outras palavras, o momento pós-revolução era tenso, a situação deveria ser controlada e estabilizada, situação ideal para que um militar integrante do corpo da Aliança Liberal tivesse condições perfeitas para o posto a ele destinado.

Por três anos, o poder do estado catarinense ficou em mãos de Interventores político-militares sul-rio-grandenses, que tiveram o papel de padronizar o estado nos moldes do autoritarismo nacional.<sup>47</sup> Centralizando as decisões e padronizando as ações estaduais, o Governo Provisório de Getúlio poderia manter tudo sobre seu controle. Estas decisões se aproximam, e de certa forma estão ligadas, em muito, as discutidas pelos intelectuais autoritários a partir de 1937:

Ao promulgar a Constituição de 10 de novembro, o chefe do Governo submeteu, desde logo, os estados ao regime de intervenção federal, para que a União pudesse, tomando a si a responsabilidade da administração dos estados, colocá-los dentro dos novos quadros políticos e administrativos do estado nacional. (...) cabe à União traçar os rumos do Governo compatíveis com os objetivos de unidade, de integração

---

<sup>46</sup> Enquanto alguns autores da historiografia catarinense ressaltam os descontentamentos de políticos catarinenses com as interventorias gaúchas em Santa Catarina, encontramos relatos que ressaltam a relação amigável, e/ou profissional destes mesmos políticos com o Interventor. Este caso é relatado no Jornal *O Estado*, do dia 3 de janeiro de 1931, com a notícia de que o Interventor Assis Brasil e o político, líder da oligarquia Ramos, Nereu Ramos, viajaram de avião, juntos, quando o catarinense apresentaria o seu estado para o gaúcho. Saberemos ao longo do texto que não houve forte oposição ao Governo Assis Brasil, entretanto ela pode ter acontecido no Governo Zóbarán, segundo Interventor catarinense.

<sup>47</sup> Estamos nos referindo aqueles intelectuais que fizeram parte do corpo institucional do Estado Nacional, estudados no início deste trabalho, que apresentaram planos e ideias autoritárias, que deveriam ser tomadas pelo Governo revolucionário.

e de defesa da nacionalidade (CAMPOS, 2001, p. 109).

Com medidas autoritárias e centralizadas, os novos chefes do estado e da política nacional, num primeiro momento, centralizaram as decisões, e estabeleceram um plano de Governo padronizado, no qual os estados brasileiros deviam obedecer às ordens da União. Nesta perspectiva, segundo Sachet, os aliancistas fizeram exatamente aquilo que os republicanos fizeram quando assumiram o poder, com a Proclamação da República em 1889, dissolveram os órgãos representativos do antigo regime e moldaram a política a sua forma de governar. Com intenções de formar fortes estruturas políticas, alicerçadas em princípios autoritários, os órgãos do antigo Governo (Assembleia Legislativa e Congresso Nacional) foram extintos, e somente poderiam voltar a funcionar, quando as bases do novo Governo já estivessem fortalecidas. A substituição de todos os prefeitos ou cargos de comando que republicanos detinham, como veremos adiante, mostrou exatamente o objetivo de limpar do comando administrativo e político toda e qualquer atividade republicana<sup>48</sup> (SACHET, 1998. p. 416).

Nesta perspectiva, notamos que, a partir do momento em que os aliancistas assumiram o poder do estado de Santa Catarina, uma nova forma de governabilidade surgiu, em função das novas ideias de políticos conhecidos no delinear das conquistas revolucionárias. A vitória do golpe armado pelos revoltosos elevou o General Ptolomeu de Assis Brasil ao cargo mais alto do estado, o de Interventor Federal. A nova ordem ignorava as eleições, e o sistema de indicações passou a vigorar. O primeiro Interventor de Santa Catarina foi nomeado pelo Governo Provisório de Getúlio, enquanto os cargos públicos, políticos e administrativos regionais passaram a depender da “canetada” do Interventor Federal do estado.

As medidas adotadas por este Governo foram, basicamente, organizativas, administrativas e, em menor quantidade, políticas. Analisando os decretos-leis dos anos de 1931 e 1932, podemos observar, claramente, que as iniciativas e ações administrativas governamentais estavam inclinadas para três focos: segurança pública, político-judicial e educativa. Entretanto, para que a nova ordem fosse estabelecida e as metas de Governo fossem realizadas, antes era necessária a extinção dos velhos aparelhos administrativos republicanos, que não encontrariam, na década de 1930, bases de funcionamento.<sup>49</sup>

---

<sup>48</sup> Isto é, todos aqueles políticos republicanos que se mantiveram contra o regime aliancista, principalmente, a oligarquia Konder e seus aliados.

<sup>49</sup> No que tudo indica, os objetivos governamentais dos interventores sul-rio-grandenses estavam ligados, de alguma forma, aos ideias de modernização começados a serem implantados nesta mesma década de 1930.

#### 4.2 A administração dos Interventores sul-rio-grandenses em terras catarinenses

Após quatro dias do começo de seu Governo, o General Ptolomeu de Assis Brasil dissolveu os Conselhos Municipais (órgão criado pelos republicanos) e a Assembleia Legislativa do estado, e desencadeou a substituição de todos os prefeitos dos municípios de Santa Catarina (SACHET, 1998, p. 416). A nova organização autoritária administrativa do estado transmutou o velho em novo, e legalizou, através de Decretos, atos condenáveis à democracia, isto é, a ditadura. Nesta perspectiva, Sachet explica que houve dois momentos (ações) importantes que influíram, em grande parte, na governança aliancista: “O primeiro decorre da ‘instalação da ditadura como instrumento legal para realizar as reformas nacionais’ nos termos do Decreto 19.358, de 11 de novembro de 1930”; e “o segundo, instaurado pelo Decreto 19.440 de 28 de novembro, organiza o Tribunal Especial como braço da Lei para impor sanções de caráter político” (SACHET, 199, p. 424). Desta forma, mostravam-se explícitos os primeiros objetivos dos revolucionários: tornar legítimo e legal perante a lei as ações autoritárias do novo regime governamental.

A partir dessa prerrogativa, todos os Interventores Federais deveriam seguir as ordens do Governo Provisório Brasileiro. A centralização das decisões políticas, administrativas, econômicas, educacionais, judiciais e tantas outras, eram vistas como a maneira ideal de garantir o bem comum da população. Pregavam os aliancistas catarinenses que a ditadura era o caminho para a liberdade.

(...) para que a ação do Governo ditatorial possa ser exercida educativa, moralizadora e exemplarmente, é necessário assegurar a liberdade de consciencia e de pensamento; Considerando que, civicamente, poderá essa liberdade manifestar-se em organizações partidarias cimentadas por são princípios de ordem doutrinaria, único processo legítimo de ser atingido o processo social, baseado na cooperação; Considerando que, decorrendo dahi, para administração do estado e dos municípios, o dever precipuo de respeitar e garantir as aspirações honestas de todas as instituições de ordem intellectual, quer as de caracter civico, quer as religiosas ou leigas que actuem dentro da ordem e se subordinem indefectivelmente ao principio de que <<o bem estar individual deve ser alcançado de perfeita harmonia com o bem estar geral>> (DECRETO nº 129, 1931, p. 66).

Apesar de defenderem a ditadura como meio democrático para atingir o bem geral, sabemos que em paralelo ao discurso bem proferido, muitas leis visavam a reprimir os

---

Não adentraremos nesta discussão, pois apenas queremos entender o processo de mudança acontecido no estado de Santa Catarina a partir da intervenção federal e as relações políticas das oligarquias estaduais.

opponentes. Se para o Governo catarinense um dos meios de manifestação de liberdade cívica eram os partidos, apenas um deles era considerado “cimentado em sãos princípios de ordem doutrinária”, o Partido Liberal Catarinense.

Em outras palavras, o Decreto número 129 de junho de 1931, referente à ditadura, marginalizou as decisões que poderiam ser tomadas no coletivo, como por diferentes partidos, centralizando-as. Criou-se um aparelho institucional técnico que legitimava as ações do Governo. Neste sentido, a partir da visão de um intelectual integrante do corpo do estado, veremos que:

o regime político das massas é o da ditadura. A única forma natural de expressão da vontade das massas é o plebiscito, isto é, voto-aclamação, apelo, antes do que escolha. Não o voto democrático, expressão relativista e cética de preferência, de simpatia, do pode ser que sim pode ser que não, mas a forma unívoca, que não admite alternativas (CAMPOS, 2001, p. 23).

Os primeiros anos de tensões políticas levaram os aliancistas a legalizar a ditadura e a instaurar o Governo Provisório, tanto em âmbito nacional como estadual. Passaram a oprimir seus oponentes, através de medidas punitivas, legalizadas através de decretos-leis que deram liberdade aos governistas para aplicar penas a políticos do Partido Republicano Catarinense que haviam exercido cargos públicos na Primeira República. Estas condições, posteriormente, propiciaram aos político-militares gaúchos reestruturar todo o aparelho policial, judicial e educacional de Santa Catarina. Além do mais, propiciaram, também, a consolidação do Partido Liberal Catarinense, e a utilização do projeto de nacionalização, que havia sido iniciado na década de 1910, por um dos fundadores da Aliança Liberal Catarinense.

Podemos observar que as ações governamentais autoritárias, desenvolvidas nos primeiros anos de Governo revolucionário, caminharam, agressivamente, na direção dos adversários políticos. Além da legalização da ditadura, construiu-se um aparelho repressor eficiente, disposto a aplicar a violência aos políticos considerados inimigos. Entre tais medidas punitivas estavam:

1 - Proibição de permanência no território brasileiro, até o prazo máximo de cinco anos.

2 - Privação de direitos políticos e inibição do exercício de qualquer função administrativa de direção, ou que tenha relação com dinheiro ou haveres públicos, até o prazo máximo de dez anos.

3 - Perda do emprego e incapacidade de exercer função pública pelo prazo de até oito anos (SACHET, 1998, p. 424).

Desta forma, notamos que as ações governamentais da interventoria de Assis Brasil criaram estruturas de Governo para denunciar e punir os políticos republicanos encontrados no território catarinense. De acordo com as lideranças estaduais, e com a importância dos cargos públicos, foram instituídos os três tipos de punições citadas acima. Desta forma, enquanto muitos republicanos tiveram seus mandatos cassados por tempo determinado, outros foram banidos da vida política e outros foram exilados. O que se caracterizou por intrigas políticas, entre liberais e republicanos, durante a Primeira República, no Governo Provisório, se tornou “vingança”, estabelecida pela lei, a qual, nos anos de 1930, passou a proteger os aliados liberais e reprimir os adversários do Partido Republicano catarinense.<sup>50</sup>

Ainda segundo Sachet, podemos notar que as primeiras denúncias dos aliancistas em relação aos inimigos, foram quanto aos gastos públicos e particulares dos republicanos, mostrando, de seu ponto de vista, que o povo estava sendo roubado durante todo o tempo em que os acusados se encontravam no Governo. Sendo isso verdade ou não, estavam denegrindo a política anterior, e se beneficiando com isso. Apontando o déficit financeiro causado pela administração republicana, os aliancistas preocupavam-se fortemente com a administração financeira do estado. Como melhor forma de controle sob as finanças municipais, instituiu-se um padrão de receita e despesas. A receita estava subdividida em: Renda Tributária, Renda Patrimonial, Renda Industrial e Renda Eventual; e a despesa em: Despesa Ordinária, Despesa Patrimonial, Despesa Industrial e Despesa Eventual (DECRETOS, nº 181 e 183, 1932, p. 110-115). Desta forma, sistematizando o sistema financeiro, os aliancistas podiam controlar, clinicamente, o dinheiro público, tornando-se diferentes dos republicanos, acusados de fraudadores do erário (DECRETOS, nº 169, 1931, p. 95).

Os governistas mostravam-se ágeis na intimidação de seus oponentes. Não apenas aqueles que se caracterizavam pelas cores do Partido Republicano, mas também aqueles que levantavam as bandeiras vermelhas do comunismo, e que, mais tarde, serviram como justificativa para a instalação do Estado Novo, em 1937. Toda e qualquer força política que enfrentasse ou ameaçasse a ordem vigente era considerada inimiga do sistema (SACHET, 1998, p. 424). Podemos pressupor que os comunistas eram considerados um elemento

---

<sup>50</sup> A punição aos “inimigos” republicanos fez parte de um conglomerado de normas estabelecidas de cima para baixo, isto é, impostas pelo Governo Provisório. O objetivo foi desarticular as elites locais, e centralizar as decisões nas mãos do Interventor, subordinados ao Governo brasileiro. Isso significa que as medidas repressivas tomadas contra os republicanos no estado catarinenses, não aconteceram devido ao fato de Assis Brasil ter inimigos no estado. Ao que tudo indica, estas medidas aconteceram e foram providenciais e muito importante para os liberais, que se beneficiaram com a administração do primeiro Interventor, que acabou por enfraquecer os seus adversários políticos.

negativo para o regime nacionalista, pois retratavam um movimento capaz de desestruturar as bases da sociedade que estava sendo construída pelo nacionalismo. “Contra essas forças inimigas é que se levanta o estado, que tem de ser tanto maior e mais violenta quanto mais violentas e maiores são aquelas. Toda reação é feita na proporção da ação” (ANDRADE, 1940, p. 148). O estabelecimento de um aparelho repressivo forte nos parece um ponto crucial para o controle das forças políticas que ameaçassem o Governo autoritário centralizador que se estabelecia.

A partir da perspectiva da “necessidade” de ordem social, foram elaboradas teorias que justificavam as ações executadas. Ou seja, construía-se uma relação dialética entre as práticas sociais e as teorias. Entre os escritores que abordaram a temática da ordem social e do autoritarismo de Estado, destacamos Francisco Campos, e seu livro *O Estado Nacional*, de 1939, onde realizou uma avaliação sobre o estado autoritário, propondo a instalação da ordem e a preocupação com a segurança, com políticas administrativas, de desenvolvimento e de união. Isso significa que as preocupações com o estabelecimento da ordem social, das formas autoritárias do Governo, da segurança pública, entre outras abordadas por Campos, foram preocupações constantes, a partir da década de 1930, até, pelo menos, a data de publicação de seu livro, em 1939, quando ainda estava em pauta a discussão destas temáticas. Podemos então afirmar que existiram fatos no Governo Provisório que se estenderam até o Estado Novo, ou que propiciaram novas realidades no período posterior. Ou seja, sem a existência do Governo Provisório, a realidade do Estado Novo não existiria.

Na perspectiva do pensamento autoritário, a existência do Governo Provisório se tornou importante para a superação de um modelo ultrapassado, e para a instalação de um modelo ideal, o autoritário-nacionalista. A centralização do poder nas mãos dos Interventores extinguiu os mandos e desmandos regionais existentes na República, considerados inadequados para o Brasil. Neste sentido, Campos afirmava que: “A União, ao cabo de meio século de usurpações, teve de recuperar-se, de volver a si mesma, para que não mais ficasse à mercê das ambições e dos imperialismos regionais” (2001, p. 109). Assim, o que levou à superação da sociedade republicana, “usurpadora da nação”, foi a revolução aliancista, que propiciou bases administrativas e sociais para um novo golpe em 1937.

Neste sentido, a revolução de 1930 instituiu mudanças significativas em três principais esferas da administração governamental, a educação, a justiça política e a segurança pública. A partir dos decretos sancionados em Santa Catarina, podemos notar que os ideais revolucionários, foram sempre os de reconfigurar as bases de sustentação do

aparelho estatal e da estrutura social, significando uma grande alteração na política administrativa dos estados.

O momento pós-revolução precisava de ordem, fundamental para estabilizar o novo Governo. A busca por tranquilidade, no território catarinense, aconteceu com a instalação de um forte aparelho de segurança pública, nas interventorias dos militares gaúchos. Assim, a partir de agora, veremos que o primeiro Interventor do estado de Santa Catarina, o General Ptolomeu de Assis Brasil, tratou como um dos pontos centrais de seu Governo, a ordem, tanto como segurança, quanto como organização, não correndo risco de uma contrarrevolução, nesta perspectiva, republicana. Ele investiu na segurança, contratando um maior número de praças, um maior número de armamentos, um maior número de delegacias de polícia, acabando por investir no órgão policial em todas as sedes dos Municípios. O General declarava em público suas preocupações com a segurança, tanto que, segundo Piazza, em viagem ao Rio de Janeiro o Interventor, quando questionado sob a situação social de Santa Catarina, declarou que naquele estado, que estava sob seu comando, reinava a ordem e o trabalho (PIAZZA, 1983, p. 633). Comprovando assim que o seu trabalho a frente da primeira interventoria de Santa Catarina era manter tudo sob controle, na mais amena situação possível.

#### **4.2.1 Segurança Pública**

A segurança pública do estado de Santa Catarina, no início dos anos 1930, parece ter sido fundamental para assegurar os ideais da revolução aliancista. Ela foi tratada pelos dois primeiros Interventores no estado como um dos principais objetivos a ser atingido. Devido ao momento conturbado do pós-revolução, o discurso governamental optou por um plano de Governo que buscava a harmonia e o bem comum, através do controle da ordem social. No que tudo indica, para que isso pudesse ser alcançado, antes deveria acontecer a reestruturação das bases policiais, políticas e educacionais.

Referente ao policiamento do estado, a coleção de Decretos-leis de 1931 e 1932 traz uma série de medidas que aumentaram, significativamente, a Força Pública de Santa Catarina. Sobre esta temática, saberemos, em análise das fontes, que a segurança dos estados brasileiros foi priorizada, no início da década de 1930. Os Interventores, nomeados pelo Governo Provisório puderam contar com militares do exército nacional na composição das

suas Forças Públicas estaduais.<sup>51</sup> Se os discursos intelectuais – promovidos pelos escritores recrutados pelo Governo brasileiro durante o Estado Novo, com intenção de legitimar as ações governamentais – apontavam na direção de que o poder bélico deveria pertencer à nação e não aos estados, pelo menos, no início dos anos 1930, a realidade catarinense se mostrou diferente. O poder policial catarinense aumentou consideravelmente, na proporção em que se dava cada vez mais importância para o órgão da Força Pública. Segundo as redações dos decretos de 1931 e 1932, referentes ao policiamento do estado catarinense, era necessária a instalação de novos centros policiais.

Acima de tudo, podemos notar, no início da década de 1930, um forte esquema de segurança nacional. A revolução aliancista causou, inegavelmente, uma instabilidade e insegurança no meio político, econômico e social. As instituições responsáveis por manter a existência do Estado autoritário centralizador, foram as forças militares, visto que, segundo os governistas, os segmentos populares eram incapazes de organizar e construir uma nação. As forças armadas colocaram-se como núcleos construtores, apoiando um Governo forte, pois acreditavam que o único jeito de “progredir” era através da força (FAUSTO, p. 104-111). Em âmbito estadual, veremos, no decorrer destas páginas, que foram incorporados à Força Pública de Santa Catarina tanto homens do exército nacional quanto recrutados reservistas e voluntários. Ao que tudo indica, havia, naquele momento, necessidades de fortalecimento da instituição policial, denominada Força Pública. Neste sentido, a coleção de decretos do estado de Santa Catarina dos anos de 1931 e 1932 nos deu bases suficientes para afirmar que o momento instável pós-revolução era propício para a constituição de um aparelho policial supremo.

Um dos primeiros motivos que nos levaram a perceber a grande importância da Força Pública no período dos Interventores sul-rio-grandenses em Santa Catarina foi o fato de que o valor destinado a investimentos com segurança foi, disparadamente maior do que qualquer outro projeto social daquele momento. Foram destinados, para essa instituição, empréstimos financeiros maiores do que para educação, saúde e justiça, e foram estabelecidos, aos soldados, vencimentos salariais maiores do que qualquer outra profissão pública do estado.

---

<sup>51</sup> Especificamente em Santa Catarina, foram recebidos, no início do reforço policial do estado, três primeiros tenentes do exército brasileiro, Heitor Lopes Caminha, Orlando Gomes Ramagem e Mario Gomes da Silva. Estes oficiais, que deveriam ser pagos pelos cofres públicos estaduais, foram postos pelo Ministério da Guerra à disposição do Interventor de Santa Catarina, para exercerem, respectivamente, as funções de Comandante Geral da Força Pública, Instrutor e Chefe de Serviço de Intendência e Comissionados. O primeiro no posto de Tenente-coronel, e os outros dois, no de Capitão (DECRETOS, nº 77, 1931, p. 26).

Como exemplo desta afirmativa, destacamos uma situação que se repetiu inúmeras vezes, na primeira interventoria e em menor quantidade na segunda, tornando-se uma espécie de ciclo vicioso, que prosseguiu ao longo dos anos de 1931 e 1932: enquanto a Chefia de Polícia encaminhava ao poder público ofício, ou mesmo exposições das despesas com seus subordinados, o estado, por sua vez, para suprir as necessidades da Força Pública, abria créditos a instituição. Em outras palavras, a instituição militar do estado de Santa Catarina estourava seu orçamento ao longo das suas atividades, e, conseqüentemente, pedia a outras instâncias novo crédito para suprir suas despesas. Desta forma, para garantir um bom funcionamento da segurança pública, o estado sancionou inúmeros decretos concedendo crédito a essa instituição, o que nos leva a confirmar a importância dada à segurança. Além disso, os decretos nos deixam afirmar que os créditos abertos à segurança pública foram exorbitantemente maiores do que os concedidos as outras repartições, como a de higiene, educação e justiça. Vejamos: enquanto a Diretoria de Higiene teve créditos de um conto de réis (DECRETOS, nº 149, 173, 178, 1931), a Secretaria do Interior e Justiça teve créditos de quase 11 contos de Réis (DECRETOS, nº 164, 1931) e a “Chefatura de Polícia” levara créditos de 105 contos de Réis (DECRETOS, 1931, p. 83, 92, 105, 108). Desta forma, torna-se significativa a diferença entre os créditos cedidos às instituições do estado, além de deixar explícita a importância de fortalecimento da instituição policial.

Outro fator financeiro que explicita a preocupação do estado com a organização de um regimento policial fortalecido foi a parceria feita entre o estado e seu municípios, dividindo as despesas entre ambos. As prefeituras ajudariam os cofres estaduais com 25% dos gastos com cada praça instalado em suas fronteiras.<sup>52</sup> Isso significa que, com a parceria entre estado e municípios, sempre haveria um fundo disponível para novas aberturas de créditos à Força Pública.

Na mesma perspectiva de valorização da instituição policial, o *status* de um soldado da Força Pública era de grande visibilidade, devido aos elevados salários e à importância que a segurança pública ganhara no Governo dos Intervenores sul-riograndenses, principalmente no de Assis Brasil. Em análise e comparação de alguns decretos, mais especificamente os de número 63, 74 e 77, do livro de decretos do ano de 1931, vemos, que os militares recebiam salários maiores do que os médicos e juizes do estado catarinense. Enquanto os soldados recebiam 2 contos de réis, os médicos recebiam 750 mil réis e os juizes

---

<sup>52</sup> Ao todo, são 34 municípios participantes desse acordo, dos quais todos possuem praças para segurança de seus habitantes, com destaque para Chapecó, com 34 praças, seguido de Campos Novos, Porto União e São Francisco, com 10 praças cada um (DECRETOS, nº 192, 1931, p. 131-132). (Ver anexo I).

em torno de 700 mil réis, ou seja, os militares recebiam em torno de 1 conto e 300 mil réis a mais do que os outros profissionais aqui investigados (DECRETOS, 1931, p. 18, 22, 26). Cabe ainda lembrar, a existência de casos em que os militares acumularam cargos, acrescentando valores salariais ao soldo (DECRETOS, nº 165, p. 92).

Podemos ver, clara e abertamente, diante de tanto investimento policial, que a grande função do primeiro Interventor catarinense foi controlar a ordem vigente, estabelecer a harmonia, calar os adversários, fortalecer as bases liberais e propagandear os feitos do novo Governo do estado. Para cumprir aquilo que lhe era exigido, o Interventor além de recorrer e investir no sistema policial, também investiu no sistema de ensino, na imprensa<sup>53</sup> e na justiça, tema que será abordado posteriormente.

As ações governamentais, em relação à segurança, intensificavam-se, na medida em que o tempo passava e as preocupações surgiam. Simultaneamente aos créditos concedidos a investimentos na instituição policial, foram organizadas e instituídas regras aos seus integrantes. Na mesma proporção em que se inclinavam ações em favor do aumento efetivo da Força Pública, aumentavam-se as exigências de ordem e regras na instituição. Se eram necessários investimentos governamentais e municipais, além de altos salários aos praças, para um bom funcionamento da segurança social, era também necessário o estabelecimento de um padrão rigoroso de regras bem estabelecidas. A partir desta prerrogativa, sancionou-se o decreto 163 (p. 89-92), de 7 de outubro de 1931, referente à configuração interna do aparelho de segurança policial. Neste sentido, detalhadamente, se reestruturou as bases e os cargos desta instituição militar.

Como todas as decisões em uma ditadura devem passar pelas mãos do governante, as referentes ao militarismo do estado catarinense também passaram. O Interventor Federal, nesta reconfiguração interna da Força Pública de Santa Catarina, teve grande importância nas indicações à cargos. O chefe do poder executivo se encarregou das promoções, quanto ao cargo mais alto entre todos os militares desta força. Isto é, o Interventor Federal exercia o poder supremo de decisão dentro da instituição militar. Ele participava de um simples esquema de indicações, onde o Comando Geral da Força Pública, a cada indicação ao posto de oficial, elaborava uma lista com três nomes de possíveis oficiais a serem promovidos, dentre eles, um seria escolhido pelo Interventor. Enquanto isso, nos postos mais baixos, os

---

<sup>53</sup> Muito ainda pode se fazer em relação às notícias relatadas na imprensa. Existem muitos jornais deste período arquivados na biblioteca do estado de Santa Catarina. Entramos em contato com alguns deles, como, *O Estado*, *A Pátria*, *República*, *A Defesa*, *Diário da Tarde*, e nos parece que há reportagens sobre as ações dos Interventores e debates feitos entre as oligarquias catarinenses. Não abordamos a imprensa neste trabalho, pois tivemos um contato tardio com estas fontes, entretanto é um amplo campo para futuras investigações.

graduados e sargentos deveriam realizar concurso para serem promovidos, e estar dentro de todos os requisitos exigidos para os cargos desejados, como: “bôa conduta civil e militar; comprovadas qualidades morais; menos de 30 anos de idade (...); aptidões físicas” (DECRETO nº 163, 1931, p. 89).

Os graduados e sargentos aprovados nos concursos, deveriam passar por uma banca examinadora<sup>54</sup>, com funções de investigá-los. A mesma banca tinha a função de encaminhar ata lavrada, com todos os acontecimentos, ao chefe do estado, que fazia as nomeações, segundo as classificações apresentadas (DECRETO nº 163, 1931, p. 89-90). Visivelmente, há diferenças nas promoções quando comparadas as patentes dos militares, donde o cargo mais alto da Força Pública dependia apenas de uma nomeação, e os cargos de patentes menores, dependiam de concurso e outras exigências. Segundo as normas do decreto 163, o chefe da Força deveria ser um homem de confiança do Interventor, e, talvez, seja por isso que o processo de indicação fosse simplificado. Já diante do processo de promoções das patentes menores, acreditamos que mesmo havendo concurso, como nos casos dos sargentos e graduados, era o Governo quem decidia quais elementos aprovados ocupariam determinadas vagas. O Interventor ainda tinha como função, dentro da instituição militar, indicar os nomes para as vagas que abrissem ao longo do tempo e que deveriam ser preenchidas (DECRETO nº 163, 1931, p. 89-90).

Tais fatos nos possibilitam dizer que a intervenção governamental nos órgãos do Estado não se dava apenas superficialmente, em forma de vigilância, mas, sim, de maneira autoritária, influenciando nas decisões das instituições e impondo regras e procedimentos a serem seguidos. Esse comportamento intervencionista centralizador autoritário era sempre justificado com algum discurso, que poderia ser regido por um conhecimento técnico. Identificamos esse tecnicismo nas comissões julgadoras, compostas por homens do exército e oficiais do Comando da Força Pública, que julgavam aptos ou não, os inscritos nos concursos, e os nomeados às vagas de superiores. Entretanto, apesar de considerarmos os fatores técnicos de escolha e procedimentos a serem seguidos, todos descritos detalhadamente no decreto 163, ressaltamos o caráter político das escolhas, que estavam sempre nas mãos do Interventor. Esta discussão se aproxima das ideias de Miceli (2001) quando caracterizou o DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público – como um organismo técnico, porém com dirigentes políticos. Assim, neste contexto, apesar de ser constituída uma comissão técnica, para executar as regras instituídas, era a figura política do Interventor que estava à frente das

---

<sup>54</sup> Essa banca era composta por oficiais do exército, incluindo um da Força Pública, e, presidida pelo Comando Geral desta, todos indicados pelo Interventor (DECRETO nº 163, 1931, p. 89-90).

decisões.

As normas e os procedimentos sancionadas em benefício da Força Pública abrangiam diversas estâncias da instituição, como o aumento do números de praças, suas obrigações e a quantidade de armamentos. Cuidadosamente, foram elaborados decretos que regularizaram todas as eventuais ações no campo militar. Decretos que instituíram, de cima para baixo, medidas a serem tomadas, e decretos que legitimaram as ações governamentais. De qualquer forma, os dois tipos regularizaram, perante a lei, qualquer eventual ação tomada pela interventoria. Nesta perspectiva, se as ordens eram dadas através dos decretos-leis, o executivo foi, neste período, responsável por legislar e aplicar a lei, centralizando o poder.

A Força Pública, considerada o principal meio para garantir a ordem, foi alvo de muitas investidas governamentais, inclusive em sua estrutura. Para o ano de 1932, a instituição deveria ser composta por: “a) Um Comando Geral (com E. M); b) Uma Companhia Extranumeraria; c) Um Pelotão de Metralhadoras Pesadas; d) Um Pelotão de Cavalaria; e) Um Batalhão de Infantaria (com duas Companhias e uma Companhia Especial)”, estrutura mínima necessária para o controle e a manutenção da ordem, naquele momento. Veremos, mais adiante, que esta previsão foi muito alterada, no decorrer do ano de 1932, mas que, para o ano de 1933, as previsões foram quase as mesmas do ano anterior. O mesmo decreto que previa uma estrutura mínima para funcionamento da Força, elenca também todas os deveres e as punições a que os praças estavam sujeitos, caso andassem fora dos padrões determinados, como prisões e perda de dois terços do soldo (DECRETO nº 191, 1931, p. 123-130). Os soldados, apesar de receberem benefícios, como bons salários e *status* elevado, tinham de cumprir ferrenhas regras dentro da instituição, regras padronizadas, que não poderiam ser desrespeitadas. As exigências impostas eram duras e, em alguns casos, punitivas. Diga-se de passagem, o estado, até o momento, nunca tinha experimentado em sua história uma força pública grande, organizada e eficaz.

É certo afirmar que o ano de 1931, até então, foi aquele em que mais se desenvolveu em questões de segurança pública, foi neste ano que se estruturaram as bases militares do estado, que foram ampliadas em 1932. Por sua vez, o ano de 1932 reservou mais um fator importante referente à instituição militar catarinense, a experiência de um aumento na capacidade militar do estado, instituída e organizada por Assis Brasil e continuada por Rui Zobarán. Tudo isso, graças à curiosa repercussão que o movimento constitucionalista paulista causou em terras catarinenses.

Devido às preocupações com a Revolução Constitucionalista ocorrida no estado

Paulista, instalou-se em Santa Catarina um movimento de militarização nas principais cidades e em todas as regiões do estado. Buscou-se, acima de tudo, manter a ordem social vigente, policiando a população, e, conseqüentemente, reprimindo aqueles que, por ventura, se aventurassem a aderir aos princípios do constitucionalismo paulista.

Para que possamos entender as modificações no seio da instituição policial catarinense pós-revolução constitucionalista, devemos entender que, já em fevereiro de 1932, mudanças importantes começaram a ocorrer no cenário militar. Passou-se a aceitar voluntários na Força Pública do estado, até que se completasse o efetivo desejado, independente das datas preestabelecidas no decreto 191, de 30 de dezembro de 1931. Essa modificação, em parte das regras estabelecidas no ano anterior, aconteceu devido a ponderações feitas pelo Comando Geral da Força Pública, que tinha como objetivo aumentar seu efetivo (DECRETOS, nº 204, 1932, p. 12). A necessidade de aumento do número de soldados é quase imediatamente posterior à elaboração das regras para a instituição, como se as coisas estivessem sendo instaladas progressivamente.

Assim, nos parece que o estabelecimento do policiamento em Santa Catarina se dá em três etapas: a primeira, gira em torno da estruturação de bases sólidas para o funcionamento da Força Pública, incluindo regras, procedimentos e vencimentos; a segunda, se dá em torno do aumento do número de policiais, ou seja, com bases e regras estabelecidas, o objetivo era tornar grande em quantidade o efetivo de segurança, aumentando o controle sobre a sociedade; e a terceira, foi a distribuição do policiamento por todos os lados do estado.

Em outras palavras, constituído o aparelho repressivo com regras bem estabelecidas e aumento considerável do efetivo militar, assim como vimos na primeira parte deste item, era hora de tornar mais abrangente o poder controlador, por todas as cidades do estado. Para tais pretensões, as Prefeituras e a Interventoria, haviam estabelecido entendimento prévio de que era necessário prover em todos os municípios o serviço de segurança pública e aumento do efetivo desta Força, assim como uma parceria entre ambos para pagamentos dos soldados (DECRETOS, nº 192, 1931, p. 131-132).

Com isso, queremos dizer que há com certeza uma preocupação do Interventor com a Força Pública, nos primeiros anos de Governo, tendo como uma das principais metas o aumento do número de praças, permitindo que os interessados se alistassem, mesmo que fora das datas estabelecidas no ano de 1931, e a partir das datas estabelecidas em 1932. Isso acabou possibilitando que a Força Pública se renovasse, consecutivamente, dia após dia. A intenção de pôr em prática o regramento e o aumento de soldados na Força, fortalecendo-a,

caminhou conjuntamente com a expansão e distribuição do policiamento pelo estado, formando bases suficientes para superar o eventual momento de desconfiança revolucionária que o momento histórico da Revolução Constitucionalista de São Paulo causou.

O aumento do efetivo da Força Pública é, sem sombra de dúvidas, uma meta atingida pelo Interventor, mas não somente dele. O Comando Geral da Força Pública foi responsável por muitos pedidos de aumento do número de soldados, isso, conseqüentemente, devido ao aumento das populações das cidades, proporcionando uma demanda maior de policiais (DECRETOS, nº 132, 204, 248, 253, 1931 e 1932). Este aumento, tanto poderia acontecer em centros policiais já existentes, como também em localidades em que ainda não haviam delegacias de polícia, motivo pelo qual ocorreu sua criação. A justificativa foi a de suprir as necessidades de manutenção da ordem pública (DECRETOS, nº 248, 253, 297, 1932).

A partir desta perspectiva, torna-se evidente e explícita a preocupação com a ordem pública. Vemos, cada vez mais, a intenção do Governo em fortalecer o aparato militar do estado. Isto se dá, como ressaltamos anteriormente, pela necessidade de manter a ordem vigente, protegendo o aparelho estadual do inimigo.

Os primeiros trabalhos, em 1932, de redistribuição dos postos de policiamento pelas cidades de Santa Catarina levaram em consideração alguns requisitos: grande população local; pedidos e interesses por parte dos municípios, em instalar uma unidade de polícia que atendesse a suas necessidades; e, solicitações da Chefia de Polícia. Desta forma, atendendo às reivindicações, foram estabelecidos distritos policiais em muitas regiões, das quais as cidades mais importantes tornaram-se sedes. Vejamos um exemplo destas situações: “O General Ptolomeu de Assis Brasil (...), consultando os interesses da população do lugar Rio Preto, no Município de Porto União [hoje município de Caçador] cuja densidade de população já é bastante pronunciada, e tendo ainda em vista a proposta feita pela Chefia de Polícia (...)” decreta a criação do distrito policial na cidade de Rio Preto (DECRETOS, nº 226, 1932, p. 26).

A criação de distritos policiais e o aumento do número de homens na Força, vinham sempre acompanhados de justificativas, sendo as principais delas as “necessidades” de ordem pública, de atendimento aos interesses da população e dos relatórios da Chefia de Polícia, que, analisando a situação social das localidades, expedia à interventoria pedidos para suprir os cuidados policiais, mascarando a verdadeira intencionalidade de estabelecimento de bases sólidas e ágeis de policiamento para um controle efetivo social.

O objetivo de alicerçar um policiamento em todos os lados do território

catarinense só foi possível com a eclosão da revolução constitucionalista em São Paulo. Desde o início da revolução de 30, já se implantava uma forma meio desorganizada de ordem social, que durante o tempo foi ganhando vigor e, conseqüentemente, novos rumos, que acabaram estruturando, mesmo que de forma precária, o aparelho policial no estado. Porém, no ano de 1932, uma revolução ocorrida em São Paulo acabou por agilizar o processo de policiamento de Santa Catarina. Mas como isso foi possível? O que a revolução paulista tem haver com a polícia de Santa Catarina?

#### **4.2.1.1 A Revolução Constitucionalista paulista e seus reflexos em Santa Catarina**

A chamada revolução constitucionalista, ocorrida em São Paulo, durante os meses de julho e outubro de 1932, ganhou muitos adeptos em outros estados brasileiros. Foi um movimento que pregava a descentralização do poder e a construção de uma nova constituição para o Brasil, que respeitasse a autonomia dos estados. Esse movimento foi acompanhado com simpatia por alguns políticos de Santa Catarina, como Nereu Ramos, que se posicionaram, nesse momento, contra a política exercida pelo Governo Getúlio e, conseqüentemente, pelo Interventor Assis Brasil. Para tanto, segundo Auras (1991), Nereu e seus aliados políticos eram grandes estadistas, que possuíam um “rebanho” eleitoral muito intenso, principalmente nas regiões do planalto e oeste de Santa Catarina. Isso significava a possibilidade da existência de um grupo constitucionalista dentro das fronteiras catarinenses, posicionados contra o Governo local e contra o Governo nacional. Como veremos na citação a seguir, esse grupo realmente existiu, entretanto, foi dominado pelas forças militares do General Ptolomeu de Assis Brasil. O Interventor catarinense, a partir da existência de opositoristas ao seu Governo, passou a prevenir, através de um intenso policiamento do estado, possíveis movimentações contra sua política situacionista.

O movimento de rebeldia dos políticos reacionarios do estado de São Paulo, arrastou essa gloriosa parte da Federação Brasileira a uma luta armada contra a integridade da Nação e as autoridades constituídas pela Revolução de Outubro; (...) [este] movimento encontrou belicosos adeptos neste estado, como acaba de ser demonstrado com o levante armado na Comarca de Cruzeiro, felizmente logo dominado; (...) não obstante ter sido dominada a subversão é dever do Governo redobrar de vigilancia para que a ordem e tranquilidade não sofram mais alteração (DECRETOS, nº 278, 1932, p. 61-62).

A existência de revoltosos dentro das fronteiras catarinenses, e a deflagração de

um movimento armado na Comarca de Cruzeiro, levou o Interventor Federal a tomar medidas repressivas para neutralizar os constitucionalistas de seu estado. Os insurgentes, simpatizantes com o movimento revolucionário paulista, ocasionaram dois desconfortos para o estado de Santa Catarina: o primeiro deles, foi o desligamento político de parte da oligarquia Ramos, onde Nereu, um dos “belicosos” catarinenses, posicionado do lado dos revoltosos paulistas, se contrapôs às ideias de seu primo Aristiliano Ramos, que optou por se posicionar ao lado do Governo brasileiro. Desta forma, neste momento, romperam-se as relações “diplomáticas”, entre Nereu e Aristiliano, que resultaram em importantes decisões no ano de 1932. Neste ano, o General Ptolomeu demitiu-se, jogando sobre os ombros de Getúlio mais uma nomeação para a interventoria catarinense. O Governo Provisório, acompanhando as discordâncias políticas da oligarquia Ramos, que o apoiou durante a revolução de 1930, mas que durante a revolução constitucionalista acabaram se dividindo, pelo que nos parece, achou melhor nomear mais um militar do Rio Grande do Sul para a Interventoria catarinense, deixando a situação dos políticos estaduais de Santa Catarina se resolverem. É provável que Getúlio, duvidava da fidelidade dos seus aliados do Partido Liberal, com isso, os catarinenses ficaram de fora da segunda interventoria, o que veremos mais adiante. Já o segundo desconforto, aconteceu quando os revoltosos de Cruzeiro aderiram ao movimento paulista e se rebelaram contra o Governo catarinense, tendo este de usar do efetivo militar para conter os insurgentes do meio-oeste catarinense e de influência da oligarquia Ramos. Porém, esta situação, deixou algo “positivo” para o estado. A interventoria, aproveitando-se do momento instável, buscou consolidar a terceira e última fase do processo de policiamento, espalhando delegacias de polícia por todos os cantos de Santa Catarina. A luta contra os insurgentes constitucionalistas, em terras catarinenses, serviu de justificativa básica para redobrar o policiamento social.

Neste sentido, passamos a acompanhar os decretos dos meses de julho a outubro do ano de 1932, tempo de duração da revolução constitucionalista paulista, e, veremos, que quase todos os decretos se referem ao movimento de militarização do estado, devido a preocupações tanto de possíveis invasões vindas da fronteira norte, ou mesmo rebeliões internas. Somado a estas preocupações, os limites dos estados de Santa Catarina e de Paraná não estavam politicamente bem esclarecidos, então, na mesma oportunidade de militarização oferecida pelo constitucionalismo paulista, usou-se a justificativa de necessidade da manutenção da ordem pública, para militarizar as regiões de fronteira reivindicadas pelo Paraná na Guerra do Contestado.<sup>55</sup>

---

<sup>55</sup> O conflito territorial entre Santa Catarina e Paraná nos primeiros anos do século XX é denominado Guerra do

Se o movimento em São Paulo começou em 9 de julho de 1932<sup>56</sup>, o primeiro decreto de prevenção de revoltas em Santa Catarina foi datado de 11 de julho, do mesmo ano. Neste decreto, o Governo estava autorizando o Comando Geral da Força Pública a abrir voluntariado para completar o efetivo de Guerra, de acordo com a organização do Exército Nacional (DECRETOS, nº 253, 1932, p. 45-46). Isso significa que há, naquele momento, uma real preocupação com a estabilidade da ordem social de Santa Catarina, assim, dois dias após o começo do movimento armado em São Paulo, o Governo catarinense já tomava providencias de prevenção. Muitas outras medidas foram tomadas, muitos outros comandos policiais foram criados, muitos voluntários foram incorporados nestas instituições, muitas pessoas sofreram e muito se aproveitou deste momento histórico, principalmente quando a revolução de 1932 acabou, deixando para o território catarinense uma ampla base militar.

A militarização do estado catarinense foi legalizada por um decreto federal, que autorizava a criação de novos estabelecimentos militares, como forma de prevenção de movimentos contra o Governo. A partir desta prerrogativa, encontramos, na coleção de decretos de 1932, exatamente, a autorização concedida pelo chefe do Governo Provisório para criação de novas bases militares em Santa Catarina (DECRETOS, nº 255, 1932, p. 47). Assim, cabe a nós levar em consideração, o fato de que o projeto militar estadual, neste período investigado, esteve sempre ligado às preocupações do Governo nacional, em todas as estâncias. Acreditamos, que usando de medidas repressivas, o Governo brasileiro sufocou o movimento constitucionalista de São Paulo, impedindo que estas ideias ganhassem uma abrangência fortalecida nos outros estados nacionais.

---

Contestado. As terras que estavam em disputa neste conflito foram reivindicadas, na metade do século XIX, pela Argentina. A região oeste, meio oeste e planalto norte de Santa Catarina foi, por muito tempo, alvo de interesses das elites internacionais, nacionais e estaduais. Os conflitos ocorridos na região serviram para massacrar a população cabocla local. Segundo Auras, a questão territorial (entre os estados) é secundária para o estudo do conflito, já que pouco fizeram os governos de SC e PR além de retórica política (AURAS, 1984). Até metade do século XIX, Santa Catarina fazia divisa com São Paulo, e as divisas se davam pelas barreiras naturais (rios). A criação da Província do Paraná, por desmembramento de São Paulo, em 1853, põe em evidência, já nos anos subsequentes, a questão de limites interna, paralela à questão internacional. A disputa seguiu as vias administrativas e jurídicas, com sucessivos ganhos de causa ao Governo de Santa Catarina (como em 1904, 1909 e 1910) até, por fim, chegar ao acordo de 1916. A linha divisória entre os estados, a partir de Porto União-SC e União da Vitória-PR no sentido oeste, foi alterada, reduzindo o território pretendido pelos catarinenses e reconhecendo os campos de Palmas como território da Província do Paraná (PIAZZA, 1983).

Em 1943, mais uma vez a questão de terras voltou à tona. Serviu para uma forma de prevenção a contestação de terras pela Argentina. Para tal, foi criado um território federal que incluía o oeste catarinense, o Território do Iguaçú. A medida duraria pouco tempo, e viria a ser revertida em 1946, anexando aquela área definitivamente ao território catarinense (PIAZZA, 1983).

<sup>56</sup> O Governo catarinense só menciona esse decreto federal no dia 21 de julho de 1932, isso significa que a decisão tomada no decreto do dia 11 de julho foi de ordem estritamente estadual. A notícia da revolução certamente chegou a Santa Catarina antes do decreto oficial do Governo Provisório.

Conforme enunciado do decreto 255 de 21 de julho<sup>57</sup> de 1932 (p. 47), por telegrama, o Interventor catarinense explicitou a autorização recebida do Governo Provisório do Brasil, para decretar medidas de ordem pública, ou seja, segurança pública (DECRETOS, 1932, p. 47). Esta ordem propiciou a intensificação, ampliação e, efetivamente, a instalação do aparelho repressivo militar no estado catarinense, que declarou publicamente, naquele momento, estar passando por um “atual período das operações de guerra” (DECRETOS, nº 267, 1932, p. 53). O estado declarava, também, que o Interventor, e somente ele, tinha a função de nomear os oficiais destinados a preencher os lugares nas organizações das unidades da reserva da Força Pública do estado (DECRETOS, nº 267, 1932, p. 53). Isso significa, mais uma vez, centralizar o poder na mão do Interventor, tornando-o intocável e supremo em todas as instituições estaduais e todos seus representantes, além de Chefe do povo.

A partir das necessidades do momento de guerra em que o estado se envolveu, sancionaram muitos decretos que visavam à formação de aparelhos militares. Como algumas das primeiras providências, criaram-se três companhias provisórias, com efetivo de guerra (175 homens cada uma) em Chapecó, Cruzeiro e Porto União. Foram criados, também, dois contingentes de 25 homens, um em Mafra e outro em Canoinhas. Além disso, o decreto 255, de 21 de julho, citado acima, deixou autorizado aos prefeitos abrir voluntariado para preenchimento dos efetivos das suas forças policiais, dando preferência aos reservistas do exército nacional (DECRETOS, nº 255, 1932, p. 47).

Geograficamente, as cidades citadas se localizam da seguinte forma: Chapecó, localiza-se na região Oeste do estado e faz fronteira com Rio Grande do Sul; Mafra, localiza-se no Planalto Norte e tem como principal fronteira o Paraná; Porto União, localiza-se também no Planalto Norte e tem como fronteira o Paraná; Canoinhas, é mais um dos municípios militarizados do Planalto Norte, com fronteira com Paraná; Cruzeiro, é a atual Joaçaba e localiza-se no Meio Oeste de Santa Catarina, é por onde passa a estrada de ferro que liga São Paulo ao Rio Grande do Sul, por ela Getúlio passou em direção ao Rio de Janeiro, quando em 1930, negociou com os militares a chefia do Brasil. Estas, conforme o decreto 255 citado acima, foram algumas das principais cidades da época que receberam instituições militares. (Ver anexo II).

Observando estas primeiras cidades catarinenses militarizadas, chegamos a um ponto crucial nestas discussões. Estes municípios, ao que tudo indica, não foram escolhidos

---

<sup>57</sup> A redação do decreto expõe a data 21 de junho, porém, como este decreto está inserido no mês de julho, entre o decreto de número 254 e 256, ambos com o mês de julho, acreditamos que a data da redação do decreto 255 está errada.

aleatoriamente, entre tantos outros existentes no estado, foram, sim, alvo de uma estratégia de guerra contra inimigos internos, externos e “estrangeiros”, que por ventura podiam se rebelar contra a ordem vigente. Os inimigos internos eram aqueles insurgentes que se revoltaram contra o Governo, por ideais republicanos, constitucionalistas ou mesmo comunistas. Os inimigos externos, consideramos, aqueles vindos de outros lugares do país, como no caso os constitucionalistas de São Paulo, e, também, estados e países vizinhos (Paraná e Argentina) que disputaram, por muito anos, territórios pertencentes à Santa Catarina. Já os inimigos “estrangeiros”, eram aqueles que cultivavam culturas diferentes a luso-brasileira, como os descendentes de alemães e italianos. Estes descendentes, não por coincidência, compunham a maior parte da população das cidades militarizadas.<sup>58</sup> Isso nos faz retomar as ideias de que o grupo governante da década de 1930 é o grupo político que derrotou os republicanos (oligarquia Konder e aliados) do norte do estado, que representavam e, em certa medida, cultivavam culturas diferentes a lusa. Não seria coincidência, pensarmos que os primeiros municípios militarizados, tivessem origens étnicas alemãs e italianas, além do que, a oligarquia predominante neste período era luso-brasileira (Ramos), e compartilhavam, com o Governo, os ideais nacionalistas.

A guerra no sudeste do Brasil, justificou, a intensa forma de conter movimentos revoltosos locais. A justificativa de manter a ordem necessária, possibilitou ao estado resolver três problemas com uma só ação. Estrategicamente, foram policiadas zonas de imigração, zonas de fronteira, ainda não bem resolvidas, e zonas de relativa influência de políticos catarinenses, envolvidos com o constitucionalismo. Parece-nos que o estado, com seu Interventor militar, estava preocupado em organizar uma força pública e nacionalizadora tática. Em outras palavras, é provável que uma “desculpa”, ou justificativa, serviu para atender a outras necessidades. A preocupação foi militarizar o estado, para solidificar suas fronteiras, nacionalizar a cultura, reprimindo as etnias diferentes da luso-brasileira, e manter a ordem aos rebeldes que simpatizavam com a revolução paulista.

No início do processo de policiamento ou militarização do estado catarinense, foram criados, em 1º de agosto de 1932 (decreto 258), três batalhões da reserva da Força Pública. O primeiro, com sede em Florianópolis, capital do estado, o segundo, em Porto União, localizado no Planalto Norte, e o terceiro, em Cruzeiro, localizado no Meio Oeste. O batalhão da capital instalou-se no momento da publicação do decreto 258, enquanto os outros batalhões ainda se dividiam em companhias ordinárias, recém-criadas, espalhadas pelas

---

<sup>58</sup> Para uma pesquisa sobre as origens étnicas das cidades citadas, ver site do Governo de Santa Catarina: <http://www.sc.gov.br/portalturismo/Default.asp?CodMunicipio> (acesso em 22/05/2012).

idades de Canoinhas, Capinzal e Porto União, e outras já existentes, localizadas em Chapecó, Cruzeiro e Rio Caçador (DECRETOS, nº 258, 1932, p. 48-49). Isso quer dizer que há um aproveitamento das facções militares já existentes, compostas antes da revolução constitucionalista, ou seja, aproveitaram-se aquelas “tortas” estruturas militares, elaboradas logo após a revolução de 1930, e somou-se a elas as novas formações militares, estrategicamente pensadas em 1932, assim, as companhias mais antigas junto com as mais recentes, comporiam alguns batalhões.

É importante ressaltar, a força dos Batalhões militares recém-criados, compostos por uma organização hierárquica consistente e a grande quantidade de soldados, para aquele período (Ver anexo III). Estes Batalhões, se tornaram muito importantes na composição da Força Pública dos Interventores sul-rio-grandenses, principalmente para Assis Brasil. No decorrer dos dias, eles iam se fortalecendo, na medida em que incorporavam novas companhias, pelotão de cavalaria, corpo de bombeiros, tenentes, praças, entre outros cargos, tornando-se cada vez mais completos. Além disso, é certo afirmar que cada batalhão criado já possuía um destino, uma localização geográfica, onde deveria ser instalado (DECRETOS, nº 159, 1932, p. 49). Entretanto, nos parece que primeiro (até 1931) foi criado um aparato militar disperso, e, posteriormente, transformou-o em unidades sólidas. Assim, no ano de 1932, foi possível incorporar, no processo de desenvolvimento dos batalhões, e sob seu comando, as companhias, os pelotões, os bombeiros e a cavalaria.

Propiciada a consolidação do aparelho policial em Santa Catarina, a partir da instalação dos três primeiros batalhões e da elaborada estratégia de guerra, em que o estado dizia estar envolvido, foram sancionados uma enxurrada de decretos, criando, consecutivamente, batalhões militares, representantes dos objetivos governamentais, pregando a nacionalização, a disciplinarização e a repressão aos movimentos contrários ao Governo. Desta forma, como consequência dos objetivos governamentais, foram criados nove Batalhões de Reserva da Força Pública. Como os três primeiros já foram citados acima, continuamos do quarto em diante, acompanhamos: no dia 29 de agosto de 1932, foram criados o 4º e 5º Batalhões de Reserva da Força Pública, com sede respectivamente em Chapecó e Maфра (DECRETOS, nº 269, 1932, p. 47). Ou seja, mais um no Planalto Norte, de divisa com Paraná e mais um no Oeste, divisa com Rio Grande do Sul; em 3 setembro cria-se o 6º batalhão da Reserva da Força Pública, em Lages, reduto eleitoral de Nereu Ramos, região do Planalto Central catarinense (DECRETOS, nº 271, 1932, p. 58); em 10 de setembro cria-se o 7º e 8º Batalhões de Reserva da Força Pública, com sede, respectivamente, em Canoinhas e

Itajaí. Mais um no Planalto Norte, na divisa com o Paraná, e um no Litoral Norte do estado, município portuário (DECRETOS, nº 274, 1932, p. 59); por fim, em 27 de setembro, criou-se o 9º Batalhão de Reserva da Força Pública, também com sede na cidade de Lages (DECRETOS, nº 283, 1932, p. 65). Todos os decretos tinham a mesma justificativa, atender às necessidades de ordem pública. Além disso, todos estavam baseados no telegrama do dia 9 de julho, recebido pelo Interventor de Santa Catarina, com remetente do Governo Provisório brasileiro (DECRETOS, nº 258, 269, 271, 274, 283, 1932). Visto isso, sabemos que o Governo do Brasil, autorizou a militarização, e o Governo catarinense, difundiu-a para todos os lugares do estado que achou providente.

Este grande objetivo de disseminar a polícia pelo estado e regular a ordem social nas mais diversas regiões catarinenses, atingiu outras cidades, além das citadas. Entretanto, não em forma de Batalhões, mas sim, em forma de companhias militares. A justificativa foi sempre a “necessidade de atendimento da ordem pública”, e as ações calçavam-se na “autorização do chefe provisório do dia 9 de julho” de 1932 (DECRETOS, nº 276, 278, 279, 281, 282, 284, 286, 287, 1932). Entre as companhias criadas, estavam: uma companhia isolada de reserva da Força Pública, com sede em Joinville, Norte do estado, de divisa com o Paraná (DECRETOS, nº 276, 1932, p. 60-61); uma companhia Isolada de Reserva da Força Pública, com sede na vila de Araranguá, estendendo a militarização ao extremo sul do estado, e de fronteira, na época, com Rio Grande do Sul (DECRETOS, nº 278 A, 1932, p. 62-63); uma companhia Isolada de Reserva da Força Pública, com sede na cidade de Laguna, cidade do Sul catarinense e sede de um complexo portuário (DECRETOS, nº 279, 1932, p. 63); 3ª Companhia Isolada de Reserva da Força Pública, com sede na vila de Rio do Sul, Planalto Norte catarinense (DECRETOS, nº 281, 1932, p. 64); mais uma companhia no 3º Batalhão de Reserva da Força Pública, com sede em Cruzeiro, Oeste catarinense, onde houve manifestações constitucionalistas (DECRETOS, nº 282, 1932, p. 64-65); 4ª Companhia Isolada de Reserva da Força Pública, com sede em Rio Caçador, município de Curitiba, 120 homens, Planalto Central catarinense (DECRETOS, nº 284, 1932, p. 65-66); 5ª, 6ª e 7ª Companhias Isoladas das Reservas da Força Pública, com sede respectivamente em Tubarão, Lages e Campos Novos, localizadas no Sul e Oeste catarinense (DECRETOS, nº 286, 1932, p. 66-67); 8ª Companhia Isolada de Reserva da Força Pública, com sede na vila de Campos Novos (DECRETOS, nº 287, 1932, p. 67).

De todas as informações obtidas com o policiamento ou militarização de Santa Catarina, enumeramos três consideradas importantes: a) Militarização total do estado, com

que o Interventor objetivou ocupar todas as regiões catarinenses, inclusive e primeiramente, a capital Florianópolis, sede do palácio do Governo. Posteriormente, voltaram-se os olhos para os municípios do Planalto Norte, de fronteira com Paraná e de origens étnicas “estrangeiras”. Em seguida, houve a militarização do Meio Oeste e Oeste, de fronteira com o Rio Grande do Sul e Argentina, e municípios onde se identificaram revoltosos. Em quarto lugar, preocupou-se com Planalto Central, rebanho eleitoral de Nereu Ramos, que se identificava com os constitucionalistas. Em quinto, as preocupações voltaram-se para o Norte do estado. Em sexto, para a região Sul e, em meio às distribuições policiais entre as regiões geográficas, também se militarizaram as cidades portuárias; b) Conforme já abordamos em alguns momentos, a região planáltica e Meio Oeste catarinense formaram, durante muito tempo, um reduto eleitoral da oligarquia Ramos. As preocupações com a ocupação militar destas regiões, onde possivelmente havia muitos adeptos da política nereuzista<sup>59</sup>, foram intensas. Imaginando que possivelmente pudesse acontecer um levante constitucionalista na região, assim como de fato aconteceu, o Interventor destinou quatro Batalhões e muitas outras companhias para controlar o reduto eleitoral da oligarquia Ramos. Apesar de que nem toda a oligarquia Ramos aderiu ao movimento constitucionalista paulista, dois batalhões foram instalados em Lages, cidade natal de Nereu e de muitos dos seus parentes, e também políticos. O fato de haver um político catarinense envolvido com os rebeldes do sudeste do Brasil, preocupou o Interventor, que tratou de determinar medidas repressivas na região citada; c) O terceiro ponto a destacar foi a utilização de táticas militares de armamento do estado, pois, como vimos, através dos decretos de 1932, todas as regiões estaduais foram militarizadas, Norte, Sul, Planalto Serrano, Planalto Norte, Meio Oeste, Oeste e Litoral. Isso significa que esse armamento foi eficiente, na medida em que não houve significativas ameaças ao poder do Interventor catarinense. Além disso, quando o movimento constitucionalista paulista chegou ao fim, os batalhões e as companhias militares instalados em todas as regiões e Santa Catarina, foram sendo desativados, e transformados em delegacias de polícia. Isso significa, como citamos anteriormente, que a revolução paulista propiciou ao estado catarinense desenvolver uma tática de guerra que deixou bases suficientemente sólidas para o estabelecimento da polícia estadual.

A partir do momento em que a guerra acabou, os decretos do ano de 1932 voltaram a regular a administração pública. A importância excessiva dada à militarização pelo Interventor Ptolomeu de Assis Brasil, durante os meses de julho a setembro, foi, em muito,

---

<sup>59</sup> Adjetivo utilizado pela historiografia catarinense para denominar a política de Nereu Ramos, e os indivíduos que simpatizavam com suas ideias.

parte de um movimento de organização da Força Pública que vinha se constituindo desde o início dos anos de 1930. Passado esse período de guerra, no qual o movimento constitucionalista foi reprimido pelo Governo brasileiro, diminuiu-se consideravelmente o poder militar de Santa Catarina. Foram assinados dezenas de decretos que extinguiram todos os batalhões de guerra instituídos meses antes, no início do levante armado paulista.

Foi em meio à desmilitarização do território catarinense que ocorreu a troca de Interventor no estado. Ptolomeu deixou a Interventoria, e Rui Zobaran, seu irmão por parte de mãe, assumiu a liderança de Santa Catarina. Os decretos continuaram sendo de desmilitarização, até que o último batalhão fosse extinto, porém, nessa interventoria, novamente, voltaram-se os olhares para a administração de outros setores estaduais, assim como foi feito no início do Governo revolucionário de 1930. Imaginamos que o fim da guerra levou também o fim do Governo do primeiro Interventor catarinense, que durante todo seu período se mostrou um estrategista militar e político. Assis Brasil, elaborou um sistema de segurança que deu resultados significativos ao estado, e, em alguns momentos, aproximou do seu Governo, os políticos catarinenses da oligarquia Ramos, quando, por exemplo, convidou Cândido Ramos para integrar a Secretaria da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura. Ptolomeu deu adeus à Interventoria catarinense, seja por motivos pessoais ou mesmo por ter concluído seu papel principal à frente do Governo, o estabelecimento da ordem nos primeiros anos aliancistas, acabando com o temor de uma contrarrevolução. Todavia, apesar de sair do Governo de Santa Catarina, deixou como seu sucessor, seu irmão Rui Zobaran, que deu continuidade aos trabalhos que já vinham sendo praticados. Segundo Corrêa (1984), o Governo Zobaran representou modificações nas formas de Governo, entretanto esta não é a única forma de interpretação da substituição da interventoria catarinense. Analisando os decretos de 1931 e 1932, referente às administrações dos dois Interventores sul-riograndenses, podemos ver um continuísmo. A grande parte dos decretos de Assis Brasil e de Rui Zobaran giraram em torno do mesmo eixo, principalmente, segurança e educação. Se acaso olharmos para as ações aplicadas no fim do Governo Assis Brasil, veremos uma intensa preocupação com o momento de guerra, e se compararmos este período com o início do Governo Zobaran, veremos que o foco administrativo mudou, pois o momento de guerra terminou. Entretanto se compararmos a totalidade dos dois governos, poderemos ver que os eixos governamentais eram os mesmos.

Os decretos deste Governo caminharam basicamente nos mesmos rumos do anterior, porém, Zobaran, encontrou um aparelho estadual organizado. Entretanto, um

desconforto permanecia vivo, as disputas entre os catarinenses por nomeações políticas, devido a mais uma interventoria sem um político local no poder.

Seus primeiros decretos giraram em torno do aparelho militar, prorrogando prazos para a dissolução dos batalhões e companhias militares, sobre voluntariado, extinção de cargos da Força Pública e também sobre educação, tema que abordaremos no próximo capítulo. A justificativa, encontrada nos decretos referentes ao desmantelamento dos batalhões, era de que haviam cessado os motivos que determinaram sua criação, para tanto, não precisavam mais existir (DECRETOS, nº 302, 303, 304, 305, 306, 315, 1932, p. 76-78). Assim, a vida útil dos batalhões de guerra, montados em Santa Catarina, foi de apenas de alguns meses. Desta forma, nos perguntamos para onde foi todo o efetivo de guerra dos batalhões, assim como armas, soldados e também estrutura física? Esta foi uma herança que Rui Zobaran recebera e dera destino para ela.

Nesta perspectiva, torna-se errôneo pensarmos que Rui Zobaran não se preocupava com a segurança, pois é no Governo dele que são intensificadas as substituições de batalhões e companhias de guerra por delegacias de polícia. Desta forma, “considerando que é indispensável tornar mais eficiente o serviço de policiamento em determinada região; [e] considerando que essa eficiência depende da imediata e rápida atuação de uma autoridade que superintenda a todo o serviço de polícia nos diferentes municípios da região” (DECRETOS, nº 297, 1932, p. 72-73) decretaram, os governos de Assis Brasil e Zobaran, a criação de muitas delegacias de polícia regionais, em muitos municípios de Santa Catarina, assim como na região do “ex-Contestado”: Chapecó, Cruzeiro, Campos Novos, Coritibanos, Porto União, Canoinhas, Mafra, São Bento, Campo Alegre, e muitos outros municípios, como, Araranguá, Laguna, Joinville, Itajaí, etc. (DECRETOS, nº 92, 1931, p. 37; DECRETOS, nº 297, 1932, p. 72-73; DECRETOS, nº 313, 1932, p. 84-87).

Nitidamente, podemos ver que as delegacias policiais foram instaladas nos mesmos municípios que abrigaram companhias militares, motivo pelo qual, ao que tudo indica, se aproveitou da estrutura militar já existente nos municípios do estado e se instituiu em muitos deles delegacias policiais, chamadas em alguns casos de “districtos policiais” (DECRETOS, nº 311, 1932, p. 83). A justificativa, por parte da interventoria, era melhorar o policiamento das muitas localidades de Santa Catarina, todavia, podemos pensar que a dissolução dos batalhões criados no período de guerra e substituídos pelos “districtos policiais”, amenizava o imaginário de guerra, mas continuava uma política de segurança, mantendo a ordem já estabelecida. Assim, nos parece que este momento de instalação de

delegacias de polícia foi o ponto final da concretização de um amplo e forte aparelho de segurança pública, na tentativa de manter as coisas em seus lugares. Desta forma, acreditamos, que a militarização impôs a ordem e estabilizou a sociedade em momentos de tensões, sendo que o “novo” policiamento, sem uma característica explícita militar, veio na perspectiva de garantir o trabalho já realizado.

Encaminhando-nos para o final, podemos notar que no ano de 1932, como de praxe nos decretos governamentais, publicaram-se, especificamente, em 26 artigos, todas as peculiaridades do serviço da força pública para o ano seguinte. Conforme podemos acompanhar no decreto 313 (p. 84-87), para o ano de 1933, a força pública contou com:

- a) Um comando Geral (com estado maior);
- b) Uma Companhia Extranumerária;
- c) Um pelotão de Metralhadoras Pesadas;
- d) Um Pelotão de Cavalaria;
- e) Um Batalhão de Infantaria (B.I) - (com 3 companhias sendo que a 3ª. Terá efetivo aumentado para fornecer os destacamentos) (Ver anexo IV).

Podemos identificar nesta proposta militar, para o ano de 1933, uma diminuição natural do aparato militar da Força Pública, comparada com o momento de guerra de 1932, porém se compararmos o “mapa geral da Força” para o ano de 1932 e para o ano de 1933, veremos que não houve aumentos na soma final de todos os itens elencados na citação anterior. Isso significa que o estado continuou militarizado quase que de forma idêntica ao ano anterior, e que o movimento insurgente não significou uma preocupação para as autoridades que, neste ponto de vista, estavam contentes com o efetivo de guerra de que dispunham, e com a estrutura policial que já criaram. (Ver anexos V).

#### **4.2.2 A organização do judiciário e o controle político**

A política no pós-revolução de 1930, foi um dos importantes pilares de sustentação para a manutenção dos objetivos aliancistas. Neste período, houve a elaboração de um modelo judiciário que visava, primeiramente, a organizar o cenário político nacional. Inventou-se um modelo de justiça que punia rapidamente os adversários, ainda fortalecidos, que significavam algum tipo de ameaça aos vitoriosos revolucionários. Neste campo de ação, visou-se a excluir dos cargos públicos, da política e de todo o aparelho público estadual os republicanos, grupo dominante no período anterior ao Governo Provisório, instalado em 1930. A vida útil do sistema governamental republicano, considerado “ultrapassado”, e dos políticos que o

representavam, se encerrava, quando da instalação do modelo punitivo ditatorial. As Comissões de Sindicâncias e as Juntas de Sanções, órgãos do judiciário, que iremos acompanhar a seguir, excluíram definitivamente por longos anos, a presença de adversários partidários (republicanos) do poder político catarinense.

O Governo de Assis Brasil, preocupado em atingir uma das suas principais metas de Governo, às quais estavam ligadas as ordens da união, tratou de instalar em Santa Catarina um sistema de justiça criado no cenário federal. O modelo judiciário, especificamente voltado para a exclusão e punição de políticos opositoristas, instalado em Santa Catarina nessa interventoria, foi reflexo de um amplo decreto de jurisdição nacional que instituía um Tribunal Especial para processo de julgamento de crimes políticos, funcionais e outros discriminados na lei de sua organização. A partir deste panorama, ratificaram-se, no estado catarinense, decretos que visavam estabelecer os padrões federais na jurisdição local. Isso significou a sanção de alguns decretos que implantaram no estado órgãos responsáveis por todo o processo de investigação, julgamento e aplicação de sentenças. Neste contexto, foram criadas, pelo decreto 82 de 6 de março de 1931, as Comissões de Sindicâncias – que deveriam ser instaladas na sede de cada município catarinense – e, a Comissão Central de Sindicâncias, instalada na Capital do estado (DECRETOS, nº 82, 1931, p. 28-29).

Desta forma, na esfera da administração estadual, “cumpre o Governo do estado syndicar dos delictos previstos (...), attendendo, assim, em união de vistas com o Governo Central, a uma das finalidades revolucionárias” (DECRETOS, nº 82, 1931, p. 28-29). O Interventor estadual, instalando o mesmo mecanismo de “justiça” confeccionado no âmbito federal, estava contribuindo com os intuitos da revolução. Partindo deste contexto, compreendemos que os mecanismos de repressão aos políticos opositoristas estavam em vigor nos mais diversos estados brasileiros, inclusive em Santa Catarina, onde se produziram muitas sentenças culposas aos adversários.

Resumidamente, o processo de funcionamento das Sindicâncias se dava da seguinte forma: o Governo do estado nomeava três membros e dois suplentes para cada Comissão de Sindicâncias, os quais tinham como função apurar os fatos delituosos acontecidos na política ou na administração pública. Quando em lugares muito distantes, poderia ser criada uma Comissão Especial. Todas as comissões escolheriam o seu presidente e secretário, e deveriam produzir relatórios escritos sobre todas as suas ações, assim como lavrar atas em todas as reuniões. Analisando e produzindo provas culposas dos imputados, que poderiam ser documentos ou depoimentos, as Comissões elaborariam um relatório final,

enviado à Secretaria do Interior e Justiça, que o encaminharia para a Comissão Central das Sindicâncias. Por sua vez, esta, depois de rever e determinar eventuais diligências complementares, devolveria o processo a Secretaria do Estado remetente, com os devidos pareceres, para assim, o processo ser encaminhado ao Ministério da Justiça (DECRETOS, nº 82, 1931, p. 28-30). À primeira vista, o processo parece um tanto quanto complicado, entretanto foi muito utilizado e útil na punição dos adversários, pelo menos nos primeiros meses de funcionamento.

Segundo o artigo 4 e o artigo 8 do decreto 82, de 6 de março de 1931, os membros da Comissão Central das Sindicâncias e das Comissões Municipais, eram nomeadas pelo Interventor Federal e Prefeitos, respectivamente. Nesta prática de indicações, que mais parece um jogo de alocamento e remanejamento dos aliados, o Governo catarinense acabou por nomear uma série de militares às prefeituras, às Comissões de Sindicâncias municipais e também à Comissão Central das Sindicâncias (DECRETOS, 1931, p. 173-174). Os cargos de maior expressão e de confiança do Interventor, seja de cunho local ou estadual, de cunho político ou policial, eram muitas vezes ocupados por militares. Essa foi uma prática que acabou se tornando comum, em Santa Catarina, naquele sistema repressivo e controlador, que se instaurou no Brasil no período do Governo Provisório.

O objetivo de excluir os adversários dos cargos públicos e políticos do aparelho estatal, executado, principalmente, na interventoria de Assis Brasil, estava sendo implantado, todavia precisava ser ágil no cumprimento das tarefas. Nesta perspectiva, no dia 6 de abril de 1931, foi assinado o decreto 101, criando a Junta de Sanções. O órgão recém-criado, de cunho jurídico mas de finalidade política, tinha sua estrutura parecida com a Comissão Central das Sindicância, composta por três membros, porém a principal diferença entre elas era que na Junta de Sanções o Interventor ocupava o cargo de presidente (PIAZZA, 1983, p. 633; SACHET, 1998, p. 426).

A formação de uma Junta de Sanções era acompanhada da justificativa de agilizar o processo judiciário: “visando apressar os trabalhos de julgamento dos culpados que nos governos anteriores contribuíram para o desvirtuamento do Governo republicano, ruína do erário público e desprestígio da administração pública municipal” (DECRETOS, nº 169, 1931, p. 95), o Governo, legalizando um órgão punitivo, teve total liberdade de aplicar sentenças repressivas. Nessa conjuntura histórica, o Governo catarinense administrava o estado, legislava através de decretos e julgava os políticos adversários através das Juntas criadas. A justificativa de agilidade na justiça, acompanhou todo o Governo de Assis Brasil, e,

posteriormente, de seu irmão Rui Zobaran. Indícios desta afirmação encontramos no decreto 308 de 10 de dezembro de 1932 (p. 80-81), que traz a seguinte redação: “Considerando que é um dos postulados da Revolução a justiça rápida e barata, ao alcance de todos que dela necessitam”, reconfigurou-se o aparelho judiciário na tentativa de alcançar esse objetivo. Percebemos que além de julgar de forma mais rápida, as Juntas de Sanções, segundo a redação do decreto 308 de 1932, barateava esse mesmo processo de julgamento dos desvirtuados republicanos, significando menos gastos para os cofres públicos.

Contudo, devemos observar e entender que o decreto 101, sancionado em 6 de abril de 1931, que criava a Junta de Sanções, também foi parte integrante de um “pacote” do Governo Provisório brasileiro, na tentativa de justificar, legitimar e manter a ordem conquistada com a revolução, que pregava a transparência política contra aquela política “coronelista” da Primeira República. Os órgãos criados, Comissões de Sindicâncias e Juntas de Sanções, tinham como funções julgar os indivíduos que condenaram à política brasileira a falência. O Decreto 101 de 1931 foi reflexo do decreto 19.811 de 28 de fevereiro do mesmo ano, ratificado pelo Governo Provisório, com intuito de acusar os políticos da Primeira República como incompetentes e fraudadores do erário. O decreto 19.811, ordenava que houvessem em todos os estados, uma Junta de Sanções, que deveria ser presidida pelo seu Interventor Federal e ter nos outros dois cargos o Procurador Geral e um dos Secretários do estado (DECRETOS, nº 101, 1931, p. 42; DECRETOS, nº 169, 1931, p. 95). A estes homens era dada a competência “para impor sanções e determinar outras providencias de caracter politico relativamente aos imputados nos processos de Syndicancias nas Prefeituras Municipais” (DECRETOS, nº 101, 1931, p. 42).

(...) a instituição das Juntas, nos estados, visará apressar os trabalhos de julgamento daquelles que nos Governos passados contribuíram para o desvirtuamento do regimen republicano, para a ruina do erario publico e consequentemente desprestigio da publica administração; (...) cumpre ao Governo Estadual dar prompta execução ao patriotico decreto federal, cooperando com o melhor de suas forças para realização desse desideratum revolucionario (DECRETOS, nº 101, 1931, p. 42).

Como já dizíamos anteriormente, os objetivos dos órgãos punitivos foram exatamente “limpar” do aparelho estadual os políticos da Primeira República, dando um novo caráter, e agora “legítimo”, a política do Governo Provisório. A justiça deste período, esteve empenhada em apressar e coatar os corruptos fraudadores e degeneradores do patrimônio estadual. Estava o estado catarinense executando um objetivo revolucionário. A redação do decreto deixa claramente explícito a obediência estadual sob ordens federais. O papel da Junta

de Sanções foi facilitar e agilizar o julgamento dos desvirtuados políticos republicanos.

A composição orgânica da Junta, conforme as normas sancionadas, teve como presidente o Interventor General Ptolomeu de Assis Brasil, o Secretario dos Negócios do Interior e Justiça, Manoel Pedro Silveira<sup>60</sup> e o Procurador Geral, Desembargador Urbano Müller Salles.<sup>61</sup> A instituição foi instalada no prédio da extinta Assembleia Legislativa, fechada com a revolução de 1930, e suas seções extraordinárias estavam previstas para quartas e sábados, sendo elas públicas ou não, a seu critério. Os trabalhos e competências da Junta de Sanções eram:

promover todos os atos e diligencias necessarias para instaurar a accusação; (...) Uma vez preparado o processo devidamente estudado, o Procurador apresenta a Junta, por escripto, relatório minucioso dos actos, concluindo por pedir as penas e sancções cabiveis ao indiciado ou indiciados; (...) Feito relatório para denuncia, a Junta poderá julgar desde logo, si entender sufficientemente provada a accusação (DECRETOS, 1931, p. 43-45; DECRETOS nº 169, 1931, p. 95).

Em outras palavras, a Junta de Sanções organizava o processo de acusação, julgava-o, e, finalmente, aplicava a pena, se provado o “crime”. Isto é, a Junta simplificava e agilizava o processo punitivo, pois com os poderes de investigar, indiciar e julgar, reunia-se em um só órgão todo o processo de acusação dos adversário. A Junta de Sanções estava, de certa forma, acabando com a burocracia entre os órgãos públicos e os documentos repassados entre eles. Enquanto nas Comissões de Sindicâncias municipais eram feitos os trabalhos de investigações, na Comissão Central das Sindicâncias eram deliberadas indiciações, e no Ministério da Justiça, os julgamentos,<sup>62</sup> nas Juntas de Sanções eram feitos os três processos. Este sistema, durante o período de funcionamento, condenou muitos políticos por desvio ou má administração do dinheiro público, aplicando penas que poderiam ser a prisão e/ou apropriação de seus bens materiais (DECRETOS, nº 101, 1931, p. 44-45).

Quando observado que o Interventor também exercia o cargo de presidente da Junta de Sanções, notamos a estreita ligação entre o poder administrativo (executivo) e o

<sup>60</sup> **Manoel Pedro da Silveira** foi Secretário do Estado na Interventoria de Assis Brasil e Rui Zobarán, assumiu diversas vezes interinamente o cargo de Interventor. Infelizmente não possui registro no *Dicionário Político Catarinense*.

<sup>61</sup> **Urbano Müller Salles** era sobrinho de Lauro Müller. Mostrando que de alguma forma a velha tradição consanguínea política ainda se manteve presente posteriormente a Primeira República.

<sup>62</sup> Segundo a redação do decreto 82 de 6 de março de 1931 (p. 29-31), os processos tanto poderiam ser julgados pela Comissão Central das Sindicâncias, como também poderiam apenas receber deliberações e pareceres e serem encaminhados a Secretaria do Interior e Justiça, que o encaminhava para o Ministério da Justiça. No que tudo indica, os processos que não eram julgados pela Central das Sindicâncias, ficavam sob a responsabilidade de julgamentos no Ministério.

punitivo (judiciário). A forma de poder exercida pelo Interventor do estado é extremamente centralizada, na medida em que um indivíduo administra, legisla e julga, em nome do estado.

Segundo Sachet, “as autoridades revolucionárias depois de dissolverem o Poder Legislativo – Congresso Nacional e Assembléia Legislativa –, transformaram-se na polícia que investiga e no juiz que impõe, aplica e executa a pena” (SACHET, 1998. p. 424-427). Nesta investigação podemos dizer, com autoridade, que as Comissões de Sindicância e as Juntas de Sanções tinham como objetivo exterminar as antigas administrações republicanas nos municípios do estado. Com as regras estabelecidas de proibição da permanência de políticos republicanos no território brasileiro, privação dos direitos políticos dos mesmos e perda do emprego público, essas sindicâncias podiam punir todos os políticos da Primeira República (SACHET, 1998, p. 424).

Em outras palavras, as Comissões de Sindicâncias atuavam nas mais diversas cidades do estado, produzindo e organizando processos e provas contra seus adversários, enquanto em um nível superior a Junta de Sanções catarinense estava julgando, punindo ou absolvendo os indiciados. Ou seja, o Governo criou dois órgãos unívocos que, trabalhando juntos, se tornavam muito eficientes. Refletindo sobre as ações do primeiro órgão, criado pelo Governo, acompanhamos um trecho da redação do decreto 117, que modifica e esclarece o Art. 10 do decreto 82, citado anteriormente, e que tem a pretensão de recolher provas para a elaboração do processo de acusação dos indiciados:

As repartições publicas prestarão, incontinenti, todas as informações que lhes forem solicitadas pelas Comissões de Syndicancias, podendo estas requisitar de qualquer autoridade livros ou documentos que forem necessarios, mediante recibo e sem prejuizo no andamento do serviço publico (DECRETOS, nº 101 e 117, 1931, p. 57).

O estado, ao mesmo tempo em que autorizava as Comissões de Sindicâncias a recolherem provas contra os indiciados, obrigava as repartições públicas a entregá-las. O Governo exigia a disponibilização de qualquer material existente nas repartições públicas para as investigações feitas pelas Sindicâncias, enquanto isso, se comprometia em não atrapalhar o andamento do serviço público local. Entretanto, as Sindicâncias não investigavam apenas adversários, também mantinham sob controle os aliados indicados as prefeituras (DECRETOS, nº 171, 1931, p. 105). Assim, podemos pensar que as repartições, fornecendo qualquer material para investigação, acabavam por fornecer também provas contra si mesmas. Todavia, se pensarmos que as administrações das prefeituras foram modificadas com a revolução de 30, podemos dizer que os documentos procurados eram aqueles herdados das

administrações municipais anteriores, tornando-se interesse dos novos governantes fornecer material para as investigações e a análise. Contudo, indagamos, quantos desses materiais continuaram existindo e quantos acabaram sucumbidos a partir do momento da revolução?

A Junta de Sanções, criada meses depois das Comissões de Sindicâncias, tornava-se cada vez mais influente no processo de julgamento político dos “corruptos”, principalmente depois da extinção da Central das Sindicâncias. Sem ao menos uma boa justificativa, Assis Brasil extingue a Comissão Central das Sindicâncias e remete todos os seus trabalhos, inclusive arquivos, para a Procuradoria da Junta de Sanções (DECRETOS nº 190, 1931, p. 121-122). Por que o Governo resolvera extinguir este órgão público criado para organizar os processos de corrupção política ou administrativa? Acreditamos que a existência da Comissão Central das Sindicâncias aumentava o processo burocrático, pois, servia de órgão intermediário entre o início e o fim do processo de punição dos adversários. A Central das Sindicâncias tinha a função de organizar os processos que seriam enviados para julgamento, primeiramente no Ministério da Justiça e, posteriormente, na Junta de Sanções. Isso significava, que os processos tinham de percorrer um longo caminho até o destino final. Já com a extinção deste órgão, a Junta de Sanções passou a desempenhar as tarefas da Central das Sindicâncias, organizando os processos e, conseqüentemente, julgando-os, agilizando o processo judicial. Além disso, a redação dos decretos sancionados para criação desses dois órgãos públicos traz divergências. Enquanto o decreto 82, de criação da Central das Sindicâncias, repudiava e combatia a impunidade administrativa (crimes administrativos), o decreto 101, criador da Junta de Sanções, condenava e combatia a impunidade política e administrativa (crimes administrativos e políticos). Sendo assim, ampliava-se o foco repressivo, pois, além do crime administrativo, passou-se a, também, julgar os crimes políticos. A Junta de Sanções, a partir desse momento, adquiriu a tarefa de organizar os processos e julgá-los, centralizando, mais uma vez, o poder na mão do Interventor, que presidia o órgão.

Decorrente das fontes e dos fatos, podemos afirmar que o Procurador da Junta de Sanções adquiriu um papel relativamente importante, a partir da extinção da Central das Sindicâncias, pois, a partir deste fato, foi ele quem passou a montar, separar, organizar e encaminhar ao julgamento os processos e seus envolvidos (DECRETOS nº 101, 1931, p. 43-44). A procuradoria da Junta tornou-se tão importante quanto o presidente da mesma instituição, entretanto, não com a mesma autoridade, pois o presidente podia, a qualquer momento, influir nas ações e decisões do procurador. Todavia, a procuradoria construía os

processos, dando, ou não, maior prioridade para alguns casos e menor atenção para outros, o que poderia influenciar no julgamento dos envolvidos.

A importância adquirida pela Junta de Sanções acabou por tornar também importantes todos os seus membros. O papel exercido pela procuradoria da mesma instituição tornou-se fundamental nos trabalhos de exclusão dos adversários, das instituições públicas e políticas. Na mesma medida em que o procurador da Junta teve valorização, adquirindo mais poder e meios de expressar seus interesses, o Interventor passou a monitorar este cargo. Em abril de 1931, foi modificada a redação do artigo 7 do decreto 101,<sup>63</sup> com a intenção de modificar os pré-requisitos para ocupação do cargo de procurador. Essa modificação daria ao Interventor a liberdade de escolher qualquer outro juiz de direito para ocupar a procuradoria da Junta de Sanções, assim ele poderia escolher e nomear procuradores de sua confiança. A modificação feita aconteceu no decreto 176, de novembro do mesmo ano. Assis Brasil tornava público a extinção do pré-requisito que o obrigava a nomear um procurador que fizesse parte do Ministério Público Catarinense: “O cargo de Procurador da Junta de Sanções poderá ser exercido também por pessoa estranha ao Ministerio Público, nomeada a critério do Interventor, d'entre bachareis em direito” (DECRETOS, 1931, p. 106-107). Vemos a clara intenção do Governo em decretar uma significativa mudança na regra de nomeação deste cargo. Nos parece que Assis Brasil tratou de mudar a redação do decreto 101, para melhor adequar a sua política de nomeações de aliados aos cargos públicos do estado. Assim, segundo os fatos, poderia estar sendo instalada uma norma que facilitaria a indicação de alguém que correspondia ao interesse do Governo. Desde logo, após o conhecimento desta modificação, houve a substituição do procurador Dr. Ângelo Scarpa, pelo Dr. Arão Rebelo (DECRETOS, nº 176, 1931, p. 106).

Em meio a polêmicas modificações em artigos e decretos referentes as Junta de Sanções e Comissões de Sindicância, estavam os discursos que legitimavam as ações. Estes discursos tinham como objetivos manter vivos os órgãos punitivos, levando para o lado positivo as normas implantadas pelos decretos. Nas duas primeiras interventorias catarinenses, os discursos giraram em torno da justiça rápida e barata, da qual o estado necessitava urgentemente (DECRETOS, nº 169, 1931; DECRETOS, nº 308, 1932). A intenção da existência desta justiça rápida era exatamente a construção de organismos punitivos que tivessem a função de excluir o passado corrupto e estabelecer o presente transparente, ou seja, excluir os políticos fraudadores do erário e estabelecer os

---

<sup>63</sup> A redação original previa a nomeação de membros do Ministério Público para o cargo de procurador da Junta de Sanções (DECRETOS nº 101, 1931, p. 43-44).

revolucionários justos (DECRETOS nº 129, 1931, p. 66-67). A justiça administrativa e política, certamente, foi um dos grandes pilares em que a Interventoria de Assis Brasil e Rui Zobarán se basearam, ao lado do estabelecimento da segurança pública e da educação, que veremos no próximo capítulo.

A junta de Sanções, criada pelo decreto 101, foi legitimada pelo discurso governamental que estava “visando apressar os trabalhos de julgamento dos culpados que nos governos anteriores contribuíram para o desvirtuamento do regime republicano, ruína do erário público e desprestígio da administração pública municipal”. Acreditavam que a existência deste órgão era a solução para os problemas encontrados na justiça, herdada dos republicanos. Assim, “deante das responsabilidades já apuradas, esse objetivo vem sendo culminado pela Junta deste estado”, por isso, “compete ao Governo Estadual tomar medidas para dar pronta execução aos julgados da mesma junta” (DECRETOS nº 169, 1931, p. 95).

A mesma ideia de apressar e tornar mais rápida a justiça no estado foi alvo de muitos decretos sancionados em 1932. Além da criação de órgãos que contribuíram para apressar os trabalhos no judiciário, houve também reestruturações nos modelos de organização desta instituição. Foram modificados os períodos de férias dos desembargadores e procuradores, que por sua vez, não poderiam entrar em férias ao mesmo tempo e nem obter férias consecutivas. De acordo com as novas normas do estado, “fica supresso o período de férias constante (...) os Desembargadores e o Procurador Geral do estado terão direito, em cada ano, a quarenta dias de férias (...). Não poderá entrar em férias de cada vez mais de um Desembargador, e nem as poderá gozar parceladamente com direito a outros” (DECRETOS nº 308, 1932, p. 80-81). Foi desta forma que o Governo tentou manter juízes e desembargadores em pleno labor, proporcionando uma regularidade no sistema punitivo, discutido nas linhas anteriores. Em outras palavras, regulando o período de férias dos desembargadores e do Procurador Geral, o Governo sempre manteria alguns juízes ativos nos trabalhos do judiciário. Desta forma, os processos nunca estacionariam em grandes filas por falta de quem os preparasse para julgamento e de quem os julgasse.

Os postulados da revolução que pregavam a justiça para todos,<sup>64</sup> na realidade, correspondiam, muito mais, aos enquadramentos dos adversários nos órgãos punitivos criados pelo estado, do que outras causas sociais. Baseados nos decretos apresentados, certamente podemos dizer que a preocupação com a “justiça rápida e barata para todos” foi uma grande justificativa elaborada pelo Governo autoritário para criar as Comissões de Sindicâncias e a

---

<sup>64</sup> Lema encontrado nos decretos 169, de outubro de 1931, e 308 de dezembro, de 1932.

Junta de Sanções que julgavam de forma rápida e ineficaz os políticos do antigo regime.

Ineficaz, em um sentido de que as coisas não saíram como o previsto. Nos primeiros meses de serviços do judiciário, muito políticos republicanos foram enquadrados na lei revolucionária. Entretanto, foi a quantidade de punições aos adversários e a falta de critérios que tornaram o sistema falho. Segundo Sachet e Piazza, as Sindicâncias e a Junta de Sanções, criadas pelos aliancistas no ano de 1931, resultaram, em poucos meses, na investigação e punição de muitos republicanos. Cometeram uma enxurrada de atropelos, de violências psicológicas e administrativas sobre presumíveis defraudadores do erário, e, por ações errôneas, conseqüentemente, também em poucos meses, causaram um desgaste político muito grande, sendo que, em outubro do mesmo ano de 1931, Getúlio Vargas assinou decreto concedendo anistia a todos os responsáveis por crimes eleitorais e a todos os civis e militares, direta ou indiretamente, envolvidos contra a revolução aliancista (PIAZZA, 1983, p. 634; SACHET, 1998, p. 435).

Por hora, Getúlio poderia estar pensando que, sem inimigos, menor seria a oposição ao seu Governo e a seu projeto de nacionalização, começado a ser implantado já no Governo Provisório. Segundo Sachet, a partir desse momento, entrara em vigor no Brasil o Código dos Interventores, com o intuito de controlar o poder quase absoluto dos Interventores e prefeitos. O Código propunha um órgão regulador, ou seja, um Conselho Consultivo, uma espécie de Assembleia Legislativa ou de Câmara Municipal. Era “formado por cinco ou mais membros, sempre nomeados pelo Interventor. O escolhido deveria assumir o cargo, sem remuneração, com risco de perder os direitos políticos se apresentasse recusa injustificada, ao fazer parte do novo órgão” (SACHET, 1998, p. 436-437). Outra norma do código dos Interventores era regular as práticas administrativas, ou seja, “o Interventor e o prefeito sem prévia audiência do colegiado, estão impedidos de criar impostos, conceder isenções, contrair empréstimos, definir cargos e aposentadorias, aumentar vencimentos, exonerar funcionários vitalícios” (SACHET, 1998, p. 436-437). Desta forma, o Código estabelecia algumas normas de controle do poder local, porém, como podemos observar, se os membros do Conselho Consultivo fossem realmente indicados pelo Interventor, como nos disse Sachet, e as suas ações e práticas levadas previamente para aprovação neste Conselho, muito provavelmente elas seriam aceitas e aprovadas, devido ao fato de que quem estivesse analisando as propostas do Interventor fora indicado pelo próprio. Se partirmos dessa análise, o Conselho Consultivo se torna falho. Entretanto, mesmo que não funcionando em sua totalidade, o Interventor poderia controlar e dificultar a aprovação das práticas municipais, através de seus “pupilos”

indicados para o Conselho Consultivo.

Ao mesmo tempo em que se elaborou um conselho consultivo para regular as práticas das autoridades governantes, elaborou-se uma padronização das administrações municipais. As preocupações com as peculiaridades administrativas das diversas prefeituras do estado, acabavam com a instalação de um padrão administrativo. Fruto desta padronização, houve na administração do Interventor sul-rio-grandense Assis Brasil o disciplinamento de todos os municípios de Santa Catarina, que passaram a atender ao mesmo sistema de orçamento e de escrituração da receita e da despesa. Isso só foi possível porque, como já sabemos, “todos os prefeitos saíram do tiroteio da Revolução e da caneta do General” (SACHET, 1998. p. 428). Sendo muitos deles militares (RESOLUÇÕES, 1931 e 1932).

#### **4.2.2.1 Administração padronizada**

Discursando, ao mesmo tempo, sobre ditadura, liberdade de consciência e pensamento – e considerando dever precípua das administrações estadual e municipais respeitar e garantir as aspirações honestas de todas as instituições de ordem intelectual, quer as de caráter cívico, de caráter religioso, ou leigas, com o pressuposto de atuarem dentro da ordem e subordinadas ao princípio de que o bem estar individual deve ser alcançado em perfeita harmonia com o bem estar geral –, o Governo, por decreto, considerou necessário, estabelecer normas de orientação a todos os que exerceriam parcela de autoridade. Desta forma, sancionou-se o decreto 129, de junho de 1931, que descreve, em sua redação, os princípios da administração do estado e dos municípios, na qual deve haver respeito, honestidade e transparência (DECRETOS, nº 129, 1931, p. 66).

Assumindo publicamente o Governo ditatorial, elabora-se uma série de regras e condutas a serem instaladas nas administrações municipais. Assim, os prefeitos deveriam cumprir todas as determinações a ele impostas, garantindo o pleno funcionamento das obrigações. Como todos saíram do tiroteio da Revolução de 30 e da caneta do General Assis Brasil, como colocou Sachet, todos deveriam obedecer às ordens do Interventor Federal de Santa Catarina. Um prefeito, assim como todos os outros, deveria:

- a) – Ter constantemente em atenção que exerce cargo de exclusiva confiança pessoal do Interventor Federal, de quem recebe ordens, não podendo, conseqüentemente, agir em desacôrdo com os actos emanados desta autoridade;
- b) – Cumprir todos os encargos inerentes ás funcções dos antigos superintendentes e conselhos municipais, não podendo criar novos impostos sem autorização do

Interventor Federal;

- c) – Manter sua autoridade inteiramente alheia das organizações partidárias, leigas ou religiosas, de modo a poder, imparcialmente, distribuir justiça nos actos administrativos, de todas aceitando a cooperação;
- d) – Zelar para quem mediante uma administração operosa, honrada, economica e serena, sem nenhuma imiscuição em competições de ordem local, possa o municipio confiar na justiça dos seus actos;
- e) – Ter em linha de conta, no que lhe fôr applicavel, a legislação emanada do Governo Provisorio da Republica;
- f) – Não fazer empréstimos, desapropriações, e nem abrir créditos supplementares, sem autorisação do Interventor Federal;
- g) – Não retirar-se para fóra do territorio municipal sem autorisação do Interventor Federal;
- h) – Communicar ao Interventor todas as occurencias extraordinarias passadas no seu municipio;
- i) – Informar ao Interventor quaesquer actos praticados pelas autoridades e habitantes do municipio, que julgar contrarios aos postulados da Revolução e ás ordens do Governo Provisorio, e desta Interventoria;
- j) – Manter com a amplitude que as condições locais permittirem, regimen de poublicidade dos seus actos e dos motivos que os determinaram, especialmente no que se refira à arrecadação e applicação dos dinheiros publicos, sendo obligatoria a publicação mensal da Receita e Despesa (Dec. 19,458, art.2);
- k) – Remeter mensalmente ao Interventor o balancete da Receita e Despesa;
- l) – Não fazer despesas extra-orçamentarias ou extranhas aos interesses da administração municipal;
- m) – Nomear um intendente para cada districto;
- n) – Dos actos do prefeito haverá recurso para o Interventor;
- o) – O prefeito municipal será exonerado quando o Interventor entender conveniente (Dec. n.19.458, art.2 §4);
- p) – Nenhum prefeito nomeará parente seu consanguineo ou afim, até o sexto grau, para cargo publico no municipio, a não ser um para cargo de confiança pessoal (Dec. n.19.458, art.2 §5) (DECRETOS nº 129, 1931, p. 66-67).<sup>65</sup>

Em outras palavras, cabe aos prefeitos: submissão completa ao Interventor, cumprir todas as tarefas ordenadas, ser alheio a instituições particulares, ter boa conduta, cumprir a legislação, não ceder crédito, não fazer empréstimos, não se retirar do município sem autorização, manter o Interventor informado dos acontecimentos no município, principalmente os que vão contra os postulados da revolução, manter à transparência dos gastos públicos municipais frente a população e ao Interventor, e estar sujeito a ser exonerado a qualquer momento.

As alíneas deixam explícita a forma autoritária de regulação administrativa imposta neste contexto. O prefeito com todas as imposições a se cumprir, se tornou, praticamente, um fantoche do Interventor, uma extensão do braço do estado que chegava até nas mais remotas e agitadas “cidadezinhas” de Santa Catarina. Ao mesmo tempo em que a interventoria forjava um poder, dando-o aos prefeitos, nomeando-os aos cargos, ela criava um vinculo de confiança entre estado e municípios, permitindo um controle das administrações

<sup>65</sup> Outras regras sobre administração, direitos e deveres, vedação e permissão, competências dos prefeitos aparecem no decreto 171, de 5 de novembro de 1931 (p. 99-104).

locais. Criou-se, ilusoriamente, um poder que, teoricamente, não existiu, pois a autoridade municipal, o indivíduo que administra a prefeitura, não possuiu autonomia suficiente para determinar suas ações. Nesta perspectiva, a autoridade municipal existiu, o *status* e as regalias do cargo também, mas o poder de administração autônoma, foi impossibilitado.

Além do mais, a citação anterior nos mostra, também, um pouco dos princípios defendidos pelos revolucionários, como uma administração controladora do dinheiro público e transparência dos atos governamentais. Outro fator esclarecido, gira em torno da hierarquia política, onde o Governo Provisório estava no topo da pirâmide, seguido pelos Interventores Federais dos estados, e estes pelos prefeitos municipais, subordinando os Intendentes distritais.

A partir desta discussão, podemos dizer que o prefeito administrava seu município? Por um lado sim, pois assumiu a autoridade da função, teve determinadas regras a cumprir e também pode elaborar projetos de investimento e de gastos, com permissão do Interventor. Alguns poucos resquícios de autonomia também existiram, como, por exemplo, as concessões para baixarem resoluções e perdão de dívidas dos contribuintes (DECRETOS, nº 161, 1931, p. 88). Por outro lado, a situação dos prefeitos em suas prefeituras foi extremamente limitada, não podendo governar com autonomia necessária, com liberdade de escolha. Nesta perspectiva de regramento das ações, pode-se dizer que a administração municipal pouco se preocupou em atender às necessidades e reivindicações da população, e, sim, foi um conjunto de procedimentos vindo de cima. Além de tudo, os atos administrativos dos prefeitos nomeados com a revolução estavam sujeitos a serem analisados pelas Sindicâncias, e julgados pelas Junta de Sanções (DECRETOS, nº 171, 1931, p. 105). Ao que tudo indica, os prefeitos nomeados, mesmo sendo homens de confiança do Interventor, estavam sob constante vigilância.

A confiança do primeiro Interventor catarinense estava calcada no ambiente militar. Formado no exército, com posto de General, o Interventor apostou em muitos militares para comandar as suas prefeituras. Em um momento político em que não havia eleições, onde a prática autoritária de indicações prevalecia, o General Interventor teve caminho livre para escolher os seus Secretários, seus Comandantes da Força Pública, seus Desembargadores, seu Procurador da Junta, seus Inspectores escolares, entre outros, seus Prefeitos. Fator que poderia agradar a alguns políticos e desagradar a muitos outros, principalmente os que ficavam de fora dos cargos. Essas nomeações propiciaram indicações de muitos militares para cargos públicos. Militares que vinham de uma formação em comum

ao General Interventor e que despertavam sentimentos de confiança nele. Seja por sentimentos, laços em comum, interesses políticos, ou interesses públicos, os militares foram transformados em políticos. No seio da sociedade catarinense, os militares tinham lugar garantido nos cargos públicos, além de salários maiores do que as outras profissões, pois, como passaram a ocupar duas funções, recebiam por elas (DECRETOS, nº 171 e 174, 1931, p. 99-104 e 16-107).

Segundo Piazza e Zanelatto, foi nesta interventoria que, além da substituição dos prefeitos, se deu também, a substituição de delegados e suplentes de delegados de polícia, intendentes municipais e também de outros cargos da administração pública (PIAZZA, 1983, p. 633; ZANELATTO, 2007, p. 65). Os planos de exclusão dos adversários dos cargos públicos e políticos foram cumpridos. Houve uma reestruturação no funcionalismo público, em todos os cargos citados até agora, e, principalmente no judiciário. Vimos anteriormente que a Força Pública foi reorganizada e aumentada, veremos no capítulo seguinte que o sistema de ensino foi reorganizado e aumentado, e passaremos, nestas últimas linhas, a perceber que o sistema judiciário passou pelo mesmo processo de reorganização e expansão.

A Secretaria de Justiça também foi alvo da reestruturação estadual, que os sul-riograndenses receberam ordens de executar. Os decretos analisados, durante este trabalho, nos forneceram subsídios suficientes para observarmos as diversas mudanças ocorridas dentro das repartições do estado. Nesta direção, chamamos a atenção para o importante decreto sancionado em 11 de fevereiro de 1931, que detalhadamente esclarece e torna público o realocamento dos juízes estaduais distribuídos em comarcas municipais (DECRETOS, nº 75, 1931, p. 23-25). Este decreto, de número 75, tem uma longa redação, que define, detalhadamente, quais juízes do aparelho do Estado comporão as comarcas municipais. Claramente se vê a ausência de nomes na redação do decreto, pois os cargos provavelmente ainda teriam de ser preenchidos, por isso os nomes só irão aparecer nas Resoluções mensais da mesma coleção de decretos (DECRETOS e RESOLUÇÕES, 1931).

As comarcas municipais estavam compostas por três juízes cada uma, vindos, os três, de cidades diferentes de Santa Catarina, não havendo possibilidade de juízes ingressarem em comarcas de municípios em que haviam nascido, ou seja, juízes naturais de uma determinada cidade não poderiam ingressar na comarca desta mesma cidade (DECRETOS, nº 75, 1931, p. 23-25). As realocações dos juízes de direito seguiram uma lista de transferência que os distribuiu em diferentes cidades e em diferentes comarcas, neste sentido, este decreto estabeleceu normas, modelando o sistema judiciário de acordo como a proposta de

estruturação da administração do Interventor. Pode-se entender esse movimento como uma negociação política, ou um “cala-te quieto” ao judiciário, ou mesmo uma reconfiguração das formas de justiça encontradas pelos revolucionários com a superação do modelo republicano de estruturação do órgão judicial.

O que não podemos negar é uma grande preocupação na reestruturação da justiça neste novo período histórico. Assis Brasil, encabeçando o primeiro Governo de Santa Catarina pós-30, exerceu um papel importante para os revolucionários, tentou de todas as formas estabelecer a ordem, reconfigurando a instituição policial, que se tornou mais eficiente, estabeleceu um padrão na administração dos municípios e tornou os gastos públicos transparentes. Em sua administração também buscou estabelecer uma justiça rápida e para todos, tanto para adversários políticos, quanto também para seus prefeitos, que poderiam sair normas e serem acusados e julgados pela Junta de Sanções.

O Interventor, voltado para o modelamento do judiciário, expediu, inúmeras vezes, créditos para esta secretaria, valorizando-a, dentro de seus interesses. Desde dezembro de 1930, sancionou decretos, fixando despesas com providências de ajuda aos funcionários do judiciário (DECRETOS, nº 20, 1930 in DECRETOS, nº 164, 1931, p. 92). Reformulando a estrutura deste órgão público, durante o ano de 1931, abriu créditos à Secretaria do Interior e Justiça para suprir os gastos necessários com a instituição. Criou o primeiro estabelecimento aos Juízes de Direito, e também o primeiro estabelecimento aos Promotores Públicos (DECRETOS, nº 164, 1931, p. 92). Por fim, remunerou em forma de gratificações os suplentes dos Juízes de Direito, quando em exercício pleno (DECRETOS, nº 177, 1931, p. 107).

A ligação ou a aproximação do executivo com o judiciário se deu na medida em que o chefe do executivo construiu as bases do sistema judiciário, e patrocinou os seus funcionários, garantindo a consolidação dos interesses do estado nas ações judiciais. Assim, podemos supor que houve uma relativa preocupação do executivo com o devido funcionamento do judiciário. Tomando outro ângulo de visão, vemos que o Interventor herdou um sistema judiciário republicano incompatível com os objetivos dos revolucionário, por isso, reestruturou-o, ampliou-o, financiou-o, tornou-o sólido e forte, nomeou seus principais funcionários, e garantiu que estes representariam os interesses do Governo (RESOLUÇÕES, 1931 e 1932).<sup>66</sup>

---

<sup>66</sup> Para que os interesses do estado fossem sempre representados pelo judiciário, houve, neste órgão, um rodízio de funcionários, os quais, no que tudo indica, se comprometeriam em manter sempre vivo o interesse governamental. Esse rodízio de funcionários pode ser acompanhado na coleção de resoluções de 1931 e

As ligações do executivo e do judiciário vão além de uma disputa por poder, eles configuram juntos o poder estadual. O chefe do estado esteve intimamente ligado ao Procurador Geral do estado. O procurador exerceu um cargo de confiança (consultor jurídico) do executivo. O Procurador, além de suas funções perante o Supremo Tribunal de Justiça do estado e de Chefe do Ministério Público, exerceu também as de Consultor Jurídico do Interventor, dando pareceres sobre as consultas dos Secretários de Estado (DECRETOS, nº 310, 1932, p. 82). Podemos acreditar que ambos dialogavam dialeticamente sobre opiniões e decisões, pois, como vimos, o procurador era nomeado pelo Interventor e, homem de confiança.<sup>67</sup> Entretanto, não podemos afirmar que o Interventor foi, ou não, influenciado pelo Procurador, apenas podemos concluir, baseando-nos nas redações dos decretos apresentados, que todas as decisões couberam ao Interventor, que as sancionou e assinou.

O chefe do estado Catarinense foi extremamente competente nos primeiros anos de seu Governo, esquematizou todo um sistema de política e de justiça, legislando através de decretos. De certa forma, deu às instituições um caráter técnico, com uma hierarquia muito bem estabelecida e esclarecida, com regras bem postas e detalhadas, com correções em artigos errôneos e com a justificativa de acertar e melhorar. As estruturas foram bem elaboradas, foram derrubados os partidários republicanos do poder, com sua sociedade “atrasada”, e construídos novos horizontes políticos. A construção de uma estrutura de segurança foi prioridade, e a construção de uma justiça rápida, também.

A reorganização e a hierarquização administrativa estamparam o lema dos primeiros Interventores catarinenses. Desta forma, foi possível estabelecer um sistema em que somente o Interventor poderia ordenar, manipular, impor, julgar, direcionar os rumos da sociedade, construindo uma “ditadura democrática”.

---

1932, onde se encontram todas as nomeações aos cargos públicos, ocorridas durante esses anos.

<sup>67</sup> Todos os juízes distritais, o único promotor de cada comarca e seus adjuntos, o chefe do Supremo e o Desembargador do estado, foram nomeados pelo Interventor (DECRETOS, nº 170, 1931, p. 96-97).

## **5 UMA OLIGARQUIA, UM PARTIDO E UM PROJETO: A NACIONALIZAÇÃO COMO INSTRUMENTO POLÍTICO EM SANTA CATARINA**

### **5.1 Identificando as diferenças e semelhanças entre os governos nacionalistas: educação em perspectiva**

Veremos que na Primeira República o aparelho público educacional encontrava-se em péssimas condições de funcionamento. Pouco se investia nessa instituição, que exercia papel secundário e pouco importante para a “Política dos Governadores”. Preocupava-se muito mais com setores de infraestrutura do que com setores sociais, como a escola, tornando insuficiente e precária a oferta de educação para todos. Foram poucos os governos republicanos dispostos a investir na educação, tornando-a ponto primordial de suas ações. Considerando os 40 anos da Primeira República em Santa Catarina, podemos dizer que a educação recebeu pouca atenção, e nos poucos governos em que se tentou um melhoramento, neste sistema educativo, os obstáculos como a falta de estrutura física escolar e financeira do estado, levaram a dificuldades de funcionamento.

É certo afirmar que durante alguns governos na Primeira República foram construídas normas e regras que compuseram a legislação escolar, as quais, nos anos de 1930, sofreram modificações teóricas, pois eram pouco aplicáveis à realidade da época. Esta legislação escolar republicana foi considerada falha, deficiente e complexa, para os objetivos de nacionalização pregados pelo grupo dominante pós-revolução (DECRETOS, 1930 e 1932). Isto significa que os aliancistas desconsideravam em grande parte a legislação escolar anterior. Desta forma, a solução encontrada foi a modificação nas leis “deficientes”, herdadas dos republicanos. Foram menosprezados e modificados decretos dos governos Felipe Schmidt, Hercílio Luz, Adolpho Konder, entre outros. As transfigurações nas leis escolares destes republicanos foram justificadas pela necessidade de regularizar o modo de funcionamento das escolas de ensino primário e ensino privado.

Considerando que a actual legislação escolar, relativa à nacionalização do ensino primário e ao ensino privado, contida na lei 1187, de 5 de outubro de 1917 [formulada no Governo Felipe Schmidt], o decreto 1063, de 8 de novembro de 1917 [do mesmo Governo], a lei 1263, de 15 de setembro de 1919 [composta no Governo Hercílio Luz], o decreto 1321, de 29 de janeiro de 1920 [também Governo Hercílio Luz], a lei 1380, de 21 de setembro de 1921 [mesmo Governo], a lei 1656, de 8 de novembro de 1929 [Governo de Adolpho Konder], além de complexa, contém disposições que na prática se tornam deficientes (DECRETOS, nº 58, 1931, p. 12).

A nova ordem exigiu novas normas de funcionamento escolar. A educação passou a exercer um papel fundamental a partir de 1930. Através dela, buscou-se moldar os hábitos populacionais e, principalmente, a mentalidade, o pensamento, impondo, através dos métodos educativos, a boa imagem do novo Governo. Isso aconteceu durante todo o período dos anos 1930, porém se intensificou a partir do Estado Novo. Acreditamos que o período de 1930 a 1937 foi o início da consolidação da nacionalização do ensino, de certa forma, aquela elaborada no Governo Vidal Ramos. Em outras palavras, este momento histórico reincorporou uma política nacionalista que acabou propiciando a consolidação do nacionalismo político, educacional e étnico, dos anos posteriores. Os primeiros anos da década de 1930, priorizaram medidas de ordem interna, reorganização administrativa, jurídica e política, estabelecendo bases sociais para que nos anos seguintes as preocupações fossem outras, e não mais as de “arrumar a casa”, pôr ordem nas coisas, limpar a “bagunça” que republicanos fizeram na política, na educação, assim como em outros setores estaduais. Veremos, no decorrer do capítulo, que as modificações no sistema escolar, acontecidas durante as primeiras interventorias do estado catarinense, foram influenciadas, em certa medida, pelo primeiro projeto de nacionalização do ensino, e geraram bases sólidas para a implantação do segundo projeto de nacionalização.

O primeiro Interventor de Santa Catarina, nos anos 30, utilizou algumas ações educativas que já haviam sido formuladas na primeira nacionalização do ensino, e criou bases sólidas educacionais para implantação definitiva do nacionalismo no Estado Novo. Enquanto a oficialização da língua portuguesa e educação pública obrigatória às crianças foram, inegavelmente, normas seguidas no segundo projeto de nacionalização, instituído no Governo Nereu Ramos, no Estado Novo, a permissão do funcionamento de escolas étnicas (“estrangeiras”), a adequação de todo o ensino particular às normas impostas pelo estado, a existência de professores bilíngues para as escolas “estrangeiras” e a permissão para abertura de novas escolas privadas, fizeram parte da estrutura de ensino da década de 30 e do projeto de nacionalização da década 1910.<sup>68</sup>

Enquanto as semelhanças se estabelecem em um contexto geral, as diferenças se

---

<sup>68</sup> As características, referentes à década de 1930, citadas no parágrafo, podem ser encontradas no decreto nº 58 do ano de 1931, p. 13-15. As características referentes à primeira nacionalização do ensino podem ser encontradas no site da Universidade de Chicago, onde estão digitalizados os documentos oficiais do Governo catarinense, dos anos de 1835 a 1930, disponíveis em: CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Miscellaneous documents of government of Brazil, [http://www.crl.edu/brazil/provincial/santa\\_catarina](http://www.crl.edu/brazil/provincial/santa_catarina). As informações da segunda nacionalização, podem ser encontradas nos discursos do Interventor Nereu Ramos e nos relatórios governamentais do mesmo, em modo impresso, no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

estabelecem em algumas particularidades. A existência de características em comum nos três períodos (1910, 1930, 1937) não significa realidades parecidas. Veremos que na primeira nacionalização do ensino – Primeira República, Governo Vidal Ramos – não havia estrutura suficiente para que muitas normas educacionais fossem colocadas em prática, enquanto isso, os dois períodos sucessores foram embalados pelo autoritarismo intervencionista, que priorizou o melhoramento da estrutura escolar. Apesar de serem momentos diferentes, e haver realidades e preocupações diferentes, os dois projetos de nacionalização e o início dos anos 1930 estão interligados por interesses em comum – interesses nacionalistas, que durante os três períodos, estiveram ligados à oligarquia Ramos.

A nacionalização instituiu uma nova forma de ensino, obrigatório e para todas as crianças, independente de classes sociais e origens étnicas. O nacionalismo pós-30 buscou transformar a sociedade, instituindo um padrão linguístico no ambiente escolar. As escolas étnicas, ou “estrangeiras”, foram obrigadas a regularizar suas licenças frente à Diretoria de Instrução. Todas deveriam seguir as normas do ensino público, por isso, as que ensinavam em língua estrangeira foram obrigadas a manter um professor habilitado, para ensinar as diferentes matérias escolares: “Português, Geographia do Brasil, Chorographia do estado, Historia Patria, Educação Moral, Educação Civica e Cantos Patrios”. Consideradas matérias obrigatórias (DECRETOS, nº 58, 1931, p. 12).

Eram consideradas escolas “estrangeiras” aquelas nas quais o ensino de uma ou mais disciplinas fosse ministrado em língua diferente ao português e que fossem frequentadas por menores de 14 anos. As caracterizadas dessa forma deveriam se adequar ao mesmo programa de disciplinas das escolas oficiais do estado e deveriam ter diretores escolares que falassem corretamente a língua vernácula. Além disso, as escolas “estrangeiras” que abrissem seu empreendimento dentro de um raio de três quilômetros das escolas públicas (escolas isoladas ou grupos escolares) só poderiam funcionar de acordo com algumas condições: “1ª) Fora do horário regulamentar das escolas publicas; 2ª) Com matricula de crianças que, no dito horario, frequentem as escolas publicas ou que possuíerem certificados de conclusão do curso primario em taes escolas” (DECRETOS, nº 58, 1931, p. 13).

Isso significa que as escolas “estrangeiras” (escolas étnicas), localizadas nas proximidades das públicas, foram obrigadas a substituir seu programa de ensino, ao mesmo tempo em que o Governo, praticamente, as transformou em apenas instituições de ensino de língua estrangeira. Além de tudo, todas elas dependiam de licença do Secretário do Interior e Justiça para abertura e funcionamento, sendo que, para isso, deveriam apresentar declarações

com os seguintes itens:

- 1 - as materias a serem leccionadas;
- 2 - os nomes dos professores e sua idoneidade moral e profissional provada;
- 3 - a localidade da escola;
- 4 - o responsavel ou os responsaveis pela escola;
- 5 - as condições hygienico-pedagogicas do predio escolar (DECRETOS, nº 58, 1931, p. 13).

Ainda segundo o mesmo decreto citado, além dessas exigências as escolas particulares deveriam guardar os feriados nacionais e remeter mensalmente à Diretoria da Instrução boletins estatísticos. Enquanto isso, a habilitação dos professores far-se-ia pela avaliação de uma banca julgadora, formada por três membros, presidida pelo Diretor da Instrução. Este exame para habilitação dos professores das escolas étnicas versariam sobre as disciplinas que deveriam ser ministradas na língua vernácula. Cabe ainda lembrar que, em alguns casos, professores de escolas isoladas e diretores dos grupos escolares, respondendo ao sistema público, tinham a tarefa de fiscalizar os estabelecimentos de ensino estrangeiro. Neste esquema de adequação do “diferente” ao sistema público de ensino, professores e escolas “estrangeiras” não poderiam alterar suas docências sem prévio aviso à Diretoria da Instrução, caso contrário, infringindo qualquer das regras já mencionadas, estavam sujeitos ao pagamento de multas ou fim dos trabalhos e fechamento das instituições (DECRETOS, nº 58, 1931, p. 14-15).

Ao que tudo indica, ficou muito difícil a abertura de novas escolas de descendentes de imigrantes, pois estas teriam de passar por um processo burocrático muito complicado para consolidar sua existência. A imposição da padronização da educação, foi intensificada no Governo de Assis Brasil e continuada no de Zóbaran, fator significativo em relação aquilo que já vinha se fazendo nos governos anteriores. Porém, anos mais tarde, com o advento do Estado Novo e a Interventoria de Nereu Ramos, a fiscalização e o regramento em relação ao ensino privado de descendentes estrangeiros aumentou significativamente. Devido ao fato de que não houve mais aceitação da existência desse tipo de educação, sendo as escolas étnicas fechadas, como veremos mais adiante. Naquilo que se refere à comparação feita, vemos que ainda no Governo provisório, nas interventorias dos sul-rio-grandenses, houve a possibilidade de abertura de escolas “estrangeiras”, mesmo que de acordo com as normas do Governo, coisa que não aconteceu após a instalação do Estado Novo e a intensificação do projeto nacionalista de ensino.

Mas como se caracterizou a normatização do ensino, antes e depois dos

Interventores sul-rio-grandenses? Em que medida a nacionalização surgiu no ensino catarinense na década de 1930? E, como aconteceu e qual a importância da readequação do projeto nacionalista do ensino, no período da interventoria de Assis Brasil e Zóbaran?

Segundo a historiografia catarinense, sabemos que o primeiro projeto de nacionalização do ensino foi elaborado em 1911, quando Vidal Ramos (do grupo latifundiário) ainda era Governador. No que tudo indica, devido às fragilidades orçamentárias do estado e os ideais de Orestes Guimarães, a primeira nacionalização foi caracterizada como branda, se comparada com as medidas nacionalizadoras instaladas nas interventorias dos sul-rio-grandenses, e, posteriormente, por Nereu Ramos, no período do Estado Novo. Elaborado em um contexto em que circulavam ideias da formação da identidade nacional, o primeiro projeto nacionalizador, de acordo com as possibilidades e condições do estado, contou com a participação das colônias de imigração, na educação das crianças descendentes de etnias não lusas. Esta medida, dava à política de nacionalização do ensino um caráter gradual, em que aos poucos ia se nacionalizando o ensino e o povo.

Conforme afirma Auras:

A Reforma do Ensino de 1911, sob a diretriz de Orestes Guimarães [secretário de educação de Vidal Ramos], procurou resolver, gradativamente, o problema da nacionalização do ensino, mesmo porque o Governo, praticamente não contava com pessoal habilitado para tal (professores bilíngues) e teria, portanto, que contar com a colaboração das próprias comunidades envolvidas (1991, p. 152).

Na mesma perspectiva, Mira afirma:

O plano de nacionalização do ensino, iniciado em 1911, valorizava muito a colaboração tanto que, objetivando tornar a escola bem aceita pelo meio social, não recusava o trabalho profissional de professores de nacionalidade estrangeira (apud FIORI, 1975, p. 123).

A colaboração entre estado e colônia caracterizou o primeiro projeto de nacionalização, pois, devido às condições materiais do período, o Governo tomava as colônias de imigração como parceiras, para a difusão do ideal governamental nacionalista. O professor bilíngue tinha o papel de fazer a mediação do aluno descendente de imigrante com o ensino da cultura brasileira, como a língua, a história e a geografia nacional. Preocupava-se, nesse momento, com a socialização dos símbolos nacionais, de modo mais ameno, sem grandes atritos, sem grandes discórdias e movimentos de repúdio à cultura brasileira. A ideia foi estabelecer um padrão cultural brasileiro, calcado, principalmente, na língua portuguesa.

Ainda não havia interesses e condições estruturais para a homogeneização de todas as etnias, o que foi feito na interventoria de Nereu Ramos. Pelo contrário, usufruiu-se das próprias escolas étnicas para a difusão da cultura ideal pensada para o Brasil. O estado republicano não tinha condições de construir escolas e contratar professores adequados para o processo de adaptação e transformação da cultura “estrangeira”. Contudo, a ideia nacionalista estava lançada, ainda longe de ser um projeto bem estruturado, mas construiu bases teóricas, que deram sustentabilidade ao discurso e afirmação do grupo político “brasileiro” (agrário/nacionalista/Ramos), em relação aos “estrangeiros” (industriais/germanistas). A semente do projeto de nacionalização foi plantada em 1911, por Vidal Ramos, floresceu em 1930, e deu frutos nos anos da interventoria de Nereu Ramos.

Acreditamos que houve significativas mudanças no projeto nacionalista, no decorrer dos governantes que passaram pelo estado catarinense. Elaborado na década de 1910, o plano de ação nacionalista buscava um padrão de ensino escolar, mas que só foi atingido, parcialmente, nos anos do Governo Provisório. Enquanto o primeiro projeto, ainda republicano<sup>69</sup>, buscou apoio das escolas étnicas para alfabetizar as crianças catarinenses – e para isso precisou conceder o direito de alfabetização também da língua de sua origem cultural –, nos anos 30, com a mesma essência nacionalista, o projeto nacionalizador educativo, conseguiu meios materiais suficientes para implantar mudanças clínicas no sistema educativo.

Acima de tudo, devemos esclarecer que o projeto de nacionalização do ensino não foi esquecido durante os governos posteriores ao de Vidal Ramos (1910-1914). Enquanto, em alguns momentos, foi superado por diferentes preocupações governamentais, em outros, foi reinterpretado, acarretando em modificações nas redações dos decretos originais. De certa forma, na medida em que as realidades se modificavam, as redações dos decretos também eram transformadas, para poderem se adequar às necessidades da época e de suas elites. Um exemplo desta prática foi discutido anteriormente, quando no decreto 58, de 28 de janeiro de 1931, modificaram-se as redações dos decretos sancionados nos anos de 1917, 1920, 1921 e 1929 (DECRETOS, p. 12). Visto de forma positiva ou negativa, o projeto de nacionalização do ensino sofreu modificações com o passar dos governos catarinenses, acarretando transformações na realidade do ambiente escolar e social. Em outras palavras, o projeto de

---

<sup>69</sup> Neste contexto, o grupo que organizou o primeiro projeto de nacionalização pertencia, ainda, ao Partido Republicano. Este grupo, os oligarcas latifundiários, Ramos, se desligou do Partido Republicano e fundou uma agremiação partidária chamada Partido Liberal Catarinense. Este mesmo grupo foi responsável pela fundação da Aliança Liberal no estado de Santa Catarina. A partir do momento da elaboração do primeiro projeto nacionalista, os Ramos passaram a defendê-lo como princípio político, como veremos mais adiante.

nacionalização do ensino, criado por Vidal Ramos, não foi esquecido e nem abandonado pelos outros governos posteriores, apenas não recebeu a mesma atenção que acabou recebendo nos dois governos Ramos e nos dois governos sul-rio-grandenses.

Apesar de a essência nacionalizadora ser a mesma, muitas coisas foram modificadas entre a primeira nacionalização do ensino, o período de transição (1930) e a segunda nacionalização. Pode ter havido três nacionalizações no estado catarinense, se considerarmos os primeiros anos da década de 1930 como uma delas, mas ainda não temos subsídios suficientes para isso. Entretanto, sabemos que os três momentos aqui estudados se interligam, não se opõem, mas também não são iguais. Conforme destacamos, algumas mutações – ocorridas com o tempo, através dos diversos governos catarinenses e conforme as condições materiais das realidades existentes em que estavam inseridos – propiciaram diferenças nos três momentos nacionalizadores. Para entendermos um pouco melhor do que foi dito, elencamos a figura do educador que, em todos os períodos, teve papel fundamental na transformação da teoria em realidade. Se no primeiro projeto de nacionalização do ensino, o educador poderia alfabetizar tanto em língua portuguesa quanto em língua estrangeira, nos anos 1930, isso muda radicalmente. Além disso, de acordo com o decreto 58, de 28 janeiro de 1931, sabemos que o educador foi obrigado a se adequar às novas regras do período em que estava inserido, e que assim deveria ensinar em língua portuguesa as disciplinas escolares.

O mesmo fator que distancia os dois projetos nacionalistas, de 1910 e 1930, os une em outra perspectiva. Enquanto vemos que as diferenças nas normas funcionais referentes à formação do educador afastam os dois projetos, vemos que a dificuldade do estado em manter um efetivo de educadores capacitados ao seu projeto os aproxima novamente. Neste sentido, podemos afirmar, que houve obstáculos semelhantes entre eles.

Se por um lado, na década de 1910, a política nacionalista de Vidal, caracterizada flexível, encontrou dificuldades para compor um grupo de educadores capacitados, por outro, a ditadura de 1930, nada flexível, também sofreu com o mesmo problema. As primeiras dificuldades na estruturação do sistema educativo, planejado pela política autoritária de 1930, foram percebidas na cidade de Blumenau. As novas normas do sistema obrigavam os professores de escolas “estrangeiras” a realizar uma prova de conhecimentos específicos, para medirem suas capacidades em atuar de acordo com as normas estabelecidas pelo ensino público nacional. Os resultados foram desastrosos para os interesses do Governo, pois houve um grande índice de reprovação. A maioria dos professores não satisfizeram as disposições do decreto 58, de 28 de janeiro de 1931, citado anteriormente, pertinentes à nacionalização do

ensino. Neste caso, devido às extremas necessidades de formação de um quadro de educadores, tentou-se resolver o problema das reprovações com uma medida cautelosa, permitindo aos professores reprovados, pertencentes às escolas étnicas, um prazo de seis meses para se habilitarem nas disciplinas obrigatórias, ministradas em língua vernácula. Para os professores que não compareceram aos exames, deu-se a eles um prazo de dois meses para habilitação. Enquanto os prazos de adequação dos professores às normas do sistema público estavam em aberto, as escolas “estrangeiras” puderam continuar funcionando, com a ressalva de que seriam vigiadas pelos Inspectores escolares, que deveriam fazê-las cumprir os prazos e as obrigações (DECRETOS, nº 58, 1931, p. 12-15; DECRETOS, nº 94, 1931, p. 38-39).

A falta de professores adequados a ensinarem em língua pátria brasileira era bastante grande. Fato que levou o Governo autoritário a tomar uma decisão maleável na tentativa de superar o problema da educação. Esse problema, como vimos, foi bastante presente durante a Primeira República, que acabou aceitando as diferentes línguas no processo de ensino escolar, ou seja, professores “estrangeiros” puderam ensinar em sua própria língua. Comparando as décadas de 1910 e 1930, identificamos uma semelhança fundamental entre estes dois períodos, a falta de educadores adequados ao conhecimento da língua portuguesa. Esta situação levou ambos os governos a cederem, mesmo que por tempo determinado, às diferenças culturais estaduais. Entretanto, identificamos, também, uma diferença importante entre os períodos citados, a estrutura física. Se na década de 1910 não havia estrutura financeira para estruturar um sistema de ensino sólido e nem pessoal suficiente para o serviço de fiscalização, na década de 1930 havia muitos Inspectores escolares que vigiavam de perto o cumprimento das obrigações impostas às escolas étnicas e seus professores. Assim, tornou-se possível a construção de um sistema de ensino estruturado sob bases sólidas do nacionalismo, muito aproveitado no Governo Nereu Ramos.

O programa orçamentário dos anos 30 também se caracterizou diferente daquele vigente na primeira nacionalização do ensino. Como ressaltamos anteriormente, a nacionalização do ensino foi transformada a cada Governo diferente, ora por políticos mais progressistas, ora mais conservadores, alguns prezando pelo melhoramento na qualidade do ensino, outros não se posicionando quanto a isso. Estes fatos ocasionaram mudanças importantes no campo educativo, as quais levaram os primeiros Interventores – principalmente Assis Brasil e em menor escala Zóbarán –, a interferir na legislação. Se em alguns casos foram modificadas as redações de decretos de governos republicanos, em outros, aproveitou-se de medidas herdadas de governos anteriores. Assim, os sul-rio-grandenses,

direcionados para a estruturação do sistema de ensino catarinense, foram obrigados a concordar ou modificar os decretos vigentes. Se na década de 1910 não havia subsídios para aplicar fielmente o projeto de nacionalização do ensino, nos anos de 1930 existia uma alternativa, criada em 1928. Uma lei sancionada pelo Governo Federal, número 1.639, de outubro de 1928, determinava a aplicação de 5 a 10% da renda dos municípios nos serviços de instrução pública. Graças a essa lei, o Governo estadual catarinense, pôde manter as escolas das zonas coloniais em funcionamento. Se acaso o Governo Federal não disponibilizasse verba para o funcionamento de escolas pertencentes as zonas coloniais, como de fato aconteceu no ano de 1931, o Interventor catarinense teria a alternativa de arrecadar, no mínimo, 5% da renda dos municípios para auxiliar o estado no custeio das escolas ex-subsencionadas pelo Governo Federal. Neste contexto, as principais cidades que tiveram de fazer a contribuição mensal obrigatória foram as de colonização alemã e italiana, como Blumenau, Brusque, Joinville, São Bento, Nova Trento e Rio do Sul (DECRETOS, nº 122, 1931, p. 59-60).

As diferenças e semelhanças entre a década de 1910, início da nacionalização do ensino, e a década de 1930, momento de reorganização desse nacionalismo escolar, caminharam juntas, quando referimo-nos à elaboração de novos planos para a educação. Partimos do princípio de que estes governos tentaram implantar e adequar o plano de ensino nacionalista em suas administrações, porque consideravam a educação um meio primordial de moldar o cidadão (NUNES, 2001, p. 105; CAPELATO, 2009, p. 121-122). Por essa razão, acreditamos que as mudanças na educação, na exaltação da nacionalização ou no esquecimento dela durante governos republicanos, foram frutos de políticas governamentais e de tendências de grupos sociais.

Nesta perspectiva, sabemos que o projeto de nacionalização do ensino foi criado por um grupo social, político e econômico, representante da etnia luso-brasileira (Ramos), que por muito tempo esteve envolvido com a construção da brasilidade. Este envolvimento existiu a partir da criação do primeiro projeto de nacionalização, se estendendo até a reestruturação do sistema de ensino, na década de 1930, e a intensificação do projeto no Estado Novo. Isto é, em 1911, o projeto foi criado e parcialmente aplicado, por Vidal Ramos, pertencente ao grupo latifundiário, nos anos de 1930, foi reestruturado, com as interventorias dos sul-rio-grandenses, da qual Cândido Ramos, neto de Vidal Ramos, fazia parte ativa da governança, mantendo viva a participação dos latifundiários no projeto e, finalmente, nos anos de 1938 até 1945, intensificado com o Interventor Nereu Ramos, filho de Vidal, e portanto, parte do

mesmo grupo. Acreditamos que o projeto de nacionalização do ensino passou por algumas fases, até alcançar sua forma final.

Neste sentido, sentimos a necessidade de acompanhar, a partir de agora, como se deu a reestruturação desse projeto pelos aliancistas, que buscavam fortalecer suas bases sociais, em 1930. Em um segundo momento, também acompanharemos a transformação desse projeto de ensino em projeto político, acontecido no Estado Novo, na interventoria de Nereu Ramos.

### **5.1.1 A padronização e reorganização do espaço escolar catarinense**

O período do Governo Assis Brasil e Rui Zobarán não é considerado um segundo projeto de nacionalização, pois isto, segundo a historiografia catarinense, ocorreu apenas no Estado Novo, com Nereu Ramos. Os primeiros anos da década de 1930 foram praticamente esquecidos por muitos autores, que apenas consideraram importante, os dois projetos nacionalizadores da família Ramos. Entretanto, em nosso ponto de vista, foi um período muito importante e, sem dúvida, imprescindível, para que houvesse a segunda nacionalização do ensino. Este período é tão importante quanto todos os outros, porque foi nestes anos de fortalecimento do sistema judiciário e policial, que também se fortaleceu o sistema de educação de Santa Catarina. Foi na interventoria dos sul-rio-grandenses que se reestruturou o sistema educativo advindo da Primeira República, e se forneceu subsídios para a existência de um próximo projeto nacionalizador, que também trouxe modificações educativas, de acordo com a sua realidade e interesses de suas elites dominantes.

As primeiras mudanças estruturais acontecidas na educação catarinense foram implantadas de cima para baixo. Devido aos avanços científicos e ao caráter técnico do conhecimento, buscou-se nos anos de 1930 implantar um jeito diferente de constituição da instituição escolar. Modificou-se o tempo das aulas, o currículo escolar e a didática, na tentativa de facilitar a aprendizagem dos alunos.

Considerando que o período de cinco horas escolares, nos cursos primários, é excessivo por ser prejudicial à saúde física dos discentes, em geral de tenra idade; Considerando que os programas de ensino atualmente adotados nos grupos escolares, contêm materiais dispensáveis;

Considerando que a experiência a que foram submetidos os ditos programas, aconselha a sua modificação;

Considerando ainda a moderna tendência de simplificação da parte doutrinária de matérias ensinadas nas classes elementares, cujo aprendizado deve limitar-se ao

aspecto pratico, essencial, das mesmas;  
 Considerando, mais, que a simplificação bem entendida, e convenientemente processada, ampara o trabalho mental dos educandos, poupando-lhes na extensão e theoria o que lhes liberaliza na solidez e concretização dos conhecimentos;  
 Considerando que não é o largo período de horario escolar o factor determinante do aproveitamento, podendo ser, até, elemento perturbador da compreensão e o conseqüente assimilação mental (DECRETOS, nº 130, 1931, p. 67-68).  
 (...).

A partir desse discurso, foi reduzido de cinco para quatro horas o tempo das aulas nas turmas de primeiro e segundo ano dos grupos escolares, enquanto o terceiro e quarto ano teriam obrigações de quatro horas e meia. Foi suprimido, destas escolas, o ensino da agricultura, foram realocados, entre os quatro anos escolares, conteúdos das disciplinas de geografia e matemática. Também foram incluídos nos três anos iniciais dos grupos escolares noções de higiene, e, no quarto ano, fisiologia. Elaborou-se um padrão de avaliação e de médias finais, nas quais os alunos deveriam atingir, no mínimo, a média 3 (DECRETOS, nº 130, 1931, p. 68-69).

O discurso governamental visava a modificações no sistema de ensino, para um significativo melhoramento. A argumentação governamental mostrou seu caráter técnico, ainda não tão explícito, buscando legitimar as mudanças que foram instauradas. Procurou-se elaborar um padrão para todos os grupos escolares e escolas complementares, que acabariam por facilitar a fiscalização da Diretoria da Instrução Pública, que desempenhava papel fundamental na padronização e vigilância do ensino.

Com a padronização instaurada, as ações autoritárias governamentais centralizavam mais uma vez, as decisões nas mãos do Interventor. Ações autoritárias, que nos fazem acreditar que aquele período era de intensa desconfiança social. Neste sentido, a vigilância policial, política e escolar, foram fatores que mexeram nos alicerces da sociedade, com objetivos de mudança de padrões, tanto políticos, como educativos. Por isso, acreditamos que a vigilância social se consolidou em três pilares, segurança-policial, político-jurídica e educacional. As duas primeiras acompanhamos anteriormente, agora veremos como a prática governamental visou a intensificar a fiscalização do ensino.

Com planos de manter uma regularidade padrão sob as escolas estaduais, públicas ou privadas, a interventoria catarinense criou chefias escolares em determinadas regiões do estado, com objetivos de fiscalização das escolas. Os discursos do Governo diziam haver necessidade de se intensificar a fiscalização do ensino (DECRETOS, nº 198, 1932, p. 7). Em outras palavras, justificava-se a criação de chefias escolares, com funções de administração e fiscalização das escolas do estado. Esse modelo de fiscalização se espalhou por muitas regiões

de Santa Catarina, e manteve um padrão de funcionamento, onde cada chefia escolar englobava uma quantidade de escolas a serem vigiadas, como por exemplo: a chefia escolar de Bom Retiro ficou responsável pela vigilância de algumas escolas de sua região como, Jararaca, Três Barras, Rio do Engano, Santa do Figueiredo, Cerro Negro, Barra Nova e Salto Grande (DECRETO, nº 198, 1932, p. 7).

Nesta perspectiva, a reorganização da administração escolar de Santa Catarina passou, a partir de janeiro de 1932, a se configurar em circunscrições escolares, ou seja, limites administrativos referentes às chefias escolares.

1ª CIRCUNSCRIÇÃO: sede, cidade de Florianópolis, - municípios de Florianópolis, São José, Palhoça, Biguassú, Tijucas, Porto Belo e Camburiú.

2ª CIRCUNSCRIÇÃO: sede, cidade de Blumenau, - municípios de Blumenau, Rio do Sul, Nova Trento, Brusque, Campo Alegre, São Bento, Joinville, Itajaí, Paratí e São Francisco.

3ª CIRCUNSCRIÇÃO: sede, cidade de Porto União, - municípios de Porto União, Canoinhas, Mafra, Cruzeiro, Chapecó e Itaiópolis.

4ª CIRCUNSCRIÇÃO: sede, cidade de Tubarão, - municípios de Tubarão, Orleans, Urussanga, Crescuma, Araranguá, Jaguaruna, Laguna e Imarú.

5ª CIRCUNSCRIÇÃO: sede, cidade de Lages, - municípios de Lages, São Joaquim, Campos Novos, Curitiba e Bom Retiro (DECRETOS, nº 197, 1932, p. 6-7)

O Governo catarinense estabeleceu uma sede educacional em cada região do estado, que respondia pelas cidades dentro de sua circunscrição. Isso facilitou a vida do Interventor, que teria de quem cobrar explicações, se alguma cidade deixasse de se adequar às exigências impostas pela nacionalização. Pode-se dizer que a partir da instalação das sedes regionais, as ordens e os modelos educacionais, assim como também o aumento da vigilância, passaram a chegar mais rapidamente a todas as escolas catarinenses. Vemos que com a instalação de polos regionais, houve uma espécie de descentralização da administração escolar, com intuito de um melhor funcionamento do sistema educativo. No que tudo indica, do ponto de vista governamental, essa descentralização, agilizou a comunicação entre estado e municípios, entre Interventor e Inspetores e entre Inspetores e escolas. Podemos considerar que o estado autoritário, devido às condições em que estava inserido, em alguns momentos, tomou decisões descentralizadas e maleáveis.

Todavia, as circunscrições escolares eram mais do que apenas sedes regionais, eram a “casa” e o local de trabalho dos Inspetores. A partir da instalação das circunscrições, estabeleceu-se uma hierarquia bem definida da administração escolar. As chefias escolares, responsáveis pela administração do sistema educativo, estabelecidas nas cidades sedes do novo sistema, foram suprimidas e substituídas pelas circunscrições, que absorveram as suas

funções. Desta forma, a instituição máxima da administração regional eram as circunscrições escolares, e sob seu comando estavam as chefias escolares municipais. Para o devido funcionamento deste sistema, contava-se com a figura dos Inspectores escolares, responsáveis pela fiscalização do ensino. Os Inspectores assumiram as funções dos chefes escolares, cargo também extinto com o novo modelo administrativo (DECRETOS, nº 197, 1932, p. 6-7).

Uma das principais tarefas dos Inspectores escolares foi fiscalizar todas as escolas existentes no território catarinense, podendo elas serem públicas, estaduais ou municipais, como também particulares, religiosas ou “estrangeiras”. A mando do estado, os Inspectores deveriam durante suas viagens, registrar todas as escolas municipais e particulares que ainda não houvessem sido, enviando os dados<sup>70</sup> colhidos ao Diretor da Instrução. Com o objetivo de agilizar a reorganização escolar, que se pretendia, estabeleceram-se medidas para possibilitar o trabalho de registros e fiscalizações feitas pelos Inspectores. Estabelecia-se, por decreto-lei, o pagamento de valores mensais aos Inspectores, que tinham obrigações de saírem de suas sedes municipais em direção a outras cidades, objetivando à fiscalização escolar. Isso significava custos com diárias e transportes – tudo estava previsto em decretos. Neste caso, tomando como exemplo o decreto 203, de 30 de janeiro de 1932, muito detalhado naquilo que se refere aos Inspectores, determinava-se o pagamento de 600 mil reis mensais para o uso com diárias e transportes dos Inspectores, quando fora da sua sede de trabalho. O não pagamento desta quantia significava prejuízo aos cofres públicos, na medida em que os Inspectores, não recebendo os valores necessários para o cumprimento de seus trabalhos, eram obrigados a interromper as fiscalizações das escolas afastadas das sedes. Assim, o não pagamento das diárias e dos transportes interrompia os serviços de inspeção prestados pelos Inspectores, que eram obrigados a esperar novas quantias para dar continuidade aos trabalhos (DECRETOS, nº 203, 1932, p. 10-11). Desta forma, enquanto os Inspectores ficavam esperando por novos pagamentos, os serviços de inspeção iam sendo danificados, por não haver uma continuidade nos trabalhos, causando um transtorno financeiro e administrativo ao estado. Isso, sem dúvida alguma, era visto pelo estado como algo a ser superado, pois o bom serviço de inspeção era o ideal para o bom funcionamento da padronização e reorganização do espaço escolar.

Uma vez terminadas as inspeções escolares em determinadas zonas, os Inspectores deveriam enviar ao Diretor da Instrução os talões de inspeção, assinados pelos professores das escolas visitadas, detalhando o roteiro das viagens feitas e as inspeções realizadas. Deveriam também, organizar circunstanciado relatório referente ao estado dos estabelecimentos

---

<sup>70</sup> Entre esses dados estavam: nome do estabelecimento escolar, nome do diretor, nome dos professores, localidade, matérias do programa, matrícula, frequência, endereço postal, etc.

fiscalizados, e deveriam sugerir, em mesmo relatório, medidas necessárias ou convenientes para o melhoramento das escolas (DECRETOS, nº 203, 1932, p. 11). A partir desta prática, bem organizada e sistematizada, o Diretor da Instrução poderia acompanhar a situação escolar dos diversos municípios do estado, bem como acompanhar a rotina e o trabalho dos Inspetores. Isso significa que, no reorganizar das coisas, o Inspetor assumiu um papel importante, na medida em que fiscalizava, relatava e sugeria mudanças no ambiente escolar. Contudo, o Inspetor se tornou alvo da vigilância do estado, no momento em que se inseriu num sistema que o controlava, pois, ao mesmo tempo em que se encontrava fiscalizando e controlando as escolas e suas práticas, também se encontrava sendo vigiado, através do detalhamento de seu roteiro de viagem. Prova disto foi o dever dos Inspetores de enviar ao Diretor da Instrução um balancete detalhado, demonstrando a aplicação das verbas recebidas, com documentos comprobatórios em anexo (DECRETOS, nº 203, 1932, p. 11).

As coleções de decretos dos anos de 1931 e 1932 são intimamente regadas por uma intensa reorganização do espaço escolar catarinense. Percebe-se, claramente, que a intencionalidade neste período foi de ampliar o aparelho escolar e distribuí-lo nas cidades do estado em que mais houvesse necessidade. Foram criadas muitas escolas estaduais e outras municipais instaladas por todas as regiões de Santa Catarina, havendo uma significativa preocupação com a educação popular de todo o estado, e, em particular, nas regiões de fronteiras (DECRETOS, nº 256, 1932, p. 47-48).

Em se tratando da estrutura escolar existente até 1930, foram modificadas as formas de ensino e os tipos de escolas, como também, professores e diretores foram substituídos ou readaptados (DECRETOS, nº 231, 1932, p. 30-31). As coleções de decretos investigadas relatam as transformações no ambiente escolar. Foi possível acompanhar que as escolas masculinas, femininas, ou religiosas, em sua maior parte, foram transformadas em escolas mistas, ou seja, que agrupavam meninos e meninas na mesma instituição. O currículo escolar também foi alvo de modificações, onde a prioridade foi o ensino da geografia e história do estado, do português, da matemática e dos símbolos nacionais. Foram transferidas escolas de lugares para outros, dentro dos mesmos municípios ou mesmo de municípios diferentes. Mexeu-se fundo na estrutura escolar, que serviu de base para a segunda nacionalização do ensino no Estado Novo.

Nesta perspectiva, podemos notar, no conjunto da coleção de decretos de 1931, que houve, primeiramente e com maior frequência, um movimento de mudança dentro das instituições escolares já existentes, e em menor quantidade, a construção de novas instituições

escolares. Já no conjunto da coleção de decretos do ano de 1932, houve um aumento significativo na criação de novas escolas, além, da continuidade de mudanças conjunturais, naquelas que já existiam. Neste contexto, houve decretos que mudaram o modelo escolar (escolas femininas ou masculinas para mistas), decretos que realocaram muitas escolas de lugares pouco habitados para lugares onde havia maior número de crianças em idade escolar, e outros referentes à criação de novos estabelecimentos escolares (DECRETOS, nº 59, 60, 61, 64, 65, 67 etc., 1931, p. 15, 16, 17, 18; DECRETOS, nº 260, 265, 266, 273, 1932, p. 50, 55, 57, 59).

Não queremos elencar todos os decretos referentes às formas escolares citadas, queremos, apenas, dar uma dimensão daquilo que se pretendeu naquele período. Tomando como exemplo o decreto 254 de 20 de julho de 1932, referente a três situações descritas nas linhas anteriores, temos a seguinte realidade:

O General Ptolomeu de Assis Brasil, Interventor Federal no estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, Considerando que em Bananal, município de Joinville, não ha numero suficiente de crianças para justificar a existencia de duas escolas publicas. Considerando que, na localidade de Alto Rio Krauel, no município de Blumenau, existe elevado numero de crianças matriculaveis, e bem assim casa e mobiliario escolares, (...) DECRETA:

Art. 1 – Fica transferida para o lugar Alto Rio Krauel, no município de Blumenau, a escola masculina de Bananal, no município de Joinville, que passará a funcionar como escola mixta.

Art. 2 – Fica, igualmente, convertida em mixta a escola feminina de Bananal, no município de Joinville, revogadas as disposições em contrario.

Palacio do Governo, em Florianopolis, 20 de julho de 1932 (DECRETOS, 1932, p. 46).

Este decreto, número 254, compreende algumas ações governamentais fundamentais para a compreensão da discussão feita anteriormente. Ele define, em síntese, algumas peculiaridades da reestruturação do sistema escolar, como: a definição do tipo de escola (mista), que passou a ser o modelo principal utilizado após 1930; e os critérios para o deslocamento de alguma escola para outra localidade, com a falta ou o excesso de número de crianças em idade escolar. Estes fatores, que formam o decreto 254, encontram-se fragmentados em muitos outros, presentes na coleção de decretos dos anos de 1931 e 1932. As novas normas para o sistema escolar desativaram, progressivamente, as escolas femininas e masculinas, dando ao estado os benefícios de não precisar mais de dois estabelecimentos escolares para suprir as necessidades de crianças de sexos diferentes. A partir do momento em que se instituiu a escola “mixta” como padrão, tornaram-se viáveis as transferências de algumas escolas de determinadas localidades para outras, ou mesmo de um município para

outro. Neste caso, vemos, no decreto 254, que a localidade de Bananal possuía duas escolas públicas, uma feminina e outra masculina, e de acordo com o novo sistema, elas passaram a exercer o modelo misto, no qual uma só escola tinha condições suficientes para aglomerar todo o público local, deixando a outra escola sem funcionalidade. Desta forma, a escola sem funcionalidade poderia ser transferida para outra localidade, onde ela poderia ser colocada em funcionamento, neste caso, a localidade de Alto Rio, em Blumenau. O estabelecimento da escola mista como padrão das instituições escolares tornou as transferências e modificações escolares lógicas e deu subsídios ao estado para implantar um sistema educativo melhor estruturado do que o herdado da sociedade republicana.

Além destes muitos casos, alguns outros referentes à educação foram decretados nestes anos. Somando aos descritos, encontramos decretos que incorporaram instituições privadas ao sistema estadual de ensino, como escolas religiosas e instituto politécnico, também decretos responsáveis por muitos desdobramentos de escolas existentes, em cidades e localidades catarinense em que a população com idade escolar crescia. Entre estes, também existiram os que revogaram desdobramentos feitos em governos anteriores (DECRETOS, nº 210, 1932, p. 16; DECRETOS, nº 304, 1932, p. 77; DECRETOS, nº 309, 1932, p. 81-81).

Em perspectiva, formou-se, como vimos, um grande aparelho educacional estadual, com características padronizadas, colocando sob a mesma ótica escolas estaduais, municipais e particulares. O padrão educacional catarinense do início na década de 1930 foi fruto de uma característica federal, que, neste período, elaborou normas gerais e generalizadas para o ensino brasileiro, assim como a ortografia.

Considerando que o Chefe do Governo Provisorio mandou admitir nas repartições publicas e estabelecimentos de ensino federais e adoptar no Diario Official e nas demais publicações officiaes a orthographia approvada pela Academia Brasileira de Letras e pela Academia de Sciencias de Lisbôa (...) Fica admittida nas repartições publicas e nos estabelecimentos de ensino estaduaes, a orthographia approvada (DECRETOS, nº 160, 1931, p. 88).

A padronização da língua ultrapassou o ambiente escolar. Alcançou um nível máximo, chegando às instituições públicas nacionais, bem como em jornais e meios de comunicação. A língua portuguesa padronizada nos moldes da Academia Brasileira de Letras e de Ciências de Lisboa, instituída nas escolas, formariam a escrita dos cidadãos. O ensino escolar, durante a história, foi pensado como meio de modelar as ideias individuais e grupais dos humanos, em determinadas sociedades, com determinados princípios, que deveriam ser socializados (NUNES, 2001, p. 105; CAPELATO, 2009, p. 121-122). Assim, a padronização

de uma língua oficial, escrita e falada, bem como outros meios, constituiria uma só origem cultural a ser considerada principal. Essa ordem, do Governo Federal e instalada pelo Governo estadual, forneceu mais alguns tijolos para a construção do nacionalismo nereuzista, na época do Estado Novo. A linguagem foi um dos pontos cruciais para a instalação de um nacionalismo étnico, político e social, no qual a educação regia a orquestra ditatorial.

Do mesmo modo em que o Governo federal impôs ao estado catarinense o enquadramento de sua administração de segurança pública e dos meios judiciários, o impôs, também, na educação. Algumas mudanças no cenário catarinense foram justificadas por discursos que apontavam a obediência estadual às ordens federais: “o Chefe do Governo Provisorio mandou admitir nas repartições publicas e estabelecimentos de ensino federais (...) a orthographia (...)” (DECRETOS, nº 160, 1931, p. 88); O estado catarinense de acordo com o Governo Provisório deveria “promover o desenvolvimento e a padronização das estatísticas escolares” (DECRETOS, nº 184, 1931, p. 116); “Considerando o convenio firmado (...) entre Santa Catarina e o Governo Federal e da totalidade das unidades politicas da Federação, para o aperfeiçoamento e a uniformização das estatísticas educacionais brasileiras, (...) visando a cooperação inter-administrativa que é necessário tornar efetiva” (DECRETOS, nº 199, 1932, p. 8). Estes discursos, certamente, serviram para que as políticas estaduais fossem adequadas as políticas da união. Ao que tudo indica, o momento do início da década de 1930 serviu para instituir-se uma intensiva reorganização estadual em várias frentes de operação, como educação, justiça e segurança. Bases sólidas usufruídas, nos anos posteriores, pelos grupos aliados aos aliancistas revolucionários.

A estrutura que se montou, a partir da tomada do Governo catarinense pelos aliancistas, propiciou a instalação de novos projetos no Estado Novo. Pós-golpe de 1937, surgiu, para marcar a história catarinense, um intenso período autoritário nacionalista, fruto de algo que começou a partir da elaboração do primeiro projeto de nacionalização do ensino, em 1911, e possível a partir da reestruturação das estruturas estaduais instituídas com a vitória do grupo aliancista na revolução de 1930. As normas educacionais, tanto nos anos da interventoria de Assis Brasil quanto de Nereu Ramos, em muito se aproximam. Os dois governos preocuparam-se, de certa forma, em controlar todo o mundo escolar privado. Impuseram uma série de regras que buscaram dificultar ao máximo a abertura e o funcionamento de escolas particulares. Enquanto na primeira interventoria da década de 1930 se impunham regras essenciais para que a escola particular se tornasse muito parecida, e quase idêntica, à escola pública, o Interventor Nereu Ramos atingiu o ponto máximo de repúdio a

estas escolas, principalmente as étnicas, proibindo o seu funcionamento.

O caráter de harmonia não existiu no segundo projeto de nacionalização do ensino. O projeto do Interventor Nereu Ramos, filho de Vidal Ramos, era diferente nos termos de ação e se tratava de um projeto repressivo.

A correlação de forças políticas, na década de 30, era francamente contrária aos interesses das colônias. O Interventor Nereu Ramos dispõe de todos os meios para atingir fundo seus adversários políticos, e o fará através de drásticas medidas relativas à questão da nacionalização do ensino (...). O que se verificará, a partir de 1938, num estado generalizado de curtos horizontes culturais, é uma política de “caça as escolas”, centrada no litoral norte, a pretexto de salvaguardar a pretensa “unidade nacional” (AURAS, 1991, p. 152-153).

Apesar de os projetos de nacionalização impostos pelos Ramos, primeiro Vidal em 1911, e, posteriormente Nereu em 1938, carregarem a mesma essência nacionalista e uma bagagem política em comum, pois os dois pertenciam à mesma oligarquia, tiveram algumas diferenças: o primeiro não teve caráter autoritário-repressor, e o segundo estava carregado de desavenças políticas, adquiridas com o tempo, através dos atritos entre grupos distintos. Diante das discussões anteriores, sabemos que o primeiro projeto teve papel secundário em alguns governos republicanos, enquanto em outros foi ressaltado e modificado, na década de 1930, reconstruído, em seu caráter administrativo e funcional, passando a incorporar em seu seio o autoritarismo de Estado. Já no Estado Novo, o projeto nacionalista foi reinterpretado num momento em que se precisava de legitimidade política e cultural por parte dos latifundiários, ameaçados pelo poder econômico dos industriais, provenientes das zonas de imigração. Diante da situação de que depois do Governo de Vidal Ramos mais nenhum integrante do grupo latifundiário foi Governador até a década de 1930, o grupo liberal não teve a chance de pôr em prática, novamente, seu projeto de nacionalização. Assim, o projeto elaborado na década de 1910 encontrou novamente seus adeptos, na década de 1930, com praticamente os mesmos objetivos, nacionalizar a cultura, instituir um padrão cultural e linguístico para a formação de uma unidade nacional. Trata-se de um grande projeto, que alterou a realidade estadual e que marcou com laços consanguíneos a história do estado de Santa Catarina. Trata-se de uma ideia antiga, que teve um momento certo para reaparecer e transformar a sociedade da década de 1930 e início de 1940, através do nacionalismo de Estado, em âmbito cultural, educacional e político. Esse caminho, ao que tudo indica, foi o ideal para reavivar uma oligarquia que caminhava na contramão da história, como já afirmara

Marli Auras.<sup>71</sup>

Partindo deste ponto de vista, compreendemos que os laços entre o nacionalismo de Nereu Ramos e o de Vidal Ramos se ligaram por dois fios condutores: o primeiro, os laços consanguíneos, a honra, as tradições rurais, os interesses de grupo; e o segundo, o projeto de construção da identidade estadual e nacional, e a legitimidade conquistada se fossem parte ativa da consolidação da padronização cultural, e se fossem parte integrante do grupo luso-brasileiro, considerado o padrão de cultura brasileira. Um último fator que pode ter levado Nereu a aderir tão fielmente ao projeto de nacionalização foi ganhar a confiança de Getúlio – a qual havia perdido com o episódio da revolução constitucionalista de 1932 –, que o indicou para a Interventoria catarinense em 1937, assim mantendo-se até o fim do estado Novo.

## 5.2 O Partido Liberal Catarinense e sua oligarquia no contexto da década de 1930

Os autores historiadores de Santa Catarina divergem em relação ao início da vida do Partido Liberal Catarinense. Enquanto alguns optam por considerar sua fundação anterior à revolução de 1930, outros acreditam que essa agremiação partidária é sucessora da Aliança Liberal Catarinense. De uma forma ou de outra, o grupo do Partido Liberal foi praticamente o mesmo da Aliança Liberal de Santa Catarina, e quanto a isso todos convergem.

Um dos mais tradicionais autores catarinenses envolvidos na argumentação da história de seu estado é Walter Piazza. Dissertando sobre o Partido Liberal Catarinense, em sua obra *Dicionário Político Catarinense*, explicita que este partido “foi a organização política que sucedeu à Aliança Liberal, após a vitória da Revolução de 1930” (PIAZZA, 1985, p. 412). Para ele, a Aliança Liberal antecedeu o Partido Liberal Catarinense, e foi fundada em 1929, objetivando a organização de uma campanha de propaganda municipal, com intuito de

---

<sup>71</sup> Marli Auras é uma das autoras da historiografia catarinense que mais se aproxima desta temática, estudando as oligarquias catarinenses e o poder que elas exerceram na política estadual, destacou o poder dos latifundiários e dos industriais. Reservou boa parte de suas argumentações para explicar as ações nacionalizadoras instituídas por Nereu Ramos, elencou pontos que diferenciam os dois projetos de nacionalização, deixando de destacar os muitos pontos que os unem. Concordamos com a autora quando ela diferencia as ações dos governos de Vidal Ramos e Nereu Ramos, entretanto, chamamos a atenção para o fato de que deixou a desejar quando pouco analisou a estrutura estadual existente no governo Nereu. Afinal, Nereu só pode instituir muitas ações nacionalistas graças ao aparelho governamental que possuía. Certamente, se Vidal possuísse o mesmo aparelho administrativo, faria uso dele em favor da nacionalização. Nesta perspectiva indagamos, de onde veio a estrutura física do estado ao qual Nereu se utilizou no seu período de governo? Sabemos que foi herdado das primeiras interventorias catarinenses e das políticas autoritárias dos sul-rio-grandenses, como vimos até este momento. Poderemos discutir o estado autoritário nacionalista de Nereu Ramos, nas páginas seguintes, conscientes de que houve um processo histórico para que suas características governamentais pudessem existir.

derrotar o poderoso Partido Republicano Catarinense. Piazza caracterizou a Aliança Liberal como um movimento com propósito de apoiar a candidatura de Getúlio Vargas à presidência do Brasil. O comitê central da Aliança era composto pelos coronéis Germano Wendhausen<sup>72</sup> e Francisco Gonçalves da Silva Barreiros<sup>73</sup>, além de Henrique Rupp Júnior, Vidal Ramos, Dorval Melchades de Souza e Nereu Ramos (PIAZZA, 1985, p. 412).

Em outra perspectiva, com base nas argumentações de Corrêa e algumas das discussões feitas no primeiro capítulo, sabemos que o grupo oligárquico Ramos separou-se do Partido Republicano Catarinense na década de 1920, por descontentar-se com a política de Hercílio Luz, no momento presidente do partido. Isso significou a organização de um grupo de políticos voltados para a formação de outra agremiação partidária que, primeiramente, recebeu o nome de Reação Republicana. Fundada por Nereu Ramos e Vidal Ramos, em 1921, a Reação Republicana propagandeava através do jornal *O Lageano*, e pouco tempo depois incorporou outros órgãos de comunicação, como o *Correio de Joinville*, o *Pharol* de Itajaí, e *O Estado*, da capital. Aos poucos, políticos de maior expressão também foram sendo incorporados pela Reação, como Henrique Rupp Júnior. Em princípio, a Reação Republicana foi fundada para fazer oposição ao Governo Hercílio Luz, porém, com a morte deste político, em 1924, a oposição continuou existindo, contra os políticos situacionistas, herdeiros da política hercilista (CORRÊA, 1984, p. 31-32).

Segundo Corrêa, quando afastado do Partido Republicano, Nereu Ramos retomou os laços com seus colegas de faculdade de São Paulo, ligados ao Partido Democrático. Também se manteve ligado a Assis Brasil e com o Partido Libertador do Rio Grande do Sul. Desta ligação, resultou uma reunião na casa de Assis Brasil, no Rio de Janeiro, em 1927, na qual os participantes foram os líderes políticos destes partidos, objetivando a elaboração do manifesto do Partido Democrático Nacional. Influenciado por essa corrente política, em Santa Catarina, em outubro do mesmo ano, de conhecimento de Assis Brasil, Nereu fundou o Partido Liberal Catarinense, aliando-se ao Partido Democrático Nacional (CORRÊA, 1984, p. 33).

---

<sup>72</sup> **Germano Wendhausen** é natural de desterro (Florianópolis) – SC. Filho de Henrique Wendhausen e Maria Guise Wendhausen. Em sua carreira militar, obteve patente de Tenente-Quartel Mestre do 1º Batalhão de Artilharia de Desterro. Em sua carreira política, foi um abolicionista e eleito deputado provincial à 27ª legislatura (1888-1889).

<sup>73</sup> **Francisco Gonçalves da Silva Barreiros** natural de Laguna, nasceu em 30 de março de 1844. Foi jornalista, militar e político brasileiro. Em sua carreira militar, obteve patente de Tenente-Quartel-Mestre do 3º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de Laguna (1866), depois Capitão da 1ª Companhia do 3º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de Laguna e também Tenente-Coronel. Filho de Antônio José da Silva e de Maria Bela dos Reis Barreiro. Casado com Maria Antônia Antunes, pai de Francisco Barreiros Filho. Em sua carreira política, foi deputado à Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina na 22ª legislatura (1878-1879), na 25ª legislatura (1884-1885), na 26ª legislatura (1886-1887), e na 27ª legislatura (1888-1889).

Ao contrário daquilo que Piazza e outros autores catarinenses acreditam, Corrêa argumenta que o Partido Liberal Catarinense abriu sua sede antes das eleições de 1927. As primeiras atividades foram alistar novos eleitores e excluir os mortos cujos nomes ainda figuravam no alistamento. Sem intenções de concorrer às eleições de 1927, por ainda ser uma agremiação partidária frágil, sem perspectiva de vitória no pleito eleitoral ao Governo do estado, diante do aparelho eleitoral republicano, os liberais esperaram até 1929 para concorrer às eleições. Neste ano, os integrantes do Partido Liberal Catarinense, visando ao fortalecimento político, apoiaram o movimento nacional de oposição ao presidente do Brasil, liderado pela Aliança Liberal. A partir de então, é fundada a Aliança em terras catarinenses (CORRÊA, 1984, p. 33-34).

Segundo Piazza, as primeiras campanhas eleitorais da recém-criada Aliança Liberal Catarinense foram aos cargos políticos do Congresso, Henrique Rupp Júnior, ao Senado, e Nereu Ramos, à Câmara Federal, elegendo-se apenas o segundo. Nas eleições de 1930, Getúlio, assim como Rupp Júnior, também foi derrotado. Nas mesmas eleições, a Aliança Liberal não apresentou candidatos para o Governo do estado de Santa Catarina, ocasionando a vitória do republicano Fúlvio Coriolano Aducci. Para Piazza, a vitória republicana e o assassinato de João Pessoa reascenderam o movimento revolucionário em todo o país, para derrubar o Presidente Washington Luiz. Somente após a vitória da revolução de 1930 e a tomada do Governo catarinense por Ptolomeu de Assis Brasil, é que foi, em 1931, autorizada a transformação da Aliança Liberal em Partido Liberal Catarinense (PIAZZA, 1985, p. 413).

Visivelmente os autores divergem quanto à formação do Partido Liberal Catarinense. Possivelmente por utilizarem fontes diferentes, mas de qualquer forma, ambos convergem em muitos fatores, sobretudo, posteriormente à década de 1930.

De uma forma ou de outra, podemos considerar que a vitoriosa revolução aliancista de 1930 foi extremamente importante para a reformulação das bases sociais catarinenses. Estava calcada, ao mesmo tempo, sob princípios ditatoriais e discursos de liberdade, de bem comum, de segurança e de educação para todos. Na perspectiva dos revolucionários, e do Governo catarinense, estes princípios só poderiam ser alcançados com a consolidação de um partido político bem estruturado, representante do estado e do povo (DECRETO, nº 129, 1931, p. 66). Neste contexto, em Santa Catarina, o Partido Liberal se consolidou, tomando as rédeas da legitimidade política, e tornando-se o partido representante do grupo revolucionário vitorioso. Acreditavam que “sem partidos regulares, impossível seria

o verdadeiro Governo democrático” (SACHET, 1998. p. 429).

Se levarmos em consideração a argumentação de que este partido foi fundado em 1927, veremos que a sua consolidação competitiva, certamente, aconteceu pós-revolução de 1930, quando se estabeleceram bases suficientes para que ele funcionasse como partido do Governo. Esta condição foi possível devido à soma de alguns fatores, entre eles: o providencial desligamento da oligarquia Ramos do Partido Republicano Catarinense, na década de 1920; a organização de políticos locais mantendo relações com políticos de outros estados, levando em consideração a amizade de Assis Brasil e Nereu Ramos; a fundação do Partido Liberal Catarinense e a inteligente ligação dos Ramos com a Aliança Liberal, uma alternativa para a tomada do poder que acabou fortalecendo seu caráter competitivo eleitoral; e, conseqüentemente, a vitória dos revolucionários sobre as forças do exército nacional. Foram fatores consecutivos que levaram o Partido Liberal Catarinense a um largo caminho para sua afirmação.

Enquanto na administração dos sul-rio-grandenses buscava-se caçar os políticos republicanos remanescentes em solo catarinense, os liberais exerciam plena liberdade para construir sólidas bases políticas, que os levariam mais tarde ao poder político absoluto. A partir desta prerrogativa, enquanto na primeira interventoria Assis Brasil administrava o estado catarinense e construía sólidas bases sociais, os liberais realizavam congresso do partido, no dia 27 de fevereiro de 1931. Com presença de dois representantes de cada município, neste congresso, entre os estatutos discutidos, buscou-se aprovar a Lei Orgânica do partido, por cuja organização Nereu Ramos ficou responsável (PIAZZA, 1985, p. 413).

Defendem educação pública para todos, o referendun popular, a transparência nos gastos do Governo, a supressão no imposto de exportação, o respeito à autoridade municipal, a independência dos tribunais, o combate às oligarquias e a proibição da presença de juízes na política (SACHET, 1998. p. 430).

Os liberais, independente da política imposta no momento, aprovaram um estatuto que, em alguns pontos, se tornou contrastante às ações governamentais do momento. Enquanto em outros, mantiveram as mesmas opiniões do Interventor do estado.

Partindo das discussões feitas no capítulo anterior, sabemos que o órgão judiciário, na década de 1930, esteve intimamente ligado ao executivo, pois o Interventor tinha poderes irrestritos sob as ações judiciais. A independência dos tribunais, princípio defendido pelos liberais, era algo surreal para a administração do Interventor em atividade naqueles primeiros anos de 1930. Todos os tribunais, comarcas, circunscrições, Sindicâncias e Junta de Sanções,

obedeceram a regras bem elaboradas por decretos federais e estaduais, e todas estas instituições estavam subordinadas ao chefe do executivo em Santa Catarina. Sob o comando da administração autoritária, os tribunais catarinenses não tiveram autonomia.

Por outro lado, os pontos em comum estabelecidos entre princípios liberais e as ações governamentais se deram, principalmente, em torno da educação pública para todos e a transparência nos gastos públicos. No caso da educação, apesar de haver uma intensa reestruturação nas bases educacionais públicas, ampliando-as, pudemos notar, nas primeiras interventorias, a existência de escolas particulares compondo o sistema de ensino. Neste caso, a meta de educação pública para todos estava sendo implantada, mas só atingiu sua fase final no Estado Novo, com um integrante do Partido Liberal, Nereu Ramos. Quanto à transparência nos gastos públicos, pudemos acompanhar nas coleções de decretos de 1931 e 1932, e também em partes das discussões feitas no capítulo anterior, um grande esforço dos aliancistas em direcionar as administrações municipais para esse caminho. Foram sancionados decretos detalhados, listando todas as normas referentes às ações administrativas, tornando os gastos públicos através de relatórios e publicações em jornais locais e divulgando todos os balancetes com despesas e receitas.

Tomando a afirmação de que os liberais buscavam combater as oligarquias, fazemos a seguinte indagação: qual foi o conceito de oligarquia discutido neste congresso? Pois sabemos, que os principais políticos do partido foram integrantes da oligarquia Ramos. Certamente, referiam-se as oligarquias republicanas, que se mantiveram ativas na política estadual catarinense por longos 30 anos.

Neste mesmo congresso, em que foram elaboradas as leis orgânicas do Partido Liberal Catarinense, elegeu-se também a comissão administrativa. Nereu foi eleito presidente do partido, Henrique Rupp Júnior o Vice-Presidente e Donato Mello<sup>74</sup>, secretário. Vidal Ramos foi eleito Presidente Honorário (PIAZZA, 1985, p. 413). De fato, são os mesmos políticos integrantes da Aliança Liberal Catarinense.

Enquanto Nereu Ramos destacava-se nas relações políticas, Rupp Júnior descontentava-se com a situação<sup>75</sup> (GOULARTI FILHO, 2002, p. 131-132). Embora escolhido Vice-Presidente do Partido Liberal, pouco tempo depois da formação da primeira diretoria dessa agremiação política, Henrique Rupp Júnior e outros políticos se afastaram do partido, talvez por descontentarem-se com os cargos que ocuparam. Organizaram a Legião

---

<sup>74</sup> Não possui registro no *Dicionário Político Catarinense*.

<sup>75</sup> Lembramos-nos da inimizade entre Rupp Júnior e Nereu Ramos, a qual apresentamos nas notas de rodapé do segundo capítulo.

Revolucionária de Santa Catarina, que posteriormente se transformou em Legião Republicana Catarinense (PIAZZA, 1985, p. 413). A Legião de Rupp Júnior se dizia independente de qualquer fundação partidária, propondo-se a realizar uma ação moral, cívica e política. “O instrumento ideológico do trabalho da Legião é combater os partidos políticos e exercer influência direta junto aos poderes públicos” (SACHET, 1998, p. 431). O que podemos entender deste fato inusitado é que a Legião Republicana não teve condições e nem permissão para fundar-se como partido político, pois o período ditatorial tinha como prerrogativa o modelo de partido único, assim esta instituição pôde tornar-se partido político apenas com a abertura partidária no ano de 1933.

A saída de Henrique Rupp Júnior do Partido Liberal Catarinense ocasionou a primeira discórdia dentro da mais jovem instituição partidária da década de 1930, donde se ausentava o seu Vice-Presidente. Entretanto, foi o ano de 1932 que marcou a maior separação do PLC, a saída do fundador e presidente do partido, Nereu Ramos. Em 1932, deflagrou-se o movimento constitucionalista em São Paulo, e nas terras catarinenses o Partido Liberal dividiu-se em duas frentes, a que apoiou o Governo, liderada por Aristiliano Ramos, e a que apoiou os revolucionários constituintes, liderada por Nereu Ramos. Em princípio, Nereu não renunciou à presidência e muito menos deixou o seu partido, pelo contrário, reuniu parte dos liberais, em abril de 1932, para tomarem posição a respeito da situação nacional. Estranhamente decidiu-se em apoiar a “Frente Única Rio-Grandense”, condizentes com os constitucionalistas. Esta decisão levou Nereu a se afastar do Partido Liberal Catarinense, pois este apoiava formalmente o Governo de Getúlio (PIAZZA, 1985, p. 413). A situação ocasionou a saída de Nereu e outros políticos do Partido Liberal, pois como vimos, este tinha se tornado o partido do Governo. Do outro lado, parte dos liberais, liderados por Aristiliano, juntavam-se a legionários em favor do Governo.

O momento desencadeado pela revolução constitucionalista paulista causou um grande desconforto na política catarinense, principalmente nas estruturas da oligarquia Ramos. Claramente, Aristiliano Ramos e Nereu Ramos se colocaram em lados opostos, ocasionando um afastamento de suas políticas e de seus interesses. Enquanto isso, Cândido Ramos, naquele momento Secretário da Fazenda, Obras Públicas e Agricultura, se desligava do Governo. O seu afastamento da Secretaria da Fazenda, uma das mais importantes do estado, acarretou no desligamento definitivo da oligarquia Ramos da administração de Assis Brasil. A saída de Cândido do Governo é relatada nas Resoluções de agosto de 1932 como uma concessão de três meses de férias, entretanto, ele não voltou mais ao Governo de Assis

Brasil e nem ao de Rui Zobaran (DECRETOS, 1931, 1932, 1933). O posicionamento de Nereu Ramos contra o Governo Getúlio, e de Aristiliano a favor de Getúlio, certamente influenciou muitos outros políticos da mesma oligarquia e do mesmo Partido Liberal. O desligamento de Cândido Ramos do Governo Assis Brasil, ao que tudo indica, foi resultado destas influências. Se realmente a saída de Cândido da sua secretaria foi ocasionada pela instabilidade surgida a partir da revolução constitucionalista, ele estava ao lado de Nereu, pois, Aristiliano apoiou o Governo e quando assumiu a administração da terceira interventoria catarinense, não incluiu em seus planos a participação de Cândido Ramos no governo (DECRETOS, 1933).

Em outro ângulo de análise, os dois blocos da oligarquia Ramos visavam ao mesmo objetivo, a segunda interventoria catarinense. Aristiliano apoiando o Governo Vargas mantinha fidelidade à política autoritária, e com isso poderia estar esperando receber uma nomeação. Nereu Ramos a favor dos constitucionalistas estava visando ao fim das interventorias e a instalação de um Governo democrático, para o qual poderia se eleger Governador. Estavam eles insatisfeitos com a política vigente, e por não estar com a interventoria em suas mãos. Apenas buscaram formas diferentes de conquistar o poder.

Nereu Ramos afastado no momento do cargo de Interventor do estado catarinense, não prejudicar-se-ia apoiando um movimento que pretendia a construção de uma constituição “democrática”, isso significa que seu posicionamento ao lado do movimento constitucionalista paulista pode indicar uma estratégica política. Sem sombra de dúvidas, quando apoiou a revolução aliancista, em 1930, recebeu promessas de compor o bloco político que administraria o estado, e quando apoiou a revolução constitucionalista de 1932, certamente, estava descontente com a política vigente, pretendendo uma forma diferente de conquistar o poder. Como foi o único a desbancar os republicanos vencendo as eleições em 1930, para deputado, Nereu tinha cacife suficiente para vencer novas eleições, se o movimento constitucionalista tivesse sido vitorioso. Sua influência política era bastante grande, e, no único momento “democrático” pós-revolução de 1930, venceu, mesmo que indiretamente, as eleições para Governador em 1934. As possibilidades de se tornar Governador pelas eleições eram maiores do que esperar na fila por uma nomeação de Getúlio Vargas.

Enquanto Nereu Ramos se afastava dos princípios autoritários, do outro lado da moeda, seu primo Aristiliano Ramos se posicionava ao lado do presidente Getúlio Vargas, assim como também faziam muitos outros políticos do Partido Liberal Catarinense e da

Legião Republicana (GOULARTI FILHO, 2002, p. 133; PIAZZA, 1985, p. 413). A dualidade política e os interesses dos seus integrantes causaram, como vimos, a ruptura do Partido Liberal. Todavia, apesar de haver tal ruptura, a oligarquia Ramos não rompeu relações pessoais até as eleições da constituinte de 1934, o que veremos mais adiante. No que tudo indica, os primos Nereu e Aristiliano não concordavam politicamente, o que não significou a interrupção de laços entre eles. Nereu se afastou da presidência do partido ao decorrer do movimento constitucionalista, entretanto voltou ao Partido Liberal e a seu cargo no ano de 1934, quando, na interventoria de Aristiliano, foi anistiado (ZANELATTO, 2007, p. 64).

Essa situação confusa da política oligárquica catarinense gerou pontos de vistas diferentes. A historiografia ainda diverge quanto ao posicionamento de Nereu e Aristiliano durante o constitucionalismo paulista. Segundo, Alcides Goularti Filho, considerando esta a primeira cisão do Partido Liberal, diz que Aristiliano Ramos, neste período, integrou a Legião Republicana (2002, p. 135), enquanto para Piazza ele permaneceu no Partido Liberal Catarinense. De fato, Aristiliano se manteve ao lado do grupo que permaneceu fiel ao Governo Provisório, assim não criando atritos com Getúlio Vargas.

O momento revolucionário paulista não causou apenas confusões políticas na oligarquia Ramos, mas, também, uma instabilidade nos princípios políticos do Interventor. Segundo Piazza (1985), Assis Brasil estava posicionado obrigatoriamente ao lado do Governo brasileiro, pois, assim como seu amigo Nereu Ramos, era a favor das causas constitucionalistas, e condizente com a Frente Única dos Pampas. Nesta perspectiva, Assis Brasil, diante da posição em que estava inserido, obrigou-se a honrar sua palavra e acordo de obediência ao Governo nacional, terminando suas funções à frente da interventoria catarinense antes de deixar o cargo. Isso significa que não estava contra os constitucionalistas, apenas usou do momento rebelde para militarizar o estado – cumprindo uma de suas metas governamentais, a segurança –, executando uma ordem, segundo as prioridades do Governo. Depois da meta concluída, demitiu-se da interventoria, por não mais condizer com as políticas instituídas pelo Governo Provisório.

Por outro lado, a realidade do ano de 1932 nos mostrou uma situação diferente. A partir da deflagração do movimento constitucionalista de São Paulo, instituiu-se em Santa Catarina uma intensa política de militarização, havendo repressões a insurgentes no oeste do estado. Essa prática, acontecida durante a interventoria Assis Brasil, indica que as medidas governamentais foram repressivas ao que poderia inspirar-se no constitucionalismo paulista. Diante destes fatos, Assis Brasil, não seria a favor do movimento paulista, caso contrário teria

se demitido da interventoria, antes do conflito, e não depois, quando já havia acabado.

De qualquer forma, apoiando os constitucionalistas ou não, Assis Brasil deixou a primeira interventoria catarinense em meio a um confuso e complexo período político. Segundo a imprensa, o fim do seu Governo aconteceu exatamente por conta do constitucionalismo. “Aos jornais de Santa Catarina (...), a sua súbita renúncia está ligada a sua solidariedade à ‘Frente Única dos Pampas’” (PIAZZA, 1983, p. 634).

Enfim, o dia 25 de outubro de 1932 foi o último dia em que Ptolomeu de Assis Brasil esteve à frente da interventoria catarinense. Quatro dias depois, em 29 do mesmo mês, Rui Zobaran já assinava os decretos-leis expedidos pelo Governo (DECRESTOS, 1932, p. 76). Segundo Corrêa, Ptolomeu de Assis Brasil reuniu-se com seus secretários e com integrantes do Partido Liberal Catarinense para comunicar-lhes oficialmente a sua renúncia e apresentar-lhes o seu substituto, seu irmão Rui Zobaran. O fim do movimento constitucionalista também foi marcado pelo pedido de exoneração do Interventor Ptolomeu e pela nomeação do Major Rui Zobaran (PIAZZA, 1985, p. 413). Escrevendo a Getúlio Vargas, renunciando à interventoria que lhe foi dada, Assis Brasil alegou problemas de saúde, motivos particulares e de ordem íntima, ao contrário do que relataram os jornais.

Um outro motivo que pode ter levado o fim da interventoria de Assis Brasil, e também relatado na imprensa, foi o de que ele governou Santa Catarina às margens dos políticos catarinenses ou, em especial, das lideranças que conduziam a Aliança Liberal (PIAZZA, 1983, p. 634).

Acreditamos, que as oposições aos primeiros Interventores catarinenses de 1930 não foram oposições pessoais aos sul-rio-grandenses, por estarem a frente da administração do estado, e, sim, opiniões descontentes com a política getulista, instituída de cima para baixo, sem consulta e sem respeito aos políticos locais. Enquanto, o primeiro Interventor catarinense contou, em grande parte, com o apoio dos políticos locais, o segundo sofreu com um conturbado momento político.

Foi na segunda nomeação à interventoria catarinense, segundo as argumentações de Piazza, que se tornou explícito o descontentamento dos políticos catarinenses com a política de Getúlio. “A reação dos liberais que ainda se conservavam no Partido, (...) foi imediata, de resolve, porque apoiavam até aquele momento o Interventor e não lhes foi consultada a nomeação do novo militar” (PIAZZA, 1985, p. 413). Ainda segundo Piazza, o pouco tempo em que Rui Zobaran ficou à frente da administração catarinense experimentou uma constante reação dos liberais, que não o aceitavam. Aristiliano chegou a ir ao Rio de

Janeiro resolver a situação política catarinense, mas, de fato, só em 1933 ele, um liberal, assumiu o cargo de Interventor de Santa Catarina.

As oposições, principalmente a segunda interventoria catarinense, foram geradas pela prática autoritária de Getúlio Vargas, que pouco se importou com os interesses locais. A caracterizada oposição dos liberais à interventoria do Major Rui Zobaran pode ter sido a causa do pouco tempo em que ficou no Governo. Ao fim da interventoria de Assis Brasil, a situação política estava agitada. Os liberais já não compunham mais o Governo, Nereu Ramos afastou-se de Assis Brasil, que reprimiu as manifestações constitucionalistas, Cândido Ramos já não era mais secretário do Governo, e Aristiliano, ao que tudo indica, estava visando a uma nomeação para a segunda interventoria. Assis Brasil perdera o apoio da oligarquia mais fortalecida do estado, graças às suas ações. A sua administração estava fadada ao fim, pois se acaso declarasse apoio aos constitucionalistas teria oposição do grupo liberal que se posicionava ao lado do Governo, se acaso manifestasse apoio ao Governo, teria oposição dos liberais simpatizantes ao constitucionalismo. De qualquer forma, Assis Brasil deixou o Governo, que no momento estava passando por uma grande instabilidade política, herdada por seu sucessor Rui Zobaran.

Ao assumir o estado catarinense, Rui Zobaran encontrou dificuldades para compor seu Governo. Segundo Corrêa, muitos liberais se recusavam a compor a sua administração, pois não aceitavam a nomeação para a segunda interventoria feita por Getúlio. A desaprovação do segundo Interventor, de certa forma, é refletida na coleção de decretos-leis de 1932. No início da interventoria de Zobaran, aparecem nas duas secretarias do estado a assinatura de alguns presumíveis membros do Governo, entre eles estão: Alincourt Fonseca<sup>76</sup>, Arão Rebelo<sup>77</sup>, José Rodrigues Fernandes<sup>78</sup>, Antonio Bottini<sup>79</sup> e Octávio de Oliveira<sup>80</sup>. Isto significa que Zobaran experimentou nos cargos de suas secretarias os políticos que ainda o apoiavam, até conseguir compor um Governo de sua confiança. Ao fim do ano de 1932, a segunda interventoria estava formada, Manoel Pedro da Silveira voltou a integrar a Secretaria do Interior e Justiça e Antonio Bottini a Secretaria da Fazenda, Obras Públicas e Agricultura,

<sup>76</sup> Não possui registro no *Dicionário Político Catarinense*.

<sup>77</sup> **Arão Rebelo** nasceu em Itajaí, Santa Catarina, em 25 de fevereiro de 1906, filho de Alfredo Rebelo e Maria Leonor da Cunha Rebelo. Estudou em Itajaí, em Blumenau, em Florianópolis, e Curitiba. Formou-se em Direito no Rio de Janeiro em 1930. Neste mesmo ano foi Procurador da Junta de Sanções. Foi também secretário de Estado da Fazenda, Obras Públicas e Agricultura, em 1932. Foi Inspetor do Ensino Secundário e Advogado no foro de Blumenau (PIAZZA, 1985, p. 479).

<sup>78</sup> Não possui registro no *Dicionário Político Catarinense*.

<sup>79</sup> Não possui registro no *Dicionário Político Catarinense*.

<sup>80</sup> Não possui registro no *Dicionário Político Catarinense*.

esta composição se manteve até o fim do Governo Zobaran.<sup>81</sup>

Segundo Corrêa, o chefe do Brasil estava concedendo cargos a militares integrantes do movimento tenentista, dando a entender que Zobaran foi participante do movimento, e por isso recebeu a nomeação para Interventor de Santa Catarina (p. 125-127). Se realmente essa afirmação procede, de um lado Getúlio eliminava a oposição dos tenentes, e de outro estava causando um mal estar na política local e uma possível oposição dos liberais catarinenses.

De uma forma ou de outra, o Interventor, independente de quem fosse, estava sujeito à rejeição de outros políticos que visavam ao seu cargo. Desta maneira, provavelmente Assis Brasil, como também Rui Zobaran, Aristiliano Ramos e Nereu Ramos, tiveram oposições ao seu Governo, uns mais, outros menos.

Se os Interventores sul-rio-grandenses “governaram às margens dos políticos catarinenses”, esta política foi um reflexo da política autoritária nacional. Se os políticos catarinenses continuaram a fazer política independentemente das interventorias gaúchas, isso também foi um reflexo da política autoritária getulista. Isto é, os sul-rio-grandenses obedeceram ao Governo Provisório e executaram ordens independente da realidade do estado, eles tiveram as funções de planejar as estratégias de ações. Como Getúlio ainda não estava preocupado em agradar às elites locais, as políticas federais, as quais os Interventores estavam submetidos, eram em muitos pontos diferentes dos princípios regionais.

Segundo algumas argumentações, o primeiro Interventor catarinense contou com maior apoio das elites regionais do que o segundo. Segundo Piazza, o partido Liberal apoiou o General Assis Brasil em tudo que pôde, inclusive com os dois secretários de Governo, Cândido Ramos e Manoel Pedro da Silveira (1985, p. 413). Além disso, o jornal *O Estado* noticiou uma viagem de Assis Brasil junto com Nereu Ramos. Certamente o primeiro Interventor obteve maior aceitação dos políticos catarinenses do Partido Liberal, pois eles ainda não possuíam bases sólidas no Governo. Entretanto, o desejo de um liberal à frente da interventoria, apesar do apoio ao Governo, nunca deixou de existir (PIAZZA, 1985, p. 413).

---

<sup>81</sup> Já no final da interventoria de Assis Brasil, Arão Rabelo era o secretário da secretaria da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura e Alincourt Fonseca secretário da Secretaria do Interior e Justiça. Eles ficaram pouco tempo a frente de seus cargos, pois no início do Governo Rui Zobaran, houveram outras mudanças. José Rodrigues Fernandes assumiu a Secretaria do Interior e Justiça, Octávio de Oliveira e Antônio Bottini a Secretaria da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura. Podemos acompanhar estas discussões na obra de Carlos Humberto Corrêa (1984) e também na coleção de decretos e resoluções do ano de 1932. O fator mais importante destes acontecimentos é o de que não houve mais participação de Cândido Ramos no Governo, enquanto Manoel Pedro da Silveira, continuou por muito tempo, assinando decretos expedidos pela Secretaria do Interior e Justiça. Isso pode significar que as suas influências eram grandes nos órgãos governamentais ou que o Interventor Rui Zobaran deu-lhe confiança e o empossou novamente ao cargo.

Assis Brasil pode ter conquistado a confiança da oligarquia Ramos por ser amigo de Nereu, porém os limites sempre existiram, conforme os interesses. O secretário do Governo Ptolomeu, Cândido Ramos não constituiu o Governo de Rui Zobaran. Em 1932, os liberais já possuíam bases políticas sólidas, e as secretarias já não correspondiam ao desejo ambicioso do poder.

Se ainda considerarmos que os Interventores gaúchos governaram à margem dos catarinenses, devemos ressaltar que isso não aconteceu em sua totalidade. O momento pós-revolução de 30 ocasionou ações autoritárias que modificaram o ambiente social, refletindo em todos os espaços, políticos, administrativos e educacionais, inclusive nas ações partidárias que levaram os liberais a se tornarem parte do Governo. O que realmente se aplica e torna-se justificável é o fato de que os sul-rio-grandenses governaram de acordo com um enquadramento federal, com ordens vindas de cima, de seus superiores. Entretanto, houve pontos significativos que ligaram os Interventores aos interesses oligárquicos da família Ramos: a permanência de Cândido na secretaria da Fazenda da interventoria de Assis Brasil, tornando-se parte integrante e ativa do Governo, conforme se pode observar nas coleções de decretos 1931 e 1932, e a execução do projeto nacionalista, que, automaticamente, beneficiava os Ramos, autodenominados de representantes da cultura brasileira. Pode-se dizer que em muitos momentos os interesses federais sobressaíram-se aos regionais, entretanto estes sempre estiveram vivos no Governo, mesmo que indiretamente através do nacionalismo. O objetivo de maior representatividade dos interesses oligárquicos na interventoria levou os catarinenses a desejarem o cargo, principalmente em 1932, quando suas ambições tornaram-se maiores.

### **5.2.1 A conquista do governo pelos catarinenses e as eleições para as Assembleias Constituintes**

Os confrontos particulares entre as oligarquias catarinenses (Ramos x Konder) tiveram uma trégua eleitoral a partir da revolução de 1930, quando se instituíram as interventorias gaúchas. Estas disputas retomaram a dianteira em 1933, quando o primeiro catarinense “conquistou” a cadeira de Interventor. Enquanto os militares sul-rio-grandenses governaram Santa Catarina, atritos entre eles e políticos civis catarinenses aconteceram, pois, apesar de, no princípio, os políticos catarinenses apoiarem a interventoria de Assis Brasil, posteriormente passaram a almejá-la. A possibilidade de nomeações para preenchimento de cargos na primeira interventoria do estado, no ano de 1930, causou interesses em todos os

políticos de maior influência no estado, assim como Nereu Ramos e Aristiliano Ramos, que posteriormente a conseguiram.

Logo após o pedido de exoneração feito por Assis Brasil, o cargo de Interventor Federal foi dado ao Major Rui Zobaran, seu irmão. Este, por sua vez, manteve-se pouco tempo à frente da Interventoria Federal de Santa Catarina, pois, no início do ano de 1933, Aristiliano Ramos conseguiu a tão almejada cadeira de Interventor.

A interventoria de Zobaran encontrou um estado recém-saído de uma ampla militarização, acontecida por consequência do constitucionalismo paulista, assim como pudemos acompanhar no capítulo anterior. No delinear das coisas, o Interventor, no pouco tempo em que teve à frente do Governo, tratou de pôr novamente a administração na normalidade. Aos poucos, diminuíram-se os decretos referentes à situação dos batalhões, companhias militares, Força Pública, e aumentaram-se os referentes à educação, administração e etc. Esta nova interventoria, apesar de não controlar a situação política, acalmou a ansiedade do momento de guerra, e manteve os pilares de sustentação da sociedade, construídos por Assis Brasil, justiça política, segurança pública e educação. A coleção de decretos do ano de 1932, não mostra diferenças em relação aos decretos de 1931, apenas uma maior visibilidade para o ensino e sua estrutura. Todavia, apesar de ser, em parte, uma continuação do Governo anterior, nos pareceu que as coisas estavam sendo colocadas em uma nova óptica de trabalho. Houve certamente, uma grande preocupação em manter as bases já criadas, então continuou-se a legislar sobre segurança pública e educação principalmente. O fim do Governo de Assis Brasil deixou uma apreensão muito grande com a militarização e, posteriormente, desmilitarização do estado. Nos últimos meses, antes de sua renúncia, Assis Brasil deixou um legado de decretos que giravam, quase todos, no entorno da constituição de batalhões e companhias de guerra. As outras preocupações caíram para segundo plano, esquecendo-se os outros interesses do estado. Somente com a chegada do novo Interventor, Major Rui Zobaran, é que novamente se olhou para outros interesses, além daquele momento de conflito, instituído pelo constitucionalismo. Essas outras coisas adquiriram valor novamente, assim como, também, foram valorizadas, no início do Governo de Ptolomeu.

O fim da interventoria Rui Zobaran, representou um marco histórico para o Partido Liberal e para a oligarquia Ramos, pois foi o início de um Governo efetivamente catarinense, pós-revolução. O caminho percorrido pelos Ramos enfim chegou a seu destino, a interventoria do estado de Santa Catarina. O primeiro Ramos a assumir o poder, depois dos anos 30, foi Aristiliano, um político que sempre deixou claro o seu apoio a Getúlio Vargas. Ao

que tudo indica, esse foi o grande motivo que o levou à conquista da nomeação de Interventor, antes mesmo de seu primo Nereu. Para Piazza, Aristiliano assumiu o posto em 3 de maio de 1933 (1983, p. 637), já para Sachet (1998, p. 437), Aristiliano Ramos assumiu o Governo em 18 de abril de 1933. Em concordância com Corrêa, a coleção de decretos do ano de 1933, relata que Aristiliano Ramos assumiu o governo em abril de 1933, ao qual assinou o primeiro decreto no dia 19 do mesmo mês. De qualquer forma, Aristiliano fora nomeado a terceira Interventoria de Santa Catarina e reconquistara o poder estatal para a oligarquia Ramos.

Algumas medidas tomadas no Governo de Aristiliano foram marcantes. Anexações ou desmembramentos de municípios de Santa Catarina vinham sendo feitas pelos Interventores gaúchos e continuaram com Aristiliano. Entretanto, na terceira interventoria as medidas adotadas ultrapassaram o viés técnico e incorporaram o critério político. Aquelas desavenças constituídas durante a República foram reacendidas após o fim dos governos gaúchos. “Nesse período alguns municípios catarinenses serão duramente castigados com as práticas adotadas pelos Interventores” (ZANELATTO, 2007, p. 66). A partir da Interventoria de Aristiliano, as coisas começaram a mudar. Os objetivos governamentais, os discursos e as ações adquiriram novos vieses. Enquanto nas regiões de colonização alemã do Vale do Itajaí e norte do estado à situação se refletiu negativamente, na região Sul, essas práticas foram positivas. Enquanto se buscou ferir politicamente e culturalmente a parte norte do estado, segundo Zanelatto, os municípios sulinos, de descendência alemã e italiana, tiveram nomeações de prefeitos das mesmas etnias (2007, p. 66). Não foi mera coincidência que se buscou denegrir as regiões historicamente constituídas de influência político industrial, “quintal” da oligarquia Konder.

Foi na interventoria de Aristiliano Ramos que, por ordem do Governo Federal, se estabeleceram movimentações políticas eleitorais. Pelo decreto federal 21.402 de 14 de maio de 1932, foram realizadas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, em 3 de maio de 1933. Neste ano, foi legalizada a formação de novos partidos políticos, com intuito de disputarem o pleito eleitoral. Nesta perspectiva, a configuração partidária se deu da seguinte forma: Rui Zobarán ex-Interventor catarinense e seu secretário Manoel Pedro da Silveira fundaram o Partido Social Evolucionista, colocando-se entre o Partido Liberal de Nereu Ramos e a Legião Republicana de Henrique Rupp Júnior; os velhos republicanos, decaídos em 1930, ressuscitaram a sigla partidária do Partido Republicano Catarinense, sob a liderança de Adolpho Konder e de Fúlvio Aducci, ambos Governadores no tempo da Primeira República; fundaram-se também a Liga Eleitoral Católica e a Liga Pró Estado Leigo [sic],

composta por maçons, presbiterianos e espíritas (PIAZZA, 1983, p. 637; SACHET, 1998. p. 437).

Nas eleições de 3 de maio, vinte candidatos de cinco partidos – Partido Liberal, Partido Republicano, Legião Republicana, Social Evolucionista e Liga Pró Estado Leigo [sic] – disputaram cinco vagas. Nesta ocasião, o Partido Liberal Catarinense elegeu todos os representantes para a Assembleia Nacional Constituinte. Entretanto, estas eleições acabaram por ser anuladas pelo Tribunal Eleitoral, que determinou uma nova data, o dia 3 de dezembro do mesmo ano. Novamente estavam em disputas as cinco vagas, contudo, dessa vez o Partido Republicano e a Legião Republicana se aliaram e formaram a chapa “Por Santa Catarina”. Novamente o Partido Liberal Catarinense mostrou sua força política, elegendos quatro representantes à Assembleia, a quinta vaga ficou a cargo de Adolpho Konder, republicano histórico e adversário direto de Nereu Ramos (PIAZZA, 1983, p. 637; SACHET, 1998. p. 437).

Apesar integrar o Partido Republicano, caçado pelas Comissões de Sindicâncias em 1930, Adolpho Konder teve novamente a oportunidade de voltar às disputas políticas, neste breve período de abertura do sistema ditatorial. Assim como os liberais, em tempos em que a dominação republicana se fazia sob a política catarinense, conseguiram eleger Nereu Ramos para uma das vagas de Deputado Federal, no ano de 1930, no ano de 1933 mesmo a política catarinense sendo dominada pelos liberais, os republicanos aliados aos Legionários conseguiram eleger Adolpho Konder para uma das vagas na constituinte. A vitória de Adolpho Konder, representante da região de imigração, urbano/industrial/germanista, causou um grande desagrado ao Interventor Aristiliano Ramos que respondeu ao caso dando ordens de desmembramento do município de Blumenau (a base eleitoral dos Konder), dando origem a outros municípios como Gaspar, Indaial, Timbó e Ibirama (AURAS, 1991, p. 120).

Entretanto, segundo Goularti Filho, Aristiliano Ramos estava posicionado ao lado da Legião Republicana, já em 1932 (2002, p. 135). Isso significa que o Interventor não teria justificativa para atacar aquela região de imigração alemã de influência republicana, pois neste momento legionários e republicanos estavam coligados. Então, quais seriam os motivos que Aristiliano teria para atacar a região eleitoral de Adolpho Konder, do Partido Republicano, que naquele momento estava coligado a Legião? Acreditamos, assim como Piazza, que ainda neste momento, 1933, nas eleições para Assembleia Nacional Constituinte, Aristiliano integrava o Partido Liberal Catarinense e somente nas eleições para Assembleia Estadual Constituinte, em 1934, é que ele toma o lado dos legionários e republicanos. Desta

forma, o ataque feito em 1933 às regiões de influência da oligarquia Konder fazem sentido, pois estava visando ao fortalecimento da sua oligarquia latifundiária nacionalista, e enfraquecendo uma área étnica não lusa, dando princípio ao nacionalismo político muito utilizado por seu primo Nereu.

Desmembrando o município de Blumenau em outras unidades, o Interventor teve o poder de nomear, de acordo com seus interesses, os prefeitos das novas administrações municipais. Esta situação causou um grande descontentamento da população blumenauense. Puseram-se na rua autoridades, comerciantes, industriais e civis marchando todos juntos com o lema “Por Blumenau Unido”, reivindicando uma causa perdida, pois o Interventor manteve-se firme em sua ordem e não voltou atrás na decisão tomada. Aristiliano sequer atendeu a uma comissão constituída pelos manifestantes, enviada ao palácio do Governo, para negociar a situação e, em contrapartida, enviou forças militares para acabar com a agitação naquela cidade. Além do acontecido, nos setores palacianos, noticiavam o movimento da população de Blumenau como hitlerista (ZANELATTO, 2007, p. 68).

Muitas das ações nacionalistas empreendidas pelo grupo oligárquico Ramos no cenário catarinense não condisseram com o nacionalismo instituído no plano nacional. Gerou-se um fator contraditório entre esses dois grupos. A diferença entre eles está relacionada ao modelo de nacionalismo utilizado. Enquanto no contexto estadual o nacionalismo é político e étnico, no contexto nacional usufruiu-se do nacionalismo de estado, funcionalista, principalmente econômico.

O nacionalismo étnico foi muito utilizado em Santa Catarina pelo grupo Ramos, que pretendia enfraquecer os seus adversários. Enquanto os Ramos se diziam representantes da cultura luso-brasileira, calcados nas suas origens étnicas, acusavam os adversários representantes do teuto-germanismo, desqualificando-os, pois não estavam enquadrados no padrão de unidade. Acusando os adversários e instituindo medidas repressivas e preconceituosas sobre as áreas de imigração, os Ramos buscavam legitimidade cultural e política. Denegrindo e enfraquecendo culturalmente o adversário, estabelece-se um vínculo de legitimidade ao grupo que cumpre com as normas padrões de cultura. Acima de tudo, o nacionalismo do grupo Ramos tornou-se político na medida em que usou da característica étnica para enfraquecer um grupo que crescia aceleradamente no campo econômico. Enquanto estavam sendo superados pelos industriais germânicos, os latifundiários tentaram desqualificar o adversário no campo cultural para que recebessem, do Governo nacional, legitimidade e poder. O nacionalismo de estado do Governo brasileiro não tem no caráter

cultural, a principal preocupação, buscou primeiramente estabelecer padrões nas organizações públicas, e, principalmente, estava voltado para o caráter econômico, devido aos tempos de crise mundial. Os germânicos do Vale do Itajaí, estavam enquadrados nos padrões econômicos do Governo nacional. Não se preocupou, de imediato, com o caráter étnico daquela região, preocupou-se primeiramente com o fim econômico e a contribuição que os industriais do Vale do Itajaí proporcionariam para o Brasil. Para Etienne Silva, a contribuição de Blumenau na produção de produtos manufaturados tornou-se importante para o suprimento e o estreitamento dos laços com o centro do mercado nacional. Nesta fase da economia nacional, o processo de substituição de importações propiciou a Blumenau capital suficiente para a construção de um parque industrial nas décadas de 30 e 40, e em 1950 já exportava produtos para a Argentina, EUA, África, Líbano e Uruguai. (SILVA, 1978, p. 90). Desta forma, o nacionalismo econômico de Getúlio queria muito bem as regiões industrial germânicas de Santa Catarina, pois estavam contribuindo para a economia nacional. Enquanto isso, o nacionalismo étnico político da oligarquia Ramos, buscava atingir estas mesmas áreas, tentando enfraquecer culturalmente uma região que prosperava economicamente.

As diferenças entre os dois grupos nacionalistas ficaram claramente explícitas, quando, em 25 de julho<sup>82</sup> de 1936, houve comemorações e festejos germânicos em Blumenau para preservação e manutenção da cultura alemã na região. As festas culturais receberam congratulações de Getúlio Vargas, através de um representante pessoal, coisa que o Governo do estado Nereu Ramos se negou a fazer (AURAS, 1991, p. 120-121 e 127). A desconfiança e o descrédito em relação aos descendentes de alemães de Santa Catarina, na década de 1930, não foram compartilhadas pelos sentimentos nacionalistas catarinense e brasileiro. Somente com a declaração de guerra do Brasil aos países do eixo, durante a Segunda Guerra Mundial, é que os dois grupos nacionalistas se aproximaram. Entretanto, apesar de caracterizados diferentes, o nacionalismo de Vargas e da oligarquia Ramos estavam interligados. Afinal os dois foram movimentos de exaltação do sentimento nacional, seja econômico ou cultural, ambos estavam atrelados a um caráter de unidade.

Encaminhando-nos para o fim desta sessão, veremos como Nereu Ramos

---

<sup>82</sup> Os irmãos Konder, republicanos históricos, por exemplo, eram conhecidos pelo seu envolvimento com o “Deutschtum” (germanidade ou germanismo). Marcos Konder (líder do segundo Governo de Hercílio Luz no legislativo e, nesta condição, responsável pela defesa da reforma tributária) tornou-se um dos dirigentes da Federação de 25 de Julho, criada no Rio Grande do Sul, em 1936, para cuidar dos interesses do germanismo no Brasil (AURAS, 1991, p. 127). O envolvimento da família Konder com o movimento cultural germânico é fruto de uma descendência histórica que se deixou transparecer nos interesses sociais e políticos desta oligarquia. Sobre a festa, pode-se consultar o site <http://www.25dejulho.org.br/p/nossa-historia.html> (acesso em 30 de junho de 2012).

ascenderá ao Governo catarinense, depois de um tumultuoso caminho percorrido. Em 1933, foram feitas eleições para a composição da Assembleia Nacional Constituinte, quando Nereu foi um dos principais líderes na execução dos trabalhos realizados (PIAZZA, 1985, 413). Entretanto, foi no ano de 1934 que ele ascendeu ao Governo de Santa Catarina. Novas eleições foram realizadas em 1934, desta vez para a composição da Assembleia Estadual Constituinte. À Assembleia Estadual caberia a eleição do Governador, e entre os candidatos estavam Nereu Ramos e Aristiliano Ramos. Esta foi a situação que ocasionou a segunda cisão do Partido Liberal, e uma ruptura profunda na oligarquia Ramos. Romperam-se os laços familiares e políticos, quando os dois primos se puserem de lados contrários no pleito eleitoral, tornando-se concorrentes na mesma disputa. Aristiliano estava tentando manter sua governança e Nereu buscava tirá-la de seu primo. A segunda cisão do Partido Liberal se deu neste momento, quando as composições da eleição se configuraram da seguinte forma: os coligados, republicanos e legionários, se encontravam nas figuras de Henrique Rupp Júnior, Fúlvio Aducci, Adolpho Konder e Aristiliano Ramos, enquanto o representante dos liberais era Nereu Ramos. Para se eleger, um determinado candidato precisaria de 18 votos, feito conseguido por Nereu Ramos, que teve 15 votos de liberais e 3 de coligações, se tornando, no ano de 1935, o Governador do estado de Santa Catarina (PIAZZA, 1983, p. 637-39; ZANELATTO, 2007, p. 64).

Nereu Ramos desbancou seu primo Aristiliano e tomou o Governo para si. Voltou à presidência do Partido Liberal e instituiu de vez sua influência no Governo catarinense. Governou durante o período de abertura partidária, e posteriormente foi nomeado Interventor no Estado Novo. Durante seu Governo foi acusado e acusador, vítima e opressor. Em se tratando de infraestrutura, Nereu realizou obras de cunho popular, como estradas por todo estado, distribuiu pelas cidades dezenas de postos, creches, maternidades e escolas bem montadas, entre outras obras também construiu um edifício para o Departamento de Saúde, na Capital, Florianópolis. No cunho político, salientou, durante sua administração, a nacionalização do ensino, provocando profundos conflitos com as populações de origem “estrangeira”, principalmente alemã e italiana, na época acusadas de simpatizantes do nazismo, integralismo e fascismo. “As manifestações pró-eixo, principalmente durante a II guerra foram proibidas, seus simpatizantes presos, bem como fechados seus clubes e sociedades de todos os gêneros e principalmente as escolas que ensinavam língua estrangeira” (CORRÊA, 1988, p. 28). Uma das críticas ao Governo Nereu foi a não substituição das escolas na mesma proporção do número correspondente às fechadas, havendo, portanto, uma

consequente redução da escolaridade, após o período da guerra. “Em decorrência, obviamente, das medidas oficiais de cunho repressivo que, feito um vendaval, varriam as áreas de imigração” (AURAS, 1991, p. 156). Nereu Ramos era “apontado como inimigo dos imigrantes pela oposição que, apesar de estar na ilegitimidade (...)” (CORRÊA, 1988. p. 28) apresentava críticas ao seu Governo. Querendo ou não, Nereu foi um Governo marcante na história do estado catarinense.

### **5.3 As interpretações nacionalistas no Estado Novo: formas de neutralizar o inimigo**

A família Ramos, no final da década de 1910 e no início de 1920, estava articulada, e colocava-se como oposição ao grupo governante, comandado por Hercílio Luz e Adolpho Konder, “Governadores no período e delegados dos interesses das áreas de imigração do litoral norte” (AURAS, 1991, p. 98-99). Esta construção histórica das oposições, configurada por grupos políticos e econômicos, perdurou por muitos anos no seio da política estadual de Santa Catarina. Nascendo durante a Primeira República, as ideias antagônicas, entre as oligarquias apresentadas, continuaram existindo durante toda a década de 1930 e 1940.

Posteriormente ao Estado Novo, as mesmas oposições continuaram existindo, entretanto, a máscara partidária foi modificada. O grupo político representado pelo Partido Republicano fundou a UDN – União Democrática Nacional –, enquanto os representantes do Partido Liberal fundaram o PSD – Partido Social Democrático. A UDN foi articulada pelos Konder e por Aristiliano Ramos, que rompeu relações com Nereu Ramos, por interesses relacionados ao Governo do estado. “Baseada no Vale do Itajaí área de imigração teuto-italiana, de pequena propriedade e com um processo de acumulação de capital capaz de dar sustento, progressivamente, a densos projetos industriais” (AURAS, 1991, p. 100), a União Democrática Nacional passou a abrigar os membros do Partido Republicano, representantes do grupo urbano/industrial. Já o PSD, fundado por Nereu Ramos, dava sustentação à política de unidade nacional do grupo agrário/nacionalista.

Os anos de 1930 e 1940 marcaram um momento de grande expressão nos embates entre as oposições políticas e econômicas catarinenses. Guinados pelo poder da revolução, os Ramos se mantiveram vivos em quase todas as interventorias (exceto a de Rui Zobarán) existentes no período do Governo Provisório. A frente do Governo catarinense, ocupando o cargo de Interventor, a oligarquia Ramos governou o estado por mais de 10 anos. Eleito pela

Assembleia Constituinte em 1934, e nomeado Interventor no ano de 1937, devido ao golpe do Estado Novo, Nereu Ramos permaneceu na governança de Santa Catarina até 1945. Os políticos que antes de 1930 se colocavam como oposição à política republicana passaram a compor a situação, após 1930, e ao decorrer do seu Governo infligiram severas medidas contra os seus oponentes.

O grupo nacionalista, liderado por Nereu Ramos, assumiu o poder e transformou as disputas políticas entre agrário/nacionalistas e urbano/industriais, em busca de legitimidade na obtenção de poder, em um sistema repressor que passou a infligir medidas agressivas de uma força sobre a outra. “As medidas de caráter nacionalizador representavam o papel de verdadeiros petardos sobre as cidades inimigas” (AURAS, 1991, p. 101). A partir do momento em que Nereu Ramos teve a oportunidade de reacender o projeto nacionalista, criado por seu pai, ele tratou de executar. O processo de nacionalização foi, no Estado Novo, período da interventoria de Nereu Ramos, intensificado, fortalecido e tratado como principal meta governamental. O projeto que tinha um caráter gradual em 1910, e que foi reestruturado nos anos de 1930, com os sul-rio-grandenses, ganhou nova roupagem em 1938. O sentido da nacionalização ganhou novas características com Nereu Ramos, preocupou-se em nacionalizar a população muito além da escola, interferindo na vida social cotidiana. Definitivamente, instituiu-se um padrão cultural em Santa Catarina, o que até então fora tentado, mas não havia acontecido. O Estado Novo estava reinterpretando e intensificando um projeto de nacionalização já conhecido, por isso não aceitavam o estranhamento de sua aplicação.

Não pode, portanto, surpreender a quem quer que seja, tome o Estado Novo de vez e definitivamente, providências para reintegrar dentro na alma do Brasil os que nele tendo nascido, dele se acham na realidade apartados pela magma, pela educação, pelos costumes, pelas tradições. Dever nosso é impedir que os que aqui nasceram e aqui vivem, ao invés de à língua e as tradições do Brasil, se apeguem e se aferrem [sic] às de outros povos ou de outras nações (RAMOS, 1943, p. 18-19).

O que se percebe é que os liberais, na figura de Nereu, quando guinados ao poder do estado pela Revolução de 30, pela ditadura do Estado Novo, e sob o manto protetor do nacionalismo, procuraram atingir duramente seus adversários políticos (AURAS, 1991, p. 115). Veremos que, procurando nacionalizar a população imigrante e seus descendentes, a partir de um padrão de brasilidade, os liberais conseguiram atingir as zonas de colonização do Vale do Itajaí e litoral norte catarinense, onde estavam localizados os redutos eleitorais dos adversários. Desta forma, tornou-se evidente que, em seu discurso, o Interventor do estado

direcionou sua fala às áreas de colonização alemã, que por muito tempo cultivaram livremente a cultura dos seus antepassados. Sabemos que durante o processo de colonização a sociabilidade entre nativos e povos de muitas outras regiões do mundo, entre eles portugueses, alemães e italianos, socializaram-se conhecimentos e experiências que contribuíram para a formação dos grupos. Entretanto, de acordo com a utilização das línguas diferentes ao português, o Governo considerou esses indivíduos necessitados de serem nacionalizados. Para o Estado Novo, representavam diferenças nos padrões culturais, e por isso eram tratados com medidas repressivas e de controle da ordem social. As modificações ocorridas nas culturas “estrangeiras”, não foram consideradas importantes para o Governo catarinense, pois havia um modelo de cultura a ser seguido, e todos deveriam enquadrar-se nos padrões.

As medidas repressivas tomadas no Estado Novo foram possíveis graças à reestruturação do aparelho do Estado, nos anos de 1930. Diferentemente da Primeira República, o Estado Novo, em Santa Catarina, se caracterizou muito mais estruturado, pois recebeu como herança dos sul-rio-grandenses um aparelho policial muito mais forte, um órgão judiciário muito mais sólido, e um sistema de ensino muito mais eficiente. O estado, que durante a Primeira República não forneceu subsídios para a construção de escolas públicas para toda a população catarinense, inclusive imigrantes e seus descendentes, passou no Estado Novo a reprimir ferozmente as escolas criadas pelos considerados estrangeiros.

Uma vez que o aparelho governamental catarinense, por ser débil, atrasado, pobre, não possuía a condição histórica necessária para responder ao desafio da exigência de escolarização, não dispunha dos recursos humanos e financeiros indispensáveis para a elaboração de uma política educacional que desse guarida aos anseios de modernização provenientes, com bastante força, das áreas de imigração (AURAS, 1991, p. 143).

A partir da afirmativa, torna-se evidente que durante a República o estado não teve condições de suprir as necessidades escolares das regiões de colonização, devido ao magro orçamento governamental. Conseqüentemente, não haviam condições para nacionalizar aqueles imigrantes que se educavam na sua língua pátria. Esta situação de sucateamento da educação levou os primeiros Interventores catarinenses a deslanchar várias medidas com intenções de reestruturar o ensino e torná-lo um meio difusor dos ideais governamentais. Apesar de Nereu receber dos sul-rio-grandenses um sistema de ensino compacto, tornou-o muito mais rígido. Quando no início dos anos 1930 se instituíram medidas nacionalizadoras para a educação, a estrutura física do sistema ainda era frágil. Havia

poucos professores adequados às normas nacionalizadoras, e por isso instituíram-se prazos para que eles se atualizassem. Por este fator, ainda havia escolas étnicas em funcionamento. Foi esse sistema educacional que o Interventor Nereu Ramos herdou, um sistema sólido, mas ainda em mutação. Foi a partir do Estado Novo que essas condições mudaram, ou chegaram a sua fase final de nacionalização. O discurso passou a apontar na direção da construção de uma sociedade homogênea, tomando a educação nas áreas de colonização como principal problemática, na imposição de um amor à pátria e o cultivo das tradições nacionais.

Eis porque o problema educacional, em certas regiões do Brasil, importa-lhe verdadeira defesa da unidade e até da soberania. “Um país, acentuava, há dias, o Presidente Getúlio Vargas, não é apenas um conglomerado de indivíduos dentro de um trecho de território, mas, principalmente, a unidade de raça, a unidade da língua, a unidade do pensamento nacional” (RAMOS, 1943, p. 18).

A unidade da qual se referia Nereu Ramos era a extinção das diferenças culturais e construção de uma Nação e de um Estado de uma etnia só, brasileira de origem portuguesa ou açoriana, de um pensamento só, reproduzidor das ideologias governamentais, e de uma língua só, da qual todos se obrigariam a falar o português. A unidade, lema da nação brasileira foi também o lema do estado de Santa Catarina. Os objetivos de nacionalização na interventoria de Nereu Ramos abrangeram o meio educativo, político e social. Em comparação ao projeto de nacionalização de Vidal Ramos, o de Nereu Ramos, além de seguir uma continuidade na essência nacionalista, tornou-se muito capaz de alterar a sua realidade.

Enquanto os dois primeiros Interventores de Santa Catarina seguiram, clinicamente, as regras ditadas pelo Governo nacional, a interventoria de Nereu foi um pouco diferente. Se o Governo brasileiro compartilhava das ideias internacionais de nacionalismo, e socializava esse conhecimento com seus Interventores, as interpretações poderiam ser as mais variadas. Segundo Anderson, Hobsbawm, Breuilly, Beired, e outros, o nacionalismo pode adquirir diversas roupagens, dependendo dos interesses de cada nação, ou elite que a interpreta. “A nação foi uma invenção sem patente podendo ser copiada por mãos muitas diversas, e às vezes inesperadas” (ANDERSON, 2008, p. 107). “A nação é uma aspiração consciente”, e por isso acreditamos que os indivíduos que se apropriam dela possuem objetivos pré-determinados. Nesta perspectiva, olhamos para o estado catarinense e para a oligarquia Ramos, que traçou um objetivo, e ao mesmo tempo em que se adaptou a um projeto que o levaria à legitimidade e ao poder, também o adaptou a seus interesses. “A extensão do 'nacionalismo' além de sua região de origem o movimentou além do alcance da

análise original” (HOBBSAWM, 1990, p. 188), isto significa que o modelo original do nacionalismo se modifica na medida em que sai da sua área de criação, podendo ser reinterpretado em territórios diferentes.

No estado catarinense, o nacionalismo adquiriu diversas características, entre elas, políticas, étnicas e funcionalistas. Todas interligadas, pois o objetivo final foi o mesmo, consolidar a cultura nacional de acordo com os padrões portugueses. A ideia de formação de uma nação cultural padronizada, levou os representantes desta cultura (oligarquia Ramos) à dedicação exclusiva deste fim, pois assim seriam beneficiados pela legitimidade cultural.

Nesta perspectiva de interpretação, o estado de Santa Catarina, governado pelo Interventor Nereu Ramos, passou a se utilizar da educação como principal instrumento nacionalizador, principalmente, direcionado para as regiões colonizadas por alemães e italianos, base eleitoral de seus adversários políticos. Segundo seus discursos, Nereu não se colocava contra os indivíduos de origens étnicas diferentes, e, sim, contra os que se recusavam a participar do seu projeto nacionalista. Exaltava que o estado tinha a obrigação de dar subsídios aos cidadãos que se curvassem a cultura brasileira.

Considerando que, sendo cidadãos brasileiros “os nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não residindo este a serviço do Governo do seu país”, — corre ao estado a obrigação de resguardar e defender as novas gerações brasileiras, sem distinção de sua origem racial, de toda e qualquer influência que contrarie aquele postulado constitucional e desvirtue, tolha ou dificulte a propaganda dos sentimentos de brasilidade no espírito dos que nasceram no solo nacional (RELATORIO..., 1938, p. 19).

Desta forma, o estado se propunha a fornecer para todos os habitantes de Santa Catarina o mesmo direito e dever, independente das origens étnicas. Os nascidos nessas terras, para o discurso oficial, deviam alimentar o sentimento de brasilidade, e os que assim se comportassem, teriam a proteção do aparelho estatal.

O principal foco de ameaça à dissolução da cultura nacional, do ponto de vista governamental, eram as escolas étnicas. Como vimos anteriormente, estas escolas se localizavam em colônias de imigração, e também foram alvo de ações governamentais nacionalizadoras nos tempos de Vidal Ramos e dos sul-rio-grandenses, porém não atingiram as mesmas proporções das ações de Nereu Ramos. No Estado Novo, se “desencadeia um verdadeiro bombardeio sobre as escolas dessas áreas, boa parte das quais já com bem mais de meio século de assentada existência” (AURAS, 1991, p. 153). Para o Governo, as escolas ditas “estrangeiras”, como foram caracterizadas, zombavam da fiscalização e se instalavam

sem regras e permissões. Dizia Nereu que “por espírito partidário, estreito e condenável, pretendeu-se negar o fato, que a realidade punha à mostra na exibição de brasileiros que ignoravam a língua de sua pátria, apesar de haverem freqüentado escolas dentro do território nacional” (RELATÓRIO..., 1938, p. 17). Certamente referia-se aos tempos de republicanismo, ou então às falhas dos governos que tentaram modificar essa realidade, mas não conseguiram. Para o momento do Estado Novo, ao que tudo indica, parecia um absurdo exorbitante a existência de escolas étnicas atuando em território nacional, e, por conta disto, o que interessava para o Brasil e para Santa Catarina, naquele momento, era a extinção destas escolas, e tornar homogênea a população catarinense, sem levar em consideração as culturas construídas pelos diferentes povos habitantes do estado. Foi exatamente estas diferenças que se buscou extinguir.

Se de um lado o Governo discursava sobre a prejudicial atuação das escolas étnicas, de outro, se propagandeava em favor delas. “Era notório como se propagandeava na época, a superioridade das escolas alemãs em relação às escolas que vinham sendo implantadas pelo estado, e que uma parcela significativa das crianças não falava a língua portuguesa quando entrava na escola” (REGIS apud ZANELATO, 2007, p. 71). Independente das propagandas feitas, o ensino nas escolas étnicas, que tinham longo tempo de vida, poderia sim ser melhor do que nas recém-criadas escolas públicas. O que devemos entender nesta discussão é a interpretação que o estado tinha do papel dessas escolas, de desvirtuamento do padrão cultural, por isso via a sua intervenção na educação como algo positivo. Para ele, as investidas contra as escolas étnicas não eram medidas violentas e repressoras, pois estavam baseada na constituição, estavam cumprindo um dever, estavam aplicando a lei que deveria ser o prisma das ações dos cidadãos (D'AQUINO, 1939, p. 22). A partir disso, foram fechadas dezenas de escolas étnicas, consideradas “trincheiras inimigas”, contrárias a nacionalização.

Em livro encontrado nas escolas estrangeiras que, por desfigurarem a alma da nacionalidade, foram ultimamente fechadas, depara-se a afirmativa de ser Blumenau cidadezinha puramente alemã (...). Blumenau não é cidade alemã. É cidade brasileira, pelo trabalho de seus homens e pelo coração entusiasmado de seus filhos (RAMOS, 1939, p. 78).

O discurso do Interventor deixa explícita sua opinião sobre as escolas étnicas. Considerando que elas desfiguram a alma da nacionalidade, legitimava as ordens de fechamento. Considerou o Interventor que as escolas “estrangeiras” produzem e socializam uma literatura errônea quando, neste caso, caracterizaram Blumenau como uma cidade alemã.

Apesar de muitos blumenauenses se considerarem descendentes de alemães, o Interventor insistiu no discurso de que o povo de Blumenau era brasileiro, por ser nascido nessas terras. Nereu deixou nas entrelinhas do seu discurso a ideia de que era melhor para os blumenauenses se considerarem brasileiros do que alemães, pois sendo brasileiros eram merecedores de educação pública fornecida pelo estado, tornando-os cidadãos brasileiros. Este pensamento governamental foi manifestado pelo próprio Interventor do estado: “os que aqui nasceram, não nasceram para servir outras pátrias, nem para cultuar outras tradições, nem para alimentar outros sentimentos que os despertados pela bandeira incomparável do Brasil” (RAMOS, 1939, p. 78). As palavras discursadas denotam algo que deveria ser seguido e incorporado pelos indivíduos, como o trabalho, o amor à pátria, às tradições e os sentimentos à bandeira brasileira. Estes provavelmente foram símbolos utilizados nas escolas, para formação dos novos cidadãos.

As formas de interiorização de símbolos, de ordens e imposições, se deram na escola e na vida social dos descendentes de alemães. Graças à resistência natural, providas das colônias, à nacionalização, vistas pelo aparelho estadual como influência da propaganda nazista taxadas como rebeldia das comunidades descendentes de alemães, o Governo tratou de manter um esquema de segurança estadual, do qual o DOPS - Delegacia de Ordem Política e Social – fazia parte. Criou-se também um batalhão do exército na cidade de Blumenau, cidade de grande influência alemã. “O clima político em todos os níveis, inclusive internacional, proporcionava a Nereu Ramos um campo aberto para atacar, impiedosamente, seus adversários políticos no âmbito estadual” (AURAS, 1991, p. 154).

No campo econômico, uma grande preocupação atordoava o Interventor Nereu Ramos, a crescente importância das áreas de colonização na formação econômica do estado de Santa Catarina. “Os adversários mexiam fundo na tradicional estrutura de dominação, assentada no latifúndio e no coronelismo, ou seja, na primazia da vida rural” (AURAS, 1991, p. 159). Os descendentes de imigrantes alemães e italianos desenvolviam as cidades, enquanto os latifundiários pregavam pela terra. As áreas de colonização caminhavam na superação do estilo de vida baseado no meio rural. O nacionalismo nereusista tornou-se um modo de fazer política na tentativa de manter um *status quo* agrário, procurando eliminar os seus adversários que se constituíam historicamente progressivos. Através do nacionalismo cultural buscava-se elevar o status nacionalista da oligarquia latifundiária (Ramos) e deslegitimar o grupo urbano/industrial por representarem, principalmente, a cultura germânica. Tentou-se, de certa forma, mascarar o atraso econômico do grupo agrário/nacionalista com sua legitimidade

cultural. Mas no contexto econômico do planejamento de Vargas, Nereu e sua oligarquia rural foram marginalizados do projeto econômico nacional. “O nacionalismo obscurantista de Nereu Ramos estava na contramão da história” (AURAS, 1991, p. 161).

No primeiro Governo Vargas, a economia brasileira deu uma guinada em direção ao processo de industrialização, por meio do planejamento (ainda limitado) e da intervenção estatal direta na economia, inclusive com a criação de diversos órgãos governamentais incumbidos da racionalização de setores chaves, como DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral – e outros (DRAIBE, 1985). Isto é, criação de departamentos administrativos para cuidar e controlar os diversos setores da economia nacional. E mesmo que ainda restringida a industrialização nacional, dentro da lógica da “substituição de importações”, significou a criação de condições internas (desenvolvimento para dentro) para a dinamização da acumulação capitalista (CARDOSO DE MELLO, 1988; TAVARES, 1981). Por grande parte do território, sobretudo a “região concentrada” (estados do sul e sudeste), o país entrou numa fase de urbanização acelerada e tomou forma uma nova divisão territorial do trabalho (SANTOS e SILVEIRA, 2001). A integração dos mercados e o comando do processo de industrialização por São Paulo são características marcantes daquela fase e da fase posterior (da industrialização pesada), notadamente, destacando-se as indústrias e regiões que estabeleciam ligações mais fortes com aquela região central, como acontecia com as regiões mais ao norte de Santa Catarina, providas desde o período imediatamente anterior de ferrovias e portos que as ligavam aos mercados do sudeste do Brasil (GOULARTI FILHO, 2002).

Como resposta ao desequilíbrio externo, as substituições de importação contribuíram, no primeiro momento, para a expansão dos setores produtores de bens de consumo, incluído aí a indústria têxtil. Valendo-se da enorme capacidade ociosa das economias já industriais, notadamente devido à crise capitalista de 1929, da expansão do mercado interno e do protecionismo do Governo Vargas, o Brasil passou a importar maquinários e insumos, ao invés de bens de consumo terminados, e empregá-los na produção interna de mercadorias. Nesse contexto, o Vale do Itajaí foi uma das regiões beneficiada industrialmente, com a expansão e criação de estabelecimentos.

O modo agrário que alçou a família Ramos ao poder perdeu gradativamente o significado para a política do planejamento econômico dos anos 1930 e 1940. Getúlio tendeu a dar substância à economia catarinense no aproveitamento das indústrias do norte do estado e substituir as importações feitas pela nação. Pretendia Vargas “colocar sob o controle do Estado o núcleo industrial significativo construído pelos alemães” (CAMPOS, 1998, p. 126).

As industriais de origem alemã passaram a atender à demanda do Estado Novo, e Nereu Ramos viu os alemães prosperarem economicamente em solo catarinense. Mas como Nereu percebeu que competir economicamente não traria para seus aliados uma vitória, procurou substituir membros da diretoria dessas empresas e proibir que funcionários se comunicassem em alemão (AURAS, 1991, p. 166).

De qualquer maneira, procurou-se atingir as áreas de imigração, seja por influência cultural, ou por influência política. Só com o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha, Nereu teve o apoio de Vargas na perseguição ao chamado “perigo alemão”. Entretanto, anos mais tarde, o fim da Segunda Guerra levaria o fim do Estado Novo, talvez o apoio dado por Getúlio à Nereu estaria fora de contexto histórico, pois o fim das relações Brasil-Alemanha gerou uma contradição da política Vargas, economicamente ligada aos Estados Unidos e ideologicamente ligada ao nacional-socialismo alemão. Presume-se que tal contradição tenha levado ao fim do regime ditatorial do Estado Novo. De qualquer forma, o poder configurado no estado de Santa Catarina foi um grande influente nas relações sociais, econômicas e políticas do Brasil.

### **5.3.1 O nacionalismo como um instrumento político de controle social: Nereu Ramos reprime os adversários**

Em todas as sociedades, sem exceções, o poder se configura dentre todas as relações econômicas, políticas e sociais, entretanto as formas em que este fenômeno se apresenta distinguem-se de um lugar para o outro. As características individuais de cada sociedade, suas peculiaridades, são manipuladas de acordo com o momento vivido. O sistema político ou econômico, de acordo com os interesses das elites predominantes, usufruem de meios para alteração da realidade. A produção de imagens, a manipulação de símbolos e os discursos produzidos se efetuam de modos variados.

Nas democracias, as potencialidades dramáticas são mais débeis. Nos regimes autoritários que se fundamentam na política de massas, a teatralização tem papel mais importante: o mito da unidade e a imagem do líder atrelado as massas tornam o cenário teatral especialmente adequado para o convencimento. O imaginário da unidade mascara as divisões e os conflitos existentes na sociedade (CAPELATO, 2009, p. 67).

Notadamente, segundo Capelato, os regimes democrático e autoritário se configuram diferentes. Eles apresentam características individuais, estabelecendo um rótulo

social. Sabemos que no Brasil as duas formas de governança, democrática e autoritária, existiram, e de acordo com o período do Estado Novo, o qual estamos discutindo neste momento, o regime ditatorial prevaleceu. Se olharmos para Santa Catarina, especificamente para os discursos de Nereu Ramos, veremos algo muito parecido com a descrição de Capelato sobre o estado autoritário. Em passagem por Blumenau, Nereu proferiu discurso, com intenções de convencimento da massa, de acordo com a encenação política descrita por Capelato. Acompanhemos,

Blumenau mais uma vez me acolhe entre festas. Surdos às intrigas e às intrujices dos que na planície não sabem manter a verticalidade dos homens de honra, vêm os mais representativos elementos desta comuna cercando o Governo de aplausos e solidariedade, porque lhes compreendem a elevação dos propósitos, lhes verificam a probidade da ação administrativa e lhes acompanham o esforço construtor no sentido do engrandecimento da terra catarinense. Nesta hora da vida nacional, as homenagens com que Blumenau me recebe, valem pela consagração inequívoca da obra nacionalizadora do Estado Novo (RAMOS, 1939, p. 77-78).

Nota-se, primeiramente, que o discurso nos remete à figura do bom Governador e o ótimo trabalho administrativo reconhecido pela população. Neste caso, olhando para as descrições feitas por Capelato, quando se refere às características do autoritarismo, identificamos “a imagem do líder atrelado às massas”. O momento do discurso em que Nereu torna-se o líder vinculado à população é o trecho em que diz: “vêm os mais representativos elementos desta comuna cercando o Governo de aplausos e solidariedade”, colocando-se no centro do acontecimento, onde todos aplaudem a sua presença e o seu Governo. Entretanto, se não conhecêssemos o histórico de intrigas e desavenças entre Nereu e os blumenauenses, acreditaríamos no discurso bem proferido. No mesmo discurso, também podemos identificar outros fatores como: o “mito da unidade”, quando Nereu conclui que as massas “compreendem a elevação dos propósitos, (...) verificam a probidade da ação administrativa e (...) acompanham o esforço construtor no sentido do engrandecimento da terra catarinense”. Estas palavras, certamente, tiveram o objetivo de mostrar o interesse em comum do povo e do Governo no engrandecimento do estado. Nesta perspectiva, Nereu e sua administração, reconhecido pela população, expressa os mais altos sentimentos de satisfação em consagrar inequivocamente a “obra nacionalizadora do Estado Novo”.

Outros dois aspectos identificados no discurso referem-se ao ambiente festivo e a alfinetada nos adversários políticos. A festa, segundo Bernadete Ramos Flores (1997), é essencial para a construção de mitos. Ela encanta, ela diverte, ela expõe as simbologias dos “atores” em cenário, introjectando nos indivíduos a semente, nesta perspectiva, do

nacionalismo. A semente plantada, carregada de valores ideológicos, cresce sob o olhar do estado e floresce no pensamento social, construindo desta forma, o ideal governamental. O nacionalismo.

As festas oficiais, para Claudia Shemes (1995), tinham como objetivo central criar imagens da sociedade unida, harmônica, alegre e feliz, ocultando as práticas repressivas exercidas para manter o controle social (apud CAPELATO, 2009, p. 67). No discurso do Interventor Federal, citado acima, destaca-se a festa, da qual ele foi recebido em Blumenau, como o ponto de harmonia e alegria daquele momento, onde o povo se encontrava com o seu chefe supremo. Os indícios mostram que o Governo buscou atrair as massas para o seu lado, marginalizando aqueles que se colocavam como seus adversários políticos. Fazia parte desse jogo de convencimento uma ampla simbologia oficial que em contato com o cotidiano social ocupavam e construíam, de certa maneira, o imaginário da população. Era significativa “a habilidade de a comunicação de massa transformar o que, de fato, eram símbolos nacionais em parte da vida de qualquer indivíduo” (HOBSBAWM, 1990, p. 170). O Estado Novo de Nereu Ramos tinha exatamente essa concepção:

a nacionalização do ensino é obra para vários lustros, e seus efeitos reais só se farão sentir, [a partir] de organizações e atividades peri-escolares, para a articulação da escola ao meio social, bem como realizar uma propaganda que interesse os habitantes das zonas rurais, pelas coisas nacionais, e o convença das vantagens práticas da sua aproximação espiritual e social da cultura brasileira (D'AQUINO, 1942, p. 56-58).

Nos parece que na visão dos administradores do estado, havia a necessidade de a população inculcar o ideal do Estado Novo, passando a acreditar na melhoria promovida pelo Governo, na questão social e educacional, de integração de todo o estado. Desta forma, passariam também a acreditar na harmonização da sociedade e esquecer os conflitos políticos entre partidos, que por longos anos se estranharam ideologicamente.

Os adversários políticos do Estado Novo foram jogados na marginalidade do poder. Quando republicanos foram excluídos de cargos públicos e julgados pelas Comissões de Sindicância, criadas por Assis Brasil no início da década de 1930, construíram-se bases sólidas para que os liberais começassem a sobressair-se frente a seus oponentes, principalmente no período do Estado Novo. Certamente, enquanto foram construídas estruturas de poder e de administração, durante as primeiras interventorias de Santa Catarina, e posteriormente ampliadas durante o Estado Novo, com a implementação de diversos departamentos setoriais, culturais, trabalhistas, econômicos entre outros, pensava-se em um

lugar para pôr os adversários bem longe dos cargos de significativa importância, no poder das decisões econômicas ou políticas. Sabemos que além de terem ocorrido exonerações de cargos políticos públicos, também foram exonerados cargos civis particulares, assim como nas empresas têxteis da região do vale do Itajaí. “(...) numerosos industriais e comerciantes perderam seus cargos, por terem os nomes incluídos numa ‘lista negra’, devido à ascendência alemã ou italiana” (HERING apud AURAS, 1991, p. 161). É de se pensar que os inimigos do estado eram todos e quaisquer pessoas que pudessem, de alguma forma, atrapalhar os planos de nacionalização.

Possíveis polêmicas geradas pelo afastamento de políticos dos cargos públicos, afastamento de burgueses de origens alemã ou italiana dos cargos de poder e atritos entre grupos partidários opositores foram, necessariamente, substituídos pelos discursos da reconstrução nacional:

enseja-me oportunidade para do alto desta oficina de trabalho e de atividade realizadora, que é Blumenau, falar ao povo catarinense, nesta hora de reconstrução nacional. E porque ela efetivamente o é de reconstrução, em todo o território pátrio, a nós, sobretudo, que temos problemas de feição diversa dos de outras unidades da Federação (RAMOS, 1938, p. 17).

Nereu Ramos em meio à cidade de Blumenau, reduto eleitoral por longos anos de seus adversários (urbano/industriais), exalta o momento de reconstrução do país e de Santa Catarina, considerando, sobretudo, que no seu estado “o problema se afigurava com caráter mais alarmante” (D’AQUINO, 1942, p. 26). Reconhece o esforço do trabalho do povo blumenauense e a gratidão pela oportunidade de discursar, estabelecendo um vínculo sentimental entre o Governo e o povo. Entretanto, deixou claro a todos que dali em diante quem tomaria conta dos catarinenses seria Nereu Ramos, Getúlio Vargas e o Estado Novo. A importância de conquistar e convencer o povo de Blumenau a colaborar com seu Governo, desfragmentava e conseqüentemente fortalecia o seu poder sobre o reduto eleitoral que marcou seus adversários republicanos até 1930.

O grande objetivo estadual foi levar o povo ao esquecimento do grupo político Konder – de interesses provindos das regiões de colonização – ao esquecimento da cultura germânica, e a instalação do padrão de uma cultura nacional. As medidas eram extremas, ao ponto em que “escolas, distritos, municípios, tiveram que mudar de nome, uma vez que era considerado ‘atentado à unidade nacional’ designá-los através de palavras estrangeiras” (AURAS, 1991, p. 157). A obra de nacionalização acontecida no Estado Novo, reprimiu

muitas coisas que aludiam à germanidade, à italianidade ou a outras culturas étnicas que não a portuguesa. Buscou-se redefinir todas essas coisas “estrangeiras” e transformá-las em brasileiras. D'Aquino, Secretário de Estado do Interior, Justiça, Educação e Saúde do Governo Nereu Ramos dizia: “É proibida dar o nome de pessoas estrangeiras, ou usar de denominações que não sejam em língua nacional, em sedes, ou núcleos, de população, que se criarem, quer por iniciativa pública, quer particular” (1942, p. 63). Estava extremamente proibido qualquer forma de manifestações culturais diferentes da luso-brasileira.

Somada ao nacionalismo de Nereu Ramos, onde se estabeleceram sérias desconfianças sobre os descendentes de alemães e italianos, a Segunda Guerra Mundial foi o grande agente no afastamento do grupo étnico teuto-brasileiro de sua ambiência no Brasil. Neste período, os olhares para descendentes de alemães em Santa Catarina passaram a ser de atenção. Jamundá, escritor da biografia de Nereu Ramos, reproduzindo o discurso oficial, dizia: “Toda celeuma contra a campanha de Nacionalização era tramada com interesse, conscientemente ou inconscientemente, de quem apoiava a política do III Reich” (JAMUNDÁ, 1968, p. 51). A visão governamental tentou mostrar que as movimentações e os debates em resistência à nacionalização faziam parte da ideologia hitlerista. Acreditava-se que Hitler tivera interesse nas colônias do sul do Brasil, portanto se dizia que:

Em 1935, foi iniciada, nos Estados do sul, por agentes do Reich, especialmente despachados para esse fim, a propaganda nazista, com o objetivo de ‘realizar o pan-germanismo total — ‘racial, étnico, cultural, social e também político’— de todas as populações de descendência germânica (D’AQUINO, 1942, p. 41).

“A propaganda política surtia efeito quando procurava transmitir a sensação de proteção que o Governo oferecia” (CAPELATO, 2009, p. 71). Na medida em que o Governo se colocava contra a propaganda do III Reich no Brasil, estava ele protegendo os brasileiros do nazismo.

Acreditava-se que o nazismo era uma força muito influente diante dos descendentes de alemães das colônias de Santa Catarina. Acreditava-se que as estruturas das colônias alemãs eram menos receptivas aos ideais nacionalistas. Neste sentido, D'Aquino elencou seis pontos que dificultavam a penetração do nacionalismo na áreas de colonização alemã:

a) resistência orgânico-social das suas populações a qualquer influência (...); b) Propaganda metódica, organizada e intensiva de elementos interessados em manter esse ambiente; c) auxílio pecuário e assistência do Governo e de organizações

alemães (...); d) práticas e cultos religiosos em língua alemã; e) difusão de jornais, revistas, livros e calendários, em língua alemã (...); f) ausência ou ineficiência das leis de nacionalização quer federais quer estaduais (D'AQUINO, 1942, p. 31-32).

Em contrapartida, o mesmo autor, aliado às bases do Governo nereusista, considerava, do ponto de vista do estado, que era mais fácil nacionalizar as áreas de descendência italiana.

Os descendentes de italianos, aliás, [são] facilmente assimiláveis ao meio nacional, pela sua identidade latina e pela sua formação moral religiosa. Não significa isso, que não existe o problema da nacionalização do ensino nesses núcleos, porém, mais ao descaso dos poderes públicos, que a uma resistência deliberada da parte deles (D'AQUINO, 1942, p. 30-31).

Configurava-se, naquele contexto, o grupo de etnia alemã muito mais resistente à nacionalização do que o de origem italiana. Ao que nos parece, a partir da argumentação de D'Aquino, as colônias de etnia alemã eram muito mais compactas culturalmente, socialmente e ideologicamente do que as italianas, e por isso se tornou mais difícil impor a nacionalização a esses indivíduos. Além disso, o fator da assimilação da língua beneficiou a adaptação dos italianos ao português, fato que decorre de serem duas línguas latinas. Em outra perspectiva, podemos identificar, no discurso governamental, uma espécie de jogo de interesses, do qual estavam relacionados os grupos políticos econômicos agrário/nacionalistas e urbano/germanistas. Justificando que as zonas alemãs eram mais difíceis de nacionalizar, o Governo podia intensificar a repressão sobre essas áreas. Assim, o grupo latifundiário, desprestigiado economicamente, atacaria diretamente os adversários industriais do vale do Itajaí e norte do estado, que ascendiam economicamente, como vimos anteriormente. Este confronto, que já vinha acontecendo há muitos anos, entre os grupos agrário/nacionalistas e urbano/industriais provindos, exatamente, nas áreas de colonização alemã, foi intensificado no Estado Novo.

Neste contexto, estando o aparelho do estado autoritário nas mãos dos nacionalistas latifundiários, intensificaram-se as medidas repressivas sobre as zonas de origens dos adversários político-econômicos. Houve “queima de livros e revistas, fechamento de jornais locais (...), as mais incríveis acusações de espionagem grassavam, em maior ou menor grau, por todas as áreas catarinenses de imigração” (AURAS, 1991, p. 158). Construiu-se um sistema que tentou eliminar as formas e maneiras de aglutinação, de comunicação, de expressão e de socialização, de interesses, ideologias e reivindicações dos republicanos, comunistas e integralistas, considerados adversários do Estado Novo. O grupo

urbano/industrial e todos os citados, passaram a serem acusados de vilões na teatralização da política de Nereu Ramos.

Enquanto durante a Primeira República, republicanos podiam desfrutar de uma compacta zona eleitoral, geograficamente localizada nas áreas de colonização alemã, na década de 1930 estas áreas foram desmanteladas pelo nacionalismo. A Primeira República forneceu campo suficiente para que os republicanos, representantes do germanismo, prosperassem politicamente. Segundo D'Aquino,

em Santa Catarina, por exemplo, a massa eleitoral mais compacta e que representava mais de um quarto dos sufrágios, no estado, era a dos municípios do vale do rio Itajaí. Dela, a maioria não falava português. E, os que sabiam falar não o praticavam. (...) jamais se confirmaria que estes se compadescessem da iniciativa de leis, que lhes feririam a fundo as convicções raciais, de que estava imbuída, pela propaganda metódica e tenaz dos agentes a soldo de Berlin (1942, p. 23)

A configuração deste discurso faz parte da ideologia governista do Estado Novo, e nos fornece o entendimento do por que os liberais deslançarem medidas repressivas sobre essas áreas de descendência germânica. O poder do grupo urbano/industrial antes de 1930, se levarmos em consideração a afirmação de D'Aquino e as análises feitas até este momento, era bastante grande, por representar uma zona étnica compacta e propícia ao crescimento econômico. Desta forma, torna-se lógico que o Governo pós-golpe se interessasse pelo desmanche e pela imposição da cultura brasileira às áreas de imigração. “A massa eleitoral mais compacta”, e que não aceitaria políticas contra seus interesses, eram certamente os eleitores de Lauro Muller, da família Konder e até de Hercílio Luiz, que se identificava com tal região.

O centralismo repressor do Governo Nereu atacou firmemente tal região, desmontando o reduto eleitoral dos adversários e nacionalizando as novas gerações, para que transformasse aquilo que era dos oponentes, em seu “rebanho” eleitoral. Mostrando que aqueles descendentes de alemães estavam imbuídos “pela propaganda metódica e tenaz dos agentes a soldo de Berlin”, o estado catarinense acabou justificando suas intervenções no meio social, e tornando-os todos brasileiros de origem.

Contudo, os aliancistas e liberais não imaginaram que enfraquecendo os republicanos históricos gerariam a criação de uma nova força. Enquanto durante a maior parte da década de 1930, aliancistas e liberais se preocuparam em excluir os republicanos do poder e enfraquecer culturalmente as zonas étnicas que representavam, os integralistas organizaram-se como uma força política com objetivos de disputar o poder. Os ataques do Estado

autoritário nacionalista, pré Estado Novo, sobre as áreas de imigração tiveram resultados significativos no desmantelamento das forças políticas republicanas durante muitos anos da década de 1930 e 1940. Entretanto, esta situação forneceu condições para que os integralistas, representados pela Ação Integralista Brasileira, tomassem os eleitores do grupo urbano/industrial:

o alijamento do comando da política no estado dos grupos vinculados ao Partido Republicano Catarinense, representado pelos Konder, que perderam os principais cargos no Governo, as prefeituras e cargos municipais; as práticas autoritárias dos Interventores, o ataque contra as regiões de imigração, contribuíram significativamente para o fortalecimento e a ampliação desse potencial oposicionista constituído principalmente por imigrantes alemães e italianos e seus descendentes que não viam mais nas tradicionais elites políticas uma possibilidade de representação, e desta forma tomaram o integralismo como o canal de sua expressão (ZANELATTO, 2007, p. 72).

Nota-se que os nacionalistas preocupados em destruir as forças republicanas, a que mais os ameaçava, propiciaram, involuntariamente, a ascensão política dos integralistas, exatamente nas regiões de imigração, antes reduto eleitoral republicano. A partir de um campo eleitoral em formação e um estratégia política, os integralistas aproveitaram a oportunidade e trataram de cumprir o seu papel, conquistar as áreas de imigração, que estavam naquele momento sem opção de representatividade, e disputar as eleições de 1936, como uma grande força ascendente. Os políticos republicanos, sem representatividade no poder e atacados pelos governistas tornaram-se desprestigiados e perderam a confiança do seu rebanho eleitoral. Os liberais nacionalistas, intervindo fortemente no meio social daquela região, com o projeto de nacionalização, também não agradavam aqueles descendentes. Enquanto isso, os integralistas, como força alternativa, se mostravam mais adequados a satisfazer os desejos dos eleitores do Vale do Itajaí e norte do estado. A Ação Integralista Brasileira adquiriu na classe média da população seus adeptos. Aqueles que buscavam ascender economicamente e politicamente encontravam nessa agremiação política uma identificação. Dizia-se democrática, antioligárquica e contestadora do sistema partidário republicano. Apresentava-se como uma corrente partidária nova, contrária as forças tradicionais que dominaram a história da política catarinense (ZANELATTO, 2007, p. 72-77). Prezando pelo desmonte de uma política tradicional, agradavam os industriais progressistas e os descontentes com as velhas elites. Assim, a Ação Integralista Brasileira teve grande aceitação nas regiões de imigração do estado.

Nas eleições de 1936, os resultados foram os seguintes: Os integralistas tiveram

uma grande massa de votos elegendo os prefeitos de Blumenau, Joinville, Rio do Sul, São Bento, Jaraguá do Sul, Itajaí, além de outros. Tais resultados, mostraram que os integralistas se tornaram uma grande força política no estado, conseqüentemente desagradando o palácio governamental. Em discurso, Nereu Ramos repudiava as eleições de 1936 e a vitória dos integralistas:

Quero explicar-lhes melhor a vitória do integralismo, ou melhor, do hitlerismo... eu disse hitlerismo, porque ali o fenômeno do integralismo não se apresenta com as mesmas características que nos demais estados da federação. Em todos os municípios em que o integralismo venceu, predomina o elemento alemão. A bandeira não é Plínio Salgado, mas sim Hitler. Quando se pergunta a um colono é integralista? Ele responde sou hitlerista! É a mítica do militarismo alemão (...). Creio que esta na hora de se iniciar uma enérgica obra nacionalizadora nos municípios em que a colonização alemã não quer adaptar-se a vida brasileira (...) (AURAS, 1991, p. 128).

Comparando os Integralistas ao movimento nazista, Nereu Ramos apontava novamente para a obra nacionalizadora. Afirmando que os integralistas eram hitleristas, o Governador do estado acreditava que as regiões de descendência alemã ainda cultuavam os ideais estrangeiros e não nacionais, legitimando as ações nacionalizadoras que instituiu na região. Nereu, a partir dos resultados das eleições de 1936, viu nos integralistas uma ameaça ao seu poder hegemônico. E, instituindo novas medidas autoritárias sobre áreas de colonização alemã ele estaria acabando com essa ameaça, assim como havia sido feito, anos antes, com republicanos. Ligando o integralismo ao hitlerismo, como ele se referia, estava dando justificativa à sua ação nacionalizadora que tinha como objetivo acabar com os “quistos étnicos” de Santa Catarina (AURAS, 1991, p. 129). Apesar das repressões instituídas pelos Ramos, os integralistas mantiveram-se politicamente vivos até a instalação do Estado Novo, quando perderam seu campo de atuação, e também foram jogados às margens da política catarinense. O fato dos adversários políticos de Nereu debaterem-se contra seu poder não foram suficientes para tirá-lo do Governo do Estado Novo. Somente o fim da Segunda Guerra Mundial levou abaixo o Estado Novo, o Governo Getúlio e a interventoria de Nereu Ramos. A tão almejada obra nacionalizadora, iniciada em 1911, se completou em 1945, entretanto, criou-se um imaginário de que ela conseguiu imbuir no povo catarinense o sentimento de pátria, de nação e o inculcamento dos símbolos nacionais. Se realmente boa parte do patriotismo brasileiro foi adquirido naquele período, muito ainda podemos discutir em relação ao padrão cultural, que adquiriu ao longo do tempo um prazo de validade. Anos mais tarde, nova conjuntura econômica foi construída, novos meios de comunicação foram

popularizados, novos interesses de grupos surgiram, e novos padrões culturais foram inventados, principalmente depois da década de 1990, quando o estado passou a exaltar as diferentes culturas presentes em suas fronteiras, visando a construção de um calendário turístico para Santa Catarina (FLORES, 1997).

Terminado o Estado Novo, pela deposição de Vargas do Governo, os Interventores dos Estados se organizaram para fundar um partido que desse apoio ao Governo a que pertenciam, assim, da união dos estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, entre outros, surgiu o Partido Social Democrático, com liderança de Nereu Ramos, em terras catarinenses. Esta agremiação partidária sustentou a candidatura e eleição de 7 representantes para a constituinte de 1946, e, também, a eleição do Presidente General Eurico Gaspar Dutra. Os adversários republicanos catarinenses, se reerguendo das ruínas de sua política, liderados pela família Konder e por Aristiliano Ramos, fundam a União Democrática Nacional, que elegeu apenas 2 representantes a Constituinte (CORRÊA, 1988, p. 28-29).

Tornou-se evidente o poder de Nereu Ramos, também, fora da política do Estado Novo. Ainda em 1945, elegeu-se Deputado e Senador da República, em 1946 foi eleito presidente da Assembleia Nacional constituinte e um dos principais colaboradores. Também em 1946, quando promulgada a constituição, foi eleito Vice-Presidente da República e presidente do senado. Em 1949 assumiu a presidência interinamente, com a ausência de Gaspar Dutra. No segundo Governo Vargas (1950-1954), Nereu elegeu-se à Câmara dos Deputados (1951), em 1954 foi eleito Senador e, no ano seguinte, tomou posse da Presidência da República, passando a faixa presidencial para Kubitschek, em 1956. No Governo de Juscelino Kubitschek, Nereu foi Ministro da Justiça, e em seguida, Ministro da Educação, posteriormente voltou para o Senado, onde ficou até seu falecimento (CORREA, 1988, p. 68-73). Após o fim do Estado Novo, manteve-se em cargos de devida importância no cenário federal, e deixou o “espaço” político estadual para os sucessores de sua oligarquia. Uma disputa pelo poder que continuou protagonizada, grosso modo, por muito tempo, pelas oligarquias Ramos e Konder-Bornhausen (GOULARTI FILHO, 2002, p. 186-195). Deixando claro que a história das elites catarinenses na guerra pelo poder do estado fez/faz parte de uma teatralização que pautou a disputa pelo “trono” do palácio governamental.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do poder no estado de Santa Catarina é regada por muitos interesses provindos das suas elites. Tivemos como pretensão construir uma contribuição que objetivou entender e esclarecer um pouco do emaranhado político catarinense, em três momentos: Primeira República, quando as disputas político-culturais foram mais intensas; início da década de 1930, quando se implantou um Governo Interventor e autoritário, esquecido pela historiografia catarinense; e o Estado Novo, no qual houve a exaltação de uma política nacionalista de cunho agressiva, utilizada por uma elite oligárquica na intenção de manter-se no poder. Buscamos acima de tudo, traçar como fio-condutor, de ligação entre os três períodos, o nacionalismo, mostrando que os três momentos estiveram intimamente ligados, sob este aspecto.

A compreensão das muitas rupturas partidárias no primeiro capítulo serviu para olharmos para aquela política da República, e entendermos que os interesses eram tanto partidários quanto pessoais. Vimos que cada político estava intimamente ligado, ao mesmo tempo, a seus interesses pessoais e aos interesses do grupo que lhe deu condições de ascensão política. A partir do momento em que estes interesses começaram a ser exercidos, pelas práticas e ações dos indivíduos, as discórdias ou alianças começaram a surgir. Apesar de haver princípios determinados pelas instituições partidárias, alguns indivíduos transcenderam a eles, e tomaram suas convicções e sentimentos como forma de manifestação política. Apesar deste fato configurar uma minoria dos casos, do qual a maioria se constituiu na obediência partidária e obediência ao grupo de interesse, existiram casos de bastante repercussão, como o de Nereu Ramos, em 1932. Convicto de uma posição diferente da pregada pelo seu partido, manifestando-se contra o Governo Getúlio, Nereu teve de se afastar do Partido Liberal, que oficialmente estava em acordo com as ordens federais. Foi obrigado a deixar a agremiação partidária que fundou em 1927. Por se posicionar na oposição, abandonou os princípios partidários, em favor dos rebeldes constitucionistas. Isso significa que os interesses individuais tornaram-se maiores do que os coletivos.

Houve aqueles políticos que souberam, no momento certo, apoiar o lado mais forte, mantendo-se sempre presentes no poder, ativos e dispostos a ajudar os detentores da governança. Durante a política republicana, o voto popular e o processo eleitoral eram coadjuvantes na escolha dos Governadores e dos Prefeitos, pois os eleitos eram os indicados pelo presidente do partido. Nos anos de 1930, a política mudou, a instalação de uma

administração autoritária reviu os critérios eleitorais, entretanto, os governantes continuaram sendo indicados pelo partido dominante. As elites catarinenses estiveram sempre presentes nos melhores cargos administrativos e políticos, ditando os rumos a serem seguidos pelo resto da sociedade civil. Acompanhamos um longo processo de contradição entre estas elites estaduais, todavia isso não significou descartar a possibilidade de elas estarem, em alguns momentos, do mesmo lado.

Antes de tudo, pretendeu-se manter uma estrutura oligárquica que, independente do grupo dominante, agradasse a toda a elite estadual. Para Auras, “facções articuladas historicamente constituidoras da burguesia nacional, o bloco agrário e o bloco urbano-industrial, sempre [estiveram] juntos quando se tratava de defender seus interesses patrimoniais frente aos subversivos interesses sociais dos subalternos” (1991, p. 159-160). A história de Santa Catarina comprovou que ambos os blocos políticos fizeram parte do mesmo interesse, um interesse fundamental: manter as formas oligárquicas de política e o sistema econômico capitalista. Ao fim do Estado Novo, em terras catarinenses, foram fundados os partidos PSD, pelos Ramos, e UDN, pelos Konder, unificados em 1965, quando se formou o bloco político ARENA.

Enquanto não existiram ameaças de um proletariado organizado, as disputas entre as elites tornaram-se o atrativo político. Como vimos, a maior parte das contradições apresentadas foram caracterizadas dentro do Partido Republicano Catarinense. Esta agremiação partidária foi constituída, em princípio, pela união de diferentes segmentos econômicos com um interesse em comum, sugar o máximo de benefícios do aparelho do estado. O Partido Republicano Catarinense agrupava uma série de “corruptos”, que visavam a estabelecer seus interesses no poder. Quando um dos políticos republicanos assumia o Governo, aqueles que tinham seus interesses representados, o apoiavam, quando o contrario acontecia, as oposições se formavam.

Os políticos mais destacados foram Lauro Müller, Hercílio Luz, Vidal Ramos, Nereu Ramos, Adolpho Konder, Henrique Rupp Júnior, entre outros. Lauro Müller caracterizou sua política por atuar no plano federal, devido sua influência tornou-se meio de angariar votos no plano estadual, direcionava sua atenção para o estado quando seu partido precisava de um forte candidato para eleger o Governador. Assim, voltava-se para o plano estadual, ganhava as eleições, e logo renunciava para voltar aos cargos federais, deixando seu Vice-Governador assumir o poder. Hercílio Luz foi um político de convicções fortes, e que representava a urbanização, o progresso e o crescimento industrial, fato que levou à oposição

de Vidal Ramos, aquele coronel lageano latifundiário que prezava o valor da terra nacional. O grande objetivo destes homens foi garantir-se no poder estadual, deixando-o, como herança, para seus seguidores.

A oligarquia Ramos foi estruturada sobre bases rurais, Vidal, o patriarca, influenciou seus filhos, sobrinhos e netos, a seguirem a carreira política. Esta oligarquia sofreu em alguns momentos com os interesses individuais de seus integrantes, entretanto não se desmantelou, continuou atuante por longa data, até mesmo depois da década de 1960. As influências dessa oligarquia, somada à influência da oligarquia Konder, seguidores de Hercílio Luz, ainda estão presentes na política da atualidade catarinense. Os Konder também foram uma oligarquia bem estruturada, todavia não formaram suas bases em um passado tão longínquo, constituíram-se como oligarquia política décadas depois dos Ramos. Enquanto os Ramos participaram da política estadual desde o início da República, os Konder despontaram, nas disputas, na segunda metade dos anos 1920.

Visivelmente, dentro do Partido Republicano Catarinense, a oligarquia Ramos só teve representatividade com Vidal, pois este compartilhava alguns ideais de Müller (GOULARTI FILHO, 2002). Quando Nereu iria despontar como grande político, neste partido, o poder de Hercílio Luz o vetou, pois Hercílio já havia escolhido o seu sucessor. A partir deste fato, aconteceu a maior ruptura republicana, quando os Ramos se desligaram dos republicanos, e passaram a constituir a oposição, fundada, principalmente, com o Partido Liberal Catarinense. Foi neste sentido que se formaram as duas principais forças políticas do estado.

As eleições de 1930 foram importantes para o Partido Liberal e sua oligarquia latifundiária, pois Nereu Ramos mostrou toda sua capacidade política. Nereu representava a oposição, e o aparelho eleitoral do momento estava inclinado para a vitória dos republicanos, partido da situação. Assim, mesmo estando diante de um aparelho eleitoral fraudulento, elaborado pelos republicanos, Nereu venceu as eleições para Deputado Estadual. Entretanto, no contexto nacional, Vargas foi derrotado nas urnas, o que acarretou a criação dos planos de golpe. Apesar de os Ramos já mostrarem um pouco de sua força, acreditaram que, aliados aos aliancistas, se tornariam mais poderosos, podendo tomar o Governo do estado catarinense, situação que demorou a se tornar realidade, mesmo com a vitória da revolução.

A tumultuosa revolução de 1930 abriu espaço para os militares assumirem o poder, militares do Rio Grande do Sul, que tiveram um objetivo básico: destruir a sociedade republicana, e construir novas bases sociais.

Em todas as esferas, discutidas até este momento, vimos que as bases de sustentação das duas primeiras interventorias catarinenses visaram à reconfiguração da estrutura social estatal, significando uma grande alteração na política administrativa do estado. Com a exclusão dos republicanos do poder, através das Comissões de Sindicâncias e Junta de Sanções, abriu-se amplo e livre caminho para aliancistas e aliados se estabelecerem como principal força política.

Se a face da administração do estado de Santa Catarina, em 1930, foi ditada por uma política autoritária e por um sistema repressor, foi também alvo de intensas mudanças acontecidas de cima para baixo. Para alguns grupos, a política autoritária foi satisfatória, para outros, foi injuriosa, todavia, foi, acima de tudo, parte de uma equipe administrativa estadual, que em conformidade com ordens federais, pensou e instaurou a sua administração política. Vimos em muitos momentos o poder supremo do Interventor, vimos que tudo dependia da sua ordem, que era ele quem ditava as regras através da elaboração dos decretos-leis. Entretanto, vimos em outros momentos, a descentralização da administração, quando, por exemplo, ocorreu a instalação de circunscrições escolares. Com toda a certeza, o Interventor esteve à frente das mais diversas ordens estaduais, mas ele dependeu de uma ampla equipe administrativa e técnica, que legitimou o seu poder.

Compondo o corpo governamental, temos como principal figura o Interventor Federal, mas também outros integrantes, como o Secretário dos Negócios do Interior e Justiça, o Secretário da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura, o Desembargador do estado, que assumiu papel de conselheiro do Interventor, o Chefe da Força Pública, os Inspetores escolares, os juízes, e muitos outros indivíduos. Estes homens ocuparam cargos de extrema confiança do Interventor, e, por isso, foram todos nomeados por ele, e suas funções foram importantes para a manutenção do Governo. Esta equipe pensou, analisou, criou, cumpriu e ordenou decretos, que reconfiguraram grande parte da administração estadual catarinense.

Muitas vezes, o trabalho de administração foi desempenhado em equipe. Enquanto alguns tinham como função a elaboração das redações dos decretos, outros os sancionavam, outros os publicavam, outros os aplicavam, outros vigiavam e outros investigavam se tudo corria dentro dos conformes. O que queremos dizer é que, se a decisão era tomada exclusivamente pelo Interventor, ela não dependia somente dele para se tornar realidade. Os decretos dos anos de 1931, 1932 e 1933 deixaram claro que o Interventor dependia de seus secretários para manter uma regularidade na aprovação dos decretos-leis.

Através desse conjunto de fontes, podemos afirmar que, no momento em que o Interventor Federal se ausentava do território do estado de Santa Catarina, um dos seus secretários assumia interinamente a sua função. Tanto poderia assumir o Secretário dos Negócios do Interior e Justiça, como o Secretario da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura. Além disso, os dois secretários se intercalavam em suas secretarias, quando, por exemplo, Manoel Pedro da Silveira ausentou-se de suas funções, o Secretário Cândido de Oliveira Ramos assumiu e sancionou decretos na secretaria de seu colega de estado (DECRETOS, 1931 e 1932).

Funcionando, aparentemente, bem, esse sistema perdurou por toda a interventoria sul-rio-grandense à frente do estado de Santa Catarina. Ora o Senhor Manoel Pedro da Silveira assumiu interinamente a interventoria, ora Cândido Ramos assumiu. Outros nomes que também apareceram como interinos ou secretários das secretarias da “Fazenda” e da “Justiça”, foram, o Coronel Luiz Carlos de Moraes<sup>83</sup>, Alincourt Fonseca, Arão Rabelo, José Rodrigues Fernandes, Antonio Bottini e Octávio de Oliveira (DECRETOS, 1931, 1932, 1933). Não pareceu existir uma regra a ser seguida na sucessão do Interventor que se ausentava, não existiu um substituto imediato. Isso pode ter dependido do momento ou da escolha do Interventor. Contudo, podemos destacar um grande fato relevante destes acontecimentos, o de que os dois secretários de Ptolomeu de Assis Brasil pertenciam ao Partido Liberal Catarinense, mantendo, regularmente, seus interesses no poder. Desta forma, não podemos negar a participação dos liberais no poder da primeira interventoria sul-rio-grandense, o que não podemos afirmar quando nos referimos a segunda.

Enquanto no ano de 1931, visivelmente, Manoel Pedro da Silveira assumiu como interino em quase todas as viagens do Interventor, no ano de 1932, Cândido Ramos parece ter adquirido um pouco mais da confiança no Governo, superando seu colega, e sendo escolhido, na maior parte das vezes, para assumir o cargo de Interventor, interinamente, a partir da ausência de Ptolomeu. Desta forma, parece que, no passar dos anos, a oligarquia Ramos foi conquistando reconhecimento na primeira interventoria. Esse papel, exercido por Cândido, pode ter beneficiado em muito a sua oligarquia, que assumiu, definitivamente, o poder em 1933, permanecendo até 1945, fim do Estado Novo. O papel desempenhado por ele à frente da Secretaria da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura, parece um tanto quanto

---

<sup>83</sup> **Luís Carlos de Moraes** nasceu em Taquari-RS, em 9 de dezembro de 1876. Cursou a Escola Preparatória e Tática de Rio Pardo, RS. Alferes (1901), Coronel reformado (1944), Interventor Federal, interino, em Santa Catarina, em substituição ao Interventor Federal Ptolomeu de Assis Brasil, de 15/03 a 18/04 de 1931. Não há local e nem data de seu falecimento (PIAZZA, 1985, p. 351).

providencial para os latifundiários lageanos, que mantiveram seus interesses à frente das políticas governamentais.

Acreditamos que durante a interventoria de Assis Brasil, houve muito mais concordâncias do que discordâncias, entre Interventor e liberais. Quanto à interventoria Rui Zobaran, acreditamos que os liberais estavam inquietos com o lugar em que ocupavam, já estavam estruturados, já possuíam bases sólidas, já tinham elaborado seus princípios, já se constituíam como uma força política bastante complexa, e por isso, discordavam da nomeação de Zobaran, feita por Getúlio, à interventoria, em 1932. Sabemos que representantes liberais chegaram a conversar com Getúlio Vargas sobre a nomeação para a segunda interventoria catarinense, sabemos que muitos integrantes do Partido Liberal se recusaram a participar do Governo Zobaran, e sabemos que essa situação permaneceu complicada até o ano de 1933, quando os liberais (Ramos) conseguiram a sonhada cadeira de Interventor.

O fato de haver discordâncias quanto à interventoria de Zobaran, não é isolado. O fim do Governo Assis Brasil já causava tensões políticas no estado. A Revolução constitucionalista e o fato de Assis Brasil ter princípios constitucionais e ações autoritárias gerou uma contradição no Governo, que acabou levando-o à renúncia quando chegou o fim do movimento paulista. Antes mesmo do fim de sua interventoria, os seus dois secretários, Cândido e Manoel, já não integravam mais o Governo. Isso pode significar que eles, por serem integrantes do Partido Liberal Catarinense e provavelmente apoiar o movimento constitucionalista, devido ao fato de que Cândido parece ter sido influenciado por Nereu e Manoel estar ligado a Zobaran – que segundo Corrêa pertencia ao tenentes –, se retiraram do Governo. Cândido não voltou mais as interventorias sul-rio-grandenses, pois pertencia à oligarquia Ramos, que reivindicava o poder. Já Manoel voltou a compor o Governo, nomeado novamente a Secretaria do Interior e Justiça, na interventoria de Rui Zobaran. Anos mais tarde, os dois organizaram o Partido Social Evolucionista, em 1934.

Uma grande preocupação da administração dos Interventores aliancistas, foi diferenciar a política administrativa do pré-1930, e do pós-1930. Vimos nos discursos aliancistas a intenção em denegrir os governos republicanos, mostrando a corrupção daquele sistema. Ousaram dizer que os políticos republicanos eram fraudadores do erário, e, por isso, instituíram uma série de sentenças punitivas a eles, afirmaram que roubavam os cofres do Governo estadual, desviando o dinheiro público. Para tanto, mostraram para a sociedade provas de que a “verdade” estava ao seu lado, e contra os adversários. Ao mesmo tempo em que discursaram contra a corrupção, comprovaram fraudes na educação republicana.

Tornaram público uma fraude da administração republicana de que anualmente se destinava verbas para uma escola fantasma, uma escola agrícola que nunca existiu, subvencionada pelos cofres do Governo. Legitimavam-se bons administradores, questionando, repudiando e anulando as ações errôneas dos governos anteriores (DECRETOS, nº 140, 1931, p. 74).

A ideia de tornar público a corrupção republicana foi de incriminar os antigos administradores do estado e heroicizar aqueles que pretenderam acabar com as fraudes do sistema, construindo no imaginário social a aceitação de uma nova governança, de político-militares. Ao caráter justo e heroico dos novos administradores, ainda se acrescentou o caráter técnico, legitimando as ordens e ações do Governo (DECRETOS, nº 125, 1931, p. 61-64). O que seriam as Comissões de Sindicâncias, as Juntas de Sanções, o Comando Geral da Força Pública, as Circunscrições Escolares e a Diretoria da Instrução Pública, se não órgãos técnicos administrativos?

Podemos afirmar que eram, sim, repartições públicas com regimentos internos bem definidos, com funções específicas de trabalho, com ordens a cumprir, com regras detalhadas, sólidas e públicas. Decretos referentes a higiene, aposentadoria, funcionários públicos, salários, justiça, política, educação, segurança pública, obras, terras, limites geográficos, entre muitos outros assuntos, foram pensados a partir de um corpo técnico. É certo que não podemos afirmar que todos obedeceram a critérios técnicos, mas esse corpo existiu em Santa Catarina. Esse corpo técnico dividia-se em grupos compostos, em sua grande parte, por funcionários públicos destinados a cumprir determinadas tarefas sobre determinados assuntos, podendo ser chamados de comissões técnicas profissionais ou científicas (DECRETOS, nº 125, 1931, p. 61-62; DECRETOS, nº 247, 1932, p. 40-41).

A partir do pensamento dos intelectuais, discutidos no início do trabalho, devemos entender que a existência dos técnicos, cientistas e profissionais em Santa Catarina foi reflexo do cenário nacional. Isto é, as primeiras interventorias catarinenses foram um espelho da política getulista de cumprimento de ordens, jurídicas, educativas, políticas administrativas e militares. Foi interesse do Estado brasileiro que o poder executivo interferisse diretamente em todos os momentos, e em todos os órgãos administrativos.

Estamos cientes de que este momento histórico representou um impulso para a consolidação de um “novo” sistema administrativo, começado no ano de 1937. Um sistema que não buscou modificar novamente as bases administrativas estaduais, mas sim, aproveitou toda a estrutura que o início da década de 30 construiu. Aproveitou-se a política de exclusão dos partidos, adversários, pois nos anos de 1934, 1935 e 1936 houve uma relativa abertura

política e a formação de novos partidos para eleições. Aproveitou-se as estruturas policiais, que agitaram o estado em busca dos inimigos alemães, aproveitou-se as estruturas educacionais na tentativa de exclusão das culturas diferentes da luso-brasileira, e aproveitou-se o projeto nacionalista elaborado em 1911 e restabelecido em 1930.

Entendemos através dos pensadores estudados que o nacionalismo é uma ideologia global. Apesar de ser construído a partir de realidades particulares, a teoria nacionalista é absorvida pela elite de muitos países do mundo. O nacionalismo pode tanto ser expressado em âmbito nacional, como regional, tudo depende dos interesses da classe dominante que o absorve, o transforma e o aplica em suas realidades. No território de Santa Catarina, observamos uma grande evidência deste pensamento, uma parte da burguesia estadual, mais especificamente a oligarquia Ramos, absorveu as teorias nacionalistas, e as difundiu para a sociedade civil, através de um projeto nacionalista incorporado ao aparelho do Estado. Sabemos que uma oligarquia compõe uma mínima parcela da população, representando os interesses de poucos, e acompanhamos que as disputas políticas catarinenses foram marcadas por interesses oligárquicos diferentes.

Vimos que houve duas oligarquias fortemente competitivas, os Ramos e os Konder. Os projetos econômicos de ambos eram diferentes, uns defendiam o meio econômico agrário e outros o industrial. Essa disputa econômica, somada a outros fatores, levou a oligarquia Ramos a reacender um projeto nacionalista que visava a enfraquecer o adversário culturalmente. Utilizou-se do nacionalismo para ferir o cerne cultural da oligarquia Konder, enfraquecendo o adversário, em busca de legitimidade no poder. Ou seja, a partir do momento em que os Konder, representantes do meio industrial e da cultura germânica, superaram os latifundiários da oligarquia Ramos, no plano econômico, buscou-se alternativas diferentes, o nacionalismo, para a reconquista da superioridade, mesmo que racial. As medidas autoritárias nacionalistas de Nereu Ramos serviram, exatamente, para a ascensão de seu grupo – no momento desvalorizado economicamente –, na tentativa de revalorizar-se nas relações do poder estatal.

Usar do nacionalismo para estabelecer superioridade cultural e legitimidade política, foi uma arma eficiente por longos anos, até o fim do Estado Novo. Entretanto, como já frisamos anteriormente, o nacionalismo catarinense não foi o mesmo nacionalismo executado por Vargas. O nacionalismo utilizado por Nereu Ramos foi principalmente étnico e político, em contrapartida ao de Vargas, que foi econômico.

Tentamos, de alguma forma, discutir sobre os conceitos de Cultura Política,

intrinsecamente, ligada aos acontecimentos referentes ao projeto político nacionalista da oligarquia Ramos, constituidora do Partido Liberal Catarinense. Acreditamos que esse conceito pode ser discutido no cenário catarinense, quando colocamos em evidência a elaboração de um projeto nacionalista que perdurou por anos na política estadual, e controlado intimamente por um grupo de pessoas específico e com objetivos políticos. Tivemos como pretensão identificar este projeto e, de certa forma, ligá-lo ao conceito de Cultura Política. Segundo as discussões feitas no primeiro capítulo, sabemos que uma Cultura Política pode ser reconhecida através de alguns fatores como: “conjunto de valores, tradições práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro” (MOTTA, 2009, p. 21).

Foram essas características que nos direcionaram a identificar o projeto nacionalista da oligarquia Ramos como uma possível Cultura Política. Composto por valores e tradições culturais de brasilidade, partilhados por um grupo de indivíduos de identidade luso-brasileira e laços rurais – constituídos, principalmente, pela oligarquia Ramos –, e com visões de passado em comum, o projeto nacionalista se aproxima de muitas características de uma Cultura Política. Além de tudo, foi um projeto pensado a longo prazo, e utilizou o sistema de ensino para difundir a nacionalidade à grande massa, com objetivos de formar os novos cidadãos, as gerações do futuro. Foi um projeto criado em 1911 e reestruturado por duas vezes, em 1930 e 1938, e não por acaso sob os cuidados do mesmo grupo político. Acreditamos que este é o início de uma grande discussão, e que muito ainda pode ser feito neste sentido.

De certa forma, entendemos que o grupo latifundiário pensou e criou o seu futuro político a partir de um tema/princípio que os manteriam fortalecidos, mesmo que culturalmente, por todo o tempo em que os ideais nacionalistas permanecessem vivos na política brasileira. Formulando seu projeto de Governo em tempos de discussões internacionais, os Ramos acertaram em incorporar uma teoria bastante absorvida pelas massas. A partir da instalação deste projeto, eles se colocaram como verdadeiros representantes da nacionalidade brasileira, frente aos descendentes de outras etnias existentes dentro do território nacional e estadual. Sabemos e tentamos mostrar que houve uma ligação muito forte entre o primeiro projeto de nacionalização, a reestruturação nacionalista dos anos 1930, e o segundo processo de nacionalização do estado catarinense. Este assunto, muito importante para a história do estado e para o entendimento da política local, é pouco abordado

pela historiografia, e merece maior visibilidade.

Por fim, pudemos acompanhar os discursos de Nereu Ramos sobre a nacionalização em seu estado. Tivemos a possibilidade de visualizar que, durante todo este Governo, o projeto nacionalista foi o que lhe deu legitimidade de governar. Vimos que aquele projeto funcionou, para ele, como um livro de bolso e uma cartilha de ação, que carregou em suas mãos, como algo de extrema importância. Não sabemos ainda em que medida Nereu acreditava que os alemães eram perigosos, talvez nem acreditasse nisso, mas sabemos, através das suas medidas governamentais, que ele precisava enfraquecer o adversário político (oligarquia Konder e seus seguidores), para se fortalecer e ter legitimidade ao governar. Talvez acreditasse que aquele projeto de nacionalização era a principal meta de seu Governo, pois ali estava sua arma contra os adversários. Ao que tudo indica a nacionalização das etnias diferentes da luso-brasileira – principalmente os alemães, considerados pelo Governo, difíceis de nacionalizar – foi uma grande desculpa do Interventor para enfraquecer politicamente os adversários, que tinham o poder econômico do dia, da hora e do futuro, e que acabavam por ameaçar o poder do Governador.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, Almir de. **Força, Cultura e Liberdade**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.
- ARAUJO, Hermetes Reis de. **A Invenção do Litoral: Reformas Urbanas e Reajustamento Social em Florianópolis na Primeira República**. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.
- AURAS, Marli. A construção história do condomínio Palaciano Ramos/Konder/Bornhausen. In: \_\_\_\_\_. **Poder Oligárquico Catarinense: da guerra aos fanáticos do contestado à “opção pelos pequenos”**. Tese, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Guerra do Contestado: a organização da Irmandade Cabocla**. Florianópolis: UFSC, Assembleia Legislativa; São Paulo: Cortez Editora e Livraria, 1984.
- AMARAL, Azevedo. **O estado autoritário e a realidade nacional**. Versão para e-book, 2002. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/azevedo.html> (acesso em 18 de julho de 2012).
- BAUMER, Franklin Le Van. **O pensamento europeu moderno**. V. 1, Rio de Janeiro: Edições 70, 1977.
- BARRACLOUGH, Geoffrey. **Introdução à história contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- BEIRED, José Luis Bendicho. “Ideologia nacionalista e representações da nação”. In: **Sob o signo da nova ordem: Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina**. São Paulo: Edições Loyola/USP, 1999, p. 195-232.
- BORGES, Vavy Pacheco. História e Política: laços permanentes. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. v.12, n° 23/24, p. 7-18. Set. 91/ago. 92.
- BRESCIANI, Maria Stella. **O charme da ciência e a sedução da objetividade**. São Paulo: UNESP, 2005. p. 151-217.
- BREUILLY, John. “Abordagens do nacionalismo”. In: BALAKRISHNAN, Gopal. (Org.). Um mapa da questão nacional. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 155-184.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Laudes, 1970.
- CAMPOS, Cynthia Machado. **Santa Catarina, 1930: da degenerescência à regeneração**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.
- CAMPOS, Emerson César. **O Catarinense de Bombacha: Movimento Tradicionalista**

Gaúcho em Santa Catarina (1959-1997). Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional**: sua estrutura, seu conteúdo ideológico. Brasília (DF): Senado Federal, 2001.

CAPELATO, Maria Helena Rolin. **Multidões em Cena**: Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 2009.

CAPELATO, Maria Helena Rolin. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**: O Tempo do Nacional-Estadimo - Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v.2. p. 107-143.

CARDOSO DE MELLO, João Manoel. **O capitalismo tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CARONE, Edgard. **Brasil**: anos de crise 1930-1945. São Paulo: Editora Ática, 1991.

CEZAR, Jairo. A institucionalização do magistério público elementar catarinense na primeira república. In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia, **Anais...** Minas Gerais: Universidade Federal de Uberlândia, 17 a 20 abriu de 2006. p. 6023-6031. Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/544JairoCezar.pdf>.

COELHO, Silvio Santos. **Nova História de Santa Catarina**. 5. ed. Florianópolis: Terceiro Milênio. 1995.

CORRÊA, Carlos Humberto. **Nereu Ramos**. Florianópolis: FCC Edições; Associação Porto Belo de Cultura, 1988.

\_\_\_\_\_. **Um estado entre duas repúblicas**: A revolução de 30 e a política de Santa Catarina até 35. Florianópolis: Editora da UFSC, 1984. 259 p.

D'AQUINO, Ivo. **Nacionalização do Ensino**: Aspectos Políticos. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1942.

DRAÍBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses**: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ESTADO DE SANTA CATARINA, Coleção de Decretos, Resoluções e Portarias de 1931. Florianópolis: Gab. Tip. Brasil, 1932.

ESTADO DE SANTA CATARINA, Coleção de Decretos, Resoluções e Portarias de 1932. Florianópolis: Livraria Central, 1933.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**: História e historiografia. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

FARIAS, Maria Aparecida. Uma Prática Pedagógica Comum: Escola isolada e escola privada de Arapiraca na década de 1950. **Revista Crítica Histórica**, Universidade Federal de

Alagoas, ano I, n. 1, Junho/2010.

FÉLIX, Loiva Otero. A História Política Hoje: novas abordagens. **Revista Catarinense de História**, ANPUH-SC, n. 5, 1998. p. 49-67.

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público**: Ensino público e política de assimilação do Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano. Florianópolis: Secretaria da Educação; Editora da UFSC, 1991.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. **Oktoberfest**: Turismo, festa e na estação do chopp. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. **Teatros da Vida, Cenários da História**: A farra do boi e outras festas na ilha de Santa Catarina. São Paulo: PUC, 1991. 341p.

FROTHER, Méri. **Etnicidade e Trabalho Alemão**: Outros usos e outros produtos do labor humano. Florianópolis: Abril, 1998.

GARCIA JUNIOR, Edgar. **Práticas Regionalizadoras e o Mosaico Cultural Catarinense**. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

GERTZ, René E. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2005.

\_\_\_\_\_. **O Fascismo no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

HALL, Stuart. A questão multicultural. In: \_\_\_\_\_. **Da Diáspora**: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 49-94.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. **Nereu Ramos**: A hora da reconstrução nacional. Florianópolis: Edição do Autor, 1968.

KERCKHOVE, Derrick de. **A pele da cultura**: uma investigação sobre a nova realidade electrónica. Lisboa: Relógio d'Água, 1997.

LACERDA, Eugênio Pascele. **O Atlântico Açoriano**: Uma antropologia dos contextos globais e locais da açorianidade. Tese, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

LE MOS, Marco Antonio Maringolo. **Santa Catarina**: sua história. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983. 748 p.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. Superando a Pedagogia Sertaneja: que tipo de escola é mais adequado ao Piauí? In: II Congresso Brasileiro de História da Educação, 2002, Natal. **Anais...** Rio Grande do Norte: SBHE, 03-06 de novembro de 2002. p. 1-14. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/0342.pdf>.

MARX, Karl; ENGELS, Fredrich. **A Ideologia Alemã**: Teses sobre Feuerbach. São Paulo: Editora Moraes, 1984.

\_\_\_\_\_. **O Manifesto Comunista**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 195-237.

MONTEIRO, Jaecyr. **Nacionalização do ensino**: uma contribuição à história da educação. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983. 116 p.

MORAES, Marcos Juvencio. A construção da identidade catarinense e a formação do litoral açoriano. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS, v.2, n.1, dezembro-2010.

MORAES, Marcos Juvencio de; BONA, Beatriz de. A Construção da Identidade Cultural de Santa Catarina. In: XII Encontro Estadual de História; III Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Gênero de Santa Catarina; IV Jornada Nacional de História do Trabalho, 2008, Criciúma. **Anais...** Criciúma: UNESC, 21-25 de julho de 2008. p.1-13.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí: editora Unijuí, 2007. 224p.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de Cultura Política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo P.S. (org.). **Culturas Políticas na História**: Novos Estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

NASCIMENTO, Dorval. Medidas Nacionalizadoras do Ensino Catarinense na Primeira República (1911-1920). In: VII Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul - ANPED SUL, 2008, Itajaí. **Anais...** Itajaí: UNIVALI, 2008. p. 1-17.

NECKEL, Roselane. **A República em Santa Catarina**: modernidade e exclusão (1889-1920). Florianópolis: Editora da UFSC, 2003. 105 p.

NUNES, Clarice. As Políticas públicas de educação de Gustavo Capanema no Governo Vargas. In: BOMENY, Helena (org.). **Constelação Capanema**: intelectuais e política. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 103-125.

O Sr. general Assis Brasil vai viajar. O ESTADO, Florianópolis, p. 1, 3 de janeiro de 1931.

OLIVEIRA, Eveli Souza D'ávila de. **Mais Além da Vitória**: ritos de instituição do movimento de 30 em Florianópolis – imprensa, Governo e memória. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Pioneira, 1976. 118p.

PANDOLF, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**: O Tempo do Nacional-Estadimo - Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2. ed. Rio de Janeiro:

Civilização Brasileira, 2007. v.2. p. 13-37.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Terra à vista... e ao longe**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.

PIAZZA, Walter F. **Dicionário político catarinense**. 2. ed. rev. e ampl. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de SC, 1994. 869 p.

\_\_\_\_\_. **Dicionário político catarinense**. rev. e ampl. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de SC, 1985.

\_\_\_\_\_. **Santa Catarina: Sua história**. Florianópolis: Editora da UFSC; Lunardelli, 1983.

\_\_\_\_\_. **A colonização de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994. 372 p.

REIS, Rosinete Maria dos. **A Escola Isolada à Meia-Luz (1891/1927)**. Tese, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RAMOS, Nereu. **Discursos**. Florianópolis, 1943.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Editora FGV, 1996.

RELATÓRIO apresentado em outubro de 1938 ao exmo. Presidente da República, pelo Dr. Nereu Ramos, Interventor Federal do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 1938.

RENAN, Ernest. **Que es una nación?** Madrid: Alianza Editorial, 1987.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. **História** - UNESP, vol.15, 1996. p. 27-39.

SACHET, Celestino. **Santa Catarina: 100 anos de história**. Florianópolis: Século Catarinense, v. 2, 1997-1998.

SANTOS, Alexandre Furtado dos; CÂNDIDO, Rosinete Matos. Cronologia dos acontecimentos políticos regionais, estaduais e nacionais relativos a Nereu Ramos. In: CORRÊA, Carlos Humberto (org.). **Nereu Ramos**. Florianópolis: FCC edições; Portobello.

SAYÃO, Thiago Juliano. **Nas Veredas do Folclore: Leituras sobre política cultural e identidade em Santa Catarina 1948-1975**. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SERPA, Élio Cantalício. A Identidade Catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, 1996.

SEVERINO, José Roberto. **Itajaí e a Identidade Açoriana: A maquiagem possível**. Itajaí: UNIVALI, 1999.

SILVA, Elias Manoel. **Os militares e o Golpe de 1937: a estratégia do poder**. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

SILVA, Etienne Luiz. **O desenvolvimento Periférico e a Rede Urbana de Santa Catarina**. Porto Alegre: UFRGS, 1978. 155p.

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. Escola Normal: o projeto das elites brasileiras para a formação de professores. I Encontro do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Artes da FAP, 2008, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Faculdade de Artes do Paraná, 2008. 224 p. il. Disponível em: [http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/Arquivos2009/Extensao/I\\_encontro\\_inter\\_artes/20\\_Marlete\\_Schaffrath.pdf](http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/Arquivos2009/Extensao/I_encontro_inter_artes/20_Marlete_Schaffrath.pdf).

SMITH, Anthony D. “O nacionalismo e os historiadores”. In: BALAKRISHNAN, Gopal. (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 185-208.

SOLIGO, Valdecir. Educação, Política e Economia nos Primeiros anos de República. **POIÉSIS - UNISUL**, Tubarão, v. 3, n. 6, p. 164 - 176, Jul./Dez. 2010.

SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da escola primária. In: SAVIANI, Dermeval (et. al.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: ensaios sobre economia brasileira. 9. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TREVISAN, Leonardo. **A República Velha**. São Paulo: Global, 1982.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Problemas de Política Objetiva**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1930.

ZANELATTO, João Henrique. **Região, Etnicidade e Política**: O integralismo e as lutas pelo poder político no sul catarinense na década de 1930. Tese, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande só Sul, Porto Alegre, 2007.

**ANEXOS**

## ANEXO I – Quadro referente ao número de militares em cidades de Santa Catarina.

— 132 —

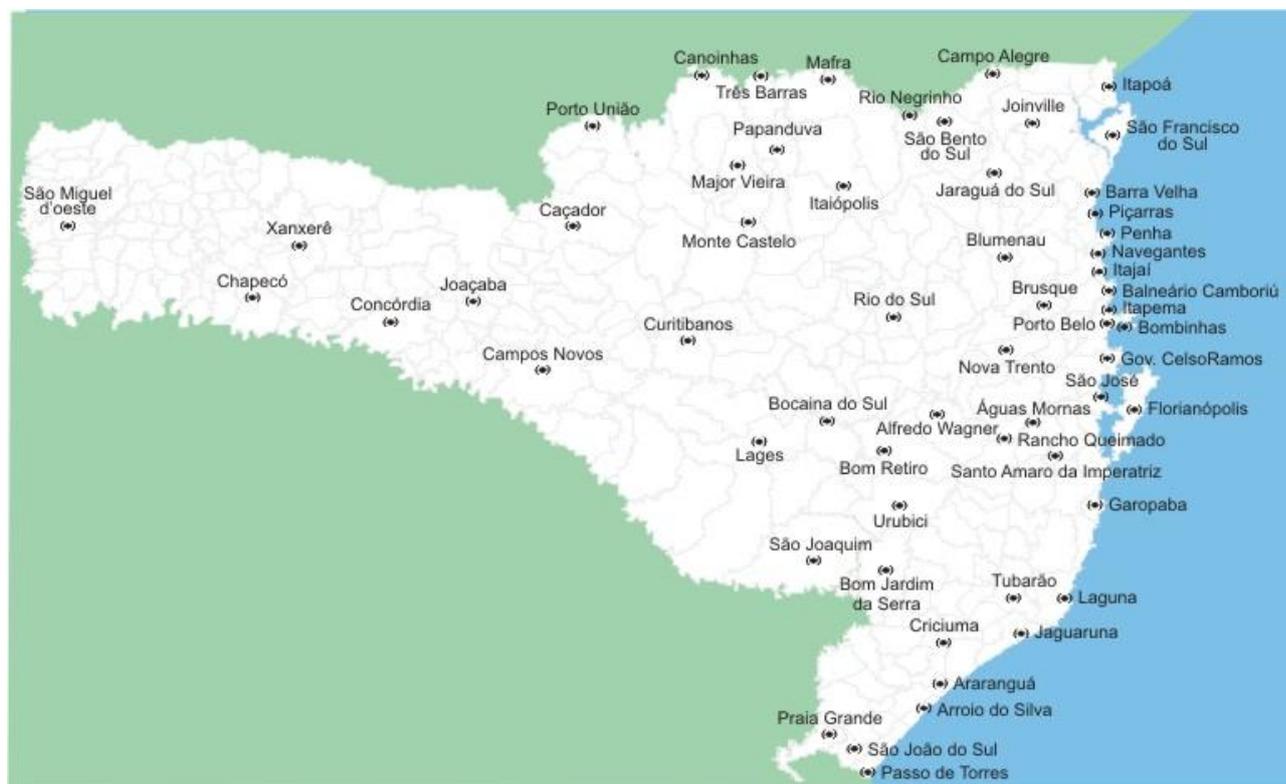
**DESTACAMENTOS**

Localidades	Sargentos	Cabos	Soldados	Total	Quotas a pagar pelas Prefeituras	OBS.
Araranguá	—	1	7	8	5:230\$000	Esta incluído um sargento ajudante agr.
Biguassú	—	—	1	1	653\$750	
Blumenau	1	—	5	6	3:922\$500	
Bom Retiro	—	—	3	3	1:961\$250	
Brusque	—	—	2	2	1:307\$500	
Camboriú	—	—	1	1	653\$750	
Campo Alegre	—	—	4	4	2:615\$000	
Campos Novos	1	1	8	10	6:537\$500	
Canoinhas	—	1	3	4	2:615\$000	
Chapécó	3	4	34	41	10:000\$000	
Coritibanos	1	—	7	8	5:230\$000	
Cresciuma	—	—	1	1	653\$750	
Cruzeiro	—	1	7	8	5:230\$000	
Imaruí	—	—	2	2	1:307\$500	
Itaiópolis	—	—	2	2	1:307\$500	
Itajaí	—	1	6	7	4:576\$250	
Jaguaruna	—	—	1	1	653\$750	
Joinville	1	—	6	7	4:576\$250	
Lages	—	1	6	7	4:576\$250	
Laguna	—	—	5	5	3:268\$750	
Maíra	—	—	3	3	1:961\$250	
Nova Trento	—	—	1	1	653\$750	
Orleans	—	—	2	2	1:307\$500	
Palhoça	—	—	4	4	2:615\$000	
Porto Belo	—	—	2	2	1:307\$500	
Porto União	1	1	8	10	6:537\$500	
Rio do Sul	—	—	2	2	1:307\$500	
São Bento	—	—	3	3	1:961\$250	
São Francisco	1	1	8	10	6:537\$500	
São Joaquim	—	—	2	2	1:307\$500	
São José	—	—	4	4	2:615\$000	
Tijucas	—	1	4	5	3:268\$750	
Tubarão	—	—	5	5	3:268\$750	
Urussanga	—	—	2	2	1:307\$500	

Palacio do Governo em Florianópolis, 31 de dezembro de 1931.

*Ptolomeu de Assis Brasil*  
*Manoel Pedro Silveira*

ANEXO II – Mapa de Santa Catarina ao qual pode se visualizar as cidades militarizadas na década de 1930.



ANEXO III – Decreto que detalha a organização dos Batalhões criados durante a interventoria de Assis Brasil.

## Decreto n. 268

O General Ptolomeu de Assis Brasil, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições,

### DECRETA:

Art. 1 — Os batalhões de reserva da Força Publica creados pelo Decreto nº. 258, de 1º. do corrente, bem como os que venham a ser creados, terão a seguinte organização:

#### Estado Maior

Tenente Coronel ou Major Comandante	1
Major ou Capitão Sub-Comandante	1
1º Tenente Ajudante	1
Capitão ou 1º Tenente Médico	1
2º Tenente Almojarife Aproveisionador	1
Soma	<u>5</u>

#### Tropa

3 Companhias de fusileiros	456 homens
1 Pelotão extranumerario	30 homens
Total	<u>486</u> homens

Cada companhia de fusileiros sob o comando de 1 Capitão será constituída por tres pelotões e 1 secção extranumeraria, com a seguinte organização:

#### Secção extranumeraria:

##### Grupo de Comando

1º Sargento Comandante	1
2º Sargento	1
Cabo furriel	1
Soldados observadores	2
Soldado estafeta	1
Soldado corneteiro	1

— 55 —

## Grupo do T. C.

3º Sargento furriel	1	
Cabo do rancho	1	
Soldados condutores	5	
Soldados cosinheiros	2	
Total	<u>16</u>	homens

## Pelotão

1º ou 2º Tenente Comandante	1	
1 grupo extranumerario	5	homens
3 grupos de combate	39	homens
Total	<u>45</u>	

## Grupo Extranumerario:

2º Sargento auxiliar do Comandante	1	
Soldados remuniciadores	2	
Soldado observador	1	
Soldado agente e transmissor	1	
Total	<u>5</u>	

## Grupo de Combate:

3º Sargento Comandante	1	
Cabos Comandantes de esquadras	2	

## Esquadra de Fusileiros

Soldado atirador	1	
Soldados municionadores	2	
Soldados remuniciadores	2	

## Esquadra de Volteadores

Volteadores	4	
Granadeiro atirador	1	
Total	<u>13</u>	

## Resumo de Companhia

Capitão Comandante	1	
3 pelotões	135	homens
1 seccão extranumeraria	16	homens
Total	<u>152</u>	

## Resumo de Batalhão:

Estado Maior	5	
--------------	---	--

— 56 —

3. Companhias de fusileiros	456 homens
1 pelotão extranumerario	30 homens
Total	491

O pelotão extranumerario do batalhão, que será coman-  
dado pelo 1º Tenente ajudante, será assim organizado:

Grupo de Comando:

1º Sargento de informações	1
Cabo observador	1
Soldados observadores	2
Cabo corneteiro	1
Cabo furriel	1
Cabo sinaleiro	1
Soldados sinaleiros	2

Secção de Saúde

2º Sargento enfermeiro	1
Cabo enfermeiro	1
Soldados padioleiros	4
Soldado estafeta	1

T. C.

Sargento ajudante (Comandante)	1
2º Sargento contador	1
3º Sargento furriel	1
2º Sargento material belico	1
Soldados condutores	5
Soldados ordenanças	2
Cabo de saúde	1
Soldados cosinheiros	2
Total	30

Art. 2 — A Força Pública e sua Reserva ficará sob o  
comando geral de um Coronel, com os seguintes auxiliares:

Major assistente	1
1º ou 2º Tenente Ajudante de Ordens	1
1º ou 2º Tenente Almojarife Pagador	1
2º Tenente Aprovisionador	1

Art. 3 — Fica revogado o artigo 4º do Decreto nº. 259,  
de 4 do corrente mês.

Art. 4 — O Pelotão Extranumerario de 1º B. C. R. o  
sargento enfermeiro terá a graduação de 1º sargento e  
não 2º como nos demais B. C. R.

— 57 —

Art. 5 — Revogam-se as disposições em contrario.  
Palacio do Governo, em Florianopolis, 29 de agosto de  
1932.

Ptolomeu de Assis Brasil  
*Manoel Pedro Silveira*

---

## ANEXO IV – Tabelas referentes ao planejamento e organização militar para o ano de 1933.

**Mapa geral do efetivo da Fôrça Pública para o ano de 1933**

N. 1

CLASSIFICAÇÃO	Oficiais		Sargentos		Praqas		Musicos		TOTAL										
	Tenente Coronel	Major	Capitães	1os. Tenentes	2os. Tenentes	Sargentos ajudantes	1os. Sargentos	2os. Sargentos		3os. Sargentos	Cabos	Soldados	Soldados Tambores	Soldados Motoristas	Sgt. ajd. M. de Musica	1os. Sgts. clas. especial	Musicos de 1a. classe	Musicos de 2a. classe	Musicos de 3a. classe
Estado Maior	1	1	5	2	5														14
Cia. Extra Numeraria					1	1	4	5	6	8	22		3	1	6	12	14	18	101
1a. Companhia			1	1	2		1	3	3	13	77	3							104
2a. Companhia			1	1	2		1	3	3	13	77	3							104
3a. Companhia				1	2		1	5	3	13	164	3							192
Pelotão de Mtrs. Pesadas				1	2		1	1	2	5	36								48
Pelotão de Cavalaria							1	1		6	27	1							37
<b>SOMA</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>14</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>18</b>	<b>18</b>	<b>58</b>	<b>403</b>	<b>10</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>12</b>	<b>14</b>	<b>18</b>	<b>600</b>
Agregados					1	1	2				8								12
Comissionado					1														1
Estado efetivo	1	1	7	7	16	2	10	18	18	58	411	10	3	1	6	12	14	18	613

Palacio do Governo, em Florianopolis, 31 de dezembro de 1932.

**RUI ZOBARAN**  
Manoel Pedro Silveira

— 92 —

Mapa do efetivo do Estado maior da Fôrça para  
o exercicio de 1933

N. 2

Classificação	OFICIAIS														TOTAL		
	Tenente coronel Cmt. Geral	Major Sub-Comandante	Cap. fiscal administrativo	Cap. instr. e aux. do cmd. geral	Cap. Ajudante de Secretario	Cap. ass. da Presidencia	Cap. Médico	1.º Ten. ajudant. de ordem e pessoa	1.º Ten. pagador	2.º Ten. aprovisionador	2.º Ten. almoxarife	2.º Ten. dentista	2.º Ten. farmaceutico	2.º Ten. inspetor da B. de Musica		2.º Ten. agregado	2.º Ten. comissionado
Estado Maior	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	16

Palacio do Governo, em Florianopolis, 31 de dezembro  
de 1932

Rui Zobarán

Manoel Pedro Silveira

Mapa do efetivo da Cia. Extranumeraria para o exercicio de 1933

N. 3

CLASSIFICAÇÃO	Oficial		
	SARGENTOS	PRAÇAS	MUSICOS
2: Tenente			
Sargento ajudante			
1: Sgt. arquivista			
1: Sgt. enfermeiro			
1: Sgt. contador			
1: Sgt. alfaiate			
2: Sgt. arquivista			
2: Sgt. carpinteiro			
2: Sgt. contador			
2: Sgt. radio			
2: Sgt. pratico de farmacia			
3: Sgt. radio			
3: Sgt. furriel			
3: Sgt. do rancho			
3: Sgt. corneteiro			
3: Sgt. mecanico			
Cabo furriel			
Cabo datilografo			
Cabo correio-seleiro			
Cabo enfermeiro			
Cabo corneteiro			
Cabo ordenança			
Soldados enfermeiros			
Soldados ordenança			
Soldados das invernadas			
Soldados cosinheiros			
Soldados motoristas			
Soldado jardineiro			
Soldado pintor			
Soldado pedreiro			
Soldados carpinteiros			
Sold. cosinheiro da enfermaria			
Sgt. ajud. mestre de musica			
10s. Sgts. musicos de cl. esp.			
Musicos de 1a. classe			
Musicos de 2a. classe			
Musicos de 3a. classe			
			TOTAL
Gia. Extranum.	1	1	101

Palacio do Governo, em Florianopolis, 31 de dezembro de 1932

Rui Zobarán

Manoel Pedro Silveira

— 94 —

## Mapa do efetivo do B. I. para o exercício de 1933

N. 4

CLASSIFICAÇÃO	Oficiais		Sargentos				PRAÇAS							TOTAL		
	Capitães	1s. Tenentes	2s. Tenentes	1s. Sargentos	2s. Sargentos	3s. Sargentos	3s. Sargentos furrieis	Cabos de esquadra	Cabos furrieis	Soldados	Sol. tamb. e corneteiros	Sol. auxiliares	Sol. do rancho		Sol. condutores	Sol. ordenança
1a. Companhia	1	1	2	1	3	2	1	12	1	72	3	1	2	1	1	104
2a. Companhia	1	1	2	1	3	2	1	12	1	72	3	1	2	1	1	104
3a. Companhia		1	2	1	5	2	1	12	1	162	3	1			1	192
<b>S O M A</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>11</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>36</b>	<b>3</b>	<b>306</b>	<b>9</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>400</b>

Palacio do Governo, em Florianopolis, 31 de dezembro de 1932.

RUI ZOBARAN

Manoel Pedro Silveira

## Mapa do efetivo do Pelotão de Metralhadoras Pesadas (duas secções de duas peças) para o exercício de 1933

N. 5

Classificação	Ofic.	Sargentos				PRAÇAS								TOTAL			
	1. Tenente	2s. Tenentes	1. Sargento	2. Sargento adjunto	3. Sargento adjunto	3. Sargento furriel	Cabos chefes de peça	Cabo do material belico	Soldados armeiros	Sol. 1os. municiaidores	Sol. 2os. municiaidores	Sol. atiradores	Sol. remuniciaidores		Sol. condutores	Sol. auxiliar	Sol. do rancho
Pelotão de Metralhadoras Pesadas	1	2	1	1	1	1	4	1	2	4	4	4	8	12	1	1	48

Palacio do Governo, em Florianopolis, 31 de dezembro de 1932.

RUI ZOBARAN

Manoel Pedro Silveira

— 95 —

### Mapa do efetivo do Pelotão de Cavalaria 1933

N. 6

Classificação	Ofic.		Sargt.		PRAÇAS					TOTAL
	1. Tenente	2. Sargento	3. Sargento	Cabos	Cabo ferrador	Cabo Enfermeiro Vete- rinário	Soldados	Soldado auxiliar	Soldado Clarim	
Pelotão de Cavalaria	1	1	1	4	1	1	26	1	1	37

Palacio do Governo, em Florianopolis, 31 de dezembro de 1932.

**RUI ZOBARAN**

*Manoel Pedro Silveira*

### Mapa do efetivo do Corpo de Bombeiros para o exercicio de 1933

N. 7

CLASSIFICAÇÃO	Ofic.	Sargentos				Praças				TOTAL
	2. Tenente Cmte.	1. Sgt. chefe de Grupo	2. Sgt. maquinista	3. Sgt. furriel	3. Sgt. ferreiro	Cabos	Soldados bombeiros	Soldados motoristas	Soldados corneteiros	
Corpo de Bombeiros	1	1	1	1	1	2	18	3	2	30

Palacio do Governo, em Florianopolis, 31 de dezembro de 1932.

**RUI ZOBARAN**

*Manoel Pedro Silveira*

## ANEXOS V – Tabelas referentes ao orçamento da Força pública para o ano de 1932 e 1933

— 129 —

Tabela n. 1

## Orçamento da Força Pública para o ano de 1932

Discriminação	Unidade	Mensal	Mensal Global	Anual Global
Tenente Coronel	1	1:333\$334	1:333\$334	16:000\$000
Major	1	900\$000	900\$000	10:800\$000
Capitães em comissão	2	953\$334	1:906\$668	22:880\$000
Capitães	5	720\$000	3:600\$000	43:200\$000
1.º Tenentes	7	630\$000	4:410\$000	52:920\$000
2.º Tenentes	14	540\$000	7:560\$000	90:720\$000
Adicional de 10% ao 2.º tenente inspetor da banda de musica		54\$000	54\$000	648\$000
Sargentos-ajudantes	2	330\$000	660\$000	7:920\$000
1.ºs. Sargentos	10	290\$000	2:900\$000	34:800\$000
2.ºs. Sargentos	18	254\$000	4:572\$000	54:864\$000
3.ºs. Sargentos	23	230\$000	5:290\$000	63:480\$000
Cabos	59	170\$000	10:030\$000	120:360\$000
Soldados	408	156\$000	63:648\$000	763:776\$000
Soldados corneteiros e tambores	10	160\$000	1:600\$000	19:200\$000
Soldados motoristas	3	249\$000	748\$800	8:985\$600
<b>MUSICOS</b>				
Sargento ajudante mestre de musica	1	347\$000	347\$000	4:164\$000
1.ºs. sgts. musicos de classe especial	6	325\$000	1:950\$000	23:400\$000
Musicos de 1.ª classe	12	314\$000	3:768\$000	45:216\$000
Musicos de 2.ª classe	14	278\$000	3:892\$000	46:704\$000
Musicos de 3.ª classe	18	223\$000	4:014\$000	48:168\$000
	614			1.478:205\$600

Palacio do Governo em Florianopolis, 30 de dezembro de 1931.

*Ptolomeu de Assis Brasil**Manoel Pedro Silveira*

— 89 —

## TABELA N. 1

## Orçamento para o exercício de 1933

DISCRIMINAÇÃO	Mensal	Mensal Global	Anual Global
1 Tenente Coronel	1:333\$334	1:333\$334	16:000\$000
1 Major	900\$000	900\$000	10:800\$000
5 Capitães	720\$000	3:600\$000	43:200\$000
2 Capitães em comissão	720\$000	1:440\$000	17:280\$000
7 Primeiros tenentes	630\$000	4:410\$000	52:920\$000
14 Segundos tenentes	540\$000	7:560\$000	90:720\$000
1 Segundo tenente agregado			
1 Segundo tenente em comissão			
Adicional de 10 % ao 2º Tenente Inspetor da Banda de Musica	54\$000	54\$000	648\$000
2 Sargentos Ajudantes	330\$000	660\$000	7:920\$000
10 Primeiros Sargentos	290\$000	2:900\$000	34:800\$000
18 Segundos Sargentos	254\$000	4:572\$000	54:864\$000
18 Terceiros Sargentos	230\$000	4:140\$000	49:680\$000
58 Cabos	170\$000	9:860\$000	118:320\$000
403 Soldados	156\$000	62:868\$000	754:416\$000
8 Soldados agregados			
10 Soldados corneteiros e tamb.	160\$000	1:600\$000	19:200\$000
3 Soldados motoristas	249\$600	748\$800	8:985\$600
1 Sargento Ajudante mestre de musica	347\$000	347\$000	4:164\$000
6 Primeiros Sargentos musicos de classe especial	325\$000	1:950\$000	23:400\$000
12 Musicos de primeira classe	314\$000	3:768\$000	45:216\$000
14 Musicos de segunda classe	278\$000	3:892\$000	46:704\$000
18 Musicos de terceira classe	223\$000	4:014\$000	48:168\$000
613	SOMA		1.447:405\$600

Palacio do Governo, Florianopolis, 31 de dezembro de 1932.

Rui Zobaran

Manoel Pedro Silveira